



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS

HAMILTON RICHARD ALEXANDRINO FERREIRA DOS SANTOS

A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIONADA (!?) - O caso comparado da TV Pública no Brasil e na Argentina

Brasília – DF

2017

HAMILTON RICHARD ALEXANDRINO FERREIRA DOS SANTOS

A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIONADA (!?) - O caso comparado da TV Pública no Brasil e na Argentina

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion

Brasília – DF

2017

HAMILTON RICHARD ALEXANDRINO FERREIRA DOS SANTOS

A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIONADA (!?) - O caso comparado da TV Pública no Brasil e na Argentina

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Banca Examinadora:

Presidente: Prof. Dr. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion.

Departamento de Estudos Latino-Americanos – UNB

Profa. Dra. Rosane da Silva Borges. Centro de Estudos Latino Americanos em Comunicação e Cultura- CELACC-USP.

Profa. Dra. Alejandra Leonor Pascual. Membro externo. PPG- Direito, UNB.

Prof. Dra. Rebecca Lemos Igreja. Membro interno. Departamento de Estudos Latino-Americanos – UNB

Profa. Dra. Simone Rodrigues Pinto. Departamento de Estudos Latino-Americanos – UNB (Suplente)

Brasília- DF

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

DEDICATÓRIA

À minha família consanguínea onde meu umbigo está enterrado, que é primeiramente responsável por ser o que sou. Por minha força vital, por minha capacidade de luta e de resignação. À minha família em parte responsável por meus caminhos e descaminhos. A meus filhos Kayodê e Kazembê, motivos de energias, alegrias e fé na humanidade. Meus amores. A minha mãe, a minha irmã Soany Alexandrina Ferreira dos Santos e a meus sobrinhos. Em especial a Maria do Carmo, minha companheira de jornada física e espiritual, meu Outro. Às energias que me rodeiam e protegem. A meu Pai Aparecido e a meu Cumpadre. Salve!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer profundamente as pessoas que contribuíram de maneira direta ou indireta, para que esta pesquisa fosse possível. Sabemos que são estas pessoas, com seus modos ímpares, que tornam a nossa caminhada acadêmica possível, a partir de seu suporte material e afetivo. Desta forma, gostaria de agradecer primeiramente e, sobretudo ao povo brasileiro que permitiu o desenvolvimento desta tese em uma instituição pública, mantida pelo Estado. Tenho orgulho e quero expressar publicamente esse sentimento de ser, aluno da Universidade de Brasília e, especialmente, do Departamento de Estudos Latinoamericanos, ELA-UNB, antigo CEPPAC. Frequentar suas dependências, a oportunidade de compartilhar conhecimentos com seus professores e técnicos, foram e são cruciais para meu desenvolvimento intelectual e social.

Também agradeço a CAPES, agência que proveu o recurso financeiro, bolsa de estudo, para que eu pudesse realizar as atividades inerentes ao curso de doutorado. Do mesmo modo, tenho uma imensa satisfação e gratidão em dedicar algumas palavras aos docentes e funcionários da Universidade de Brasília, em especial aos do ELA por estes preciosos anos de formação. Sou grato a todos.

Aprofundar-me no conhecimento de América Latina e de mim mesmo neste departamento foi uma das experiências mais significantes e intensas de minha vida. Fazer isso junto a colegas que mutuamente suportávamos e compartilhávamos as novidades de estar num centro de excelência do saber, é indescritível. Assim que por meio da Professora e amiga Rebecca Igreja registro minhas considerações e agradecimentos ao corpo docente. Na pessoa da amiga e discente Meire Cristina Cabral de Araújo Silva, o meu sincero obrigado aos colegas que comigo trilharam essa caminhada. Às técnicas Maria do Socorro, Suzana Xavier e Cecilia Souza pelo carinho, apoio e fé na luta.

Durante minha jornada doutorante na Universidade de Brasília, pelas mãos do amigo Gabriel Nascimento, cheguei a Associação de Pós-graduandos da UNB e me tornei seu presidente. Momentos de luta e debates que só acrescentaram em mim a fé na vitória e que essa é possível de ser concretizada. Nossas vitórias se consolidam quando juntamos a teoria com a prática e a fé na luta. Irmandades surgiram nesse processo, fica aqui meu reconhecimento ao Gabriel e também ao Rogério Reis, companheiros e parceiros na crença de uma pós-graduação ativa e inclusiva.

Preciso também registrar a influência e apoio de dois professores externos à UNB que muito colaboraram para que essa pesquisa se concretizasse. A professora Cosette Castro, a quem tive a graça de no mestrado desfrutar de seus saberes e paciência acadêmica e que através dela fui apresentado ao Prof. Julio Bertolotti da Universidad Tres de Febrero, UNTREF, da Argentina. O professor Julio me abriu as portas para o meu objeto de pesquisa, percorreu comigo toda a Capital Federal portenha e me colocou frente aos principais nomes da área. Amizades que espero que o tempo não separe. Sou muito grato.

Em nome dessa práxis e do reconhecimento de sua influência do que aqui apresento é que tenho que agradecer e louvar aos Orixás por me permitirem ser abençoado com um orientador como o Professor Jaques Novion. Encontramo-nos, lutamos, marchamos e nos identificamos, na academia e na rua. Somos sujeitos de luta, mas também de labuta intelectual. Os compromissos teóricos e práticos, a luta vivida e convivida só nos aproximou e confiou a certeza de estarmos encontrados e no caminho certo.

A todos meu muito obrigado!

“Pensar para atuar e atuar para pensar melhor”. **Amilcar Cabral.**

RESUMO

Santos. Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos. A revolução não será televisionada (!?) - O caso comparado da TV Pública no Brasil e na Argentina. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Orientador: Dr. Prof. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion. Brasília, DF: UnB, 2017.

Como proposta central da tese, busca-se analisar as transformações ocorridas no âmbito das TVs Públicas do Brasil e Argentina no período de governo compreendido entre o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro mandato de Dilma Vana Rousseff e os dois mandatos eletivos de Cristina Fernandes de Kirchner, atemporalidades permitidas na pesquisa histórico-comparativa. Com o objetivo de ilustrar a investigação, analisamos o processo político que levou a criação da TV Brasil associada à Empresa Brasil de Comunicação e da TV Digital Aberta na Argentina. Cotejamos a influência desses processos locais relacionados com a criação da Telesur, empreendimento multiestatal de matriz venezuelana e os desdobramentos desses empreendimentos como direito humano a comunicação democrática, plural e emancipatória. A investigação partiu de base teórico-metodológica interdisciplinar buscando a reflexão baseada na multiplicidade de saberes e disciplinas articuladas para a compreensão, explicação e facilitação da análise do objeto investigado, sem demérito para os conhecimentos e vivências prévias do pesquisador, fortemente presente na constituição perceptiva do objeto. Exploramos a geopolítica da comunicação na América Latina; a formação dos Estados Nacionais e de suas elites relacionadas com os monopólios e oligopólios comunicacionais dependentes; a influência estadunidense na cooperação técnica para o desenvolvimento das tecnologias da comunicação na região; imposições estadunidenses quanto ao desenvolvimento e estética branca das programações para a região que formam cenários de representação em desacordo com o caudal multicultural local; os processos reativos nascidos nos governos progressistas que no período avançaram pelo continente; os medos, descaminhos e conciliações que impediram a concretização da possibilidade emancipatória. Concluímos com a inviabilidade do projeto associada à histórica dependência dos Estados periféricos e o governo de caráter não revolucionário, conciliador, nos países investigados que não radicalizaram democraticamente e investiram verdadeiramente no processo de reestruturação dos meios quando possível.

Palavras-chave: TV Pública. Brasil. Argentina. Hegemonia. Contra hegemonia. Emancipação

SANTOS, Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos. *Will the revolution not be televised (!?). The comparative case of Public Television in Brazil and Argentina. PhD Thesis in Social Sciences. Orientation: Doctor Prof. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion. Brasília, DF: UNB, 2017.*

ABSTRACT

As a central proposal of the thesis, is sought to analyze the transformations that took place in the scope of Public TVs of Brazil and Argentina in the period of government comprising the second term of Luis Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff's first term, and the two elective terms of Cristina Fernandes de Kirchner, allowed temporaries in historical-comparative research. As the objective to illustrate the research, we analyzed the political process that led to the creation of TV Brasil associated with Empresa Brasil de Comunicação and Open Digital TV in Argentina. We compared the influence of these local processes related to the creation of Telesur, a multi-state enterprise of Venezuelan matrix and the unfolding of these enterprises as a human right to democratic, plural and emancipatory communication. The research was based on an interdisciplinary theoretical and methodological basis, seeking reflection based on the multiplicity of knowledge and disciplines articulated for the understanding, explanation and facilitation of the analysis of the investigated object. Without demerit for the knowledge and previous experiences of the researcher, strongly present in the perceptive constitution of the object. We explored the geopolitics of communication in Latin America; The formation of National States and their elites related to monopolies and dependent oligopolies; The US influence in technical cooperation for the development of communication technologies in the region; American impositions regarding the development and white aesthetics of the schedules for the region that form scenarios of representation in disagreement with the local multicultural flow; The reactive processes borned in the progressive governments that in the period advanced by the continent; The fears, misunderstandings and conciliations that prevented the realization of the emancipatory possibility. We conclude with the unfeasibility of the project associated with historical dependence on the peripheral states and the non-revolutionary, conciliatory government in the countries investigated that did not democratically radicalized and truly invested in the process of restructuring the means when it was possible.

Keywords: Public TV. Brazil. Argentina. Hegemony. Against hegemony. Emancipation

SANTOS, Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos. *La revolución no será televisada (!?) - El caso comparado de la televisión pública en Brasil y Argentina. tesis de doctorado en Ciencias Sociale. Orientación: Doctor Prof. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion. Brasília, DF: UnB, 2017*

RESUMEN

Como propuesta central de la tesis, se busca analizar las transformaciones ocurridas en el ámbito de las TVs Públicas de Brasil y Argentina en el período de gobierno que comprende el segundo mandato de Luis Inacio Lula da Silva, primer mandato de Dilma Vana Rousseff y los dos mandatos electivos de Cristina Fernandes de Kirchner, atemporalidades permitidas en la investigación histórico-comparativa. Con el objetivo de ilustrar la investigación, analizamos el proceso político que llevó a la creación de TV Brasil asociada a la Empresa Brasil de Comunicación y de la TV Digital Abierta en Argentina. Cotejamos la influencia de estos procesos locales relacionados con la creación de Telesur, emprendimiento multiestatal de matriz venezolana y los desdoblamientos de esos emprendimientos como derecho humano a la comunicación democrática, plural y emancipatoria. La investigación partió de base teórico-metodológica interdisciplinaria buscando la reflexión basada en la multiplicidad de saberes y disciplinas articuladas para la comprensión, explicación y facilitación del análisis del objeto investigado. Sin demérito para los conocimientos y vivencias previas del investigador, fuertemente presente en la constitución perceptiva del objeto. Exploramos la geopolítica de la comunicación en América Latina; La formación de los Estados Nacionales y de sus elites relacionadas con los monopolios y oligopolios comunicacionales dependientes; La influencia estadounidense en la cooperación técnica para el desarrollo de las tecnologías de la comunicación en la región; Imposiciones estadounidenses en cuanto al desarrollo y estética blanca de las programaciones para la región que forman escenarios de representación en desacuerdo con el caudal multicultural local; Los procesos reactivos nacidos en los gobiernos progresistas que en el período avanzaron por el continente; Los miedos, descaminos y conciliaciones que impidieron la concreción de la posibilidad emancipatoria. Concluimos con la inviabilidad del proyecto asociada a la histórica dependencia de los Estados periféricos y al gobierno de carácter no revolucionario, conciliador, en los países investigados que no radicalizaron democráticamente e invirtieron verdaderamente en el proceso de reestructuración de los medios cuando era posible.

Palabras clave: TV pública. Brasil. Argentina. Hegemonía. Contra la hegemonía.

Emancipación

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Charge do Big Stick	Pg. 92
Figura 2	Sintonizando a TDA	Pg. 130
Figura 2	Investimento público na comunicação privada	Pg. 153

LISTA DE ABREVIATURAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
CADETE	<i>Compañia Argentina de Televisión</i>
CELAC	Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos
CHATÔ	Francisco de Assis Chateubriand Bandeira de Mello
BRASIL 4D	Brasil Digital com Desenvolvimento, Diversidade e Democracia
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EDT	Estações Digitais de Transmissão
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
TDA	TV Digital Aberta
TDI	TV Digital Interativa
TELESUR	Televisión del Sur
UCB	Univerdidade Católica de Brasília
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VHF	<i>Very High Frequency</i>

**“Sobreviver e testemunhar estão intimamente ligados.
Quem sobrevive testemunha”.** Scholastique Mukasinga.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	16
LISTA DE ABREVIATURAS	23
INTRODUÇÃO	12
Memorial	12
Trama argumentativa	22
CAPÍTULO 1	31
1.1 PRODUZINDO O QUE E PARA QUEM? COMUNICAÇÃO EM UMA PERSPECCTIVA TEÓRICA-METODOLÓGICA DECOLONIAL	31
1.2 Um método perigoso	44
1.3 A TELEVISÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL. História do presente	50
1.3.1 América Latina	56
1.3.2 Televisão pública na América Latina	59
CAPÍTULO 02	75
2.1 HEGEMONIAS E CONTRA HEGEMONIAS.	75
2.1.2 O guarda-chuva hegemônico dos EUA	81
2.2 O CONSENTIMENTO ATRAVÉS DA FORÇA. O caso do paraíso destruído	86
2.2.1 Longe de Deus e perto dos Estados Unidos	90
2.2.2 A distância de Deus	93
2.3 ARGENTINA E BRASIL. Olhares cruzados	98
2.3.1 Ascensões e quedas	106
2.4 CONTRA HEGEMONIA E GUERRA DE POSIÇÕES	110
2.4.1 Comunicação e emancipação	112
CAPÍTULO 03	118
3.1 DIALÉTICA COMUNICACIONAL NA REGIÃO E O PODER DA TELEVISÃO	118

3. 1.2 Raízes do nacional na TV. _____	118
3.1.3 Crónica de una fuga _____	127
3.2.3 O Czar argentino. Homens e nomes da televisão local _____	132
3.2 - A Venezuela de Hugo Chavez e o pontapé inicial _____	135
3.2.1 De quintal estadunidense a revolução bolivariana _____	143
3.2.2 Mídia, concentração e televisão pública _____	147
3.2.3. <i>Pelo malo</i> . A lição que fica _____	156
CAPÍTULO 04 _____	161
4.1 Brasil e Argentina: O caso da TELEVISÃO pública como aspiração contra-hegemônica na América Latina _____	161
4.2 Brasil Digital com Desenvolvimento, Diversidade e Democracia. Brasil 4D _____	171
PERCEPÇÕES NÃO CONCLUSIVAS _____	178
BIBLIOGRAFIA _____	186

INTRODUÇÃO

A introdução está dividida em três partes que se completam e possibilitam ao leitor compreender o processo de desenvolvimento da tese e da perspectiva de sua abordagem. Para tanto, inicia-se com um breve memorial do processo pessoal do pesquisador que possibilitou chegar até aqui e conformou a percepção objetiva e subjetiva do objeto abordado. Trata-se da relação do autor com a televisão, das verdades e imaginários produzidos, e aborda-se o despertar do interesse pela plataforma e do envolvimento em seu mundo produtor de ficções. Traz ainda um breve resgate sócio histórico do desenvolvimento da televisão e das técnicas comunicacionais e de como elas dialogam com a sociedade, política e o desenvolvimento da região. Na última parte aporta-se um pequeno resumo dos capítulos, o roteiro de construção e elaboração da pesquisa e ilustra-se as perspectivas e percepções alcançadas com a investigação que não se conclui nesta narrativa, ao contrário, se expõe para multipossibilidades de avanços desde os resultados apresentados.

Memorial

A honestidade intelectual e a responsabilidade racial e social faz com que sinta ser necessário apresentar, um breve histórico de mim e das pedras e referências que me fizeram compreender a comunicação e principalmente a plataforma televisiva de um modo complexo e socialmente vertebral como a enxergo e com ela me relaciono. Situações vividas, dramas e alegrias, filmes e intelectuais críticos me completam e fazem o que sou, possibilitam o imaginário e abordagem aqui aclarada.

Apresentar-me assim, neste espaço do memorial falando de mim na primeira pessoa e resgatando aos meus, a minha história não negada, periférica e do extremo sul do Sul é marcar posição e não me cancelar junto ao grupo acadêmico produtor da “cultura da elite ilustrada”, como propõe Dussel (2016, p. 52), “cujo domínio significava dar às costas para a cultura ancestral regional”.

Este esforço de me mostrar, demarcar meu espaço e voz na investigação, leva-me ao encontro de Foucault que (2016, p.320) denominará “visibilidade isolante” a constante exposição dos encarcerados sob vigília do Estado em seus novos presídios, onde estes, ao contrário das masmorras medievais, saíram da escuridão e foram postados em celas iluminadas e expostas a 24 horas de acesso repressor. Sinto-me assim, minha comunidade se

sente assim, isoladamente visível. O autor dirá que “o espaço predetermina uma história que por sua vez o modifica e se sedimenta nele” (IDEM, p. 322). E, ainda nas relações de poder e empoderamento da verdade, dirá que “poderíamos encontrar na nossa história toda uma tecnologia da verdade: levantamento de suas localizações, calendário de suas ocasiões, saber dos rituais no meio dos quais se produz” (IDEM, p.190). Dentro desse sistema de produção de verdade relacionada com o poder de quem a produz, alguns, oriundos das massas, estariam em desvantagens, pois não dotados do meio empoderador do saber produzido, transformando-o em verdade. Mas, diz também, o pensador francês que:

Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede (FOUCAULT, 2016, p.130).

Ora, é dentro deste espectro que trago esse conjunto de saberes sobre a relação Estado-mídia televisiva como possível emissor de contra discurso e visibilizador dessa Maioria Minorizada. Essa visibilidade de que trato tem um lugar histórico na invisibilidade e exclusão. Julgo importante esse momento descritivo, pois, como nota Bakhtin (1999. p. 113) “toda palavra comporta duas faces, ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige a alguém”. E neste conflito de signos imputados pela plataforma televisiva, que nada mais é do que o reflexo do pensamento social hegemônico da elite dominante, controladora dos meios de massa tradicionais, que “o sentido de uma palavra muda completamente dependendo de quem a pronuncia” (IDEM, IBIDEM).

Sou carioca, nascido no bairro do Rio Comprido, parte estendida da região conhecida historicamente como “pequena África”, pois ali se estabeleceu grande número de africanos libertos no século XIX, as tias baianas, matriarcas do samba carioca e portugueses pobres e comerciantes. Além de oriundo de uma cidade com significativa história sociocultural que é o Rio de Janeiro, venho de um núcleo familiar multicultural que gerou grande influência nos meus passos pessoais, profissionais e acadêmicos.

O meu bairro é um local ímpar. Hoje, estando longe, morando, primeiramente em São Paulo e, no momento em que escrevo essa tese, vivendo há nove anos em Brasília, tenho saudades dele, parentes e amigos de lá. Contudo, imagino que seja aquela nostalgia que só a distância e o tempo proporcionam, pois ao retornar descobrimos como nos forjamos diferentes.

O Rio Comprido, muitas vezes confundido como sendo parte do Estácio, é berço do samba carioca e por lá está a história de muita gente boa. Caso de Ismael Silva, famoso cantor da primeira metade do Séc. XX que depondo sobre o percurso dos primeiros desfiles do que viria a ser a Escola de Samba, hoje, conhecida como Estácio de Sá, diz que “durante o percurso de aproximadamente 1.200 metros, incorporava, nas mais de duas horas de desfile, não só os componentes do Estácio como, também, quantos quisessem participar, e ainda reunia gente do Rio Comprido, do Catumbi, da Cidade Nova e de muitas das profissionais do Mangue” (FRANCESCHI, 2014, p. 75). Outro que fez nome nas noites de festa e batuques do Rio Comprido¹ foi Francisco Alves, “grande intérprete, dotado de voz privilegiada, dominava o cenário musical popular tanto no rádio, no disco como no teatro, com o leque de experiência trazido das ruas e das rodas de malandragem que conhecia muito bem” (IDEM, p. 121).

Dos tempos de boemia do bairro, ainda surgiram nomes como Jorge Ben e Luiz Melodia, e, das suas fronteiras com o bairro da Tijuca, Tim Maia e posteriormente seu sobrinho Ed Motta, entre outros não tão famosos, mas, não menos importantes. *You Can Dance*, Almirzinho, Dominginhos do Estácio, entre outros. Apesar desse histórico cultural, nos anos 1980, quando minha geração estava entrando na adolescência e queria fugir da babá eletrônica, o bairro mudou muito, a guerra contra as drogas chegou até nossa vizinhança, não podíamos mais andar sossegados, qualquer grupo de meninos negros era suspeito. As noites eram de medo e terror. Os anos de 1980 foram de afirmação das facções organizadas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro e a principal disputa estava no maciço que divide as regiões centrais do Estácio e do Rio Comprido, o morro de São Carlos, que justamente promove o fluxo cultural entre os dois bairros, como relata o jornalista Carlos Amorim sobre o final dessa década e a chegada dos anos 1990:

Independentemente da forma como cessou a violência nos presídios, pelo acordo ou pelo golpe, o fato é que o Comando Vermelho mudou de tática. Os homens da organização voltam ao trabalho habitual de “administração” das cadeias. E os grupos armados continuam agindo do lado de fora. O controle do tráfico de drogas se amplia. Agora os “vermelhos” têm hegemonia absoluta. O Terceiro Comando, reorganizado na Penitenciária Lemos de Brito, é novamente o inimigo principal. Há luta nas favelas onde as duas organizações estão presentes. E a mãe de todas as batalhas continua sendo o Morro de São Carlos. Mas a cúpula do crime organizado não esquece o governador Moreira Franco (AMORIM, 2010, p. 322).

¹ Disponível em: <<http://cifrantiga2.blogspot.com.br/2012/03/bide-tambem-fez-marchas-ranchos.html>>. Acessado em 01 Mar 2017.

E foi assim, que, de um bairro boêmio e pioneiro no ritmo referêncial do país, o Rio Comprido, confundido e se completando no Estácio, viu a sua juventude se encarcerar, literalmente, dentro de casa ou nos presídios. Os que, como eu, estavam nas cercanias da casa em que viviam, ficavam horas, todos os dias, ouvindo sons de tiros e acompanhando os acontecimentos pelos noticiários do rádio ou da televisão, ainda que a realidade de violência também estivesse dentro de casa. Assim desenvolvi o gosto pela notícia. Por saber o que acontece ao meu redor. Cheguei ao mundo no meio dessa ebulição, eram os míticos anos de 1970. Ali também estava o auge do movimento *Black Power*, o resgate do orgulho negro, o renascimento do Movimento Negro, o crescimento da luta pela terra e o aumento das favelas no Rio de Janeiro, a liberação da mulher negra e o resgate de sua luta, o retorno dos exilados políticos e a organização de novas associações políticas, comunitárias e identitárias. Sou fruto desse processo.

Sou de 1973, assisti a muito programa de televisão, ouvi muito rádio. Além do *Speed Racer*², desenho de muita popularidade na época, assistia com frequência ao *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, onde Tia Anastácia, a cozinheira, era a única negra sempre disponível a servir, não me passava aquele ar de maturidade e respeitabilidade que os demais personagens adultos, como, por exemplo, a personagem Dona Benta. Assisti ainda a outros programas: *Vila Sésamo*, *Topo Gígio*, *Turma do Balão Mágico*, *Bozo*, *Os Trapalhões* e *Xuxa* e nunca me encontrei, me perdi no não reflexo de mim. Tião Macalé, Jorge Lafond e outros profissionais negros, atores, artistas, comediantes, honestos e batalhadores do espaço que lhes foi reservado, não me representavam.

De fato, nunca vi um Brasil diverso e unido na tela de minha televisão. Porém, ainda criança, também assisti a programas policiais como *O Povo na TV*, Jacinto Figueira Jr com *O Homem do sapato branco*, *Casos de polícia*, e mais tarde, *Aqui e Agora*, dentre outros, onde o sujeito negro era figura medonha e presença constante. Você que agora me lê, feche os olhos e force as imagens dos programas policiais atuais que voluntária ou involuntariamente entra na telinha de sua televisão – qual a situação dos jovens negros, jovens em sua maioria, apresentados naqueles verdadeiros shows de horrores? O sujeito negro, homem geralmente, é o principal sujeito relacionado à violência.

Nesta toada, na minha infância, como toda criança pobre de minha época, talvez, ainda hoje, passei boa parte de meu tempo livre na frente do aparelho de televisão girando para

² Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Speed_Racer>. Acesso em 07 Feb 2017.

esquerda e para a direita os poucos canais VHF existentes, os da chamada TV aberta. Para minha família, a televisão era uma espécie de proteção ao nos manter em casa e tirar do perigoso espaço que era a rua. Assim cheguei à adolescência.

Neste *tour* televisivo, passaram-se os anos, bem como novos programas, novos desenhos, novos apresentadores etc. Porém, a única coisa que não era nova era a ausência de gente como eu na telinha – não via gente de pele escura, mestiça, preta, parda, retinta, mulata, seja lá qual fossem as características físicas, eu não me enxergava representado, porém, não entendia o que aquilo significava. No escrever de minha dissertação de mestrado chamei a isso de “Sujeitos Desidentificados” (SANTOS, 2014), é como sinto que somos, mas, voltarei a isso mais tarde.

Um dia, porém, fui chamado à realidade: foi quando na festa de um vizinho, de família branca, classe média, o primo do aniversariante me apelidou de Mussum. Não gostei não me identificava com o personagem e não conhecia a história de luta e superação do artista Antonio Carlos Bernardes Gomes (1941- 1994), ao qual só tive acesso recentemente com a publicação de sua biografia escrita por Barreto (2014).

Instintivamente, desprovido de qualquer reação racialmente articulada, disse que não gostei do apelido e queria saber o porquê dele ter me chamado assim, no que o outro menino respondeu: – porque você é preto e feio igual ao Mussum³. Inocentemente, tive dificuldade para rejeitar o apelido e disse que se era para ter apelido preferia ser chamado de Pelé, pois, no mínimo, ele era bom de bola, tinha boa aparência e não era cachaceiro. O Mussum, ainda que eu não tivesse àquela altura esta formulação, representava o grotesco de que fala Muniz Sodré (1988). O pioneiro pensador das relações raciais na indústria cultural brasileira é certo ao afirmar que “a atual relação do produtor de tevê com o público é apenas deformadora da mensagem” (SODRÉ, 1988, p. 70). Pode-se afirmar que esta relação tem a ver com um dos pontos do “Colonialismo Interno”, o das “relações de produção e discriminação” de que trata Casanova (2006, p. 200).

Este, talvez, tenha sido o meu primeiro contato com uma confrontação racista, porém, também foi um estímulo para que começasse a pensar no porquê de não encontrar na televisão gente como a gente da minha família, negros e/ou afrodescendentes, como preferirem (utilizarei ao longo do estudo o termo negro), em situação digna.

³Mussum é o nome do personagem que o ator, cantor e sambista carioca Antonio Carlos Bernardes Gomes (1941- 1994) interpretava no humorístico televisivo semanal “Os Trapalhões”.

A resposta a essas e outras indagações sociais e raciais não vieram pelos livros ou se dissolveram nas aulas de educação, moral e cívica a que era submetido na *Jenny Gomes*, escola pública que frequentava localizada na Avenida Paulo de Frontin no Rio Comprido. Essa resposta começou a brotar quando, através dos meus primos Vinicius e Wagner Alexandrino, fui apresentado ao Rap.

Os dois, numa tarde de sábado me mostraram o recém-lançado álbum de estreia dos Racionais MC's, Holocausto Urbano, isso no início do verão de 1989/90. Porém, algum tempo antes havia assistido na TV Manchete, no programa da Angélica a apresentação da dupla pioneira Thaíde & DJ Hum cantando “Corpo Fechado”. Aquilo tudo mexeu comigo, era o que eu também queria fazer.

É da música Rap, de sua poesia dura e política que tirei inspiração para o título da tese. A partir do Rap e da crença na transformação social que iniciei minha transformação, minha revolução pessoal, dela que compreendi inicialmente a realidade a que estava inserido, e com seus costumes e signos em mim que chego até aqui buscando fazer, contribuir e pensar a revolução, a transformação das Maiorias Minorizadas invisíveis como um dia eu fui e que me cercam cotidianamente.

A revolução não será televisionada/não será televisionada/Na revolução não haverá irmão, rebobinar/a revolução não será televisionada/ a revolução será ao vivo/ Não vai haver fotos de porcos atirando em irmãos numa repetição instantânea. Não vai haver fotos de porcos atirando em irmãos numa repetição instantânea. Gil Scott Heron. *The revolution will not be televised*. (Tradução nossa).

Através do Hip Hop, da militância, de suas letras, grafites e ação política, consegui eliminar de mim o germe da subalternidade, a ideia de incapacidade e lugar socialmente demarcado para todos os jovens negros pobres e precarizados socialmente como os de minha origem. Não a nego, e o não negar me leva a uma tentativa de superação e transposição dos muros que a vida tem me apresentado no caminhar. Junto com a crença nos Orixás, Guias e Encantados tenho superado as marcações midiáticas que nos relegam o lugar do “Outro” na suposta sociedade branca e elitizada com perfil ocidental, que racializa os não brancos, como querem os que constroem a estrada do pensamento social brasileiro com a colaboração do imaginário midiático (MBEMBE, 2014; MOURA, 2014; BORGES, 2012; CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2002; DUSSEL, 1993). O desenvolvimento dessa tese é o ir ao encontro de mim, no sentido fanoniano, sem mais esperar. É reduzir as possibilidades de me permitir marionete social emoldurada. Como define Borges (2012, p. 180) “As formas de

emoldurar o Outro, de fundi-lo em figuras restritas, é prática recorrente nos sistemas midiáticos que se nutrem, em grande medida, do discurso imagético”.

Fanon, intelectual, político e combatente martinicano radicaliza a questão e contempla o debate ao afirmar:

O preto é um brinquedo nas mãos do branco; então, para romper este círculo infernal, ele explode. Impossível ir ao cinema sem me encontrar. Espero por mim. No intervalo, antes do filme, espero por mim. Aqueles que estão diante de mim me olham, me espionam, me esperam (FANON, 2008, p. 126).

A abordagem da história do sujeito negro, africano e afrodescendente na mídia brasileira, a diversidade étnico-racial nas empresas e grupos brasileiros de comunicação, sempre foram motivos de observação e intriga de minha parte. Pretendo-me um afro-brasileiro/afrodescendente/negro/crioulo – como queiram – em busca da constituição identitária de minha comunidade, com análises ancoradas em métodos e teorias baseadas na experiência pessoal e acadêmica. Tenciono contribuir para a recontagem da história do meu país e região a partir de um lugar social identificado com a Maioria Minorizada, identificado com aqueles que se rebelam e propõem a mudança, acredito na desestruturação da estrutura e na reconstrução de uma pós-estrutura mais igualitária para todos. Pretendo aqui juntar a bagagem da teoria e prática⁴ acumuladas nos anos de constituição do meu EU social até aqui, e utilizá-las na produção desse diagnóstico acadêmico.

Acredito ser preciso que reescrevamos nossa história de forma digna e dentro dos parâmetros da sociologia histórica e da memória, como ilustra a crítica levantada por Lélia Gonzales (1984, p. 226) como uma contribuição para que seja revista a percepção lixeirizante do ser humano negro na sociedade brasileira. É preciso que falemos de nós mesmos:

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALES, 1984, p. 225).

⁴ “A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro” (FOUCAULT, 2016, p. 130).

O silenciamento de que trata a cientista social, a latrina que seria a fala negra, tem correlação direta com a responsabilidade das mídias nessa constituição imagética do ser humano negro na sociedade Ocidental, nesta transformação do sujeito social em lixo humano como denuncia Lélia Gonzales. Nesta pesquisa, foco objetivamente na televisão, mas ela não pode ser analisada separada do todo que forma a indústria do audiovisual, quero dizer, separada do cinema e do rádio. Por isso ao longo do texto trago narrativa associada a filmes reveladores de nossa realidade⁵ e a influência do rádio na constituição do imaginário, particularmente o caso da associação do rádio com a violência urbana.

Dentro da histórica cena comum estereotipada da comunicação local, o rádio foi e é grande contribuinte para a consolidação do preconceito racial e construção da violência antinegros no Brasil. No rádio carioca, tínhamos o programa *Patrulha da cidade*⁶, cujo lema *Quem não reage, rasteja* era uma ode à violência, espancamento e assassinio de negros. Interpretação minha, me encontrava, ou melhor, me via refletido naquilo que a sociedade imaginava de mim e/ou rascunhava secularmente do sujeito negro – bruto, violento, perigoso, animalesco e merecedor de tais tratos. Ainda sobre essa abordagem, sobre o jogo de cores na significação social e racial do bem e do mal construída desde a cristandade europeia, diz o filósofo Achille Mbembe:

É o processo de transformação das pessoas de origem africana em negros, isto é, em corpo de exploração e em sujeitos de raça, obedece, em vários aspectos, a uma tripla lógica de ossificar, envenenar e calcificar. O negro não é apenas o protótipo do sujeito envenenado e carbonizado. É aquele cuja vida é feita de restos calcinados. O substantivo negro é depois o nome que se dá ao produto resultante do processo pelo qual as pessoas de origem africana são transformadas em mineral vivo de onde se extrai metal. Esta é a sua dupla dimensão metafórica e econômica (MBEMBE, 2014, p.78).

Assim que, com o passar dos anos, caminhando em frente e lutando para me livrar das amarras psicológicas e sociais concebidas pela sociedade brasileira para cidadãos negros

⁵ Minha percepção do mundo, desde criança, tem uma forte associação com o cinema. Levado pelas mãos de minha mãe a sétima arte foi e é um forte refúgio para os problemas que assolavam a família e também de compreensão do mundo. Se quando pequeno os filmes com os quais me identificava eram da linha de comédia como “Os Trapalhões” e do ator Eddie Murphy, na adolescência cineastas como John Singleton (Boy’z in tha hood) e Spike Lee teceram meu imaginário sobre a realidade e explicaram as pedras no caminho dos sujeitos negros nas Américas. Ainda hoje me referencio em filmes e roteiros na ilustração de minha compreensão do mundo.

⁶ Modificado, ainda está no ar. Pode ser ouvido através do link da rádio Tupi < <http://www.tupi.am/patrulha-da-cidade>>. Visualizado em 07/02/2017.

como eu, ainda assim tropeçando em algumas dessas amarras, descobri que muitos iguais, antes de mim, em vários cantos do mundo, também tinham vivido experiência similar à minha e que, assim como eu, lutavam para descortinar os emaranhados históricos que a exclusão e o racismo Ocidental nos envolveram. Fanon (2008, p. 103) relata sua experiência em *Pele Negra Máscaras Brancas*, quando afirma: “cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos”.

A falta de reflexão sobre a imagem do brasileiro negro nos meios de comunicação, na mídia como um todo, é responsável por uma série de efeitos colaterais sociais e refletem diretamente na construção da autoestima do povo, influencia no rendimento escolar, no convívio social, nos alarmantes índices de violência, na degradação das comunidades carentes, cuja, maioria é negra. Sobretudo, serve para a manutenção do *status quo* de uma elite branca que tem o poder e o controle do futuro da maioria da população brasileira. Repercute como a uma estratégia para demarcar os lugares a serem ocupados pelos colonizadores e os colonizados (CASANOVA, 2006), educação desenvolvida para a elite de mando e para os serviços a obedecerem. Dirá Foucault (2016, p. 192) que “a verdade era o efeito produzido pela determinação ritual do vencedor” e o vencedor aqui, até então, não é negro.

Trago comigo vários desses efeitos colaterais em minha formação, desde a história de meu avô materno, Oswaldo Alexandrino, líder comunitário-favelado, perseguido pela polícia em tempos de ditadura, o que acarretou diversos distúrbios no lar, e que se reflete no bárbaro assassinato de meu tio-irmão Oswaldo Jeferson (três anos mais velho do que eu) assassinado no Morro do Fogueteiro, Zona Norte do Rio de Janeiro, por envolvimento com o crime desorganizado, mesmo fim de meu pai, também morto por envolvimento com o crime desorganizado. Perdas relacionadas aos violentos anos de 1970/80 no Rio de Janeiro e da crescente socialização das drogas ilícitas, e de seu combate irracional por parte do governo, cedendo às políticas de repressão estadunidense que tanto lá como cá só resultou no crescimento do encarceramento e morte de jovens, em sua maioria negra⁷.

⁷ Para mais informações sobre este combate às drogas, ver: NOVION, Jacques. *Las Últimas Fronteras del Sistema Capitalista: Hegemonía, Integración Económica y Seguridad en las Américas. La Amazonía y el futuro en cuestión*. UNAM, 2009. O documentário “A 13ª emenda”, sobre o encarceramento em massa e assassinato sem igual na história estadunidense de homens negros jovens, consequência da política de combate às drogas iniciada no governo Richard Nixon. Disponível em

Nesta luta por sobrevivência, por questionar e problematizar a história da minha gente contada nos meios oficiais, concluí a graduação em Ciências Sociais, onde, para a licenciatura desenvolvi monografia analisando a relação da TV pública brasileira como instrumento de *Soft-Power* governamental. “A programação da TV Pública brasileira para a Guiné-Bissau”, concluí uma Pós-Graduação *Lato Sensu* em História e Cultura no Brasil, onde para o título de especialista produzi artigo sobre a história da imprensa negra brasileira no Séc. XX. Chegando ao mestrado, dei continuidade ao objeto de estudo, TV Pública, dissertando sobre a relação Brasil x África através de dissecação do programa televisivo “Nova África” exibido pela TV Brasil. Através dele fez-se possível compreender os signos dominantes e os subalternizados projetados pela TV Pública brasileira.

Amparado por uma vasta experiência⁸ na prática cotidiana das redações e produções televisivas, tive a oportunidade de participar dos primeiros cinco anos de construção da TV Brasil e ver nascer o sujeito de minha pesquisa, a nova televisão pública brasileira. Acompanhei os debates sobre as transformações das televisões públicas na América Latina, especialmente das TVs de Argentina e Venezuela⁹. Encorajado e particularmente vivendo parte desta história de luta por dignidade e visibilidade dos negros na mídia brasileira¹⁰ é que chego neste novo estágio de minha vida acadêmica.

Julguei importante dar este primeiro passo falando de mim, do meu eu pesquisador e do meu envolvimento com o objeto de estudo, pois, assim como Said (1990, p. 21), considero que ninguém nunca descobriu um método para separar o erudito das circunstâncias da vida, do fato do seu envolvimento (consciente ou inconsciente) com uma classe, com um conjunto de crenças, uma posição social, ou da mera atividade de ser membro da sociedade. Como identificam Pinho e Figueiredo:

<<https://www.netflix.com/watch/80091741?trackId=13464114&tctx=15%2C0%2C76e506a1-bc60-4d85-b854-b8a15efe304d-36720790>> Acesso em: 27Out 2016.

⁸Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/21/tv_folha/11.html.
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq261210.htm>
<<http://tvbrasil.ebc.com.br/paratodos/episodio/paratodos-estreia-em-setembro-na-tv-brasil>> Acesso em: 26 Fev 2017.

⁹ Vídeo de três anos de criação da rede transnacional TeleSur, sua missão e alcance. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eXqROzosqpY>>. Acesso em: 30 Out 2016.

¹⁰ A primeira vez que vivi a produção de um produto televisivo foi no ano de 1985 como figurante da novela produzida pela TV Globo, Roque Santeiro. A partir daí, tive passagens por emissoras como TV Bandeirantes, programa Axé- Se liga Brasil!, TV Cultura, programa Metrôpolis, TV Globo, Fantástico, TV Record, Turma do gueto, TV da gente, Looping e Hip Hop Show, e TV Brasil, Paratodos e Caminhos da Reportagem, entre outras mídias não televisivas.

Durante toda a história intelectual brasileira o cânone do pensamento sociológico estabeleceu-se tomando como parâmetro modelos estrangeiros. Todo o edifício do pensamento racial construiu-se assim. Agora, ao que parece, reivindicamos uma nova transversalidade histórica para reconstruir uma forma de abordagem da problemática racial que procura revelar os determinantes raciais para a formação do campo acadêmico. (2002, p. 192).

Deste modo, falar de mim é rememorar o coletivo e refletir sobre minha chegada, o meu papel neste lugar privilegiado de produzir e/ou aprimorar conhecimento no exclusivíssimo e espetacular espaço de saber que é a academia altamente submetida aos interesses e políticas da potência hegemônica dominante, como dominado, buscando transgredir, propor, respirar, sugerir, agir, desobedecer civil e epistemicamente (MIGNOLO, 2008). Este sou eu.

Trama argumentativa

Desde uma postura transdisciplinar como propõe Dussel (2016, p. 57), trazendo para esta narrativa investigativa o local de origem e construção da fala do investigador, associada ao pensamento de Mignolo (2016, p. 287), para quem a “desobediência civil sem desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntrica”, a tese ora apresentada tem como objetivo principal a compreensão, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, das transformações ocorridas no âmbito das TVs Públicas do Brasil e da Argentina no período de governo compreendido entre o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro mandato de Dilma Vana Rousseff e os dois mandatos de Cristina Fernandes de Kirchner – atemporalidades permitidas na pesquisa histórico-comparativa.

Compreende-se a história comparada como uma modalidade historiográfica que se caracteriza pela possibilidade de um múltiplo campo de observações constituído pelo historiador. “Consideramos que a história comparada é uma modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade”. (BARROS, 2014, p. 15).

Com efeito, analisa-se o processo político que levou a criação da TV Brasil associada à Empresa Brasil de Comunicação e da TV Digital Aberta na Argentina. Observa-se a influência da TeleSur, empreendimento multiestatal de matriz venezuelana nesse processo e os desdobramentos desses empreendimentos como direito humano a comunicação democrática, plural e emancipatória.

Secundariamente, a elaboração do projeto de doutorado teve como objetivo compreender o lugar de visibilidade das Maiorias Minorizadas dentro destas reconfigurações televisivas na região. Questiona-se se este momento ímpar para a política regional, de governos considerados progressistas e com políticas de inclusão social e racial, trouxe subsídios para o desenvolvimento de uma televisão pública mais sócio-racialmente diversificada conforme pretendido em seus documentos de fundação¹¹, ou se continuou a reproduzir a estética e perfil eurocentrado, copiado das emissoras comerciais orientadas pela reprodução e comercialização da branquitude eurocêntrica. Como são apresentadas as representações da realidade na mídia pública? Dito de outra maneira, como a comunicação pública poderia gerar informação independente das relações mercantilizadas de seus congêneres comerciais e contribuir na formação cidadã e emancipadora de seu público receptor, o sujeito cidadão. Como propõe Borges:

A temática mídia e representações do outro afigura-se como um nexo importante para pensarmos, em perspectiva ampliada, nos modos em que o imaginário ordena-se em torno da questão, visto que envolve discriminações acerca do certo ou do errado, melhor ou pior, belo e feio, normal e desviante, adequado e inadequado, próprio e impróprio, fornecendo a todos nós padrões com os quais constituímos nossos horizontes identitários, ideais culturais de ser e bem estar no mundo (BORGES, 2012, P.179).

Em diálogo com o avanço tecnológico e a adoção das novas tecnologias digitais para o audiovisual busca-se perceber se a Televisão Pública reconfigurada transforma-se num fator determinante para a formação de cidadãos, estimuladora da emancipação social contra-hegemônica e não reprodutora de consumidores digitais não críticos nesta modernidade tardia e dependente a que está inserida.

Como hipótese imediata, partiu-se para este estudo considerando, que o mesmo governo que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), onde está alocada a TV Brasil, não rompeu com os paradigmas hegemônicos da comunicação televisiva brasileira, pois desde

¹¹ A Lei 26.522, *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*, conhecida como *Ley de Medios* na Argentina projeta-se como um instrumento inovador de regulação, fiscalização, fomento e diversificação das atividades informativas e culturais. As mudanças por ela introduzidas têm o pressuposto de que a comunicação é um serviço ligado a um direito humano e, não um negócio lucrativo. Os princípios antimonopólios visam garantir a pluralidade de vozes e a horizontalidade informativa, fixando um marco regulatório abrangente para a comunicação midiática, incluindo convergência digital entre TV a cabo, telefonia e Internet e um regime de outorgas em condições equitativas e não discriminatórias. No Brasil a lei 11.652 de 2008 que cria a Empresa Brasil de Comunicação, em seu artigo 2º e todos os seus incisos contemplam a necessária promoção a diversidade, pluralidade e independência necessária que uma televisão pública deve ter, inclusive em relação as possíveis influencias da intervenção governamental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>. Acesso em: 07 Feb 2017.

seu quadro diretor até seus jornalistas e apresentadores não refletem a diversidade étnico-racial do país, conforme analisado em Santos (2014).

Analisa-se a sociedade em que estamos inseridos e suas intersecções, a espetacularização midiática da política, a relação da televisão e os anseios das Maiorias Minorizadas, a percepção dos governantes sobre as esperanças populares e o que se propõe a romper ou a manter, o avanço ou não das possibilidades emancipacionistas e a pressão hegemônica que faz historicamente os Estados Unidos da América na região, principalmente através de seu sistema de comunicação. Ao final, com um olhar nascido no Sul do Sul, propõe-se a práxis da vida real.

O problema de pesquisa, a percepção de que existe uma revolução em curso no âmbito das Maiorias Minorizadas como apontam diversas investigações e publicações recentes (SANTOS, 2017; FELIZ, 2016; BERNARDINO-COSTA, 2015; FERRER, 2015; MEIRELES e ATHAÍDE, 2014; CHAVES, 2011; SOUZA, 2009; DAVIS, 2006) é mote do tecido argumentativo para essa tese e seu título. O que vemos é a realidade palpável ou produção fictícia, no dizer de Borges (2008), sobre os textos televisivos? Como se constroem essas realidades no âmbito da televisão pública e como os construtores, programadores, produtores e gestores sofrem essa influência política e do modelo hegemônico será objeto terciário e transversal ao propósito principal. Das imposições dos monopólios midiáticos para a socialização controlada, como se a televisão fosse a reguladora dos fatos sociais, das coisas, de que diz Durkheim é que descortina-se o papel da televisão pública, a manutenção ou rompimento das hegemônias políticas, de conteúdo e estéticas.

Assim que, acompanhando as transformações das TVs públicas na América Latina e Caribe desde 2005 com a criação da *Televisión del Sur, TeleSur*, na Venezuela, vivenciando a criação da TV Brasil e acompanhando os debates e mobilização popular na Argentina, a investigação se propõe a mensurar o quão real seria esta via comunicacional contra-hegemônica, onde se encaixa o possível contra discurso da TV pública proposto pelos governantes, considerando o caráter de determinante sógnico da televisão.

Todo esse processo de análise das possibilidades do veículo trazido para a investigação nasce, principalmente, no fim dos anos 1990, ao observar os trabalhadores televisivos dentro do processo de globalização e, percebendo as transformações por que passavam as mídias tradicionais, um momento de reconfiguração das plataformas de

comunicação, transformações, talvez, nunca vistas nos cem anos anteriores. O avanço da simultaneidade da vida social e das imposições capitalistas no período, como discorre Dussel:

Tudo o que é simultâneo com a origem e o desenvolvimento do capitalismo (mercantil a princípio, de mera acumulação primitiva de dinheiro), ou seja, a Modernidade, o colonialismo e o sistema-mundo, denota aspectos de uma mesma realidade simultânea e mutuamente constitutiva (DUSSEL, 2016, p. 58).

Observando a transnacionalização das redes de comunicação, antes centradas nacionalmente, e o deslocamento dos centros irradiadores de informação, de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México, para cidades sedes de oligopólios midiáticos de países centrais do capitalismo, como Miami, Nova York, São Francisco, Madri e Londres, conforme abordado por diversos autores (LOCASTRE, 2017; BECERRA, 2015, 2017; MARTEL, 2015, 2012; LAZZARO, 2015, 2010; BORGES, 2009; BARBERO, 2009; SANTOS, 2004, 1998; ORTIZ, 2006) e associando essas mudanças a imposição do capitalismo neoliberal na América-Latina, com seus governos alinhados ao Consenso de Washington, aprofunda-se a compreensão sobre as transformações das plataformas comunicacionais associadas às imposições aos países periféricos no âmbito das finanças, da indústria e da cultura que se movem cada vez mais em escala global.

Traz-se essa percepção para aprofundamento nesta pesquisa, o papel da Televisão Pública nesse processo, que do mesmo modo que a economia internacional não significa apenas a soma das diversas economias nacionais, e sim um sistema em si, o sistema mundo¹² (SANTOS, 2016, p. 31). O sistema de mídias internacionais não é apenas a soma de diversas redes operativas dentro dos países, é sim uma trama diversa, com hegemonias, contradições e tensões próprias.

Neste aspecto, importante fazer um breve resgate da história dos sistemas tecnológicos de comunicação e o diálogo com o público no sentido de melhor esclarecer as relações aqui apontadas. Para isso, ao longo do texto tecido, traz-se os processos históricos, a relação com os países comparados e, quando possível, a percepção dos entrevistados para a pesquisa. No decorrer da investigação percebe-se a existência de dois modos objetivos de fazer a

¹² O enfoque do Sistema-Mundo analisou a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasceu no fim da Idade Média europeia e que evoluiu na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Este enfoque destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia, além de distinguir entre as economias centrais uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema (SANTOS, 2016, p. 31).

apresentação narrativa do construto pesquisado, de desenvolver a tecelagem intelectual que daria forma a tese. A primeira seria à maneira tradicional, separando os países e espaços observados, dividindo em blocos e ao final costurando num capítulo ou grande área onde constaria a amostra dos resultados e percepções obtidas.

A segunda, forma pela qual optou-se, seria tecer a narrativa trazendo a relação dos países, o processo histórico-sociológico e já ali os fatores causais, variantes e subjetividades relacionadas a abordagem e percepção do objeto. Essa opção revela um pouco da transdisciplinaridade proposta e da forma, leve talvez, de desobediência epistemológica adotada pelo autor e do seu modo de percepção das coisas, os fatos sociais, não nascidos de maneiras díspares, mas entrelaçados numa grande trama que forma o mundo que habitamos. Se a ciência é o resultado da técnica e de sua manipulação pelo cientista e suas subjetividades intelectuais, assim que este resultado tem identidade, e assume-se aqui total responsabilidade sobre o seu positivo e negativo.

Assim também é o dialogo proposto com a sétima arte, plataforma predecessora da televisão. Como numa obra de Fellini busca-se na experiência pessoal, nas lembranças do autor e dos entrevistados, nos acontecimentos registrados bibliograficamente os elementos para a composição do roteiro dessa tese com a facilitação de um maior número possível de imagens que insiram a audiência dentro do universo abordado. Uma forma encontrada de aproximar palpavelmente o universo social dos países comparados, além da leitura de livros acadêmicos e romances locais, foi ouvir a muitos programas das rádios locais, assistir horas de programas televisivos e assistir a muitos filmes que proporcionassem a visão da sociedade Argentina e rememorasse os processos políticos e sociais recentes do Brasil. Assim que, algumas destas obras serviram de inspiração para a introdução de capítulos, e amarração de ideias que remetem às realidades locais.

Deste modo posto que no capítulo 01, apresenta-se a proposta de abordagem teórico-metodológica. Inicia-se este capítulo como num escrito de Lima Barreto, coloquialmente, como de maneira geral em todo o escrito, propõe-se que ali estaria a possibilidade de suicídio identitário e epistemológico e esta possibilidade se dividiria em duas hipóteses: na hipótese de negar a anticolonialidade natural ao autor, e, aderir aos saberes hegemônicos, eurocentrados e negadores das identidades subalternizadas, como é tradicional no meio acadêmico, vide crítica feita por Darcy Ribeiro (1970, p. 13), ou a hipótese de ao se legitimar, ao não incorrer no epstemicídio, consolidar o avanço das Maiorias Minorizadas no âmbito acadêmico, deixar de alguma forma essa digital. Sapiante dessa responsabilidade social como pesquisador,

professor e ativista (HALE, 2008), optou-se pela segunda forma, em dar sentido a existência e força seminal (PEREIRA, 2016).

Nesta busca pela forma perfeita (imperfeita), neste primeiro capítulo utiliza-se uma abordagem baseada na teoria e na prática, com perspectiva de história comparada (BARROS, 2014; MORLINO, 2010; BURKE, 2008; RIBEIRO, 1970), desde uma tríade de possibilidades e caminhos dialogando com o construto que hoje chamam de decolonial, porém, bebendo em fontes e experiências anteriores ao grupo que se conformou chamar decolonial (MBEMBE, 2014; MOURA, 2014, 1999, 1978; DORFMAN, 2010; BANDEIRA, 2004; CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2002; CANCLINI, 1997; RAMOS, 1996; DUSSEL, 1993; FANON, 2012, 2008, 1968; JESUS, 1960), onde no fundo, todos são adeptos da práxis anticolonialista.

Com efeito, neste capítulo traz-se um grande debate entre autores brasileiros e argentinos em sua maioria, apontando os caminhos percorridos nos países investigados que permitiram a formulação intelectual, teórica e metodológica da tese. Neste momento introduz-se as percepções sobre o que nos une e separa, e também as possibilidades teóricas de compreensão e/ou percepção bebendo na fonte semiótica regada por Santaella (2012) para aproximar a comunidade acadêmica da problemática trazida.

Para o capítulo 02 pontua-se a discussão sobre o colonialismo interno e sua reprodução consolidada através dos meios de comunicação. Esse é o mote para discutir Hegemonia e Contra-hegemonia comunicacional partindo do entendimento consolidado de que estamos sob o guarda-chuva hegemônico do império estadunidense e, dele, toda a região desde fins do século XIX (STONE, 2015; SANTOS, 2014; TOTA, 2014, 2000; SOUSA, 2013; NOVION, 2011; SANTOS, 2004, 1998; BECERRA; BORGES, 2008; WILLIAMS, 2005; SADER, 2004; SODRÉ, 1988).

Nesse capítulo busca-se a abordagem historicizante, compara-se o processo de colonização e ocupação das Américas com a consolidação desta comunicação audiovisual hegemônica que ora criticamos.

Analisar o contexto de luta hegemônica e contra-hegemônica pela comunicação como emancipação, pela comunicação plural e democrática, principalmente para negros e indígenas, é como gritar no deserto se continuarmos com o modelo comunicacional vigente. Assim que, para desenvolver a compreensão dos processos locais nos países comparados, extrair desse processo o entendimento do conflito dialético estabelecido e forjar um instrumental que

possibilite a dissecação dos avanços paralisantes como será visto no Capítulo 03 foi necessário trazer a tona o debate sobre a formação das hegemonias, o avanço estadunidense sobre as Américas no pós-independência dos países da região, a consolidação de sua área de experimentação para um posterior avanço em escala global e o resultado dessa política nos países locais.

Tenciona-se analisar a capacidade estadunidense de gerar uma concepção universal do mundo a partir de uma percepção particular, por meio de sua política externa e da indústria da comunicação e entretenimento, criando dominação através do consenso entre as elites e gerando um agendamento que reproduz formas de dominação nos espaços dependentes, subalternizados. Propõe-se que os instrumentais para esta expansão estão relacionados à comunicação e sua capacidade de construção e propagação de saberes hegemônicos, coloniais. Como pontua Ceceña (2004, p. 03), as condições de manutenção de um sistema de domínio como o atual não só resultam da concentração dos meios permitindo organizar o modo de reprodução coletiva que vivemos hoje, mas acima de tudo moldam a convicção de que esses meios são alheios à problemática política posta.

Aborda-se, neste capítulo, o uso das tecnologias da comunicação para a consolidação de novas formas de hegemonia (SANTOS, 2004, 1998) para chegar ao problema central da tese – como a comunicação pública poderia gerar informação independentemente das relações mercantilizadas de seus congêneres comerciais e contribuir na formação cidadã e emancipadora de seu público receptor, o sujeito cidadão, ou a revolução não será televisionada? Partindo de uma percepção sobre hegemonia cunhada por Gramsci, vislumbra-se as possibilidades da comunicação pública, da TV Pública fortalecida fazer o contra ponto ao domínio via consenso e reprodução das formas de dominação nos espaços submetidos historicamente ao domínio hegemônico, no sentido de Moraes (2016), Gramsci (2011), Bandeira (2014; 2004), Sader (2012; 2004), Hall (2006), Willians (2005), Ceceña (2004), Coutinho (2011), Novion (2011), Santos (1998), entre outros.

Nesta altura da investigação pretende-se contribuir para o pensamento de políticas para a televisão pública, estimular reflexões quanto a possibilidade contra-hegemônica e chamar criticamente os governantes progressistas e seus aliados à reflexão desse processo. Agir de forma propositiva quanto ao objeto estudado é buscar incluir no imaginário social produzido principalmente pela televisão, ainda o principal veículo de comunicação de massa, milhões de cidadãos não brancos, homens, mulheres, jovens e idosos, formadores dessas nações investigadas e alijados de uma dignidade de imagem e conteúdo a altura de sua

contribuição às formações nacionais. Porém, para que seja possível a mensuração destas transformações e/ou possibilidades transformativas aqui apontadas, incorre-se num breve resgate histórico sobre a consolidação da indústria da comunicação televisiva na Europa e nos EUA, e seus reflexos na região tratada, para isso recorre-se a investigadores e pensadores contribuintes para a compreensão do processo sócio-político abordado. (STONE; KUZNICK, 2015; THOMPSON, 2012; ORTIZ, 2006; MATTELART, 2003; HOBBSAWM, 1995).

No Capítulo 03, com o objeto já encrustado na pele, já tendo permitido ao leitor/examinador adentrar o universo constitutivo da percepção e abordagem do tema, mergulha-se no trato do objeto primário proposto, nas influências políticas de países que cercam os comparados e discute-se a “Dialética Comunicacional na região e o poder da televisão”, título geral deste terceiro capítulo. Neste que objetivamente avança-se no estudo de caso e faz-se uso das entrevistas colhidas para analisá-lo.

Neste capítulo também é debatida a influência chavista com a criação da *Televisión del Sur* as adesões ou reproduções locais sob influência do empreendimento alternativo bolivariano. A história dos pioneiros da televisão no Brasil e na Argentina é abordada e, subjetivamente discute-se a influência desses empreendedores monopolistas no modelo de televisão que temos.

Com a lição apreendida do caso venezuelano e com os debates propostos entre os entrevistados é que chega-se na abordagem de Brasil e Argentina. De todo o processo de reconfiguração da televisão pública nos países comparados, relaciona-se a isso a chegada de Lula, Dilma e do casal Kirchner ao comando dos respectivos executivos nacionais, a ascensão política dos “antigos” dominados, subalternos, com esse novo grupo no poder nacional.

No capítulo 04, “Brasil e Argentina: O caso da comunicação pública como aspiração contra-hegemônica na América Latina”, objetiva-se focar nas transformações do campo da televisão digital e de como esta ação contribuiu para a proposta de uma comunicação contra hegemônica na Região.

Por fim, com a busca por juntar palavras e ideias para constituir o que chamamos de tese, buscou-se neste resultado investigativo trazer demandas e aspirações de visibilidade e anseios do grupo sócio racial relacionado a seu autor. Com o diálogo ilustrativo do cinema, trabalhou-se com a primeira referência audiovisual de imagens em tela do que posteriormente viemos a chamar televisão e, ao pincelar referências literárias de Brasil e Argentina colorindo os textos duros das teses e escritos acadêmicos que dominam o espaço, demonstrou-se

respeito e interesse pela cultura do país vizinho e também a presença do autor em mundos distintos e tão influentes quanto a rua e a academia. Como enfatiza a escritora Conceição Evaristo¹³, não nascemos rodeados de livros, mas de palavras, e a palavra aqui é trabalhada para dar sentido a luta e projeto emancipatório do povo negro brasileiro.

Finalmente chega-se às conclusões da investigação, ainda que a pesquisa não termine nesse item como uma espécie de satisfação a banca examinadora que emitirá sua posição sobre o construto apresentado. De verdade, ela se inicia neste momento, como todo o enredo da tese, oxalá dando pistas e caminhos concretos para tantas navegações possíveis e estradas que se pretende percorrer.

¹³Disponível

em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/cultura/1501375308_019982.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM>

Acesso em: 30 de Julho de 2017.

CAPÍTULO 1

1.1 PRODUZINDO O QUE E PARA QUEM? COMUNICAÇÃO EM UMA PERSPECCTIVA TEÓRICA-METODOLÓGICA DECOLONIAL

Foram me chamar / Eu estou aqui, o que é que há
 Eu vim de lá, eu vim de lá pequenininho/Mas eu vim de lá pequenininho
 Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho
 Sempre fui obediente/ Mas não pude resistir
 (Alguém me avisou. Dona Ivone Lara).

Estabeleceu-se como fio condutor da tese o campo epistemológico do que se convencionou chamar decolonialidade. Com isso, busca-se uma possível construção teórica, criando uma análise crítica interagindo com pensadores, ativistas e críticos da colonialidade do saber, poder e do eurocentrismo acadêmico anticoloniais (QUIJANO, 2005; SAID, 1990).

Aqui optou-se pelo termo decolonial, pelos mesmos motivos defendidos por Walsh (2009, p. 15-16), que prefere utilizar o termo “decolonial”, suprimindo o “s” para marcar uma distinção com o significado de descolonizar em seu sentido clássico. E, deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua.

Definido o campo epistemológico de pensamento, mobilizou-se duas dimensões teóricas que se articulam e se complementam como a base que irá sustentar a tese defendida na pesquisa. Por um lado, as teorias e literaturas sobre o desvelamento e a discussão da hegemonia comunicacional na América Latina e seu impacto nos processos de construção das TVs públicas no Brasil e Argentina, utilizando-se como referência o processo venezuelano. Por outro, teorias e literaturas da desconstrução da homogeneidade comunicacional do ser latino-americano, nascida a partir do construto identitário do que é o ocidental europeu ou estadunidense, em oposição às Maiorias Minorizadas.

Como consequência do processo de construção de saberes, com vistas a reforçar as dimensões teóricas acima explicitadas, contribuiu-se com a formulação de dois construtos teóricos: Maioria Minorizadas e Sujeitos Desidentificados.

O uso do termo Maiorias Minorizadas está relacionado ao esforço de tratar negros, mestiços e indígenas no Brasil e Argentina de forma equilibrada, não homogênea, considerando suas diferenças étnicas, signos identificadores e condições de acomodação na

base da pirâmide, mas que linguisticamente remeta a situação de populações subalternizadas pelo *stabliment*. Ao utilizá-lo não se pretende igualar lutas ou homogeneizar vivências e situações sociais, e sim aproximar respeitosamente sujeitos em posição de subalternidade e colonizados, em sua luta anticolonialidade e por emancipação.

Transdisciplinarmente, propõe-se uma abordagem emancipadora como a um projeto de desvendamento do mundo presente com o propósito de transformá-lo, re-configurá-lo dando visibilidade a história e constituição social dessa Maioria Minorizada não contemplada pelos construtos e produção acadêmica.

Individualmente essa Maioria Minorizada constitui-se no Sujeito Desidentificado (SANTOS, 2014), construto criado na dissertação de mestrado, justamente para referenciar a maioria populacional afrodescendente brasileira, porém, minoria nos espaços de constituição do imaginário social, caso da televisão, objeto de estudo naquele propósito. Segundo Santos (2014), estes sujeitos desidentificados, são desidentificados pela mídia televisiva ao serem apresentados em sua programação diária, continuamente como desprovidos de culturas e valores tradicionais, e nas telenovelas, especificamente, sem um lastro familiar com raízes de pertencimento.

Como demonstrado pela vinculação ao campo decolonial, busca-se fugir da “sociologia convencional”, como bem pontuou Ramos ([1958]1996) ao tratar dos cientistas sociais reprodutores de métodos eurocêntricos, para avaliar a realidade brasileira e latino-americana. Tem-se como pressuposto realizar uma distinção entre “*ciência em hábito da ciência em ato*”, como talhado na pedra por Ramos ([1958]1996, p. 19) em seu debate com Florestan Fernandes que pressupunha a aplicação *ipsi literis* do método sociológico como à europeia, como cânone da ciência dura. Ramos¹⁴ na proposta de “Redução Sociológica” apontou a necessidade de trazer a régua metodológica para a realidade da região, falando deste lugar e de suas percepções.

Nos países periféricos, a sociologia deixa de ser atrasada na medida em que se liberta do “efeito de prestígio” e se orienta no sentido de induzir as suas regras do contexto histórico-social em que se integra. Esse tipo de sociologia

¹⁴ O sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos elaborou, no final da década de 1950, uma construção metodológica voltada para a recepção crítica das idéias importadas, e apontava para a criação de uma abordagem sociológica nacional, a Redução Sociológica, rejeitando a aceitação bruta dos cânones importados, projeto singular e confluyente ao do desenvolvimentismo de um capitalismo nacional no Brasil. Para ele, trabalhar com os instrumentos metodológicos da sociologia seria partir da tríade da observação, experimentação e problematização dos fatos sociais e buscar sua razão de ser, a conclusão dos mesmos agregando as origens, formação e identidade do pesquisador.

exige do sociólogo um esforço muito maior que o da mera aquisição de ideias e de informação especializadas: exige a iniciação numa destreza intelectual que pode ser definida com a palavra *habitus*, na acepção em que os antigos a empregavam. Com efeito, é preciso distinguir a sociologia em hábito da sociologia em ato, nas acepções filosóficas do termo (RAMOS [1958] 1996, p. 21).

Assim que referenciado no campo da decolonialidade e em linha com Guerreiro Ramos inicia-se este capítulo convocando alguns mais velhos¹⁵, alguns pesquisadores mais experientes, para que deles sejam emprestados alguns conceitos e vivências. Relaciona-se algumas destas referências, que, certamente, ao longo do desenvolvimento da pesquisa são úteis como sólidos atracamentos para a construção da análise.

Nas obras de Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (2008), *Sociologia de una revolución* (2012), e também em *Os condenados da Terra* (1968) é possível perceber que sua análise social transversalmente perpassa a comunicação e a crítica ao imaginário coletivo proporcionado pelos meios. Foi no meio desta análise do viver complexo e ruidoso porque passava a humanidade que surge o conceito de descolonialidade:

(Des)colonialidades un concepto cuyo punto de origen fue el Tercer Mundo. Para ser más precisos, surgió en el mismo momento en que la división en tres mundos se desmoronaba y se celebraba el fin de la historia y de un nuevo orden mundial (MIGNOLO, 2014, p. 24).

Walter Mignolo (2014) aponta Fanon como o mentor teórico do conceito de descolonialidade e *Os condenados da terra* como caminho dado para se pensar uma possível terceira via que caminhe independente do capitalismo, tampouco pelo comunismo, mas pela desconstrução colonial, um suporte real para aqueles que resistem a submissão ao sistema e creem na possibilidade de pensar fora dos limites planejados para seu grupo. Como propôs Ramos (1996), resistir a partir de um pensamento externo ao imposto. Descolonizar/decolonizar é resistir e persistir na transformação, quiçá propor um mundo globalizado a partir do Sul, diria Milton Santos (2004):

No obstante esto, la opción descolonial por el momento no es una opción estatal. Es una opción de la sociedad política global. La sociedad política global está constituida por miles sino millones de personas que se agrupan en proyecto para resurgir, reemerger y re-existir. Esto es ya no sólo resistir,

¹⁵ O ato de convocar os mais velhos para dar suporte a uma caminhada, onde ainda se desconhece o terreno final, é um ato comum dentro do que Lima (2003) chama de Família de Santo. Aqui, o pesquisador utiliza, metaforicamente, este construto de sua identidade para se associar aos pesquisadores mais velhos com quem coaduna perspectivas teóricas. Família de santo, esta relação de respeito para com os mais velhos, é algo muito presente nas religiões de matriz africana do Brasil, Cuba e Haiti, principalmente. Para mais, ver Luhning e Mata (2010), Cabrera (2004), Prandi (2001), Moura (2000), e Santos (1986), entre outros.

porque resistir significa que las reglas del juego las maneja alguien a quien resistimos (MIGNOLO, 2014, p. 44).

Carneiro (2005) quando trata a importância resistente dessa desconstrução na perspectiva educacional para cidadãos minorizados, na não desconstrução da colonialidade subalterna afirma que:

Enquanto a escola oferece múltiplas formas de subordinação, assujeitamento e negação, é da força da auto-estima, do reconhecimento da própria capacidade de autonomia, dos exemplos no interior das famílias e dos raros profissionais negros com quem conviveram na infância, adolescência e juventude, bem como da conquista da memória coletiva – são desses elementos que se extrai a seiva da resistência (CARNEIRO, 2005, p. 278).

A resistência aparece no uso dessa ecologia de saberes (SANTOS, 2010) para tratar do objeto e não negando a si mesmo como ser produtor de conhecimentos e saberes tradicionais. Busca-se nas epistemologias do Sul o referencial que se assenta em premissas desvalorizadas pelos teóricos do Norte; de que a compreensão do mundo é muito mais ampla do que a compreensão ocidental e sobre a pluralidade do mundo ser infinita e incluir formas distintas que podem proporcionar a produção de alternativas para a construção de uma sociedade mais equitativa (SANTOS, 2011). Ademais, a utilização dessas referências consolida a busca pela linha de rompimento com as formas sociais de não existência produzidas ou legitimadas pela razão eurocêntrica dominante por meio da monocultura do saber. (SANTOS, 2011, p. 32).

Como Clóvis Moura levando a crítica desde o Sul (1999), e propondo uma sociologia emancipadora e independente da ordem burguesa estabelecida, colocando a sociologia em questão (1978), busca-se aqui um caminho alternativo ao imposto pela elite intelectual reprodutora dos construtos e signos do Norte. Uma epistemologia que não assassine identitariamente os não alinhados e um método que possibilite a inclusão dessa Maioria Minorizada em sua práxis e hipóteses condizentes com a realidade a que estão inseridos.

Segrera (2005) apresenta algumas reflexões sobre as ciências sociais não eurocênicas e seu desenvolvimento na América Latina. O que tem sido de grande valia na busca por uma nova abordagem do espaço e tempo presente. O autor propõe uma reflexão sobre os legados da disciplina na região, prospecta desafios futuros, e oferta uma reflexão histórica como chave para a criação de novos paradigmas que permitam vislumbrar e construir um futuro alternativo. “É necessário não só repensar as ciências sociais, mas sobretudo impensá-las. Isto é, pôr em questão o legado do século dezanove e o deste século atual nas ciências sociais” [...] (SEGRERA, 2005, p. 205).

É neste contexto que apresenta-se a relação com autores que indicam o debate analítico sobre hegemonia e sua multidimensionalidade a partir de Antonio Gramsci, o pensador italiano que discorre sobre a realidade enquanto totalidade, desvenda suas contradições e reconhece que ela é constituída por mediações, processos e estruturas. A partir de uma multiplicidade de significados, analisa-se essa realidade evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que leva em conta a historicidade do social, sendo este, segundo Gramsci (2011), o único caminho fecundo na pesquisa científica.

A análise contemporânea a partir desta perspectiva leva a consideração de que a única maneira de prever o futuro será compreendendo os cenários e identificar estratégias, sejam relacionados à dominação hegemônica ou a emancipação (CECEÑA, 2004, p. 5). Para isso também é necessário entender o papel dos meios, o da televisão, sobretudo na formulação de imaginários, na contribuição para a revolução passiva de que tratou Gramsci e a consolidação dos interesses capitalistas e o espraiamento da ideologia dominante entre parte significativa dos dominados através da guerra de posições. Como explica Sader, (2012, p. 8): “A esse movimento de cooptação dos dominados pelos dominadores Gramsci chama de “revolução passiva”, um processo pelo qual se muda a forma da dominação, mas se mantém sua substância”.

Destes elementos propostos por Gramsci e por aqueles que bebem em sua fonte, vislumbra-se uma compreensão da unidade substancial de método e conteúdo na ação das elites globais pela manutenção do poder e contra a emancipação popular. Mobilizando para isso o conceito de Multidimensionalidade Hegemônica (NOVION, 2011; SADER, 2012, 2004; CECEÑA, 2004).

Hall (2006) apresenta a importância de Gramsci para se pensar a representação desde a sua revisão e renovação do paradigma marxista. Sua obra tem uma implicação direta sobre a questão da “suficiência” das teorias sociais atuais, sua contribuição teórica se situa na direção em que torna mais complexas as teorias e os complexos problemas deste novo momento histórico. Assim que para consolidar essa atenção do objeto tratado mobilizamos ainda autores como Moraes (2016), Bandeira (2014; 2004), Williams (2005), Coutinho (2011), Novion (2011), Santos (1998), entre outros.

Abordar a disputa hegemônica e a reação contra hegemônica é contribuir para a quebra do espelho que reflete o retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador como sugere Memmi:

É preciso acrescentar que, quanto mais o usurpado é esmagado, mais o usurpador triunfa na usurpação; e, por conseguinte, confirma-se na sua culpabilidade e na própria condenação: então, o jogo do mecanismo se acentua, cada vez mais, aumentando sem cessar, agravado pelo próprio ritmo. No fim, o usurpador tentará fazer desaparecer o usurpado, cuja opressão cada vez mais pesada o torna, a si mesmo, cada vez mais opressor (MEMMI, 1977, p. 57).

Traçou-se este caminho acreditando na possibilidade de uma pesquisa científica associada aos construtos políticos sociais de seu condutor, conforme Halle (2008, pag. 02) *“research and political engagement can be mutually enriching—and offers a wide range of disciplinary and interdisciplinary perspectives on how the two have been brought together”*¹⁶. Com todas as críticas e exclusões que Halle reconhece existir relacionado ao pesquisador ativista, como ele mesmo relaciona em sua proposta, este parece ser um caminho possível de ser trilhado, sem demérito para a séria relação com os trâmites legais resultantes da pesquisa que se constituem em ferramentas experimentadas para certa produção da “verdade acadêmica” (FOUCAULT, 2016, p. 54).

Nesse quadrante que Halle aponta que a práxis dialética provocada por um pesquisador ativista pode contribuir para uma agenda mais ativa proporcionante da mudança social na esfera acadêmica. Proporcionar reconfigurações das formas tradicionais de produção de conhecimento que privilegiam uns poucos em detrimento de uma maioria, e facilitar a democratização da pesquisa, da pedagogia (domínio de signos e símbolos do ambiente) e contribuir para a democratização da educação (HALLE, 2008, p. 14).

Esta perspectiva sociocultural do objeto estudado é de fundamental importância, na medida em que a globalização financeira e a mundialização cultural (ORTIZ¹⁷, 1994) proporcionam uma troca de saberes e modo comportamental, que em última análise, provoca a hegemonia do Norte, industrializado, sobre o Sul. *Rediseñan el paisaje económico y comunicativo de la sociedad y de la cultura latinoamericanas, animan también la discusión*

¹⁶ Pesquisa e engajamento político podem ser mutuamente enriquecedores e oferecer uma ampla gama de perspectivas disciplinares e interdisciplinares a partir da forma como as duas estão reunidas (Tradução minha).

¹⁷ No Brasil e região, este termo, mundialização cultural, foi cunhado e popularizado pelo sociólogo Renato Ortiz, que em seu livro “Mundialização e Cultura, publicado em 1994, parte da premissa da existência de processos globais que transcendem os grupos, as classes sociais e as nações. Tem como hipótese a emergência de uma sociedade global. Nele, o autor discorre sobre nos sentirmos, num futuro próximo, hoje, século XXI, cidadãos mundiais, mesmo quando não nos deslocamos, o que significa dizer que o mundo chegou até nós, penetrou nosso cotidiano. Enfim, propõe uma reflexão sobre a globalização, e sugere que ela se afasta, nos afasta das particularidades. “Pois se o global envolve “tudo”, as especificidades se encontrariam perdidas na sua totalidade”, porém, conclui que ocorre justamente o contrário. “ A mundialização da cultura se revela através do cotidiano”.

en torno a los nuevos modelos de reorganización del conocimiento susceptibles de analizar los cambios de lo social y lo cultural en América Latina (RICHARD, 2005, p. 456)¹⁸.

Pretende-se, a partir do lugar historicamente demarcado pela elite acadêmica, um lugar no Sul do Sul, lugar de invisibilidade do pesquisador negro na academia eurocêntrica, desenvolver uma perspectiva inclusiva e diversa, colorida, híbrida, talvez, como propôs Canclini (1997, p. 22) das possibilidades inclusivas nascidas desde os avanços das novas tecnologias comunicacionais neste nosso capitalismo tardio inserido na modernidade mundo. Porém, consciente de que *“los estudios culturales tampoco entienden la teorización de lo político y la politización de lo teórico como una simple derivación de las políticas de la identidad de un sujeto subalternizado o “anormalizado” (ya sea racial, étnica o sexualmente)”* (RESTREPO, 2012, p. 131).

Com a perspectiva de desconstrução ideológica dos formuladores e gestores das TVs públicas investigadas, associando a isso a compreensão do processo histórico de formação das nações, Argentina e Brasil, relacionando este processo ao lugar sociopolítico relegado à América Latina no sistema mundo, crê-se que a comparação histórica com perspectiva cultural, fornecerá dados substanciais para uma análise qualitativa destes. Tem-se um importante instrumental para a análise, a partir da compreensão que *“la cultura responde a una problemática definida por su articulación constitutiva con el poder y la representación.* (RESTREPO, 2012, p. 128). Ainda, conforme o pesquisador colombiano Eduardo Restrepo:

Para los estudios culturales, el poder es más el ejercicio de ciertas relaciones de fuerza donde las subjetividades, corporalidades y espacialidades son producidas y confrontadas en diversas escalas (incluyendo las de formación del Estado, la nación y el sistema mundo, no

¹⁸ O fenômeno da globalização dos fluxos culturais e seus desdobramentos tem sido estudado por teóricos das ciências sociais, que tentam entender quais os impactos desses fluxos sobre os fazeres culturais locais, também chamados tradicionais. Alguns autores chamam atenção para a precipitação em se pensar o fenômeno da globalização como obrigatoriamente homogeneizante no que diz respeito às práticas culturais. O sociólogo francês Jean Pierre Warnier (2000) conceitua essa linha de pensamento como teorias da convergência. Segundo ele, essas teorias fracassaram por não perceber os modos dinâmicos de apreensão dos fluxos culturais. O autor crê na “erosão” causada pela gigantesca máquina das indústrias da cultura, quando estas entram em contato com as tradições culturais “locais”. Mas também não deixa de perceber o quanto é necessário observar como essas mensagens estão sendo reelaboradas no momento em que estão sendo recebidas. Há na visão desse autor, um indisfarçável saudosismo nos teóricos que pensam a cultura dos segmentos mais baixos da sociedade como “culturas puras”, que devem ser preservadas a todo custo.

Já no âmbito do pós-modernismo, ou da modernidade mundo, alguns autores chamam a atenção para a revalorização de práticas culturais locais, como um certo contraponto a todo processo de globalização financeira e mundialização cultural ocorrido nas últimas décadas do século XX. Em contraste com os teóricos da convergência, autores como jamaicano Stuart Hall (2006), o brasileiro Renato Ortiz (1994) e o colombiano Eduardo Restrepo (2012) creem na revalorização das práticas locais.

sólo la filigrana de la individualidade o el lugar) (RESTREPO, 2012. p. 128-129).

Assim que, entre outros já citados, traz-se fortemente a influência de Muniz Sodré (1994[1984],1988[1983]) com a concepção de “A máquina de Narciso”, onde a partir de uma relação com o mito de Narciso, faz uma correlação com um jovem morador da favela da Rocinha, RJ, quando perguntado por uma repórter o que gostaria de ver na televisão, EU, respondeu o jovem. Sua resposta leva a repensar a ideia que temos sobre o papel da televisão. É desta que o autor tratará de mostrar o quanto a manutenção do sucesso da plataforma televisiva precisará constantemente de novos meios, novas proposições para manter sua constante interação com os telespectadores.

Com este livro publicado originalmente em 1984 e reeditado em 1994, Sodré se antecipa aos pesquisadores considerados pela hegemonia acadêmica do Norte, os “pais” formuladores da concepção de convergência (JENKINS, 2009 [2006])¹⁹ e de tela global (LIPOVETSKY e SERROY, 2009[2007])²⁰, e grita desde o Sul do Sul a necessidade de reconfiguração do processo de produção e construção do imaginário televisivo, grita que “A verdade seduzida” já foi identificada no *front* dos aliados. Sodré, certamente, se enquadra no que Halle (2008); Speed (2008) e Pulido (2008) teorizam sobre o pesquisador – ativista. E parece coadunar com Foucault quando esse aponta que

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade (FOUCAULT, 2016. p. 54).

¹⁹ Associado a indústria de comunicação estadunidense, de onde recebe incentivos financeiros para seus projetos, Henry Jenkins é um autor que faz estudos sobre a convergência dos meios midiáticos, podemos dizer que ele além de ser um autor que pesquisa sobre isso, está presente em todo o processo de mudanças que está ocorrendo com os meios de comunicação de massa desde o Norte. Por um lado, há quem considere isso muito bom, mas por outro ele perde bastante da análise crítica e deixa-se ganhar pelo mercado incentivador de suas pesquisas. Para Jenkins, convergência é “fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam”, (pag. 27). Afirma que as velhas mídias não morrem, nossa relação com elas é que morreu. “Estamos numa época de grandes transformações, e todos nós temos três opções: temê-las, ignorá-las ou aceita-las, (pag. 10).

²⁰ A partir de uma análise da história cinematográfica, o seu desenvolvimento tecnológico e a ascensão das novas formas de ver filmes, novelas e seriados, os autores fazem um questionamento crítico dos efeitos dessa proliferação de telas em nossa relação com os outros e com o mundo, com nosso corpo, nossas sensações e necessidade de se sentir incluído, ver e ser visto, ser consumidor e produtor ao mesmo tempo.

Ainda em Sodré, a verdade seduzida é outra obra do autor que constitui parte do que dá forma ao imaginário objetivo e subjetivo desta análise. Sodré discute o conceito ocidental de cultura, sua genealogia e efeitos de poder, baseados na pretensão de verdade universal e mediados pelas máquinas comunicacionais controladas pela elite. Neste debate dialético emergem estratégias de sedução resultantes da lógica do mito. Isso, por que, em sua forma ocidental, “para ser plenamente humano, o indivíduo teria que estar na cultura (e não na natureza), isto é, adequar-se aos princípios dessa burguesia europeia” (SODRÉ, 1988, p. 26). A relação entre os sedutores e os seduzidos aparece como uma prática de negociação e conflito, tal qual Reis e Silva (1989).

Ainda relacionado à literatura sobre cultura e questão racial, encontram-se em Thales de Azevedo (1966), Clóvis Moura (2014; 1992), Guerreiro Ramos (1996; 1982) e Abdias do Nascimento (2002), entre outros, questões pertinentes e dados relacionados à formação do *ethos* nacional esquecidos ou não explorados por pesquisadores recentes, mas que de grande valia para compreensão da sociedade brasileira excludente.

Azevedo traz uma contribuição importante para o conhecimento e reflexão de aspectos fundamentais da cultura e das relações sócio-raciais no Brasil. Nesta obra, abstrai sobre problemas cruciais, tais como: relações entre mestiçagem, preconceito, estereótipos e status social; discrepâncias e congruências entre o comportamento verbal e o comportamento efetivo no âmbito das relações raciais; a estrutura da família, tendo em vista os diferentes graus de integração social, as duplicidades dos padrões morais, entre outras abordagens sociológicas. Enfim, busca desenvolver uma pesquisa objetiva e transformadora da realidade nacional. Realidade esta que, a partir das mediações proporcionadas pelo avanço das tecnologias da comunicação, criou um sentimento de invisibilidade social para com as Maiorias Minorizadas, e a dificuldade de não ser reconhecido pelo que se quer afirmar (negro), e também não ser legitimado pelo que se quer passar (branco), objeto de estudo que se estendeu em obras posteriores como a da historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2012), do sociólogo Michael Hanchard (1996), Luiza Bairros (1996), entre outros.

Becerra (2015), assim como seu conterrâneo Lazzaro, proporciona suporte para a percepção histórica da constituição dos meios na Argentina, primeiramente, e na América Latina secundariamente, quando em “*De la concentración a la convergência*” traça e/ou completa os dados trazidos por Lazzaro ao se aprofundar nas causas e batalhas da sociedade civil organizada contra a concentração dos meios. Diz que:

Nunca antes los médios de comunicación estuvieron tan concentrados, ni fueron tan cuestionados socialmente ni se vieron tan amenazados por una

revolución tecnológica. La doble importância política y económica de los medios es puesta de manifiesto en la centralidad que tienen los debates sobre leyes, influencia, vínculos y modelos de negocios de un sector que atraviesa una vertiginosa metamorfosis. El debate sobre la regulación de los medios se hizo público, al punto de desmistificar el tabú de que deben autorregularse y que cualquier discusión sobre sus reglas de juego equivale a un atentado contra la libertad de prensa. De esta manera, la imaculada concepción de los medios fue puesta en entredicho, para avanzar sobre su histórica competencia por la interpelación pública (BECERRA, 2015, s/n).

Becerra (2017) también é fonte bibliográfica para se analisar à distância a transição das políticas comunicacionais do governo Cristina Kirchner para o seu sucessor Mauricio Macri. Neste livro analisa o resultado de uma política que se tornou a principal frente de batalha para a ex-presidente e conclui sua investigação com a “restauração”, termo escolhido para descrever a abordagem do presidente Mauricio Macri às políticas anteriores e suas desconstruções. A discussão sobre o papel do jornalismo, os interesses dos proprietários e circulação de informações de mídia nunca foi tão intensa como nos anos abrangidos por este livro.

Jesús Martin-Barbero, “Dos meios às mediações” (2009 [1987]) muito contribuiu quanto à forma de constituição dessas mediações sociais através dos meios comunicacionais, o sociólogo espanhol radicado na Colômbia, desenvolve um ensaio seminal não apenas para o estudo das formas contemporâneas da comunicação, desloca a ênfase até então atribuída à crítica, em geral excessivamente unilaterais e redutoras dos impactos dos produtos da indústria cultural e da transformação da cultura em mercadoria, cujo paradigma remonta à Escola de Frankfurt, e resgata o dado crucial da recepção, dialoga com Sodr .

Para Barbero, os sujeitos sociais s o fundamentais para o entendimento da comunica o massiva e n o deposit rios passivos de sentidos que lhes antecedem. A partir da , enfatiza as inter-rela es que tecem emissores e receptores e os fatores intervenientes nessa rela o, bem como nas formas de apropria o e (re) significa o de sentidos que frequentam a pluralidade dos discursos contempor neos. Em outras palavras, o conceito de media es avan ado por Martin-Barbero possibilita captar o processo de comunica o por inteiro, em sua complexidade internacional, e evita absolutizar a intencionalidade dos meios, dando margem para a prospec o da origem da “batalha comunicacional” apontada por Becerra e Lazzaro.

Ainda na perspectiva comunicacional, Bucci (2015) muito contribuiu para a compreens o do meio televisivo p blico nacional. Amorim (2015), Lima (2015), Morais (2013), Castro (2016), Bola o (2009), estes, de modo geral, t m a perspectiva da batalha

comunicacional e da luta pelo controle geopolítico da palavra, o que possibilita a análise comparada em relação ao objeto da pesquisa. Os autores partem da compreensão subjetiva de que o que está em jogo é uma batalha pelo controle hegemônico dos meios de comunicação e, desse controle, uma produção de possível contra discurso emitido pela TV pública.

Este construto permite a aproximação da história dos dois países, da história sociocultural principalmente, para isso, buscou-se autores, aqui e lá, que possibilitaram uma compreensão aproximada do processo sócio histórico relacionado dos dois maiores Estados da América do Sul, no âmbito das comunicações e de suas relações com os grupos racializados exterminados como política estatal, em épocas distintas, mas com propósitos semelhantes. Assim, que em Bonatti y Valdez (2015), jornalistas da história argentina trazem novos dados e revisão da narrativa histórica sobre a chamada “conquista do deserto”, fato marcante da história local que marca o início do extermínio oficial dos povos originários, e de negros a eles juntados na fuga da escravidão.

“Alguien que no conozca la historia argentina puede creer que fue una expedición destinada a apropiarse de un terreno virgen y no tan valioso. Es decir un desierto. Sin embargo, sabemos que es exactamente lo contrario. Era un territorio poblado por los pueblos originarios de la region (y en algunas zonas, densamente poblado) y era, y sigue siendo, enormemente rico. Y aun que se la siga llamando conquista, esa campaña fue una guerra entre dos contendientes muy desiguales” (BONATTI e VALDEZ, 2015, s/n).

Aldo Ferrer (2015) proporciona uma substantiva contribuição sobre a percepção da globalização e a relação com o desenvolvimento nacional local, deste, surjirá dados sobre as minorias econômicas locais no período de globalização inflexível, o estabelecimento do estado mínimo, proporcionando uma visão da situação destas populações no período estudado. Sobre a história contemporânea da Argentina, seus golpes, industrialização, população diversificada, e influência externa, principalmente brasileira, têm-se a Romero (2006) e a O'Donnell (2014).

Sobre o racismo local, tema tabu entre eles, racismo contra negros, indígenas e a figura do gaúcho, em visitas aos sebos locais descobriu-se interessante ensaio acadêmico de Azemou (1973), e, também, contribuições sobre a Afro-Argentina em Maffia y Tamagno (2014). Ainda, a partir de pesquisas locais, chegou-se a um texto que trata da história do carnaval portenho, com suas influências negras e indígenas na velha Buenos Aires (PUCCIA, 1974), hoje totalmente invisibilizados. Também sobre racismo e discurso excludente na América Latina, a contribuição de Van Dijk (2007), fazendo uma introdução ao tema, e a forma como ele se constrói por todo o continente, desde as formações nacionais. Já Belvedere,

Caggiano et.al (2007) discorrem especificamente sobre a construção do discurso racista mediado na Argentina,

“éestas cimentam su lógica en el relato hegemónico de la nación urdido desde las priemerhas décadas del siglo XIX, que postuló y legitimó maneras de intervenir políticamente sobre raza y cultura con una finalidad civilizadora y de progreso convertir el desierto en nación y el territorio en república”. (2007, pag.35).

Consoante Cano (1998), traçando a história de dependência intelectual latino-americana, a partir dos *criollos* independentistas a exclusão e impedimento da participação popular chegou-se a esta breve exposição dos contributos intelectuais sobre a formação nacional argentina para a compreensão e sensibilização da região nesta tese.

Com efeito, no Brasil, tem-se uma breve aproximação histórica comparativa sobre as duas sociedades investigadas. Contribuem para isso Moniz Bandeira (2004; 1998) que proporcionou percepção de história comparada sobre a criação dos Estados Sul americanos com ênfase em Brasil e Argentina quando explora dados historiográficos sobre o expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Também, permite expandir os horizontes e compreender a relação até a pouco bélica, e mais recentemente de ação internacional conjunta, principalmente no período analisado, quando explora as relações Norte-Sul a partir de Washington e as articulações de Brasília e Buenos Aires contra a pressão e imposições estadunidenses. O historiador brasileiro ainda possibilitou a ampliação da percepção sobre a relação dos dois Estados e sua influência no Cone-Sul ao produzir significativo construto historiográfico sobre as lutas por uma constituição contra-hegemônica a partir dos interesses de Brasil e Argentina frente as demandas estadunidenses (2010).

Deste modo que Klein (2015) dialoga com Bandeira (1998) ao investigar a escravidão africana na América Latina e Caribe e a partir de dados recentes, discorre sobre a utilização e exploração do homem africano na constituição econômica e nacional dos Estados da região. O autor revela os legados desse período inacabado e/ou mal desconstruído para os povos subalternos na atualidade. Ainda dialogando com Bandeira e os reflexos da constituição dos Estados nacionais na formação social de Brasil e Argentina na contemporaneidade, que Beired (1996) opera um avanço em relação à constituição histórica do Estado argentino e explora sua formação nacional em fins do Século XIX até o período neoliberal dos anos 1990. O autor traz substanciais aportes para a compreensão dos governos e políticas públicas posteriores e a demanda popular por uma maior participação estatal na economia liberalizada e esgotada no período investigado por ele em investigação comparativa com o Brasil.

Com um olhar voltado para a construção hegemônica estadunidense na América Latina, principalmente, através do suporte financeiro para o desenvolvimento e implantação das tecnologias comunicacionais na região, utilizando-se de *Soft Power* para tal, Tota (2014) contribui com a história do avanço privado estadunidense, principalmente da família Rockefeller, “patrocinando o desenvolvimento”, e financiando a criação de emissoras de rádio e televisão na região, o que Guareschi e Biz (2005) contribuem e trazem um estudo sobre mídia e democracia. No mesmo caminho, Ribeiro *et al* (2010) desenvolvem narrativa historicizante sobre o desenvolvimento da televisão no Brasil e cotejam experiências próximas na América Latina, caso da Argentina. Autores esses que nos impulsionaram à percepção da luta pelo domínio do discurso midiático, da hegemonia dos interesses e da representatividade no imaginário da região. Crê-se que com o aporte teórico e intelectual trazido, que junto a Romero (2006) e Ferrer (2015), tem-se um substancial aporte histórico sobre o país vizinho associado ao Brasil.

Diante do quadro atual de franca batalha da comunicação, Luiz Lazzaro (2010) descreve as transações de aquisições e fusões de empresas no domínio das telecomunicações e audiovisual, na Argentina e na América Latina, observando que a convergência tecnológica é o dispositivo de controle dessa fase final. Ele ainda discute os efeitos da desregulamentação nos países centrais e a colonização do mercado audiovisual na Argentina, a partir do acordo de comércio firmado com os EUA durante o governo de Carlos Menem. Analisa também os efeitos semióticos de discursos hegemônicos produzidos por novas empresas de comunicação, seu impacto sobre o sentido social e para a percepção da realidade. Sua análise sublinha ainda o papel intimidador da violência na televisão e o sentido político da insegurança causada para a construção dos meios de comunicação hegemônicos e o seu discurso concentrado.

A subjugação dos bestializados (CARVALHO, 1987), retrocessos políticos na região sul-americana ameaçando tirar direitos cidadãos e mutilar a cidadania de cidadãos incompletos (SANTOS, 1997), pensar a comunicação em perspectiva decolonial é apontar um caminho para a ressignificação do papel dos meios na sociedade.

Desta forma que trouxemos aqui uma introdução teórica ao texto da tese, apresentação dos portos pelos quais navegamos e ancoramos e das perspectivas acadêmicas, e contribuição ao debate contemporâneo sobre os avanços tecnológicos, a partir do uso da tecnologia para a inclusão, diversidade e emancipação.

Partiu-se da convicção de que este avanço sócio-histórico e a utilização destas novas tecnologias, associadas a produção de imaginário construído pelos meios comunicacionais têm servido para a consolidação da hegemonia estadunidense na região e sua política do

espectro completo (CECEÑA, 2014), que proporcionará um maior domínio das fronteiras e recursos naturais (NOVION, 2009), por isso a necessidade de uma árdua atuação da sociedade civil organizada na gestão e participação ativa nos meios de comunicação pública de suas sociedades, e na formulação de novas visões e teorias sobre o objeto.

Enfim, pensar o corpo teórico e a forma de caminhar neste espaço é algo perigoso e delicado, ainda quê, como faremos na próxima parte, descobrir o melhor método é algo tão perigoso quanto. Um exercício que todos os que se propõem cientistas trilham, um com mais desenvoltura e segurança, outros com temores e incertezas. O momento de tomar a decisão de que roupagem cobrir seu construto intelectual é algo delicado e, muitas vezes, perigoso. Uma vez que as ciências sociais, influenciadas pela filosofia, consistem em grande parte na atividade inicial de refletir sobre modos de pensamento, não surpreende que ao desenvolverem-se investigações os métodos utilizados tenham que ser submetidos a esta validação.

1.2 UM MÉTODO PERIGOSO

"Um Método Perigoso", *A dangerous method*²¹, é o nome do filme de David Cronenberg (2011) que trata da interlocução, inconsciente coletivo e holocausto. Talvez pareça que não, mas a história da Maioria Minorizada nas Américas e a história de inserção social do sujeito negro na sociedade brasileira e no meio acadêmico é possível de ser comparada a do holocausto e da recuperação judaica pós Hitler, talvez pior do que aquela vivida por eles.

Tem-se essa percepção e sabe-se o quanto é difícil caminhar pelo rio caudaloso e nebuloso que é propor novas abordagens não hegemônicas dentro do espaço acadêmico. Deste modo que dialogando com a sétima arte como proposto, vê-se que a abordagem do filme toca profundamente nas dúvidas e incertezas que, como dito acima, pode e leva muitos ao suicídio. O espaço de decisão entre orientador e orientando é algo onde mentalidades e imaginários tem que se encontrar para minimamente chegar a compreensão das intenções e percepções do outro.

Escrever uma tese é falar subjetivamente de si. Assim como o desenvolvimento do filme. Para David Cronenberg, o diretor que sempre interage com o público em suas obras, quase que sempre falando a partir de si, são necessárias duas pessoas para testemunhar o

²¹Disponível em: < <http://www.imdb.com/title/tt1571222/> > . Acesso em 24 Mar 2017.

inconsciente. O cineasta busca fazer um exame complexo da natureza humana e utiliza os “pais” da psicanálise para complexificar o processo e apresentar o seu método.

De certo modo, ao construir uma tese, ao buscar na anticolonialidade o referencial teórico-metodológico para a escrita, está-se como a Cronenberg aprofundando nos sentimentos, emoções e percepções sobre a realidade real. Portanto, dessa estrutura de signos e coisas que cercam o momento da produção é que se consuma a relação de teoria e método para a condução desta pesquisa.

Parte-se da perspectiva metodológica dos estudos latino-americanos (NOVION; COSTILLA; AYALA, 2014) considerando a relação da revisão sócio-histórica a inter ou transdisciplinaridade a comparação e o engajamento do investigador para a produção desse novo saber crítico e não alinhado. Como porposto aqui em teorias e nas metodologias abordadas. Como crivam os pesquisadores:

Os Estudos Latino-americanos propõem a produção de conhecimento, de análises, de alternativas e novas perspectivas, voltadas para a transformação da realidade social e para a resolução de seus problemas. Neste sentido, foca-se a produção na busca de soluções para as mazelas e dilemas, de ontem e hoje, que afetam nossas sociedades e que impedem a construção de realidades mais equânimes e possível para todxs (NOVION; COSTILLA; AYALA 2014, p. 07).

Deste modo, não negando a contribuição externa à América Latina para a execução desta investigação e seu prumo metodológico, partindo da comparação com perspectiva sócio-histórica traz-se aqui o caminho metodológico percorrido para a concepção deste produto final.

A partir da compreensão das diferentes formas de controle das variantes, conforme Smelser (1976, p. 5), que entende que o tempo deve ter ser compreendido como uma das variáveis utilizadas, entende-se o caminho comparativo como uma operação mental com o propósito primeiro de controle das variáveis, e, que neste modelo de comparação busca-se identificar constâncias e variações que possam estabelecer imputações causais confiáveis. Neste sentido, trabalhou-se com a técnica de controle historicizante, com o estudo de caso e história comparada, com abordagem teórico-metodológica dos estudos culturais, onde através de cotejamentos bibliográficos e entrevistas focais com atores gestores do objeto analisado, foi possível traçar uma análise qualitativa entre o discurso construído e a prática processual, possibilitante, ou não, de uma maior inserção das chamadas Maiorias Minorizadas na televisão pública dos países investigados. Sobre a história comparada, diz-se que:

A história comparada pode ser entendida como uma modalidade historiográfica que rediscute as tendências e procedimentos da historiografia tradicional. Ao invés de pesquisar uma realidade histórica única, o procedimento da “comparação” permite ao historiador examinar em iluminação recíproca dois ou mais recortes de tempo e espaço (BARROS, 2014).

Dentro da perspectiva da comparação, Morlino (2010), traz o construto sobre pesquisa comparada que identifica três funções principais da comparação: Comparação Cognoscitiva (conhecer/cognitivo), onde, propõe a análise das realidades de distintos países para conhecer melhor os fenômenos estudados, de cunho descritivo; Explicativa, que orienta a investigação de outros países e os fenômenos que os diferenciam para chegar a explicações dos distintos casos; e, por fim a comparação Aplicativa, mais indicada para os problemas políticos e suas medidas, de forma a estudá-los em relação aos seus similares, e, ainda, analisar experiências adotadas em outras localidades.

Morlino sugere que o objetivo da investigação comparada é proporcionar a explicação de um fenômeno dado, estabelecendo nexos causais entre o estado de uma ou de várias propriedades variáveis, o que coaduna com a pesquisa ora apresentada. Propõe ainda, que, para a interpretação do estudo comparativo faz-se necessária a correlação de três sentidos; primário, secundário e terciário. Estes três sentidos, aos quais invoca Morlino, estão associados diretamente à semiótica aplicada à comunicação (WOLF, 2012; HOHLFELDT, MARTINO e FRANÇA, 2012), (SANTAELLA, 2004; 2010; 2012). Como explica Iasbeck:

“Referimo-nos ao método como instrumento, padrão de comportamento para pesquisa e investigação. [...] Essa exploração implica uma expropriação do objeto, o que somente é possível quando relativizamos os conceitos de realidade e verdade. Por isso, a semiótica não se refere diretamente à realidade. Ela prefere fazer por meio do signo e do texto”. (2012, p.194).

Destarte, a sugestão do texto que não existe um método único e válido para os problemas sociais investigados, cabendo ao investigador conseguir entrar no fenômeno e situar-se no ponto de vista dos atores envolvidos. Ainda com relação à metodologia comparada, têm-se os princípios comparativos de Ragin (1989), que junto com Morlino propõe a transdisciplinaridade para a comparação. Ragin aponta que a comparação relaciona todos os métodos analíticos utilizados pelos cientistas sociais, apesar de atribuir um possível distanciamento entre o trabalho qualitativo e o quantitativo. Em sua definição, a pesquisa comparativa é aquela realizada em pelo menos duas sociedades, considerando diferenças e semelhanças capazes de explicar e interpretar variações em sociedades distintas.

Deste modo, o método comparativo seria uma estratégia orientada de investigação, cujo objetivo é produzir interpretações relacionadas às variáveis onde a resposta da análise será a complexidade causal ou nexos de causalidade. O nexo de causalidade é central para a explicação do método, torna-se o conjunto de condições no tempo e no espaço capaz de produzir mudanças observáveis, cujas condições podem produzir um determinado resultado. Todavia, a causalidade não é facilmente desvendada, seus efeitos devem ser observados em todos os contextos, independente dos valores ou níveis de suas condições de realização o que significa entender ou interpretar casos específicos por causa de seu valor.

Este trâmite metodológico, com perspectiva sociocultural, considera-se importante, pois, a inovação tecnológica por si só não pode ser responsabilizada pela transformação social das mentalidades e imaginários dos atores em seu tempo. Conforme explica Eric Hobsbawm, um olhar atento para as reconfigurações do passado no presente é importante para que se percebam as possibilidades de aceitação da inovação, por que:

Em toda sociedade, a abrangência desse passado social formalizado depende, naturalmente, das circunstâncias. Mas sempre terá interstícios, ou seja, matérias que não participam do sistema da história consciente na qual os homens incorporam, de um modo ou de outro, o que consideram importante sobre sua sociedade. A inovação pode ocorrer nesses interstícios, desde que não afete automaticamente o sistema e, portanto, não se oponha automaticamente a barreira: “não é desse jeito que as coisas sempre foram feitas”. Seria interessante investigar que tipos de atividades tendem a permanecer assim relativamente flexíveis, além daquelas que parecem negligenciáveis em um dado momento mas podem se mostrar diferentes numa ocasião posterior. Pode-se sugerir que, ficando as outras coisas como estão, a tecnologia no sentido mais amplo pertença ao setor flexível, e a organização social e a ideologia ou sistema de valores, ao setor inflexível (HOBBSAWM, 2013[1997], p. 26).

As características culturais das formas de vida são apreendidas, porém, invariavelmente, são muito abrangentes para serem facilmente detectáveis a partir de seu interior. O que se vê aqui como cultura, pode ser compreendida como identidade e as identidades latino-americanas são frutos de um histórico processo cosmológico de fluxos e refluxos interatlântico, formado nas idas, vindas e negações do comércio marítimo entre África e América e vice-versa (COSTA E SILVA, 2011), e na atualidade, reflexo da mediação dos meios de comunicação hegemônicos, que conforme o sociólogo Douglas Kellner, interfere diretamente na construção dos imaginários:

A cultura da mídia, assim como os discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir anuência a certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas ideologias “o modo como as coisas são” (KELLNER, 2001, p. 81).

Deste modo, considera-se que o discurso proferido pelo Estado via uma rede de televisão é, indubitavelmente, uma tentativa de reforçar os laços nacionais e/ou reconstruir a significação identitária da “comunidade imaginada”. Para Anderson (2008, p. 27), a nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. Esta comunidade imaginada constituirá foco de identificação e pertencimento. Quiçá o laço reforçado ou revisto pela ação televisiva sirva para consolidar laços não alcançados ou necessitando de reforço no imaginário. Ao contrário do que se supõem, os discursos da nação não refletem um estado unificado já alcançado. Seu intuito é forjar ou construir uma forma unificada de identificação a partir das muitas diferenças de classe, gênero, região, religião ou localidade, que na verdade interseccionam a nação (HALL, 2004).

Vem daí o conflito e a necessidade de o Estado se afirmar soberano e demandador da identificação nacional. O discurso estatal perpassará a construção do imaginário nacional. As estratégias discursivas de um lugar de fala seguem determinadas regras para serem legitimadas, pois, “ninguém atuará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2010, p. 37). Foucault (2010) chama de rarefação os procedimentos pelos quais as condições de funcionamento dos discursos impõem aos indivíduos certo número de regras e, assim, não permitem que todo mundo tenha acesso a eles.

Segundo aquele autor, os rituais da palavra, os grupos doutrinários, as apropriações sociais e as sociedades do discurso estão ligadas e constituem-se em espécies de grandes edifícios que garantem a distribuição dos sujeitos que falam, transitam nos diferentes tipos de discurso e da apropriação por certas categorias de sujeitos. Brandão (1998) baseia-se em Foucault (2010) para afirmar que o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam na construção da fala, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente e esse discurso que veicula saber é gerador de poder. Que discurso é esse emitido por essas emissoras públicas investigadas? Cabe-nos questionar a trama formadora dessa emissão.

Este aporte metodológico serviu de suporte para fazer-se a análise do tecido das respectivas TVs Públicas e seu lastro político, a partir da operação de técnicas transversais, possíveis no estudo de caso, para um cruzamento de dados e informações qualitativas.

Conforme Yin (2001, p. 32) na concepção do estudo de caso: “[...] é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”.

Ainda, conforme aquele autor, o estudo de caso é um método de pesquisa científica com abordagem qualitativa que é utilizado para compreender processos na complexidade social nas quais estes se manifestam, seja em situações problemáticas, para análise dos obstáculos, seja em situações bem-sucedidas, para avaliação de modelos exemplares.

Importante salientar, que ao analisar a criação das citadas emissoras públicas, e seus processos de constituição e consolidação, a partir das novas tecnologias e legislação apropriada, está-se, intrinsecamente, analisando o discurso emitido socialmente por seus responsáveis, estes reproduzindo um discurso desde o seu lugar de fala, origem social, e interesses políticos e econômicos.

A escolha do método também se relacionou com aspectos relativos à experiência prévia do investigador junto ao fenômeno investigado, já detalhado acima, o conhecimento tácito do objeto e a intenção de compreendê-lo. Esta especialidade do pesquisador em seu caso leva-nos à atenção ao que Mahoney (2003) alerta para que se considerem as condições, métodos e sua capacidade de identificar os fatos causais para entenderem o caso em análise.

Por fim, o campo intelectual, campo de produção de bens simbólicos, dentre outros campos do espaço social, permite compreender um autor ou uma obra, ou ainda, uma formação cultural, em termos que transcendem a visão substancialista, não relacional (a que considera o autor ou a obra em si mesma) bem como a visão estruturalista (a que considera apenas os determinantes sociais da produção). Um criador e sua obra são determinados pelo sistema das relações sociais, nas quais a criação se realiza, como um ato de comunicação e pela posição que o criador ocupa na estrutura do campo intelectual. O campo intelectual, ao modo do campo magnético, constitui um sistema de linhas de força: os agentes e instituições estão em uma relação de forças que se opõem e se agregam, em sua estrutura específica, em um lugar e momento dados no tempo.

Assim que o que é problematizado aqui é a necessidade de releituras críticas e comparativas para o desenvolvimento da análise sobre a formação do pesquisador-educador e sua relação com a formação e lida em campo com discentes tão diversificados. Diante do quadro recente de entrada de significativa quantidade de pesquisadores negros na academia, ainda, eurocêntrica, é importante a constituição de debates críticos e propostas metodológicas inovadoras para o descobrimento do outro, encoberto há tantos séculos e com investigadores

tradicionais poucos dispostos a remover este cobertor colonial que impede a visão do todo e das cores que formam e promovem o desenvolvimento nacional.

Conforme o atual e crítico Souza (2015, p. 13), “precisamos desvelar a falsa ciência e estarmos abertos a crítica das ideias. A crítica das ideias dominantes é a primeira trincheira de luta contra os interesses dominantes que se perpetuam por se travestirem de supostos interesses de todos”.

1.3 A TELEVISÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL. HISTÓRIA DO PRESENTE

A noção de comunicação perpassa uma diversidade de sentidos. Se esta afirmação, sobre a noção do que é a comunicação, ao longo dos anos vem se constituindo em verdade, o desenvolvimento tecnológico e a massificação das práticas acrescentam novas vozes a esta polifonia. Vive-se um tempo comunicacional que faz das plataformas, conteúdos e recepção um campo especialmente emblemático nesta sociedade mundializada do terceiro milênio (ORTIZ, 2006). A televisão como conhecemos em sua criação já não é mais a televisão que temos hoje, como afirma o professor Sergio Romero (2015), entrevistado para esta tese, “*La televisión no es más la televisión. Es una plataforma entre muchas y muchos servicios en esas plataformas*”.

É no período classificado por Hobsbawm (1995) como “Era dos Extremos” que veremos a estruturação e desenvolvimento contínuo das tecnologias da comunicação, a significação de “massa”²² e a desestruturação da massa dando espaço a *cibercultura* (NEGROPONTE, 1995) e a comunicação individualizada da era digital, ainda que popularizada através das novas plataformas. Conforme Walter Benjamin, analisando os avanços tecnológicos do entre guerras e do pós-segunda guerra, que passavam a permitir a reprodutibilidade da obra de arte e sua massificação associada a estrutura da indústria cultural,

[...] a reprodução técnica da obra de arte representa um processo novo, que se vem desenvolvendo na história intermitentemente, através de saltos separados por longos intervalos, mas com intensidade crescente. Com a xilogravura, o desenho tornou-se pela primeira vez tecnicamente reprodutível, muito antes que a imprensa prestasse o mesmo serviço para a palavra escrita. Conhecemos as gigantescas transformações provocadas pela imprensa - a reprodução técnica da escrita. Mas a imprensa representa

²² “A massa é constituída por um agregado homogêneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são substancialmente iguais, não distinguíveis, mesmo se provêm de ambientes diversos, heterogêneos e de todos os grupos sociais”(WOLF, 2012, p. 7). Comunicação de massa é uma série de fenômenos que emergiram historicamente através do desenvolvimento de instituições que procuravam explorar novas oportunidades para reunir e registrar, para produzir e reproduzir formas simbólicas, e para transmitir informação e conteúdo simbólico para uma pluralidade de destinatários em troca de algum tipo de remuneração financeira (THOMPSON, 2012, p. 53).

apenas um caso especial, embora de importância decisiva, de um processo histórico mais amplo (BENJAMIN, 1955, p.s/n)²³.

Esta astuta percepção de mudanças apontadas por Benjamin, relativa à produção cultural e à circulação das obras é o que chamamos de indústria criativa. Martel (2012) resgatando Benjamin e analisando os avanços das tecnologias da comunicação desde o pós-guerra e sua relação com as chamadas novas mídias, diz que: “[...]o que caracteriza as indústrias criativas, em relação à arte ou ao esporte, por exemplo, é o fato de serem vulneráveis ou suscetíveis de resvalar quase totalmente para o digital” (MARTEL, 2012, p. 469). Se Benjamin discutia o avanço das máquinas de *Off Set* e a reprodução em massa frente a produção artesanal da época, Martel traz o tema da digitalização interferindo nas relações de troca da atualidade.

Hobsbawm (1995) proporciona um vasto panorama do desenvolvimento das tecnologias da comunicação no entre guerras e seu aprimoramento para a vida social e econômica no pós-guerra. O historiador traz à tona a dialética no processo dos avanços tecnológicos, a ideia de controle social da massa urbanizada no pós-conflito e o uso utilitarista dos novos meios por parte dos governantes. Ele nos informa que no entre guerras houve um grande incentivo à pesquisa em comunicação e investimento no desenvolvimento de novas tecnologias. Aduz ainda que, em 1914, modernos veículos de comunicação de massa já estavam disponíveis em vários países ocidentais (europeus e estadunidenses) e, ainda assim, o crescimento desta indústria no período beligerante foi espetacular:

A circulação dos jornais nos EUA cresceu muito mais rápido que a população, dobrando entre 1920 e 1950, vendia-se entre trezentos e trezentos e cinquenta jornais por cada cem homens, mulheres e crianças num país desenvolvido típico (HOBBSAWM, 1995, p. 192-194).

Segundo relatos do historiador, no entanto, esta foi a era das telas, do rápido crescimento do cinema. “Em fins da década de 1930, para cada britânico que comprava um jornal diário, dois compravam um ingresso de cinema” (HOBBSAWM, 1995, p. 192). Ele associa este avanço tecnológico do cinema a uma necessidade de popularização do inglês e a consolidação de uma hegemonia cultural estadunidense. Conclui que:

Ao contrário da imprensa, que na maioria das partes do mundo interessava apenas a uma pequena elite, o cinema foi quase desde o início um veículo de massa internacional. O abandono da linguagem potencialmente universal do

²³Disponível

em: <http://www.mariosantiago.net/textos%20em%20pdf/a%20obra%20de%20arte%20na%20era%20da%20sua%20reproduzibilidade%20t%C3%A9cnica.pdf> Acesso em: 01 de Agosto de 2016

filme mudo, com seus códigos testados de comunicação intercultural, com certeza muito fez para tornar internacionalmente familiar o inglês falado, e com isso ajudou a estabelecer a língua como o patoá global do fim do século. Pois na era de ouro de Hollywood os filmes eram principalmente americanos (HOBSBAWM, 1995, p. 193-194).

O historiador não é o único que proporciona aporte empírico para contextualização deste importante período para compreensão da contemporaneidade. Durante o processo beligerante do segundo conflito mundial ocidental, numerosos investigadores contribuíram para alimentar a ideia da mídia e da propaganda como um ser maior dentro do espaço social. Para além da famosa obra de Orson Welles – a “Guerra dos Mundos” apresentada na rádio CBS que aterrorizou milhares de estadunidenses crédulos da chegada de extraterrestres, uma suposta invasão de marcianos e que dá uma dimensão do poder da comunicação radiofônica –, a eleição de F.D. Roosevelt em 1932 inaugura o *New Deal* e as técnicas de formação da opinião pública. Como aponta Mattelart (2003), “trata-se de mobilizar a população em torno dos programas do *Welfare State*, a fim de sair da crise. Nasce as sondagens de opinião como ferramentas da administração cotidiana da coisa pública” (MATTELART, 2003, p. 39).

Ainda no plano das potências ocidentais, a escala global dos avanços comunicacionais, mensagens que ainda antes do advento da internet passam a serem transmitidas através de grandes distâncias, e um maior acesso à informação e comunicação provenientes de fontes distantes. É a chegada do satélite, a popularização da televisão, o aprimoramento da comunicação eletrônica e a configuração geopolítica para exploração desse mais novo avanço tecnológico. Neste contexto de avanços e novidades Thompson vaticina que:

O desenvolvimento de tecnologias capazes de transmitir mensagens por ondas eletromagnéticas, junto com a emergência das organizações nacionais e internacionais de administração do espaço das ondas eletromagnéticas, impulsionou o avanço da globalização da comunicação [...] Contudo, durante a primeira metade do século XX a maioria das comunicações transmitidas por onda eletromagnéticas permaneceram confinadas a ambientes geográficos específicos, como as áreas urbanas particulares, estados-nação ou as regiões de controle de navegação marítima. Foi somente a partir da década de 1960, com o êxito no lançamento dos primeiros satélites de comunicação controlados por terra, que a comunicação por transmissão eletromagnética se tornou verdadeiramente global (THOMPSON, 2012, p. 208).

Neste momento e com a chegada da televisão,

[...] escolas de pensamento crítico irão se interrogar sobre as consequências do desenvolvimento desses novos meios de produção e transmissão cultural. Descritos e aceitos pela análise funcional como mecanismos de ajuste, os meios de comunicação tornam-se suspeitos de violência simbólica e são

encarados como meios de poder e de dominação (MATTELART, 2003, p. 74).

A informação dos meios de comunicação de massa reforça o controle social nas grandes sociedades urbanizadas, nas quais o anonimato das cidades enfraqueceu os mecanismos de descoberta e de controle do comportamento anormal, ligados ao contato informal face a face (WRITE, 1960 *apud* WOLF, 2012, p. 56).

Analistas do período abordado são enfáticos em afirmar que os EUA são os grandes beneficiários das duas grandes guerras no continente europeu, e que o avanço tecnológico proveniente do período ajudou a sedimentar a hegemonia estadunidense e o declínio dos antigos impérios e potências.

Sader (2000) propõe que os EUA têm todos os méritos por terem se transformado na nova potência hegemônica dentro do capitalismo, valendo-se, da experiência da crise de 1929 e da montagem de um gigantesco complexo industrial que nunca mais seria desmontado. Enquanto as demais economias ocidentais sofriam com a guerra, os EUA iniciavam o mais prolongado e extenso ciclo expansivo da economia capitalista já nos anos 1940. Tornou-se mesmo antes da segunda guerra, a economia tecnologicamente mais avançada do mundo. E com domínio sobre todo o continente americano conseguiram uma extensa base de apoio para sustentado na exploração da região, emergir como potência internacional.

Os EUA, neste momento narrado por Emir Sader, deram início ao que Hobsbawm (1995) classificou como “Os anos dourados”, ainda que esta “Era”, nas palavras do historiador, não tenha sido tão revolucionária. Ora, os EUA simplesmente continuaram a expansão dos anos da guerra que foram muito bons para o país. Não sofreram danos e ainda aumentaram o seu PIB em dois terços. A era de ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população. Para esta, as décadas seguintes, à chamada era de ouro ocidental, os anos de 1970 e 1980 mais uma vez foram de sofrimento e catástrofe para o continente africano e latino americano. “Era clássica a imagem da criança exótica morrendo de inanição, vista após o jantar em toda tela de TV do ocidente” (HOBSBAWM, 1995. p. 255).

Durante todo o período acima, no pós-guerra e no processo conhecido como Guerra Fria, construído pelo sistema de comunicações estadunidense ou sob influência deste – que, expandiu-se e passaram a atingir milhares de pessoas ao redor do globo –, os jornais denominaram o “mundo livre”, ou seja, os Estados aliados aos EUA. Os países do “mundo livre”, a despeito do problema de localização geográfica, passaram a ser parte do “Ocidente”. O fim da Guerra Fria não foi o final do ocidente ideológico, este englobava até mesmo o

Japão.

Neste momento, o projeto político dos EUA, também se transformava. Em busca de hegemonia global redesenhava seu projeto de dominação e supressão internacional para as próximas décadas. Alguns autores apontam o início desta transformação a partir do pós-segunda guerra:

Na metade do caminho entre 1900 e 2000, na década de 50 do século XX, os Estados Unidos forjaram a base de uma nova mentalidade. O país se desenvolvera num tipo de império completo, se não único. Economicamente superior e maciçamente armado, policiando o mundo e, ao mesmo tempo, professando a liberdade e a democracia. Para um policial, é necessário localizar e prender os inimigos. Por tanto, o enredo dos sessenta anos seguintes da história norte-americana se assemelhará a um padrão que já ocorreu, sob o modelo de atividades secretas crescentes, desconhecidas para o povo do império; cada vez mais guerras regionais; e uma forma de controle imposta repetidas vezes (STONE; KUZNICK, 2015, p. 172)

Os países Latinos alinhados a Washington, também buscavam se inserir nessa luta pela devoção ao “mundo livre” e transformações globais. Seus ditadores e oligarcas da comunicação, financiados pelo Tio Sam, iniciam a expansão das redes na região e adotam o modelo televisivo e estético estadunidense, caso do grupo O Globo no Brasil, Clarín na Argentina e Global Vision na Venezuela, entre outros.

Signos não verbais são a principal ação estética a ser explorada pela nova mídia, a mídia eletrônica, a bandeira estadunidense tremulando associada ao bem, a luta democrática e a defesa dos interesses da humanidade dará a tônica em seriados, jornais ou desenhos animados²⁴.

A televisão, seguindo o modelo hegemônico ditado, influenciará decisivamente o discurso político. Os líderes globais passarão a se orientar por especialistas em marketing e comunicação, que participam da elaboração de slogans e interferirão no conteúdo dos programas políticos dos Estados, promovendo adaptação às linguagens midiáticas. Este processo irá influenciar os projetos locais de desenvolvimento, e estimulará um debate acadêmico sobre os rumos e influências da comunicação midiática na vida local.

O antropólogo e filósofo hispano-colombiano Jesús Martín-Barbero (2009), entrará neste debate e dirá que não existem mediações políticas nem culturais na história dos meios na região, que o papel decisivo que os meios massivos desempenharam nesse período residiu em sua capacidade de se apresentarem como porta-vozes da interpelação, que a partir do

²⁴ Ver TOTA, Antonio Pedro. O Imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da segunda guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

populismo convertia as massas em povo e o povo em nação. Interpelação que vinha do Estado, mas que só foi eficaz na medida em que as massas reconheceram nela algumas de suas demandas mais básicas e a presença de seus modos de expressão.

Berger (2012) afirma que são demandas políticas e sociais, mais do que inquietações científicas, o que impulsiona a produção de conhecimento em comunicação na América Latina. Muito parecido com a pesquisa em comunicação nos EUA, cuja motivação foi como vimos a cima, o impacto social dos meios de comunicação de massa, e mesmo o direcionamento da produção da Escola de Frankfurt, na Alemanha, que teve o nazismo como fenômeno inspirador de seus estudos sobre a indústria cultural. Ainda segundo o autor, “observar o desenvolvimento da pesquisa em comunicação na América Latina, é considerar, em primeiro lugar, as relações que estes têm com o contexto da época” (BERGER, 2012, p. 241).

É pela tradição de transpor e incorporar questões alheias que a influência estadunidense adentra o continente latino-americano, trazendo junto os temas e organizações para a área. Um exemplo disso é a criação do primeiro Centro que irá disciplinar os estudos de comunicação na região, o CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina), fundado no contexto da Aliança para o Progresso, resposta do governo Kennedy ao novo cenário latino-americano durante o contexto de Guerra Fria (BERGER, 2012, p. 242).

Somente no final dos anos 1960 a região verá o surgimento de uma proposta de entendimento comunicacional efetivamente latino-americana (DE MELO, 2005 p.10). Neste momento, as condições estruturais do subdesenvolvimento passam a ser consideradas e incorporadas à análise dos meios de comunicação. Refletir sobre o panorama político da região e a mediação será a marca da época. Como atesta Hobsbawm (1995) o mundo havia dado uma leve guinada para a esquerda.

Nesta guinada à esquerda, momento de luta e contradições, sonhos libertadores e de ditaduras militares na região financiadas pelo capital estadunidense, que a comunicação de massa, como projeto de dominação social e investimento econômico, será consolidada no continente.

Esta comunicação mais ampla, identificada com a televisão e significando a chegada da modernidade, gerará na região a emissão de informações baseadas no interdiscurso²⁵, ou

²⁵ É o conjunto de formulações já ditas, mas geralmente esquecidas, que constituem o que dizemos. O interdiscurso é algo que foi dito antes, em outro lugar, e cujo sentido é recuperado na enunciação. É um discurso atravessado por outros discursos, em um processo denominado interdiscursividade. Benetti (2009, p.189)

seja, discursos manipulados e atualizados pelo sujeito enunciador, e fará parte da política de dominação completa estadunidense, a partir dos avanços tecnológicos, iniciada em 1978 durante o governo Richard Nixon²⁶.

Assim se caracterizará a comunicação televisiva na região até o histórico câmbio político iniciado na primavera do novo milênio.

1.3.1 América Latina

A América Latina é tão diversificada e complexa como aponta o historiador argentino Jorge Abelardo Ramos em seu clássico *“Historia de La Nación Latinoamericana”* (2012). Neste, Ramos aponta para as incongruências de nossa história, construções de mitos e a histórica tentativa de aproximação social com o ocidente. Assim forjamos a ideia do branqueamento (MBEMBE, 2014; BORGES, 2012; CARDOSO, 2010) e a política de exclusão racial da Maioria Minorizada, a eliminação do sujeito negro da televisão, como aponto pesquisa de Araújo (2010).

Confirma esta abordagem sobre o sujeito negro na televisão brasileira a pesquisa²⁷ “A cor dos apresentadores de TV no Brasil” (2017) realizada pelo Coletivo Vaidapé, de São Paulo para quantificar o racismo nas emissoras brasileiras. Coletivo de comunicação que atua na defesa dos direitos humanos, denunciando a violência institucional e valorizando as movimentações marginais, como se definem. Um grupo que está observando com lupa os caminhos, descaminhos e barreiras colocadas para as Maiorias Minorizadas:

Depois que a Vaidapé decidiu quantificar o número de apresentadores pretos no país, entramos em contato com as principais emissoras de TV da rede aberta: Cultura, SBT, Rede Globo, Rede Record, RedeTV!, Gazeta e Bandeirantes. A dificuldade em conseguir números claros fornecidos pelas empresas fez com que a gente organizasse uma pesquisa para dimensionar como é a divisão racial entre os apresentadores da televisão brasileira. [...]As primeiras respostas obtidas não surpreendem. Apenas 3,7% dos apresentadores são negros. Em valores absolutos, de todos os analisados, foram apenas 10 apresentadores negros contra 261 brancos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 2014, organizada pelo IBGE, 53% da população brasileira é de pretos ou pardos, grupos agregados na definição de negros. Procuramos utilizar como critério de análise a autodeclaração dos apresentadores. Como em muitos casos foi complicado encontrar estas declarações, o critério secundário foi o de observação dos pesquisadores. (SANTANA; SALLES, 2017).

²⁶Disponível em: < <http://hisheavenlyarmies.com/documents/engdahl-full-spectrum-dominance.pdf>> Acesso em: 19 de Julho de 2016. Também veja, CECEÑA, Ana Esther. La dominación de espectro completo sobre América. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, V.8. N.2, 2014.

²⁷ Disponível em: <<http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>> Acesso em: de Junho de 2017

Estes dados encontrados pela pesquisa coadunam com os dados trazidos em Santos (2014), e consolida a afirmação de Werneck (2010) sobre o negro na televisão brasileira: “Este momento é resultado de diferentes processos vividos no Século XX. Nele se desenvolveram os processos que permitiram criar um ambiente de pressão sobre a televisão hegemônica”. (p.125). Ainda assim para compreender os dados da pesquisa citada e a exclusão da Maioria Minorizada da tela, é importante observar o que diz Sueli Carneiro sobre os profissionais de televisão:

A TV é feita por profissionais das classes médias, hegemonicamente brancos, que pautam os seus temas e os apresentam como de interesse geral, descartando o que lhes parece irrelevante. Esse olhar define os conteúdos e os sujeitos a ele referidos o que consubstancia e naturaliza a branquidade ou branquitude como representação humana temáticas. (CARNEIRO, 2010, p.117).

Apesar de estar num país com maioria negra, grotescos televisivos também são os enquadramentos estéticos dados aos indígenas brasileiros e argentinos, assim como aos negros locais, vítimas de extermínio estatal que tem origem na chamada “*Conquista del Desierto*”, como relatam Bonatti y Valdez (2015). Estes se enquadram na categoria “Sujeitos Desidentificados” midiaticamente, como propõe Santos (2014).

A despeito deste processo histórico identitário, concorda-se com Cervo (2008) ao afirmar que durante os anos 1980 e 1990 Brasil e Argentina viram-se envolvidos em grave crise estrutural e de reposicionamento frente às demandas neoliberais, com o fim da bipolaridade da Guerra Fria e das novas demandas do capital. Neste período, seguindo cartilha estadunidense,

[...] a globalização encantou os dirigentes latino-americanos dos anos 1990, a ponto de erigir-se o neoliberalismo de Estado como expressão ideológica e adaptada da doutrina liberal clássica. Os dirigentes e a opinião pública adotaram de corpo e alma a nova visão de mundo, que realizava a convergência mundial em torno dos processos produtivos e do consumo, das liberdades de comércio e dos fluxos de capital (CERVO, 2008, p. 152).

Essa globalização proposta é branca e racialmente homogeneizante. Neste tempo/espço governantes como Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (Brasil) e Carlos Menem, Fernando de La Rúa, Adolfo Rodríguez e Eduardo Duhalde (Argentina) cederam aos ditames de que o novo mundo, a Nova Ordem mundial, seria do fim das fronteiras e de integração internacional. Crítica ao período a partir de estudos sobre o avanço hegemônico da comunicação estadunidense faz Renato Ortiz:

Não é difícil perceber o peso das metáforas na compreensão do processo de globalização. O problema é quando as tomamos demasiadamente a sério, ao

pé da letra, o que nos induz ao erro. Um exemplo: a ideia de “mundo sem fronteiras”. Ela está presente num conjunto de escritos sobre marketing e faz parte do léxico empresarial tradicional (ORTIZ, 2006, p. 48).

Fruto desta sujeição ao mercado são os avanços conseguidos pela indústria do entretenimento em terras latino-americanas, como relação de troca ou exploração concedida neste período. O sociólogo francês Frédéric Martel ilustra bem esses avanços quando problematiza a relação dos estúdios de Hollywood e suas imposições políticas e estéticas sobre o Sul ideológico;

Em Seul e no Rio de Janeiro, em Mumbai e em Tóquio, no Cairo ou em Pequim, a Motion Picture Association (MPA – no exterior, a MPAA perde o segundo A para ficar parecendo menos americana) vela pelos interesses de Hollywood. Em todas essas cidades, encontrei seus representantes, soldados dedicados à causa, não raros bons conhecedores do terreno local. O presidente “executivo” dessa poderosa organização coordena o trabalho de lobbying no Congresso americano e zela pelo cumprimento das normas públicas; acompanha as negociações mais delicadas com os sindicatos hollywoodianos e planeja uma estratégia de conquista mundial. O lobby age à sombra no exterior e à luz do dia em casa (MARTEL, 2012, p. 27- 28).

Esta visão de Martel coaduna com o depoimento do jornalista argentino Edgardo Esteban, correspondente da *TeleSur* em Buenos Aires, onde observa que a CNN, Fox, BBC e outras cadeias constituem projetos políticos e não comerciais, simplesmente. Não visam lucros monetários, quando apontam suas ondas para fazer proselitismo na América Latina, mas sim um objetivo de espriar sua dominação política e estética sobre todo o continente (LEITE FILHO, 2012, p. 115).

Martel aponta ainda as distintas práticas do conglomerado em casa (EUA) e no exterior. Não obstante a ação de lobby interno, no cenário internacional a MPA se escora no Congresso estadunidense para favorecer a exportação dos filmes hollywoodianos e, com a constante ajuda do Departamento do Comércio Exterior, do departamento de Estado e das Embaixadas estadunidenses, pressiona os governos para liberalizar os mercados, suprimir cotas de exibição e direitos alfandegários. Com isso, dispendo de uma dezena de escritórios e uma centena de advogados ao redor do mundo, estimula no exterior certas práticas monopolistas e de concentração vertical que foram proibidas no território estadunidense pela Suprema Corte. No exterior, enfatiza Martel, muitas vezes elas são denunciadas em vão como dois pesos, duas medidas.

É neste corrido, e observada as diferenças temporais e históricas, incontestáveis como um todo que observamos se o fortalecimento da televisão pública, a *Ley de Medios* e a criação da Empresa Brasil de Comunicação, poderiam ser enquadradas em uma proposta de

ação contra hegemônica²⁸, anticolonialista, na região frente a batalha comunicacional originada.

Até aqui trouxe uma perspectiva universalizante do processo histórico que proporcionasse compreender algumas saturações e imposições que na virada do século possibilitou a tentativa de reconfiguração das relações interestatais, criação de aliança do Sul, caso da UNASUL como forma de combater as pressões estadunidenses e os efeitos de uma globalização perversa, como diria Milton Santos (2004), que promovem a invisibilidade, marginalização e sub-cidadania para essa Maioria Minorizada de não brancos, não ocidentais, como mostra, também, a pesquisa da Vaidapé.

É a partir do olhar apurado do jornalista e geógrafo que se constrói a percepção da relação entre o avanço tecnológico e a dominação. Dirá ele que:

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. As novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares (SANTOS, 2004, p. 36-39).

Objetivos estes, na América Latina manipulados por um punhado de grupos empresariais brancos com origens familiares associadas às burguesias estadunidenses e europeias, que deixarão de fazer jornalismo como atividade voltada ao registro e reflexão do cotidiano sobre a realidade para tornar-se uma máquina comercial voltada aos interesses extranacionais hegemônicos, contribuindo para o massacre e recolonização de seus países e populações.

1.3.2 Televisão pública na América Latina

Na América Latina a rádio difusão pública era um assunto que até poucos anos não estava na agenda do dia. O impulso é dado com o enxame de projetos e participações estrangeiras que se precipitam na região durante os anos 1990 e com a ruptura do modelo televisivo proporcionado por Hugo Chaves em 2005 na Venezuela ao criar a *TeleSur*.

²⁸ O termo pode ser compreendido a partir do construto marxista gramsciano de hegemonia Conforme Gramsci, numa sociedade de classes, a supremacia de uma delas se exerce sempre através das modalidades complementares e, de fato, integradas. A hegemonia se exerce sobre grupos sociais aliados ou neutrais usando os mecanismos hegemônicos da sociedade civil, caso da televisão. (BOBBIO, 2008, p.580). Podemos também compreender o processo a partir do “jogo hegemônico” proposto por Novion (2011), nascido do binômio integração econômica X doutrinas de segurança.

Este processo de criação da TV do Sul, que influenciaria a criação da brasileira EBC e da rede pública argentina TDA, foi vivido com duros debates ideológicos e constrangimentos estimulados e articulados pelos grupos de países hegemônicos. Ao criar a Televisão do Sul os líderes locais deram um passo alternativo contra hegemônico da comunicação na região, onde se calcula (MARTEL, 2012) que à época, 95% das notícias internacionais e da própria América Latina eram geradas e/ou replicadas para a região pelas redes televisivas ocidentais, EUA e Europa.

Martel (2012) aponta que as grandes redes estadunidenses, a inglesa BBC, a alemã Deutsch Welle, a TVE espanhola, e as francesas TV 5 e France 24, são responsáveis pela massa significativa de informações geradas sobre a região, e que os grupos locais, em sua maioria, reproduzem em plataformas variadas o que é consumido pelo cidadão local. Principalmente as informações e análises sobre os governos populares e progressistas daquele momento.

Nesta atual fase do capital sem amarras e das imposições econômicas dos países centrais sobre as economias periféricas, onde Santos (2004) afirma que a noção mais tradicional de Estado torna-se difusa diante das condições políticas e econômicas em face das revoluções tecnológicas que influenciam as economias e políticas em escala mundial, a TV pública, nacional ou transnacional, pode exercer um papel de suma importância ao promover as diversas culturas e grupos étnicos que formam a grande nação latino-americana, reforçando a noção de identidade e pertencimento local (RAMOS, 2012).

1.3.2.1 O caso da Argentina

Como visto, diferentes fatores políticos, econômicos, socioculturais e tecnológicos alteraram consideravelmente o papel da América Latina no panorama mundial no alvorecer do Século XXI.

Pontuando o ano de 2005 como referência, observa-se que em vários países, as mídias públicas emergem como concorrência dos grandes grupos hegemônicos. A partir deste momento, com a criação da *TeleSur*, a discussão se estendeu para toda América Latina e perpassou grupos privados e diferentes governos. O debate principal se concentrou na resistência dos grandes conglomerados à revisão das condições sob as quais operam e que concede a eles lucros monstruosos.

A mudança de papel do Estado frente ao sistema de mídias, principalmente em relação às mídias gerenciadas pelo próprio governo, provocou significativas mudanças em diferentes países da região, caso da Argentina que em 2009 durante gestão de Cristina Kirchner promulgou a Lei 26.522, *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*, conhecida como *Ley*

de Medios, e a partir desta lei com o impulso popular oferecido a estas transformações, adotou o modelo Nipo-brasileiro de TV Digital, o Ginga.

É importante chamar a atenção que a Ley de Medios e a implantação da TV Digital não foram processos unificados, harmonizados em sua constituição. Conforme explica o especialista Federico Balaguer²⁹ em entrevista para esta pesquisa, também envolvido, durante o governo Cristina Kirchner na definição do padrão para a TV Digital e Interativa local.

Esse encontro aconteceu na cidade de Buenos Aires no momento em que ocorria a campanha eleitoral para a presidência argentina para a escolha do substituto da Presidente Cristina Kirchner, cujo processo se concretizou com a eleição do opositor Mauricio Macri, corria o mês de Agosto de 2015, e sobre o tema perguntamos a ele: *¿Podemos decir que la regulación de los medios abre espacios para la TV digital o la TV digital abre espacios para descansar la regulación de los medios... una necesidad de avance tecnológico?*

Federico: Creo que acá en Argentina... es difícil de contestar. Primero que es difícil de contestar, es muy difícil. Porque la historia de la Ley de Medios en Argentina y de la Televisión Digital me parece que en el fondo no es una historia de cooperación o de proyectos que se apalancan, de sinergia entre ellos, sino en la génesis, en el comienzo era de competencia. Y eso es algo que no mucha gente sabe, pero si uno piensa quién fue el que generó la Ley de Medios en Argentina, y quién fue que impulsó la Televisión Digital, va a ver que vienen de lugares diferentes. Entonces es difícil contrastar una contra otra. Creo que en la secuencia de eventos que se produjo en Argentina, la Ley de Medios lo que primero produjo fue un cambio en las regulaciones del cómo se podían utilizar los medios de comunicación, pero al mismo tiempo produjo... Bueno, con la Ley de Medios hay dos cosas: primero, produjo un cambio; y todo cambio produjo una contra-reacción, sobre todo de los medios que se veían afectados. Y por otro lado... como reforzando la idea de que no eran proyectos complementarios. La Ley de Medios no habla de Televisión Digital en Argentina. Entonces, es difícil decir. La Televisión Digital se podría haber implementado en Argentina, entiendo yo, aún sin la Ley de Medios y la Ley de Medios se podría haber implementado sin Televisión Digital. Entonces es muy difícil, son dos cosas diferentes. En el fondo, al final se dieron cuenta de que gracias a la Ley de Medios era más fácil darles espacio de comunicación a otro tipo de entidades. La situación después es pensar, bueno, esas otras entidades (sindicatos, clubes de fútbol, todos los que tienen acceso a las señales) qué tienen para decir y si genuinamente tienen algo para decir diferente. Y cuál es el resultado, si bien son más contenidos... Hay algunos que uno puede pensar si genuinamente son nuevos contenidos. Por ejemplo, hay canales universitarios que después de la creación, y debido a que no tienen fondos para producir sus contenidos propios, sacan contenido de Canal Encuentro o de BACUA³⁰, que es el repositorio de contenidos. Entonces, no tienen contenidos nuevos. Son los mismos contenidos que se reutilizan, refritan.

²⁹ Doutor em Ciência da Computação, e membro do *Laboratorio de Investigación y Formación en Informática Avanzada*. LIFIA, na Universidade Nacional de La Plata, coordenador de desenvolvimento de aplicações interativas.

³⁰BACUA: Banco Audiovisual de Contenidos Universales Argentino.

Entonces, creo que haya sido una oportunidad perdida de hacer algo pensado, integral, complementario en donde realmente se lograra aumentar el caudal de diferentes voces que llegan a la gente. (2015, Entrevista para o autor).

Sobre a questão apresentada associando a lei de meios à implantação da TV Digital, ou se esta influenciou a lei, a participação popular e ajudou a mover a máquina para os avanços percebidos para a época, as constatações, percepções do processo são distintas, a narrativa trazida acima do professor e pesquisador, que trabalhou no desenvolvimento do Ginga na Argentina dando apoio a adoção do modelo nipo-brasileiro, e atuando como um dos destacados colaboradores locais para o desenvolvimento da tecnologia, se contrapõem ao de Jéssica Tritten, então diretora do Pólo Audiovisual do Ministério da Educação, com opinião aparentemente distinta da dele, mas convergente nas intenções:

Jéssica: Yo creo que se complementaron, porque fue todo... no llegó nada primero, fue todo en simultáneo. En el mismo año, en el año 2009, la Presidenta decide llevar al Parlamento, y la discusión entonces, de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual. También se decide tomar la norma nipona-brasilera y crear el Programa de la Televisión Digital. Y creo que eso, lo que hizo fue potenciar absolutamente ambas políticas. Creo que si no hubieran surgido al mismo momento, en el mismo lugar, quizás no hubiera tenido el impacto tan fuerte que han tenido. Yo creo que se han complementado y se han potenciado. (2015. Entrevista para o autor).

Com esta nova lei, construída com ampla participação popular, debates críticos, percepções elitistas de sua formulação, e de sua associação ao sistema digital instituído, viu-se o aparecimento de canais, gerenciados pelo Estado, como *Encuentro*, *Paka Paka* e outros canais universitários e comunitários, alocados dentro da plataforma da TDA. Percebe-se, ao olharmos de longe, que de algum modo houve a concepção política de associar as mudanças tecnológicas com as políticas e fomentar a inclusão social como resultante do processo. Como chama a atenção Jéssica Tritten (2015), diretora do pólo audiovisual do Ministério da Educação, que abrange o Canal *Encuentro*, que é o canal educativo e cultural, o primeiro lançado pelo Ministério da Educação em 2007, o *Paka Paka*, o primeiro canal infantil do Ministério da Educação, nascido em 2010, e o *DeportTV*, primeira emissora de esporte ligado à educação, levado ao ar em 2012.

Jéssica: En el año 2009 cuando elegimos la norma nipona-brasilera y decidimos darle impulso a la creación de la Televisión Digital sobre todo a las nuevas señales que además vino de la mano con la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual; hubo una primera instancia de pensamiento de que la Televisión Digital podía ser (digo también esto en un contexto de la Ley, lo pongo muy fuertemente marcado por la Ley porque hubo un momento de disputa política muy interesante respecto de la Ley). Entonces hubo una primera lectura respecto de la Televisión Digital que es que venía

a suplantar a la televisión analógica, al cable por así decirlo. Y es cierto que tecnológicamente lo va a hacer en el futuro, pero Argentina es uno de los consumidores de la televisión por suscripción más grandes del mundo, y obviamente que no es esa la idea, sino que fue una primera lectura, pero nuestra lectura desde los que hacemos canales de televisión fue: primero, llevar a la vanguardia tecnológica y tener una alternativa en esos contenidos y en esa grilla de contenidos que propone la televisión. A diferencia de otros países, la Televisión Digital argentina es gratuita, entonces la elección de esa grilla, de esos contenidos para esa grilla tuvo que ver también, estuvo bastante inspirada en la discusión que estábamos dando con la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual. Por eso los contenidos van mixturando en ese famoso 33% que alega la Ley que es para el sector público, el sector privado y el sector de las organizaciones sociales o de las organizaciones de la sociedad civil, como le dicen ustedes. Y esa grilla de contenidos de la Televisión Digital, trata de tener un balance en ese formato: están los canales públicos (Encuentro, Paka Paka, DeporTV, TECtv, etcétera), están los canales privados y también están los canales de la sociedad civil (como por ejemplo es el caso del primer canal de una organización gremial en el mundo, que es ConstruirTV). Entonces, también está inspirado en ese momento de época en el que nace la Televisión Digital. Pero bueno, lo que quiero decir es que primero nace como venía con una noción alternativa de suplantar un formato y lo que nosotros decimos, así como decimos con otros canales que no queremos suplantar nada, sino que es una alternativa de lo pre-existente. Con esa impronta y con ese ímpetu es que nace la Televisión Digital. (2015. Entrevista para o autor).

Ainda que durante o período a presidente Cristina Kirchner tenha sido acusada de censura³¹ à comunicação e opositora da livre expressão por representantes dos grupos hegemônicos interessados na manutenção do status quo, fato é que a *Ley de Medios* parece ter completa inspiração no documento produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1983) sobre o direito a comunicação. Esse documento denominado Relatório MacBride, “Um Mundo e Muitas Vozes” traz a importância do diálogo entre os saberes da Comunicação e dos Direitos Humanos.

Entretanto a ideia do ‘direito à Comunicação’ não recebeu ainda sua forma definitiva, nem o seu conteúdo pleno. Longe de ser já – como parecem desejar alguns – um princípio bem estabelecido, cujas consequências lógicas poderiam ser deduzidas a partir de agora, ainda está na fase em que as pessoas refletem sobre todas as suas implicações e continuam a enriquecê-lo” (UNESCO, 1983, p. 288).

Ramos (2014, p. 10), discorre que a proposta da UNESCO está associada a uma percepção progressista da comunicação na região, e seria desdobramento de um projeto anterior, discutido no pós-II Guerra Mundial, politicamente liberal e economicamente capitalista, dedicado menos à relação comunicação e democracia, e mais à relação entre

³¹Disponível em: <<http://cnnespanol.cnn.com/2012/12/07/la-batalla-de-la-ley-de-medios-en-argentina-antimonopolio-o-sobrelimitante/>>- Acesso em: 20 de Julho de 2016

comunicação e desenvolvimento; a democracia seria, conforme essa visão, resultante automática do desenvolvimento de livres mercados. Sua transformação crítica se deveu ao fato de a UNESCO, a partir dos anos 1960, passar a ser controlada por uma maioria de países do então chamado Terceiro Mundo, com fortes influências políticas de países africanos recém-descolonizados, de países latino-americanos, e outros, como a então Iugoslávia, pertencente ao bloco soviético, mas proponente da tese do não alinhamento automático a qualquer dos dois blocos político-econômicos resultantes da Guerra Fria.

Em texto explicativo introdutório à *Ley de Medios* vê-se a seguinte contextualização coadunante com a proposta de direito a comunicação como direito humano promovida pela UNESCO:

los sectores conservadores reaccionan en defensa de sus privilegios siempre que se empodera al pueblo. Rechazan por todos los medios cualquier avance democrático que signifique la inclusión política, económica y cultural de las mayorías Sociales, por eso tergiversan y se resisten a la aplicación de la LSCA. Pero, de cara al siglo XXI, el mandato que nos impone esta normativa es claro: ahora la palabra es de todos y todas. Es necesario socializar la información, ampliar el conocimiento sobre los derechos comunicacionales ciudadanos (ARGENTINA, 2013).

Mario Lozano, então Reitor da *Universidad Nacional de Quilmes*, pontua que a *Ley de Medios* foi uma das maiores conquistas em três décadas democráticas na Argentina. Segundo ele, a lei foi construída com base num consenso amadurecido durante anos, enriquecida em foros participativos pelo país e votado por ampla maioria formada por um congresso democrático e popular, assim como é considerada um importante instrumento para romper o monopólio e descentralizar o cenário midiático, habilitar novas vozes e democratizar a palavra (LOZANO, 2013, p. 19).

Este ato de coragem da governante argentina, apoiada pelas transformações da região, foi de encontro à estrutura montada ao longo da história do país, e recrudescida durante o governo neoliberal de Carlos Menem alinhado e subjugado pelo governo estadunidense.

O cineasta Oliver Stone (2015, p. 292) no livro extraído de documentário de mesmo nome, “A história não contada dos Estados Unidos”, aponta para a questão da desregulamentação dos meios de comunicação nos EUA durante o governo Reagan, de forte matriz neoliberal, ao revogar a “*Fairness Doctrine*” [princípio da imparcialidade] que exigira que as emissoras de rádio e TV, desde a década de 1940, oferecessem cobertura adequada e imparcial para pontos de vista antagônicos sobre questões de importância pública. Na onda de transformações da década, após este ato, o governo hegemônico e suas agências de pressão

externa, iniciaram o trabalho para desregulamentação e maior liberalização dos meios de comunicação no hemisfério, comprando e/ou se associando com grupos de comunicação locais, tentando influenciar na política nacional. Caso da Argentina, onde o jornalista Jorge Lanata expôs um dos vários processos de aquisição:

En pleno escándalo periodístico sobre el narcolavado George Bush padre llegó a Buenos Aires para reunirse con su amigo Carlos Menem, y se hospedó en la Quinta Presidencial de Olivos. Em paralelo, un “oportuno” grupo de inversores texanos encabezados por Tom Hicks compró gran parte de las acciones del CEI de Moneta, apoderando entonces de la mayor parte de los médios de comunicación de la Argentina. Hicks fue, a la vez, el principal financista de la campaña de George W. (LANATA, 2003, p. 586)

A ideia construída de cidadão consumidor promovido pelos governos anteriores foi a grande luta teórica, política e social do período Kirchner na Argentina para construção de alternativas ao neoliberalismo. Algo de acordo com a ascensão dos governos progressistas do continente, ainda que nem todos tenham revogado ações e políticas neoliberais, caso do Brasil. Porém, a reconstrução da democracia popular, direito a comunicação e regulação dos meios deu a tônica ao período argentino, ainda que com enormes conflitos que quase travaram o avanço e outros a serem superados. Conforme pode ser observado no depoimento de Tritten (2015):

Jésica Tritten: *Bueno, las principales trabas en un principio estuvieron vinculadas obviamente al momento en el que nace, el contexto en que nace la Televisión Digital, que es el año 2009, insisto siempre porque me gusta ponerle el marco histórico. Es en el año 2009, año en el que estábamos discutiendo una nueva Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual y en el contexto de la discusión de esa ley es que nace la decisión de también implementar la Televisión Digital. Y la principal traba nace también de este primer prejuicio. Que es que venía la Televisión Digital a suplantar a la televisión por suscripción, que venía con un ímpetu como la llamaban en ese momento a nuestra Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual que era una “Ley Mordaza”, una campaña muy fuerte del grupo Clarín en contra de esta ley. Y entonces las principales trabas estuvieron bastante vinculadas a esta disputa, que aún continúan, no es una disputa que se haya acabado. Pero bueno, estuvieron bastante vinculadas a eso. Y después las propias, las nuestras, que fuimos a lo largo de estos seis años ya de implementación de la Televisión Digital que fuimos, que son las propias de tomar un nuevo proyecto tecnológico. Hubo que ir a los lugares donde no había ningún tipo de llegada de la televisión, por eso fue también una decisión política que fuera el propio Estado que llevara, quien implementara la Televisión Digital. Y la primera decisión fue ir a los lugares donde no había llegado nunca la televisión, directamente. La televisión comercial, la televisión satelital, lo que sea. La decisión política fue ir a esos lugares donde no había nunca, no había llegado nunca la televisión. Después por segunda instancia, como segundo lugar, en las 15 mil escuelas rurales que tiene*

nuestro país, fue también una decisión incorporar los decos³² satelitales y llevar la televisión a esos lugares donde la escuela es mucho más que una escuela, sino que es un lugar de encuentro también. Fue muy lindo, yo recuerdo mucho esa época porque nosotros íbamos bastante a esos lugares. Fue un año muy intenso el 2009, porque fue la discusión por la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual, la implementación de la Televisión Digital y la emergencia del programa Fútbol para Todos, entonces en ese momento estaba todo junto, y fuimos a una escuela, por ejemplo, que no había llegado nunca la televisión, y los chicos veían por primera vez un superclásico River-Boca. Entonces fue un momento mágico. Fue un año muy importante el año 2009 para la televisión en Argentina. Y para lo que vendría después en consonancia con la televisión latinoamericana. Fue un año, para mí, bisagra³³, creo. Pero bueno, las trabas también estaban dadas por esto, hubo que hacer una evaluación de los lugares a los que no había habido nunca televisión, que no había llegado nunca la televisión, fuimos a esos lugares, los decos se implementaron. Hubo una segunda traba quizás cuando, ya cuando estaba bastante implementada esta primera etapa que fue la de llegar a los lugares donde no llegaba, los decos también se repartieron gratuitamente entre aquellos que percibían una jubilación mínima, o la Asignación Universal por Hijo. Y una segunda instancia que me parece que tuvo que ver más con lo “comunicacional” de esta política (que todavía es una política que venimos trabajando obviamente), muchas personas desconocían de qué forma tener la Televisión Digital en su propio hogar. O pensaban que había la posibilidad de que hubiera Televisión Digital y no televisión por cable, entonces hubo que hacer una campaña de comunicación muy fuerte también en eso. Pero bueno, fueron diferentes etapas también y propias de la implementación de algo tan novedoso y tan revolucionario como la aplicación de una nueva norma. (2015. Entrevista para o autor).

Narrativas de construção do processo, antes e depois, e revisões necessárias ao período, podem ser acompanhadas em Becerra (2015), Lazzaro (2010 e 2015) e em Aharonian (2015). Lazzaro, apoiador crítico do processo argentino e demandante de mais ações estatais para a absorção social da nova tecnologia, enxerga a dificuldade de ação rápida do governo como desenvolvido comercialmente, uma das travas para a consolidação da TV Digital por lá:

Luis Lazzaro: Yo creo que el modelo de negocios de la Televisión Abierta está en una crisis, está en un problema. Hay una migración, un desplazamiento de la publicidad tradicional del viejo modelo del broadcast, de la radiodifusión que vendía tanta publicitaria. Bueno, si bien la inversión, la torta publicitaria general se mantiene, su distribución ha cambiado. Entonces, se ha ido desplazando, de la radio y la televisión de aire, hacia televisión por cable, y también a plataformas digitales. Y esto genera un problema de sostenibilidad, de financiamiento para la televisión abierta. A mí me parece que ahí hay dos problemas entonces: primero, el modelo de negocios de la televisión abierta, que incluye la Televisión Digital; y segundo, el modelo dominante de acceso a la televisión, que en el caso de la Argentina (creo que no es lo mismo Brasil) está dominado en un 80% por sistemas pagos. El sistema pago tiene una ventaja, y es que además

³² Seguramente se refiere a decodificadores digitales.

³³ Año bisagra quiere decir año de cambios.

de la venta de publicidad tiene el cobro de abonos y además tiene la potencialidad de dar triple play, o sea, de generar un volumen de negocios mucho mayor sobre la misma plataforma. La televisión abierta, si bien tiene alguna posibilidad de... Te acordás cuando vimos lo de Melio Televisión, bueno, de generar algún acceso a demanda de contenidos todavía es muy incipiente, no se ha desarrollado, y tiene el problema de que requiere el retorno por internet para tener interactividad. Es decir, si nosotros aceptamos esto, la posibilidad de desarrollo de la Televisión Digital Abierta tiene, por un lado, un mercado completo de sectores de muy bajos recursos que no pueden pagar televisión de cable o satélite, y eso es una limitación de mercado para el anunciante. Y por otro lado, depende del retorno por internet para proponer otro modelo de negocios. Lo que no está desarrollado en la Argentina y creo que está más trabajado en Brasil, son las aplicaciones sociales que puede tener la Televisión Digital. Argentina no ha desarrollado prácticamente nada en este sentido, y yo creo que ese es otro problema que hace a que no se instale la TV Digital culturalmente como un recurso de comunicación que no es solamente el entretenimiento o la información, sino también servicios. Argentina no tiene servicios incorporados en la plataforma de Televisión Digital. Y ahí yo creo que hay un problema que se puede resolver, digamos, eso es algo que tiene posibilidad de desarrollo para adelante, pero como te dije requiere políticas que lo impulsen. (2015. Entrevista para o autor).

Mais incisivo e partindo do mesmo lugar retórico que Jesica Tritten e Luis Lazzaro, o uruguaio jornalista Aharonian (2015) afirma que a nova arma mortal e moderna para o controle populacional se chama meios de comunicação, que em mãos de umas tantas corporações praticam o terror midiático cartelizado, internacionalizado e se convertendo no disparador de planos de desestabilização dos governos populares e de restauração da velha ordem neoliberal. O que o jornalista argentino Luis Lazzaro chama de “batalha da comunicação”, Aharonian chama de batalha cultural, diz que estamos numa guerra pela imposição de imaginários coletivos que se dá através dos meios cibernéticos, audiovisuais e gráficos.

O que Aharonian denomina como “terror midiático”, o brasileiro Altamiro Borges (2009, p.13) classifica como sendo a “ditadura da mídia”, enfatiza que a mídia hegemônica está envolta no verdadeiro paradoxo. Por nunca ter sido tão poderosa no mundo e no Brasil, como no tempo presente, isso, decorrente dos avanços tecnológicos nos ramos das comunicações e das telecomunicações, coadunando com Santos (2004), fruto do intenso processo de concentração e monopolização do setor nos últimos decênios e da criminosa desregulamentação do mercado, fruto do período neoliberal dos anos 1990, que a deixou livre de qualquer controle público. Sendo, como já vimos na contemporaneidade, ela exercer uma bruta imposição, deturpando e manipulando comportamentos.

Dentro deste imaginário construído, de uma Geopolítica da palavra (Lazzaro, 2015), adentra-se ao Brasil, onde desde os anos 1950 existe uma verdadeira batalha entre governos, movimentos sociais e a mídia conservadora.

1.3.2.2 *O ocaso do Brasil*

No Brasil, a história da radiodifusão, desde seus primórdios, foi marcada pela prevalência dos interesses do mercado em detrimento do interesse público. Característica essa percebida nos processos de consolidação do rádio e, mais tarde, de formação da televisão. As TVs públicas no Brasil configuram um campo complexo. Apesar de terem em comum uma “aura pública”, são canais com características bem distintas, processos próprios de construção e consolidação. Apresentam origens, práticas e objetivos distintos. São produzidas em condições políticas, administrativas e técnicas próprias, além de sofrerem diferentes regulamentações. Porém, legalmente, o controle sobre a radiodifusão brasileira é público, e cabe ao Poder Executivo conceder e renovar concessões para esse serviço, como regulamenta o art. 223 da Constituição Federal (CF) de 1988: “compete ao Poder Executivo conceder e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988, n. p.)

Na prática, a televisão brasileira nasceu privada e com intenções comerciais, baseada no modelo estadunidense, instrumentalizada para reproduzir o *modus vivendi* da elite dominante. Essa forma de se estruturar a televisão brasileira voltada para a ode ao consumo e ao comércio eletrônico foi determinante para o cerceamento da iniciativa pública no setor e promotor de arcabouços para o emparedamento de suas possibilidades de desenvolvimento.

Caso exemplar de cerceamento das televisões públicas é o decreto lei que proibia a publicidade nas emissoras públicas educativas, e como já visto aqui anteriormente, foi produto de acordo feito entre o governo e o grupo Diários Associados, por ocasião da compra da TV Cultura de São Paulo pelo Estado. Diz o Decreto-Lei 239 de 28 de fevereiro de 1967:

Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem Código Brasileiro de Telecomunicações (BRASIL, 1967).

Com o domínio mercadológico da nova técnica de comunicação e a estruturação privada dos canais televisivos restou ao governo a possibilidade de estruturação da TV pública. A intenção do governo ao criar as emissoras públicas educativas no Brasil teve um cunho pedagógico, pois “o primeiro público que se pretendia atingir com isso era o dos 15 milhões de jovens e adultos sem escolarização. Com efeito, em 1971, os telecursos foram legalizados e concediam diplomas” (OTONDO, 2002, p. 272).

Havia uma ideia de massificação da educação através da televisão que permitiria ao governo chegar à população sem acesso ao seu circuito escolar oficial. Porém, esse processo pedagógico era pensado etnocentricamente, desvinculado das práticas cotidianas do público ao qual se destinava sem levar em consideração as emoções e sensibilidades experimentadas por ele e imprescindíveis ao processo de aprendizagem. Essa prática perpassava a América Latina, conforme aponta Rey (2002, p. 92):

De um lado, estavam os projetos de televisões comerciais, que ficavam com as emoções, os relatos dramáticos, o entretenimento; e do outro, a televisão educativa, que começou reproduzindo na tela as metodologias e didáticas empregadas na sala de aula. A esquizofrenia foi rapidamente percebida: a escola e a televisão educativa pertenciam a um exterior longínquo e desvinculado das mudanças que estavam ocorrendo (sociedades mais urbanas, variações de gênero, culturas juvenis em expansão).

Um dos braços do que chamamos de TVs públicas são as tevês educativas. Reunidas desde 1998 na Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC), as TVs educativas estão presentes nas principais capitais do país. Em 2007, representavam um universo composto de 1.885 TVs entre geradoras, afiliadas e retransmissoras. (ABEPEC, 2013). A criação da TV Brasil incorporou em sua formação duas dessas emissoras, as TVs educativas do Rio de Janeiro e do Maranhão, fato que não provocou até este momento alteração significativa na configuração do setor.

A EBC nasceu a partir da ação de grupos de pressão da sociedade civil, que foi ao encontro do interesse do Governo Federal de criar uma empresa pública de comunicação que seria responsável por reunir as emissoras exploradas pelo executivo federal em um novo perfil efetivamente público. (VALENTE, 2009). Em 2008, a medida provisória que a instituiu a EBC foi aprovada e transformada na Lei nº 11.652/2008. Um exemplo desses debates pela criação da Empresa Brasil de Comunicação é dado pelos entrevistados para essa tese:

Voltando em 2002, eu participei do Seminário A Imaginação a Serviço da Cultura ou da informação... Que eram seminários feitos pelo PT para formatar o programa da campanha do Lula Presidente 2002, então o PT fez

seminários nacionais... eram cinco etapas, cinco regiões. Eu insistia muito no seguinte: Você tem que basear-se nos instrumentos que você tem estatais, então eu destoava completamente. Eu dizia, que tínhamos que pegar a Rádiorbras, que foi criada pelos militares, como a Embrapa foi. Alguém vai questionar a Embrapa hoje? Eu propus juntar tudo que havia no estado, TVE... E essa tese acabou sendo vitoriosa. Não por mim. Teve um debate que foi muito interessante em Belo Horizonte... “Ó, para aquelas pessoas que estão propondo uma comunicação muito avançada, achando que o governo Lula vai ser... Queremos lembrar que o mercado existe.” Eu pedi a palavra e disse “é verdade que o mercado existe. Agora eu queria lembrar que a luta de classes existe e entre o mercado e a luta de classes, o voto popular pode nos dar a oportunidade histórica de fazer a disputa. Não é suprimir o mercado. Não acredito nisso a curto prazo, não é essa a discussão. Mas é você ter políticas que modelem uma aspiração e permitir que a comunicação seja verdadeiramente civilizatória, democratizadora, humanizadora, integradora do Brasil (ALMEIDA, 2017. Entrevista para o autor).

O debate sobre a criação da EBC os seus desafios e motivações na perspectiva internacional podem ser extratificados nesses extratos trazidos pelos entrevistados que apresenta bem o momento de construção do projeto, suas relações no Sul global e a percepção do movimento social sobre a iniciativa. Jornalista, pesquisador e membro da rede de pesquisa e produção em comunicação Barão de Itararé, Federico Vasquez aduz:

Ela nasce, talvez, mais como uma negação de participar da TeleSur, a TV Brasil é a expressão disso, ou seja, é querer ainda ser... A gente ainda tem uma visão que o Brasil por ser continental faz qualquer coisinha sem precisar dar a conta, e não... nós temos a obrigação da excelência. Nosso campo tem um problema de generalidade, tem um complexo de querer ser grande, mas não temos a coragem e ousadia de ser, porque exige sacrifícios mil. E aí você entra com a EBC que atendeu em parte os movimentos e atendeu uma aglomeração da sociedade civil que vem formada pela fundação Ford, e que vem preparada. A EBC vem para atender e ela já vem apequenada, ela vem para rearranjar as estruturas estatais, nem é pública... a TV cultura tecnicamente é melhor do que a TV Brasil. A EBC nasce tímida, não nasce com um viés TV pública, nacional e que tem que ter antena em todos os 5 mil municípios... não temos. Em Brasília, o melhor sinal é da TV privada, nosso sinal é fraco. O debate da EBC é feito internamente e não com a sociedade, a sociedade não entende o que é uma TV pública (VELASQUEZ, 2017. Entrevista para o autor.).

Sobre as críticas e dificuldades de se impor uma linguagem mais ampla na TV Brasil e fazê-la com uma programação plural, destoante dos ditames das emissoras comerciais, diversificada em sua abordagem do cotidiano e da vida pública brasileira, encontra-se apontamentos em Santos (2014), porém, coadunando com esse olhar Araújo (2011) traz uma boa contribuição ao buscar no principal noticioso da emissora, o Repórter Brasil, um reflexo de sua reprodução dos signos e endereçamento estruturado no campo não público:

Embora a proposta declarada do Repórter Brasil seja fazer um jornalismo “nacional de fato, como não encontramos nos telejornais hoje”, o enfoque predominante do noticiário é o do eixo Rio-São Paulo-Brasília, não só porque a apresentação do telejornal é feita destas três cidades, mas, sobretudo, porque as matérias de âmbito “nacional” são geralmente elaboradas a partir de um exemplo generalizado original destes centros simbólicos. Isso poderia se explicar, em parte, pelo fato de que a estrutura técnica da emissora está montada nestas três cidades, mas, considerando que a TV Brasil tem um centro de produção também em São Luís do Maranhão e a incidência do Estado no noticiário é mínima⁵, acreditamos que a escolha por privilegiar este eixo tem a ver com o fato de que estas três cidades são consideradas centros de decisão política, econômica e cultural do país. As matérias de âmbito nacional, por exemplo, são todas produzidas por essas três praças, fundadas em um discurso sobre o cidadão que é afetado pelas decisões do Congresso e pelas oscilações da economia, esteja no Acre ou em São Paulo (ARAÚJO, 2011, p. 200).

Os debates públicos sobre a democratização da comunicação, começando por criar uma rede pública e legitimada, deu origem a audiências públicas no Congresso Nacional articulando propostas de sindicatos, organizações culturais e esportivas. Era recente a ideia de construção de um projeto de comunicação pública nacional como alternativa real aos meios comerciais no Brasil.

Conforme documento de fundação, a Empresa Brasil de Comunicação foi criada com o propósito de consolidar e ampliar a comunicação pública no país. Por meio da TV Brasil, seu braço televisivo, propõe-se a oferecer uma programação informativa, cultural, artística, científica e cidadã, de abrangência nacional. Esta se encontra, no período tratado na tese, nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, São Luiz e em mais vinte e um Estados por meio das emissoras parceiras da Rede Pública de Televisão. Com suporte da Agência Brasil, tem a missão de produzir notícias de abordagem pluralista e um jornalismo que conquiste a credibilidade de seu público alvo.

A construção da nova TV pública brasileira passa pela superação de dilemas como a necessidade de modernização da programação, diversidade de seu quadro de funcionários e contemplação das demandas sociais, além da melhoria da sua estética. Some-se a isso, a predominância histórica do sistema comercial no Brasil desde os anos 1930, e a hegemonia das grandes redes, o imutável sistema de concessão de outorgas e as pressões políticas do setor junto ao executivo. Essas fizeram gigantescas pressões para que o governo não avançasse sobre as leis beneficentes de seus mandos e conquistas coronelistas do meio do Século passado. Exemplar é a afirmação sobre essa relação de submissão trazida para a pesquisa pelo ex-ministro Gilberto Carvalho, crítico daquele momento:

Como o senhor (a) enxerga o nosso sistema de concessões de outorgas para funcionamento de rádios e TVs?

Eu penso que vamos ter que fazer no país, para viver uma democracia verdadeira, uma mudança, mais que uma reforma, uma revolução na questão de toda a mídia e de todos os meios de comunicação. A legislação brasileira contém imprecisões e mais que isso, contém deformações que privilegiam o uso econômico. Os meios não estabelecem nenhuma limitação aos oligopólios, nem ao próprio monopólio... muito restrita do ponto de vista de acesso democrático ao poder dos meios de proposta e dos meios de comunicação. Mas, sobretudo, acho que a deformação mais grave é que a concessão dos meios de comunicação, ao ficar ao livre arbítrio, sem maiores exigências num jogo entre poder legislativo e poder executivo (com muita força no poder executivo), acaba sendo usado, como tem sido histórico no Brasil, como moeda de troca para o equilíbrio político/ para a obtenção de apoio político. Isso é famoso no Brasil desde 84, 85, sobretudo, no governo Sarney quando fez uma imensa distribuição de rádios e sinais de televisão para obter no congresso a posse da prorrogação do mandato de 5 anos e isso aconteceu mesmo durante o governo do Fernando Henrique e depois no governo do Lula, infelizmente, não foi diferente, o nosso Ministério de Comunicações seguiu, basicamente, essa mesma lógica de tal maneira que, embora proibido legalmente, é impressionante o número de parlamentares que são detentores disfarçados através de entrepostos, de pessoas colocadas para essa função, são detentores dos meios de comunicação, sobretudo o rádio e televisão. Lamento, sobretudo que o nosso governo não foi capaz de produzir uma alteração nesse processo. Se não que acentuou ainda mais essa lógica nefasta para democratização dos meios de comunicação.

Durante o período de governo Lula/Dilma houve alguma tentativa de mudança ou atualização desse processo? Você já até colocou isso, mas por parte do movimento social teve um debate grande, porque você entende que isso não foi apropriado pelo executivo? Quais as forças que estavam ali, de repente, bloqueando esse processo?

Nós tivemos ao longo dos nossos governos inúmeros movimentos, inúmeras tentativas da sociedade civil em se organizar. Se organizaram e pressionaram o governo. A construção da conferência da comunicação que foi um marco muito importante, com muita polêmica, talvez tenha sido o marco mais avançado, a construção da EBC. Porém, o governo Lula foi um dos governos que mais fechou rádios comunitárias em seu primeiro mandato, foi uma aliança muito ruim entre o Ministério da Justiça, a Anatel e a associação brasileira de rádio difusão, depois, durante o segundo governo Lula, aí tem o mérito do ex-ministro Franklin Martins que desenvolveu um trabalho de construção de uma reforma das regras, das leis da mídia, quando nós tínhamos em tese uma correlação de forças bastante favorável para poder realizar essa medida. Infelizmente o governo Lula demorou para fazer o envio do projeto para a câmara e naturalmente quando a Dilma assumiu ela teve uma atitude contrária a esse projeto, mandou congelar. É evidente que isso corresponde a uma imensa pressão que os meios de comunicação (os grandes) fizeram sobre o governo. É difícil dizer isso, mas tanto o governo Lula quanto o Dilma, confiaram mais na capacidade de relação com os donos dos meios de comunicação do que propriamente na necessidade de mudança dessa regra. Como o país estava vivendo um momento exitoso de prosperidade e estava tendo paz nessa relação de classe, porque todos estavam ganhando e o andar de cima estava ganhando muito mais, foi possível conter os movimentos mais radicais de oposição ao governo dentro dos meios de comunicação. Mas assim que a crise começou esse mal-estar

foi se instalando por perda dessa prosperidade, ficou claro a radicalização do processo, o desrespeito e o ataque frontal de tal maneira que os donos dos meios de comunicação passaram a ser um dos principais atores do golpe que teve a presidenta Dilma, então esse equívoco é imperdoável e de gravíssimas consequências para nós de não termos implementado isso e termos de alguma forma aceitado essa pressão da forma que ela se deu. (CARVALHO, 2017. Entrevista para o autor).

Os depoimentos para essa tese, tal qual o trecho ilustrativo de Gilberto Carvalho, desconstroem a visão apresentada por aqueles que alegam não terem conhecimento de proposta de alternativa comunicacional. Verdade seja dita, os cidadãos nunca foram de fato expostos a uma forte alternativa com recursos e disposição política, como no caso argentino, de concorrer com os grandes agentes da televisão comercial, esse embate aqui não aconteceu. Se o presidente Lula, em seu segundo mandato, deu o passo para a unificação da rede pública e ensaiou o apoio a uma alternativa às redes comerciais, não se desvencilhou da histórica subordinação do executivo brasileiro às dinastias familiares; às estratégias de comercialização do espaço público repetindo o modelo comercial; à subordinação de informações de interesse coletivo a ambições lucrativas, como, por exemplo, privilegiando a informação ou coletiva exclusiva para o agente da empresa comercial em detrimento do representante da emissora pública³⁴.

Essas práticas tiveram continuidade no governo Dilma Rousseff em seu primeiro mandato e foram acirradas ao tirar poder da empresa pública, cortar investimento e aumentar as dotações orçamentárias para os meios hegemônicos tradicionais, conforme pesquisa do jornal Folha de São Paulo³⁵:

Levantamento realizado pelo jornal *Folha de São Paulo* em cima de dados divulgados pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República revela que, desde o início do governo da presidente Dilma Rousseff (PT), mais de R\$ 161 milhões foram investidos em publicidade estatal em emissoras de TV, jornais, revistas, rádios, sites e blogs. As informações mostram que apenas dez veículos concentram 70% do dinheiro repassado a mais de 3 mil veículos de comunicação do país.

A pesquisa informa ainda que R\$ 111 milhões se concentram em dez empresas. A Globo Comunicações e Participações S.A. – que detém a *TV Globo* e sites de notícias da emissora -, recebeu quase um terço desse valor entre janeiro de 2011 até julho do ano de 2012, totalizando R\$ 52 milhões. Em segundo lugar ficou a *TV Record*, com R\$ 24 milhões.

³⁴ Para aprofundar mais, veja- BUCCI, Eugênio. *O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder: uma outra história*. 1ª ed. São Paulo: Hedra, 2015.

³⁵ Disponível em:< <http://www.sul21.com.br/jornal/globo-lidera-ranking-dos-investimentos-de-publicidade-do-governo-federal/> > Acesso em 22 de Julho de 2016.

A emissora é de propriedade do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus.

Greves, manifestações por independência e melhoria da qualidade do serviço oferecido pela Empresa Brasil de Comunicação foram o resultado do ato pioneiro do governo Lula, mas resignado com a reação da elite nacional, a política de austeridade, diálogo com a com o empresariado, e retrocesso democrático de Dilma Rousseff em seu primeiro mandato, resultaram em grande descrédito do cidadão sintonizado nos avanços da TV pública brasileira, e sintomaticamente viu-se a perda de apoio do governo junto aos funcionários da empresa pública³⁶.

Neste barco do desmonte, já no primeiro mandato de Dilma Rousseff, os críticos da TV pública se fortaleceram para demandar por mudanças estruturais da mesma, pois imaginam a empresa pública alinhada aos interesses neoliberais ditados pela globalização econômica que marcou a primeira década do século XXI, e atendendo aos interesses particulares destes grupos hegemônicos.

Assim que para compreender mais sobre a influência da mídia hegemônica no avanço ou atraso das redes públicas de televisão, e a ligação dos governantes com esse processo de avanço paralisante, o próximo capítulo será dedicado ao aprofundamento da percepção das hegemonias na região e sua influência nos processos políticos locais.

³⁶Disponível em: < <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27599>> Acesso em: 30 de Junho de 2017

CAPÍTULO 02

2.1 HEGEMONIAS E CONTRA HEGEMONIAS.

As disputas nas sociedades latino-americanas estão em curso e colocam-se muito além do âmbito das comunicações. De forma ampla estão espalhadas pelo tecido social dos países da região. Têm-se como pano de fundo destas disputas e transformações uma contenda de ideias e ações no plano político. Uma série de progressos técnicos tornaram ultrapassadas certas características das políticas públicas de comunicação estabelecidas em princípios do século passado. Empresas de caráter local, nacional até o início dos anos 1990 foram expostas a um processo de aquisições e privatizações que caracterizou a entrada do capital externo nessa área estratégica e a sua internacionalização.

Percebe-se que a missão dos poderes nacionais constituídos não está em somente atualizar legislações estabelecidas em momentos distintos do desenvolvimento local e do posicionamento estratégico dos países na esfera da geopolítica internacional. Existe nesta batalha uma nova lógica de ação hegemônica que envolve monopolização, concentração e convergência de tecnologias mediadas na relação com os poderosos grupos transnacionais. E pressupõe-se uma ação estatal contra-hegemônica com o objetivo de não ver escorrer por suas mãos um capital nacional estratégico para a manutenção de sua soberania.

Como aponta Santos (2000; 1998) todas estas transformações estão permeadas pelos efeitos da revolução técnico-científico informacional que caracterizam as comunicações e relações do tempo presente.

Neste capítulo busca-se compreender como a capacidade de gerar uma concepção universal do mundo a partir de uma percepção particular, criando dominação através do consenso e gerando um agendamento que reproduz formas de dominação nos espaços dependentes, subalternizados, estão relacionados à comunicação e sua capacidade de construção e propagação de saberes hegemônicos, coloniais. Como pontua Ceceña (2004, p. 03), as condições de manutenção de um sistema de domínio como o atual não só resultam da concentração dos meios permitindo organizar o modo de reprodução coletiva que vivemos hoje, mas acima de tudo moldam a convicção de que esses meios são alheios à problemática política posta.

Trabalha-se aqui com o problema que subjaz a análise comparada das TVs públicas do Brasil e da Argentina; como a comunicação pública poderia gerar informação independente

das relações mercantilizadas de seus congêneres comerciais e contribuir na formação cidadã e emancipadora de seu público receptor, o sujeito cidadão. Partindo de uma percepção sobre hegemonia cunhada por Gramsci, busca-se compreender as possibilidades da comunicação pública, no caso específico desta tese entenda-se TV Pública, fazer o contra ponto ao domínio via consenso e reprodução das formas de dominação nos espaços submetidos historicamente ao domínio hegemônico. Para tanto, mobilizou-se autores como Moraes (2016), Gramsci (2011), Bandeira (2014; 2004), Sader (2012; 2004), Hall (2006), Willians (2005), Ceceña (2004), Coutinho (2011), Novion (2011), Santos (1998), entre outros.

A noção de hegemonia na forma aqui abordada está associada à ideia força central da estrutura político-teórica do filósofo italiano Antonio Gramsci. Ao abordar o conceito abre-se o debate sobre diferentes interpretações teóricas, práticas que são indicativas da importância de um paradigma que, apesar das mudanças no mundo, por sua vez, permanece eficaz como um quadro teórico e prático na abordagem política. O estudo da obra de Gramsci tem proporcionado aos intelectuais dos mais diferentes matizes e posturas epistemológicas interpretar o mundo de seu próprio tempo e seu instrumental teórico serve para que compreendamos a realidade desde a nossa perspectiva. De acordo com Sader:

Gramsci desenvolveu uma de suas maiores contribuições à estratégia anticapitalista, ao compreender os fundamentos do poder em cada um desses tipos de sociedade. Ele formulou o conceito de hegemonia, que combina a força e o convencimento, com peso maior de cada um desses aspectos do poder existente. Quando as classes dominantes passam a se apoiar, em grande medida, na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas, ou por uma parte delas, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base mais sólida ao seu poder. A esse movimento de cooptação dos dominados pelos dominadores Gramsci chama de “revolução passiva”, um processo pelo qual se muda a forma da dominação, mas se mantém sua substância (SADER, 2012, p. 8).

Desse modo que voltar aos escritos do italiano, é fundamental para abordar a luta e concepção das hegemonias e contra hegemonias na construção de modelos alternativos aos impostos na atual fase global do capitalismo, o chamado neoliberalismo, e perceber como na história das Américas a luta hegemônica é transversal à constituição dos países e a invasão de espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses, franceses e tem no papel político dos meios de comunicação a consolidação dessa hegemonia.

Buscar nas obras de Gramsci instrumentais de análise, porém, não só com ele, cotejar outros intelectuais que por ele avançaram no olhar e proposições para a desconstrução do discurso hegemônico dominante, é perceber a dualidade dos conceitos de hegemonia e

emancipação como abstrações interpretativas do processo histórico unificador de grupos em luta para se desvencilhar das amarras do capital, do “Deus ouro” (LAS CASAS, 2011). A análise do mundo contemporâneo a partir dessa perspectiva leva ao reconhecimento de que a única maneira de prever o futuro será compreendendo os cenários e identificar estratégias, sejam relacionados à dominação hegemônica ou a emancipação (CECEÑA, 2004, p. 5). Para isso também é necessário entender o papel dos meios, o da televisão, sobretudo na formulação de imaginários, na contribuição para a revolução passiva de que tratou Gramsci e a consolidação dos interesses capitalistas e o espraiamento da ideologia dominante entre parte significativa dos dominados através da guerra de posições. Guerra a qual a TV Pública poderia estar (ou está?) comprometida.

Em Gramsci, a guerra de posições introduz etapas e processos de ocupação de espaços táticos na sociedade civil. Nas trincheiras e casamatas em que é travada, agrupam-se forças empenhadas em entrosar seus planos de ação, tecendo solidariedades e empregando instrumentos de pressão contra as linhas inimigas. Essas forças entendem que o poder exercido pelas classes e instituições hegemônicas não é uma fortaleza inexpugnável e está sujeito a contradições e fissuras que podem ser exploradas pelos antagonistas, isto é, pelo bloco contra-hegemônico que congrega as classes subalternas e seus aliados (MORAES, 2016, p. 27).

Gramsci (2011; 1978) constrói sua noção de hegemonia no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens nos bolcheviques russos e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais complexa e ajustada para pensar as relações em sociedade sem se deixar submeter ao materialismo essencialista e no idealismo encontrado no marxismo da época, focado apenas no economicismo da matéria, o quê, como aponta Hall (2006, p. 285) representa um embrutecimento e simplificação da obra de Marx. Desde o início, Gramsci se opôs a esse tipo de economicismo e ao final de sua vida, desenvolveu uma polêmica teórica consistente contra essa canonização dentro da tradição marxista clássica ortodoxa (IDEM, p. 286).

Em Gramsci a noção de hegemonia está posta como uma nova relação entre estrutura e superestrutura e busca se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, aludindo à centralidade das superestruturas na análise das sociedades industrializadas do mundo desenvolvido. Nesse conjunto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como distintiva das relações sociais. Uma possível tomada do poder e

construção de um novo bloco histórico passam pela estima da centralidade dessas categorias até então ignoradas.

Para Perry Anderson (1989), Gramsci se situa no exato momento de mudança entre a primeira geração do marxismo e o marxismo ocidental, o avanço do instrumental marxiano pelo ocidente. Naquele momento, o problema central que perpassa a tradição do marxismo ocidental é a tentativa de responder por que a revolução proletária não se deu no ocidente e quais as condições que favoreceram a eclosão de uma revolução na Rússia. Desta perspectiva que Gramsci apontará as diferenças estruturais nas formações sociais do Oriente e do Ocidente e a necessidade de adotar estratégias políticas distintas das que foram adotadas no império soviético, já que o capitalismo avançado nos países ocidentais possibilitou também o fortalecimento das superestruturas (COUTINHO, 1992). É destas reflexões que Gramsci elabora sua compreensão de hegemonia, o que fará dele o teórico marxista que mais insistiu nessa compreensão e que deu uma grande contribuição à constituição intelectual do marxismo global. Para Coutinho:

Assim como Marx parte da mercadoria e de suas determinações para elaborar as categorias mais complexas e ricas de sua crítica da economia política, entre as quais a do capital como relação social, também Gramsci parte de seu "primeiro elemento", a distinção governantes-governados, para explicitar as mais importantes determinações de sua teoria crítica da política. Aquele "primeiro elemento", analisado, revela sua gênese histórica na distinção entre classes sociais antagônicas; e, desenvolvido e concretizado, desdobra-se nas distinções necessárias a serem feitas no interior das superestruturas (na esfera política), entre as quais se destaca a elaboração das determinações dialéticas da sociedade civil/ aparelhos privados de hegemonia e da sociedade política/aparelhos estatais de coerção. Também poderíamos mostrar, sem dificuldade, que toda a teoria gramsciana do partido político, de sua função e de sua estrutura interna, resulta de um desenvolvimento da "célula" governantes-governados (COUTINHO, 1992, p. 47).

Desse construto, não associando sua obra a uma continuidade ou semelhança a Marx e/ou Lenin, mas como propositora de nova metodologia a partir de Marx e Lenin que Simionatto (1998) proporá a assimilação do saber de Gramsci tomado como a um pensador marxista cuja obra é perpassada por uma visão crítica e histórica dos processos sociais. Isto porque Gramsci não toma o marxismo como doutrina abstrata, mas como método de análise concreta do real em suas diferentes determinações. Hall aduz informando que:

Ele sabia que a estrutura geral da teoria de Marx tinha que ser constantemente desenvolvida teoricamente; aplicada a novas condições históricas; relacionada aos desenvolvimentos sociais que Marx e Engels não puderam prever; expandida e refinada pela adição de novos conceitos (HALL, 2006, p. 277).

Assim que o pensador italiano debruça-se sobre a realidade enquanto totalidade, desvenda suas contradições e reconhece que ela é constituída por mediações, processos e estruturas. Essa realidade é analisada a partir de uma multiplicidade de significados, evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições, apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que leva em conta a historicidade do social, sendo este, segundo Gramsci, o único caminho fecundo na pesquisa científica.

Se o pensamento dialético se funda na perspectiva da totalidade e da historicidade, não é outra a perspectiva do autor em questão. Demarcar o ponto de vista da totalidade na análise do real significa contrapor-se à razão cínica ou à miséria da razão, que se afirmam cada vez mais como perspectivas particularistas e manipulatórias consonantes às manifestações multifacetadas, características da realidade contemporânea. A inserção dos indivíduos no espaço social, na atualidade, vem ocorrendo de forma crescente por meio de ações multidimensionais, descontínuas e fragmentárias, daí a multidimensionalidade da hegemonia. A vida social, enquanto totalidade seria irreconciliável com a lógica que preside o mundo atual. Nesse rastro ocorre a proliferação de teorias fragmentárias, da heterogeneidade, do aleatório, reforçando a alienação e reificação do presente e provocando um estilhaçamento dos nossos modos de representação.

Hall (2006) apresenta a importância de Gramsci para se pensar a representação desde a sua revisão e renovação do paradigma marxista. Sua obra tem uma implicação direta sobre a questão da “suficiência” das teorias sociais atuais, sua contribuição teórica se situa na direção em que torna mais complexas as teorias e problemas atuais:

Seus escritos “teóricos” se desenvolveram desse engajamento mais orgânico com sua própria sociedade e época sempre na intenção não de servir a um objetivo acadêmico abstrato, mas de “informar a prática política”. [...] o marxismo fornece os limites gerais dentro dos quais os desenvolvimentos, refinamentos, revisões, avanços, idéias posteriores, novos conceitos e formulações originais de Gramsci operam (HALL, 2006, p. 277).

A reflexão gramsciana sobre o social e o político é atravessada pelo princípio da totalidade, evidenciando que essas duas esferas não são tratadas desvinculadas do fator econômico, ou seja, da relação entre infraestrutura e superestrutura. Desde já é importante lembrar que, embora não haja em Gramsci uma densa tematização das determinações econômicas do capital, ele não entende a política como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana. Não é, assim, o predomínio das questões políticas, econômicas ou culturais que explica a realidade

social, mas antes o princípio da totalidade, que leva em conta as especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos recíprocos. Além da confluência entre todas essas questões e suas especificidades que permitem sínteses mais complexas com um horizonte de totalidade, mas não totalizante ou totalizadora.

Por fim, ao longo dessa pesquisa priorizaram-se pensadores e investigações relacionadas ao Sul global, conforme apontado no capítulo anterior, e trazer Gramsci para esse construto é relacioná-lo a esta perspectiva de desconstrução do retrato do colonizado precedido pelo do colonizador como propõe Memmi (1977). Gramsci, sardenho, vem do Sul e seus construtos intelectuais podem ser compreendidos como de origem no Sul dentro do Norte, como indica Hall:

Gramsci tinha plena consciência da grande linha divisória que separava o “Norte”, modernizador e industrial, da Itália do “Sul”, rural, subdesenvolvida e dependente. Ele contribuiu amplamente para o debate sobre aquilo que veio a ser conhecido como “a questão do Sul”. Na época de sua chegada a Turim em 1911, Gramsci quase adotou a chamada “posição sulista”. Por toda a sua vida conservou um interesse nas relações de dependência e irregularidade que ligavam o “Norte” ao “Sul”; e nas relações complexas entre a cidade e o campo, os camponeses e o proletariado, a dependência e a modernização, as estruturas sociais feudais e as industriais. Ele tinha plena consciência do quanto as linhas divisórias ditadas pelos relacionamentos de classe eram perpassadas pelas diferenças nos compassos do desenvolvimento histórico regional ou nacional (HALL, 2006, p. 283).

Destes elementos propostos por Gramsci e por aqueles que bebem em sua fonte, vislumbra-se uma compreensão da unidade substancial de método e conteúdo na ação das elites globais pela manutenção do poder e contra a emancipação popular. Essa unidade de método é transversal às ações dos aparelhos midiáticos de conteúdos universalizados e, quando apontamos aqui a sua relação dialética com a totalidade social da qual são, simultaneamente, expressões e momentos constitutivos do poder hegemônico, tem-se o propósito de descortinar as ações da elite global contra as transformações do campo progressista e pelo estado de paralisia da mídia pública e seu papel de promoção do saber emancipador através da informação e ações unificadoras da nação que se quer independente e soberana.

Desta articulação de interesses capitalistas hegemônicos que retoma-se a atenção para a teia de relações desenvolvidas desde os EUA para os países da América Latina e, busca-se compreender sua influência multidimensional posta de variadas formas sobre a política e a gente da região.

2.1.2 O guarda-chuva hegemônico dos EUA

Uma visão mais ampla sobre o conceito de hegemonia na contemporaneidade, hegemonia multidimensional, é trazida por Sader (2004, p. 7-8) e Ceceña (2004), ao desassociar o poder hegemônico à capacidade bélica de seu condutor ou a capilaridade financeira de suas empresas, caso dos EUA.

Referência a ser seguida, segundo a reprodução do pensamento hegemônico capitalista, Sader afirma que o modelo onipotente do governo estadunidense suscita a resposta de seu desmascaramento que se soma à enorme quantidade de contradições e de debilidades da sua hegemonia no mundo contemporâneo; desde o ressuscitar do termo “tigre de papel” até a caracterização de uma decadência irreversível em prazos relativamente previsíveis. Ainda assim, grande parte da força estadunidense decorre não da sua força própria, mas das debilidades dos que se lhe antepõem em se constituir como força alternativa, que canalize e catalise as suas fraquezas.

Deste modo, não é possível considerar a força estadunidense apenas no plano econômico com todo o peso que a economia justificadamente possui, mas sem levar em conta o peso dos outros fatores que compõem essa hegemonia multidimensional: militar, tecnológico, ideológico e dos meios de comunicação, entre outros. É neste sentido que o conceito de hegemonia multidimensional ganha toda sua importância e significado. Não se reduz à dominação militar ou à superioridade econômica, mas articula o conjunto de fatores que levam uma potência a ser dominante e dirigente (SADER, 2004). Não obstante, Emir Sader frisa, em acordo com a percepção aqui trazida, que reduzir a predominância estadunidense à coerção é uma visão economicista, que desconhece os outros fatores que compõem a hegemonia, com a capacidade de persuasão que os valores ideológicos e os mecanismos de sua difusão pelas distintas formas de expressão que os estadunidenses conseguiram produzir e multiplicar.

Dessa multiplicação e visibilidade do poder coercitivo estadunidense, não só pela via bélica, mas do uso de seus aparelhos ideológicos é que trata Moniz Bandeira (2004). Nesta obra, o pensador brasileiro se distingue pela apreciação das relações internacionais do Brasil com os Estados Unidos, a partir dos anos 1990 e analisa as disputas em foco até o raiar do novo século. Logo na Introdução, feito um breve resgate histórico em que aparecem marcações quanto à defesa dos interesses nacionais por parte do Brasil e dos Estados Unidos, Bandeira, apresenta uma de suas premissas quanto ao estabelecimento do que chama de relações perigosas com a hegemonia do Norte, visto que, a despeito da assimetria entre as

duas maiores economias do hemisfério, as relações competitivas foram determinadas tanto por fatores geográficos, quanto históricos. Assim que, de lado a lado, o tratamento dos temas da agenda exterior, como o Mercosul, o Nafta, a Alca, o Conselho de Segurança da ONU, as Forças Armadas estadunidenses na Amazônia e suas bases na América Latina, os militares brasileiros, entre outros, acabaram por determinar interesses específicos que influenciaram a tomada de decisões quanto ao acirramento dos conflitos e o imperativo da cooperação, isso secundado pela mídia hegemônica brasileira seguidora das diretrizes demandadas pelas agências internacionais. Os Estados Unidos raramente enquadraram sua política externa na linguagem realista de poder e interesse, preferindo favorecer discursos ideológicos de valores e tradições (HIRST, 2009, p. 215).

Bandeira (2004) e Novion (2011) parecem se complementar ao analisarem o poderio estadunidense sobre a região e suas demandas do *soft* ao *hard power* para se fazer presente e obedecido pelos governos regionais. Porém, Bandeira bem define o período estudado e suas motivações que segundo ele:

A contradição de interesses e de objetivos entre os dois países constituía, acima de tudo, um dado cartográfico. Eram duas massas de enormes dimensões territoriais, com grandes contingentes populacionais e, apesar da assimetria, as duas maiores potências econômicas. De um lado, os Estados Unidos, a superpotência, que tratavam de preservar a todo custo sua predominância na América do Sul, como no resto do mundo, dado depender extrema e perigosamente de exportações e importações, sobretudo petróleo (50% do seu consumo diário), bem como dos lucros, juros, amortizações e dividendos remetidos por suas empresas no exterior, e de outros fluxos financeiros, de modo a financiar o déficit comercial e sua imensa dívida externa. Do outro lado o Brasil, potência industrial emergente, em desenvolvimento, que reservara inteiramente para si mesmo a definição de seus interesses nacionais e tratava de dilatar seu próprio espaço econômico e político, defender sua autonomia, convencido de que a rígida estrutura de poder e riqueza no mundo deviam mudar (BANDEIRA, 2004, p. 372).

Descobrir Bandeira é perceber os emaranhados políticos ideológicos que nos circundam e refletem nas informações que recebemos e nas posições políticas dos enunciadores destas informações. Não obstante, Hirst (2009) afina nossa percepção ao afirmar que:

Os Estados Unidos raramente veem as Américas simplesmente como um conjunto de países como qualquer outro, onde os conflitos de poder e interesses devem ser administrados, mediados e negociados. Uma das grandes diferenças entre o império informal que o Reino Unido manteve na região ao longo do século XIX e a hegemonia contemporânea dos Estados Unidos é a amplitude da área de suas respectivas atuações. [...] Apesar de sua formulação vaga, predomina a “presunção hegemônica”: a ideia de que os Estados Unidos são o líder natural do continente, com direitos especiais em seu próprio quintal, e que todos os outros países da região devem

comportar-se de acordo com as normativas que emanam de Washington. Nessa visão, a deferência dos vizinhos é um dado, e não um gesto que deve ser merecido e premiado (HIRST, 2009, p. 215).

Forte é a referência possível de se fazer no ano de 2017 e a relação com a manutenção da hegemonia estadunidense na América Latina e Caribe, das crises locais às mudanças de governos levadas a cabo abruptamente, leva-se a reflexão em torno das relações hemisféricas e sua complexidade. Destaque-se a eleição presidencial nos Estados Unidos; a fragmentação social da democracia na Venezuela e sua relação com o MERCOSUL; a atuação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) mediante as crises que atingem o continente americano; e a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC) como um real mecanismo de concertação política e integração, que abriga os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe.

Por essa razão, os estudos que são transversais à comunicação, à política, à história das relações internacionais e à antropologia dos povos subalternizados, não devem ignorar os aspectos referentes às diversidades, desigualdades e antagonismos constitutivos da realidade latino-americana e suas relações com os Estados Unidos porque, deste ponto de vista complexo, pode-se aprimorar a compreensão da estrutura de poder no sistema internacional e das relações hegemônicas que determinam o direcionamento da informação que recebemos e, mesmo a ação contra hegemônica ou não das mídias públicas contribuintes ou não para a consolidação da soberania dos países da região.

Portanto, a análise de Moniz Bandeira oferece tanto pistas, quanto estabelece conexões, que permitem identificar na história recente as raízes desse conjunto de processos. De um lado, tem-se a política externa brasileira, desde o Governo Collor até começo do Governo Lula, de outro lado, tem-se a política externa estadunidense nos governos de George H. W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush; no entanto, essa interconexão da abordagem proporciona a identificação de elementos constitutivos da política exterior de um país, notadamente quanto às mudanças e continuidades de suas ações. Ao longo da leitura, depara-se com acontecimentos que influenciaram a orientação da política externa de Brasil e EUA e, ao mesmo tempo, proporcionaram a entrada em cena de outros atores estatais e não estatais. Apresentam-se questões de monitoramento de fronteiras, combate ao narcotráfico na América do Sul e o Plano Colômbia, interesses e posicionamentos sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a guerra contra o Iraque, a negociação da ALCA, terrorismo no Cone Sul, entre outros que moverão os olhares dos governantes da região para a necessidade de se fortalecerem e manterem-se unidos frente às demandas do império, o que poderia ser

considerado um dos motivadores para a ação conjunta dos governos progressistas da América do Sul, principalmente, em diversos aspectos, como exemplo a reformulação das políticas de comunicação, cada um ao seu modo, como abordar-se-a no próximo capítulo, de forma a trazer maior independência para os seus países.

Por fim, Bandeira (2004) demonstra que as relações internacionais permanecem fortemente balizadas pela lógica geopolítica e pelo eixo hegemônico geoeconômico. A análise contribui ainda para a compreensão de que na abordagem das relações interestatais do Pós-Guerra Fria, é impossível separar as mudanças ocorridas na economia mundial, das decisões políticas tomadas pelos países centrais do sistema capitalista. De outra forma, na observação das interações internacionais contemporâneas, conclui-se que os países não hegemônicos, como o Brasil, podem ocupar posições de maior ou menor relevo no campo das relações interestatais, a partir da realidade palpável da interdependência assimétrica, o que corrobora com a comparação entre Brasil e Argentina e as propostas de políticas e reconfigurações sociais aproximadas.

Na tentativa de compreender o processo hegemônico na região e a tentativa de desvencilhamento de alguns países, no período analisado nessa tese, caso de Brasil e Argentina, é que encontra-se em Novion (2011) uma melhor abrangência para a perspectiva hegemônica associada aos EUA e a reflexão desse processo até a chegada ao poder de governos progressistas como os aqui considerados e analisados.

Novion (2011) apresenta uma visão contra hegemônica em relação à história e relacionamentos internacionais do continente americano, traz ao primeiro plano as particularidades postas frente às propostas de integração econômica e segurança nas Américas que dão base a ideia de um binômio, uma ideia que, segundo o autor, oferece a percepção de um jogo hegemônico em comum acordo com a ordem global, demonstradora da trajetória de ascensão da hegemonia estadunidense, além de transformar espaços locais, ressignificando o continente de acordo com os interesses do Norte e da disputa em nível internacional e de analisar as influências dessas políticas na perspectiva macrorregional, sem perder a conexão com o local e o global.

Ao longo de seu trabalho Novion abstrai sobre as cinco expressões do binômio com políticas de integração e doutrinas de segurança específicas que marcam as realidades dos países da América Latina e do Caribe desde o final do século XIX até a contemporaneidade sob a influência do hegemônico EUA. Apresenta evidências de uma história de longa duração entre as Américas e das relações internacionais entre a América Latina e o Caribe. Em relação ao período 1890-2013, marcado como o período de expansão estadunidense na região e para

fora dela, as doutrinas aplicadas pela hegemonia são diferentes, mas o alvo dessas políticas permanece marcadamente entre os grupos sociais específicos.

Os argumentos utilizados para desencadear conflitos são diferentes, seguindo a lógica do momento. Em vez de pensar em ondas de segurança ou ondas de inimigos, o período tem diferentes ondas autônomas, que mostram diferentes caminhos e projetos futuros que não só terminaram exterminados fisicamente, como linchados ideologicamente independentes da doutrina de turno. As diferentes perspectivas e ideias autonomistas na América Latina sejam de movimentos sociais ou dos Estados mostram sinais do rico momento atual e exigem resposta a novos desafios impostos. Novion, desse modo, apresenta uma nova forma de olhar o processo de desenvolvimento e suas dependências, e chama atenção para suas fragilidades e tentativas de recolonização.

Desde o aporte trazido por Novion (2011) e Sader (2004) associa-se a compreensão de Ceceña (2004, p.21) para quem a Dominação hegemônica é reproduzida na vida cotidiana, na criação de sentidos comuns e na possibilidade de perceber e reproduzir relações sociais como relações de poder. E as relações de poder só podem ser reproduzidas se, apesar da resistência, não surge um discurso de verdade capaz de incorporar a diversidade de verdades e apresentar uma explicação integrada e coerente, uma sensação de mundo construída em diferentes raízes que, para Gramsci, emana do fim do fetiche do processo de trabalho e a emergência de uma consciência de classe trabalhadora capaz de subvertê-la, emanando simultaneamente da comunidade a partir da desconstrução de espaços e mecanismos de dominação que atingem todos os seus integrantes.

De modo geral, e com o breve arcabouço trazido, compreende-se aqui hegemonia como sendo a capacidade revelada por um ou mais grupos de dirigir, controlar, outros grupos através do consentimento desses. Desde uma análise da relação da hegemonia estadunidense com os países caribenhos e latino-americanos, o que determinará suas políticas alinhadas ou não alinhadas, ser hegemônico significa conquistar uma posição de supremacia social passando ao domínio dessa sociedade através do imaginário, da força, das instituições do Estado e do governo. Numa hegemonia dinâmica, ao lado dos grupos dominantes e dirigentes, estão os grupos antagônicos que buscam conquistar essa condição de direção intelectual e moral, e, ao não conseguirem uma adesão majoritária em relação aos grupos dirigentes, continuam como submissos àqueles interesses.

Na recontagem da história e análise do presente, o vencedor, o hegemônico cria uma estrutura de falsificação da história, faz reescrever textos, apagar memórias, “não importa o quê, a fim de conseguir transformar sua usurpação em legitimidade” (MEMMI, 1977). A

relação dos EUA com o Caribe e América Latina é como a ilustração de Albert Memmi sobre o usurpador e o usurpado:

É preciso acrescentar que, quanto mais o usurpado é esmagado, mais o usurpador triunfa na usurpação; e, por conseguinte, confirma-se na sua culpabilidade e na própria condenação: então, o jogo do mecanismo se acentua, cada vez mais, aumentando sem cessar, agravado pelo próprio ritmo. No fim, o usurpador tentará fazer desaparecer o usurpado, cuja opressão cada vez mais pesada o torna, a si mesmo, cada vez mais opressor (MEMMI, 1977, p. 57).

Por essa razão, considera-se que a ideia central na dinâmica da hegemonia é o consentimento. O consentimento é o fundamento das relações de qualquer grupo social, considerando-se que um grupo social se forma no momento em que algumas pessoas compartilham princípios e comportamentos, visões da realidade e da existência. O que relaciona-se ao campo da comunicação, ainda que não tenha-se fugido de sua perspectiva em momento algum, buscando-se compreender o papel das televisões públicas na construção de uma proposta contra hegemônica associada aos governos progressistas da região.

Sobre o consentimento forçado, o direito roubado é o que abordar-se-a abaixo ao resgatar a historicidade do processo de colonização regional e o papel da comunicação nos relatos de várias épocas de expolição e subjugação dos povos. Relatos que trazem ao momento contemporâneo onde vislumbram-se uma alternativa ou possibilidade alternativa de inserção como atores principais na narrativa histórica da região.

2.2 O CONSENTIMENTO ATRAVÉS DA FORÇA. O CASO DO PARAÍSO DESTRUÍDO

Não há língua humana que possa descrever as particularidades dos atos espantosos que esses inimigos públicos, quero dizer esses capitães inimigos do gênero humano, praticaram geralmente por toda parte, em lugares e tempos diversos, dentro da dita região, nem mesmo alguns desses atos se poderiam fazer compreender, e isso por causa de circunstâncias que os tornam ainda mais atroz e que de forma alguma poderiam ser explicadas por maior que fosse a diligência, o tempo e o estilo que se procurasse empregar. Algo direi todavia a respeito de alguns desses atos, declarando e jurando que não penso explicar absolutamente nem a milésima parte (LAS CASAS, 2011, p. 54).

A força da narrativa jornalística para registrar a história da América Latina e Caribe já se faz presente nessas plagas desde que os primeiros invasores aqui chegaram e não mais saíram. Seja a carta de Pero Vaz de Caminha registrando as primeiras impressões do espaço geográfico que posteriormente viria a ser nomeado Brasil, e, já ali dando início a uma narrativa que se tornaria hegemônica sobre a terra mística, de povos ingênuos e felizes, onde

plantando tudo dá. Seja pelos escritos de Galeano (1980) sobre o sangue que nutre a dependência latino-americana e sua história de opressões e dependências, ou o grito do Frei Bartolomeu de Las Casas denunciando o massacre dos “ingênuos” à ganância espanhola por saquear e auferir grandes somas de ouro. Como a um pedido de socorro, os escritos de Las Casas legaram para a história os primeiros contatos, estupros e massacres perpetrados pelos europeus cristãos nesta terra “pagã”. Porém, como constata o historiador Eduardo Bueno:

Surpreende a atualidade de Frei Bartolomé de Las Casas. Quase 500 anos depois, os episódios mais terríveis que descreve, repetem-se diariamente sob o mesmo céu, entre as mesmas montanhas verdejantes e rios cristalinos, e são rotineiramente transmitidos pela televisão ou pelo relato desinteressado das agências internacionais. Os massacres comandados pelos espanhóis não diferem em nada dos organizados pelos esquadrões da morte a serviço da ultradireita, a não ser pela sofisticação incomparável das armas desses últimos. A ganância dos conquistadores é a mesma que obceca as trinta e duas famílias que comandam o processo político em El Salvador ou o conselho diretivo da United Fruit Co., que possui três milhões de acres de terra na Guatemala e subemprega 90 mil camponeses indígenas (BUENO, [1984] 2011, p.12).

O relato do Frei Dominicano sobre o sistema colonial espanhol implantado nas Américas, fazendo-o como a um correspondente de guerra ainda hoje choca e impressiona, além de como dito por Eduardo Bueno, remete diretamente a história de conquistas e subjugações da região por impérios invasores. Galeano parece segui-lo como a uma continuidade do relato jornalístico sobre as chacinas da Maioria Minorizada, conluios entre elites e busca fratricida pelo ouro até os nossos dias.

Também ricas são as histórias da região e seu pilhamento, trazidas em diferentes momentos por Klein (2015), Gaztambide-Géigel (2014), Ramos (2012), Dussel (2003), entre outros. Possibilitam a compreensão da formação social da região na contemporaneidade, seus avanços e retrocessos, é importante que minimamente compreenda-se sua formação sócio histórica, ainda que não seja objetivo aprofundar a pesquisa para este ponto, julga-se necessário refletir sobre a afirmação trazida por Eduardo Galeano (1980, p. 35): “os espanhóis tinham a vaca, mas eram outros os que bebiam o leite”. Importante esta ilustração da formação regional para a compreensão de como são comercializadas essas vacas, pela mídia local.

O Frei testemunhou boa parte da conquista espanhola, chegando inclusive a participar de algumas dessas expedições. Conforme narra, ao chegar ao Continente Americano, dá início às suas tarefas de *encomendeiro*. Porém, devido a sua “formação”, alegava tratar seus servos nativos de acordo com as chamadas “leis de Deus”, sem tirar deles mais do que o considerado

necessário para o trabalho em suas terras. Diferentemente de seus compatriotas, que exigiam e utilizavam a mão de obra nativa até a exaustão, gerando um verdadeiro extermínio dos povos originários, também provocados pelas exaustivas horas de trabalho escravo, seja nas minas, nos campos e na pesca em situação degradante. A chegada dos dominicanos à Ilha de Espanhola em 1510 e o famoso sermão de Frei Antonio de Montesinos³⁷ ajudaram a aprofundar em Las Casas suas dúvidas e questionamentos sobre o sistema colonial implantado.

Assim que, no ano de 1514, Las Casas abandona seus bens, suas terras e escravos, passando a dedicar-se à defesa dos nativos americanos e a escrita do que vivia, reportando a coroa e provocando debates sobre a condição da “conquista”. Suas ações a favor dos indígenas chegaram a mais alta das instâncias jurídicas; uma audiência real com a presença do rei e do Real Conselho das Índias, órgão que controlava as colônias espanholas em todo o território americano. Consta que até os últimos dias de sua vida Las Casas seguiu firme na defesa dos nativos como sendo os verdadeiros donos dessas terras. Para compreender a denúncia de Las Casas com a situação de espoliação do que vieram a ser, posteriormente, as formações nacionais de Argentina e Brasil, essa passagem de Galeano é ilustrativa:

Uma única bolsa de pimenta valia, na Idade Média, mais do que a vida de um homem, mas o ouro e a prata eram as chaves que o Renascimento empregava para abrir as portas do paraíso no céu e as portas do mercantilismo capitalista na terra. A epopeia dos espanhóis e portugueses na América combinou a propagação da fé cristã com a usurpação e o saqueio das riquezas nativas. O poder europeu estendia-se para abarcar o mundo. As terras virgens, densas de selvas e perigos, inflamavam a cobiça dos capitães, dos cavaleiros fidalgos e dos soldados em trapos, lançados à conquista dos espetaculares despojos de guerra (GALEANO, 1980, p. 26).

O objetivo de las Casas e de alguns dos historiadores e aventureiros que registraram a situação de vida e morte nesse lado do mundo, foi o de denunciar o massacre imposto na luta pela hegemonia e as condições a que as populações subalternizadas estavam submetidas, e isso parece não ter acabado. Apesar de sua luta e denúncia, aqui estamos, híbridos, mestiços, mesclados, frutos do estupro e pilhamento consentido, e integrados ao sistema universal que

³⁷ Foi um sermão histórico. De imediato, causou intensa emoção e profundo mal-estar. No último domingo de novembro de 1511, na pequena igreja de teto de palha, a primeira erguida na ilha Espanhola (hoje, São Domingos), o padre dominicano Antônio de Montesinos dava início a uma polêmica que se estenderia por mais de um século. Pela primeira vez na história do Novo Mundo, erguia-se, pública e deliberadamente, uma voz em defesa dos índios do Caribe, cujo processo de extinção, iniciado desde a segunda viagem de Colombo, em 1484, prosseguia aceleradamente. No domingo seguinte, mesmo ameaçado, Montesinos voltou à carga, com firmeza. Ao final do sermão, entretanto, concluiu desiludido: “sou a voz que clama no deserto...” (BUENO, [1984] 2011, p. 13).

desde aquele momento através de um consentimento conquistado pela submissão à força empregada e a tortura admitida, fez cair sob o comando ibérico um sem número de povos e culturas diversas de América e África, que vieram a desaparecer logo no início da conquista e outros que ainda hoje resistem à invisibilidade e ao extermínio, caso de negros e indígenas nos países investigados e na região como um todo.

Segundo Ramos:

El español venía de su patria generalmente sin mujer. Su vaga hidalguía, su total pobreza, su hambre devoradora, la exaltada ambición hacían de cada uno de ellos un Cortés que encallaba sus naves. Era un español sin regreso (RAMOS, 2012, p. 77).

Reflexos atuais desse processo histórico são os dados de homicídios no Brasil (IPEA, 2017), sua análise possibilita a constatação de que oito em cada dez mortos violentamente são negros, e que nos cinco primeiros meses do ano o país matou mais negros do que todas as guerras e atentados terroristas no mesmo período. Ao olhar para a situação dos indígenas e seus descendentes, brotam notícias de chacinas e truculências com a “anuência” estatal perpetrada³⁸ em diversas partes do território. Estes fatos e dados têm completa relação com a história de aniquilamento das Maiorias Minorizadas na região e ainda hoje o Estado se porta de modo colonialista frente a estes grupos raciais, o Estado é branco Antinegitude, como propõe Vargas (2016), e nascido de um acordo entre as elites que ainda hoje repudiam e autorizam o massacre desses grupos originários e ex-escravizados (SOUZA, 2009).

Como discordar? Como não relacionar os fatos aqui trazidos à atualidade dos relatos de Galeano e Las Casas? Fato é que Las Casas e Galeano, cada um em sua época, com suas escritas indomáveis e o registro do tempo vivido fornecem um extrato da importância de uma comunicação pública que contra hegemonicamente dialogue com o público e seja responsável pelo registro da história do tempo presente e, emancipadora das narrativas hegemônicas que vierem a desvirtuá-las. De outro modo, será necessário reconhecer que a comunicação pública é reprodutora fiel da dualidade estatal que marca o tempo presente e representa a proteção do Estado a seus cidadãos e a morte “autorizada” impetrada por esse mesmo Estado na figura de seus agentes treinados para manter a ordem e o controle social das Maiorias Minorizadas em favor de suas burguesias. Promovendo silenciosamente, não oficialmente um genocídio negro, diria Nascimento (2002), uma contenção violenta e genocida da Maioria Minorizada.

³⁸ O caso da chacina do Pará é ilustrativo dessa situação. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/sobreviventes-de-chacina-no-para-relatam-ameacas-e-agressoes-de-policiais.ghtml> > Acesso em 07 de Junho de 2017.

2.2.1 Longe de Deus e perto dos Estados Unidos

Diz muito sobre as relações regionais o velho adágio mexicano que os problemas que afligem o país latino se devem à sua localização “muito longe de Deus e muito próximo dos Estados Unidos”. No entanto, no século XIX, esse poderia ter se transformado tranquilamente num ditado brasileiro, se os projetos estadunidenses de expansão física e ideológica sobre o Brasil, principalmente sobre a região amazônica, tivessem obtido êxito completo.

Na América Latina sucedem-se os anos e as castas dominantes se reinventam, se retroalimentam de torturas, espoliações, assassinios e reconfigurações discursivas. Utilizando os meios para a criação de figuras narrativas fictícias que se transformam em verdades (BORGES, 2008). Analisando o continente e suas regiões insulares, observando o tempo histórico presente, principalmente o momento vivido por Brasil e Argentina, objetos dessa tese, seus governos arcaicos, ora no poder, violentos³⁹ com a massa trabalhadora⁴⁰, a Maioria Minorizada, mutiladores de professores em greve e de direitos conquistados. Tem-se a impressão de que não ultrapassou-se o período da conquista, ou que se é reconquistado a todo momento.

Analisando-se as diferenças espaço-temporais, e suas formas específicas de ocupação, uma é presencial e outra é por meio das elites e das estruturas. No período inicial foi-se ocupado pelas potências ibéricas, hoje percebe-se uma ocupação estadunidense e suas demandas à elite colonizadas e subservientes da região. Tem-se ainda uma metrópole colonizadora onde os colonizadores nunca mais retornaram a ela, sua identidade e seu poder estão imbricados, mas sua realidade está mais bem assentada nos países ajoelhados, aqui esses asseclas se fazem representantes do poderio hegemônico, “como se a metrópole fosse uma componente essencial do “super-ego” coletivo dos colonizadores, suas características objetivas tornam-se qualidades quase éticas. [...] A metrópole só é tão grande porque está além do horizonte” (MEMMI, 1977, p. 62).

Pensar a expansão estadunidense avançando sobre o Caribe e nas terras de América-Latina é como se ver em *Blade Runner*⁴¹ (1982) tentando resistir inutilmente ao avanço dos andróides mecanizados, replicantes, sobre a humanidade resistente. Talvez por isso Hollywood produza tantas películas no estilo da obra de Ridley Scott, algo relacionado com

³⁹ Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/Docentes-argentinos-protestan-contra-gobierno-de-Mauricio-Macri-20170320-0026.html> Acesso em 12 de Junho de 2017.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/Se-agudiza-la-crisis-politica-en-Brasil-y-la-OEA-sigue-indiferente-20170524-0062.html> Acesso em 12 de Junho de 2017.

⁴¹ Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-1975/> Acesso em 24 de Junho de 2017.

sua política externa. Fato é que julga-se importante trazer uma breve contextualização histórica dos primórdios dessa engenharia hegemônica sobre a região para processar o entendimento das bases fundacionais deste avanço até hoje não estagnado eficazmente.

Argumentam historiadores e sociólogos (GAZTAMBIDE-GÉIGEL, 2014; RAMOS, 2012; NOVION, 2011; BANDEIRA, 2010) que no pós-guerra civil estadunidense a reconstrução que se operou no Sul constituiu uma significativa revolução nos resultados econômicos. A revolução econômica que contribuiu para o crescimento da balança comercial interna se operou entre 1865 e 1890, e teve como principais causas a exploração em maior escala dos recursos naturais disponíveis como madeira, carvão, ferro, petróleo e minerais como chumbo, cobre, prata e ouro. Com os ex-escravizados do sul incorporados ao trabalho formal, remunerado, não faltaram mão de obra nacional, além da considerável contribuição imigratória. Tais novidades sociais contribuíram significativamente na vida social e na mentalidade da população estadunidense na segunda metade do século XIX. O avanço das técnicas, a mecanização da vida social, acentuou a interdependência entre os cidadãos, ainda que numa sociedade dividida em cidadãos de primeira e segunda categoria. Entre brancos e negros, entenda-se.

Assim que seguindo a doutrina do presidente Monroe, decretada algumas décadas antes do período voraz, que em mensagem ao Congresso considerava perigosa para a paz e segurança dos Estados Unidos toda e qualquer tentativa de extensão do sistema europeu no nosso hemisfério, ou seja, toda a tentativa de colonização ou recolonização. Comprometia-se a não intervir nas colônias e dependências europeias ainda existentes no continente, e esperava que as demais potências agissem de modo recíproco.

Duas décadas após essa famosa mensagem ao congresso, quando James Polk (1845) ascende à presidência, a atmosfera política oportunizava a aplicação da doutrina e o seu aprofundamento. Surgia nesse momento a expressão Destino Manifesto como definição das ações imperialistas e anexionistas estadunidenses. Se em sua posse Polk afirmava que à Doutrina caberia o espaço geográfico da América do Norte, foi em 1848 que seu governo se opôs a transferência do mexicano Estado de Yucatan para a Espanha; em 1852 o EUA se opõe a transferência de Cuba para a França ou para a Inglaterra; em 1865 por pressão estadunidense a Espanha recua da anexação de São Domingos, evacuando a ilha que havia sido anexada em 1861 e restitui ao Peru as Ilhas Chinchas ocupadas entre 1864 e 1868. Com a chegada ao poder de Theodore Roosevelt, esse propõe uma nova significação à Doutrina Monroe em sua mensagem ao Congresso em 1901.

Devido a crise na Venezuela, onde navios de guerra alemães, britânicos e italianos ameaçavam bombardear o país para cobrar dívidas e, onde os Estados Unidos tinham importantes empreendimentos petrolíferos, extraindo as reservas locais para seu enriquecimento, Roosevelt expandiu a tese doutrinária e criou o que ficou conhecido como Corolário Roosevelt, em 1904, que autoinstituía ao império do norte o poder de polícia para arbitrar e determinar o que as repúblicas “independentes” do sul deveriam fazer para não ferirem os interesses estadunidenses. Assim, baseado no caso da Venezuela, principalmente, o EUA dá início a política de intervenções nas políticas internas dos países “soberanos” da América-Latina e Caribe, como o fazem até o presente momento, e inaugura a chamada diplomacia do *Big Stick*⁴².



Figura 1. EUA avançam dando bordoadas nos países da região⁴³.

Desta forma que em menos de meio século foram integradas imensas áreas territoriais do continente ao espaço geográfico estadunidense, seja por meio de compra, de conquista ou de anexação, ou mesmo de simples pilhamento e invasão. De modo geral, o imperialismo estadunidense, neste primeiro momento, foi de imposição de sua força hegemônica através das armas e de seu poderio militar, impondo às populações originais o reviver das invasões

⁴² Algo como me obedece ou será trucidado pelos meus mariners.

⁴³ Disponível em: < <http://www.theodore-roosevelt.com/toonsbytopicbigstick.html> > Acesso em: 30/Julho/2017.

espanholas por ocasião da conquista. Experiência essa muito próxima e replicada por Brasil e Argentina nas disputas territoriais no sul, caso do avanço argentino para o sul na chamada Guerra do Deserto, avanço das fronteiras sobre o espaço chileno ou do Brasil com a tentativa de incorporar a Banda Oriental.

2.2.2 A distância de Deus

Gerald Horne (2010) aponta como nunca estivemos distantes dos interesses estadunidenses e sua expansão até o sul do continente. O autor ilustra que no âmbito das relações internacionais, os EUA e o império brasileiro no século XIX estavam atados comercialmente, principalmente pelo envolvimento com a escravidão negra e o tráfico transatlântico de escravizados. Os escravocratas de ambas as nações, naquele momento se configuravam como os maiores produtores de café e algodão, enfrentando hostilidade crescente dos abolicionistas ingleses e dos militantes do norte estadunidense. Na verdade, as relações entre Brasil e Estados Unidos ganharam consistência na última parte do século XIX, quando o movimento republicano brasileiro passou a observar a experiência estadunidense como fonte de inspiração (HIRST, 2009, p. 20).

Horne (2010) observa que no momento em que os confederados resolveram se separar dos EUA, muitos se preocuparam em como vencer um Norte industrializado e mais populoso. Daí a configuração do Sul profundo secessionista e o convencimento de que era necessário ocupar ou, no mínimo, aliar-se com o império brasileiro para sobreviver e assegurar que a escravidão seria mantida no hemisfério. O argumento central da pesquisa de Horne é que a escravidão nos Estados Unidos seria mais fácil de ser compreendida em termos hemisféricos. Nem mesmo o fim da Guerra Civil, em 1865, reduziu o entusiasmo sulista pelo Brasil, avalia o historiador. Isso fez com que levas de confederados viessem tentar a vida no país, ação vista com simpatia pela opinião pública nacional que via com bons olhos a imigração dessa “classe de gente instruída, inteligente, trabalhadora e rica”, aponta o pesquisador, o que dá motivos para olharmos para trás e contestarmos a formação da intelligentsia brasileira.

O plano norte-americano de ocupação da Amazônia, na década de 1850, representava uma saída para a crise da economia escravista, com o traslado de colonos e escravos do sul, que se dedicariam à produção da borracha e do algodão, e poderia ainda contribuir para o equilíbrio da balança comercial, uma meta igualmente perseguida pelos Estados Unidos. O empreendimento foi de iniciativa particular com apoio tácito do governo de Washington e pressões arrogantes de seu representante no Rio de Janeiro, Willian Trousdale. O êxito dependeria de uma condição prévia, a abertura do Amazonas à navegação e ao comércio internacionais, uma reivindicação apoiada igualmente por França e Inglaterra, à época em que se cultivava o mito do eldorado produtivo da região (CERVO, BUENO, 2011, p. 111).

Assim, a partir da análise dos projetos estadunidenses para a real ocupação da Amazônia já no século XIX, e ainda uma realidade palpável como aponta Novion (2011), ocupação essa, naquele momento com o emprego de mão de obra negra e de capitais sulistas, a reabertura do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil após sua suposta proibição definitiva na letra da lei em 1850, o estabelecimento de uma aliança internacional pró-escravidão negra entre os estados do Sul estadunidense e o Império brasileiro, Horne (2015) desenvolve uma pesquisa originalmente elucidativa das relações expansionistas dos EUA e a história de subserviência brasileira frente aos interesses do capital externo. Reforça-se aqui a constatação de Galeano frente à origem e “missão” estadunidense desde a época das treze coloniais.

As colônias americanas foram descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo da expansão do capital comercial. A Europa estendia seus braços para alcançar o mundo inteiro. Nem a Espanha nem Portugal receberam os benefícios do envolvente avanço do mercantilismo capitalista, embora fossem suas colônias as que, em grande parte, proporcionaram o ouro e a prata, que nutriram esta expansão. [...] Foram outras as comarcas da Europa que puderam incubar o capitalismo moderno, valendo-se, em grande parte, da expropriação dos povos primitivos da América. A rapinagem dos tesouros acumulados sucedeu a exploração sistemática, nos socavões e jazidas, do trabalho forçado dos indígenas e escravos negros, arrancados da África pelos traficantes (GALEANO, 1980, p. 40).

Desta forma que pensar a hegemonia na região latinoamericana e caribenha, conforme abordado, é refletir sobre a associação com as primeiras potências invasoras e a transferência de poder dessas para os EUA, ainda que algumas ainda vivam esta realidade sob a égide da independência e suposta “soberania” estatal. Pensar o avanço do poder das comunicações e a constituição de um discurso “moderno” que unifica a todos os povos abaixo do Rio Grande, é associar a reflexão sobre a região e seus países a relação de luta por emancipação e subserviência de suas elites históricas a hegemonia da vez. Como bem pontua Antonio Gaztambide-Géigel (2014) e Bandeira (2014), ao associar as constituições identitárias, econômicas e de exploração das riquezas naturais e humanas do tempo presente ao processo histórico de constituição da hegemonia do Norte, a relação de influencia dos Estados Unidos com o mundo ocidental e seu avanço sobre os países do Sul global nos encaminha para uma Segunda Guerra-Fria (2014).

Gaztambide-Géigel (2014) adentra ao conjunto de relações que contribuíram para o processo de emergência do EUA e sua postura hegemônica em relação aos vizinhos do Sul. Problematisa essa ascensão imperial colocando em xeque o paradoxo implicado na bandeira política estadunidense: um imperialismo salvador naturalizado, como aos cristãos de Las

Casas levando a palavra aos ingênuos, algo que se constrói com uma narrativa histórica que quase naturaliza essa superioridade, porém, que na prática está muito distante disso. De modo geral, o autor divide seu livro em sete ensaios que dão o tom dos processos constituintes da ambígua presença política estadunidense junto aos seus vizinhos latino-americanos e caribenhos.

Analisa a partir de olhar crítico para a obra de líderes políticos e pensadores regionais da estatura de José Martí, que a emancipação regional deveria ser alçada nem tanto em relação aos velhos impérios europeus, mas ser consolidada junto à potência emergente da época: os Estados Unidos da América. Segundo seu ponto de vista, para as relações que consolidariam a ascensão estadunidense, a política imperial desta potência emergente nos fins do século XIX, que a partir da compra da Louisiana começou a deferir ações com finalidade de expandir sua soberania, estava constituída por um sem número de ambiguidades palpáveis. E a emergência do império foi fator de grande determinação no caso da invenção do Caribe, já que é das ambiguidades geradas no interior da política imperial estadunidense a razão das variações acerca da constituição dessa invenção.

Destarte, em consonância com Gaztambide-Géigel, observa-se que, das relações da política internacional estadunidense, forjada a partir de meados do século XIX e posta em prática no terço inicial do século XX dará origem a política da boa vizinhança.

A Política da Boa Vizinhança, (programa criado oficialmente pelo democrata Franklin Delano Roosevelt e parcelas do setor privado, com vistas à aproximação cultural dos Estados Unidos com a América Latina a partir da década de 1930), é oficialmente proposta como uma política de “solidariedade hemisférica”, que visava a contenção do Nazifascismo sobre o continente americano durante a Segunda Guerra Mundial, os inúmeros interlocutores da “boa vizinhança” acabaram por disseminar a ideia de superioridade da terra de Tio Sam como uma poderosa nação, que com seu modelo democrático, organização econômica e valores morais, poderiam ser modelares para o restante do continente. (LOCASTRE, 2017).

Gaztambide-Géigel (2014) conduz o olhar crítico para a expansão dos efeitos da política de boa vizinhança e como estes se fizeram valer no modo de organização interna dos países atingidos, ressalte-se aqui Brasil e Argentina e a expansão das telecomunicações na região. Reforça esta perspectiva, entretanto, o fim da Segunda Guerra europeia e a efetivação do poderio estadunidense, com a política da boa vizinhança cedendo lugar à política do bom sócio.

Neste sentido, a política do bom sócio nada mais é que a adaptação da política externa hegemônica no momento em que o país chega ao topo do poder econômico mundial. O

projeto desenvolvimentista que esta política visa suplantar nos sócios do Sul adapta-os aos moldes do capitalismo mundial integrado sob a égide do desenvolvimento econômico, ajustado de forma a assegurar ainda mais a supremacia americana, conforme corrobora Santos (2017). Não sem antes constituir políticas de comunicação sedutoras e envolventes da massa continental.

Como observa Locastre (2017, p. 19), nesse momento Carmen Miranda já cantava com seu *tutti frutti hat*⁴⁴ e como gostavam de salientar, “encantava” aqueles estadunidenses que frequentavam as salas de cinema de seu país. Nas terras brasileiras chegava o Pato Donald, que juntamente com o Zé Carioca⁴⁵ (o papagaio brasileiro criado pelos estadunidenses), visitavam bares e pontos turísticos do Rio de Janeiro, no filme “Alô Amigos”. O papagaio da Disney, entusiasmado e receptivo com seu convidado, mostrava o jeito “faceiro” do brasileiro, que sempre parecia relegar uma parte de seu dia para aproveitar a vida. Donald, ao mesmo tempo, estava totalmente perdido neste país tropical, de natureza “selvagem” e músicas envolventes. Eram muitas informações para o estrangeiro. A diferença cultural gritante e a “malandragem” ele demonstrava pouco conhecer. Nesse sentido, os das subjetividades relacionadas aos personagens de Disney e seu *Soft Power* Dorfman e Mattelart (2010), examinam a influência exercida pelos produtos de Disney na educação e no relacionamento social das crianças.

Dessa forma, “ingênua e despreziosa” vestida publicamente com uma boa dose de altruísmo, a política externa do governo Franklin Roosevelt era apresentada. Nos bastidores, entretanto, uma política bem mais pretensiosa e organizada era orquestrada. Era a ideologia de uma nova classe dirigente sendo subjetivamente proliferada e apreendida pela classe dirigida. Era a constituição de um retrato do colonizado, a partir das mídias da época, precedido pelo retrato do colonizador. Desejado, divulgado pelo colonizador, esse retrato mítico e degradante acaba, em certa medida, por ser aceito e vivido pelo colonizado. (MEMMI, 1977, p. 83). É a revolução passiva de que trata Gramsci (SADER, 2012).

Com esta narrativa trazida acima que torna-se possível compreender a Tota (2014; 2000) e sua análise do expansionismo estadunidense no período, tendo a frente o bilionário Nelson Rockefeller como diplomata do desenvolvimento. Trazendo a expansão das novas tecnologias da comunicação para a região e inaugurando a transmissão por áudio e vídeo, em diversos países no pós-segunda guerra. É significativo compartilhar algumas percepções do

⁴⁴Disponível em : < <https://www.youtube.com/watch?v=TLsTUN1wVrc> > Acesso em 12 de Junho de 2017.

⁴⁵ Disponível em : < <https://www.youtube.com/watch?v=CODjUu0Y6vs> > Acesso em 12 de Junho de 2017.

estudo de Antonio Pedro Tota sob o período da “boa vizinhança” e como a constituição de imaginários aliados foi parte da política de expansão estadunidense. Sobre as transmissões “direto de Nova York”, como ainda hoje a rádio JOVEMPAN⁴⁶ de São Paulo chama seus correspondentes na “América”, ele diz;

O radio jornal foi a primeira forma de programação aprovada: em abril de 1941, o projeto de transmissão diária de um jornal falado para todos os países da América Latina recebeu uma verba inicial de 50 mil dólares. As primeiras edições desse jornal foram feitas em parceria com a CBS, retransmitidas pela American Telephone & Telegraph (AT&T) e distribuídas pela International Telephone & Telegraph (IT&T) para as estações locais. [...] A familiaridade de Nelson com os grandes empresários facilitou a formação de uma “aliança” entre a NBC e a CBS, as duas rivais nos Estados Unidos. A aliança valia somente para as transmissões em ondas curtas para a América Latina. Vários jornais e revistas, entre elas Seleções e Em Guarda, publicavam o horário de toda a programação. No Rio de Janeiro, a Cruzeiro do Sul, a Mayrink Veiga e a Tupi; em São Paulo, a Record, a Cruzeiro do Sul, a Cosmos, a Cultura e a Tupi; em Porto Alegre, a Farroupilha; em Recife, a Rádio Club de Pernambuco; e em Belo Horizonte, a Pampulha, todas elas transmitiam a programação enviada dos Estados Unidos. Na Hora do Brasil, cinco minutos eram cedidos para o Office, que transmitia de Nova York. Na grade normal ouviam-se, também diariamente, os comentários de Júlio Barata, que passou um curto período nos Estados Unidos, ou Raimundo Magalhães, funcionários do alto escalão do DIP que haviam sido cedidos para o Office of the Coordinator of Inter- American Affairs. (TOTA, 2000, p.76/77).

Tota explicita a interpelação da Política da Boa Vizinhança com o programa do Bom sócio, Locastre (2017), coadunando com Tota, dirá que ao Brasil e demais repúblicas latino-americanas, chegaram panfletos, revistas, programas de rádio, desenhos animados, artistas de Hollywood, professores, empresários e políticos, que veicularam mensagens articuladas ao nível econômico e intelectual de seus ouvintes. Dessa forma que as elites brasileiras foram expostas as “seduções impressas”, pertencente a esta “boa vizinhança” pensada para ser palatável para os mais distintos públicos. Embora pareça evidente que tais discursos e oradores estivessem exclusivamente ligados aos propósitos do governo estadunidense, tal aproximação cultural esteve situada em um espaço/tempo mais abrangente e com intenções, motivações mais complexas que possivelmente é possível supor, o que não necessariamente são processos que tiveram um fim em si, mas são palpáveis nos projetos comunicacionais dos grandes grupos comerciais como já abordado aqui.

As estratégias ideológicas e econômicas americanas na América do Sul se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Os programas de formação de cientistas sociais e economistas, executados desde a década de 1960,

⁴⁶Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-jovem-pan>> Acesso em : em 08 de Junho de 2017.

levaram à ascensão de tecnocratas ao comando das estruturas do Estado, como integrantes das equipes que implementaram as políticas de abertura, desregulamentação e atração do capital multinacional. Essas políticas, por sua vez, ampliaram a presença na economia desses países das megaempresas multinacionais e essa presença aumentou sua influência sobre os meios de comunicação, através da publicidade e, portanto, sua influência política, tanto na difusão de visões do mundo, como na defesa das estratégias implementadas por aquelas equipes. Por outro lado, o controle dos meios de difusão audiovisuais, em especial o cinema e a televisão, permitiu uma influência extraordinária na formação dos hábitos de consumo e dos valores sociais típicos da sociedade de consumo conspícuo, predatória, individualista e apolítica. Essa visão coletiva dos objetivos da vida em sociedade reforça o apoio às políticas executadas por aquelas “equipes econômicas” que, por sua vez, reforçam o processo de desnacionalização e geram as escusas para a atitude de subserviência aos objetivos políticos dos Estados Unidos e à estratégia econômica advogada pelo FMI como representante dos interesses do Departamento do Tesouro e este, por sua vez, dos megabancos norte-americanos (GUIMARÃES, 2010, p. 30).

Deste modo que o construto trazido permite coadunar com a percepção de que os EUA têm um projeto histórico de dominação do espaço geográfico e comunicacional da América Latina e, conforme Rouquié (1991, p.51), a dimensão histórica da ocupação deste espaço geográfico é fundamental para o entendimento do povoamento e da constituição política atual. Que o sistema de comunicação é uma das partes primordiais para a compreensão das etapas do povoamento regional, e que seus componentes, localização e política são a tela de fundo de dois grandes fenômenos latino-americanos: a revolução demográfica e a hipertrofia urbana. A censura do processo de conquista regional que narram Las Casas, Galeano, Bandeira, e outros, ainda pode ser vista, e é marca nas paisagens e na distribuição dos homens, da formação de suas consciências e de seus comportamentos.

2.3 ARGENTINA E BRASIL. OLHARES CRUZADOS

Quien no tenía encomiendas, no tenía recursos, y quien no contaba con estos, no podía “desarrollar comercio”. Em aquellos lugares de América en que no hubo índios domesticables, como el Río de la Plata, estalló un escándalo recogido por los cronistas. Los ediles de Buenos Aires se quejaron al rey “que la situación era tan mala que los españoles tenían que cavar la tierra y sembrarla para poder comer” (RAMOS, 2012, p. 80).

Jorge Abelardo Ramos (1921-1994) é uma referência para pensar-se as relações latino-americanas, suas formações nacionais, conflitos internos e o ideário de uma nação latino-americana, pensar a Pátria Grande. Argentino de Buenos Aires, sua pesquisa data dos anos 1970. Jornalista, político e crente na transformação social da região, da possibilidade de livrá-

la dos resquícios coloniais e fazê-la independente de fato, Ramos confere ao seu trabalho trânsito nos grandes panoramas históricos regionais a partir da realidade do Rio da Prata.

Diferentemente de Bandeira (2010; 1998), que também se debruça sobre as transformações da região do Rio da Prata, Ramos em sua obra trata da formação da nação latino-americana de forma contundente, e aponta que a região é fruto de uma agonia coletiva gerada por fracassos crônicos e de trágicos resultados da empresa colonialista e de suas “repúblicas” posteriores. O autor inicia a viagem pela formação inconclusa dessa grande nação latino-americana pela constituição espanhola e de seus reinos, viaja por toda a América Ibérica e sua configuração, mas não perde o prumo ao se fixar na relação desse todo com a formação de Argentina e Brasil como referências para pensar América Latina, essa grande nação vista desde o Sul.

Sobre a formação dessas nações no período contemporâneo, Ramos propõe a análise do antes e do depois do período de Juan Domingos Perón no comando da nação mais ao sul e de Vargas no Brasil. Dois presidentes nacionalistas, desenvolvimentistas, porém, afastados, carregados de signos negativos sobre as nações vizinhas que os dividiam e fortaleciam as ingerências das metrópoles hegemônicas desde o Século XIX.

Assim, no sentido de Ramos:

la fábula de un império brasileño compacto y felino, guiado por Itamaraty invariablemente genial y rigurosamente nacionalista, que desplegabá de siglo en siglo una política diabólica, llegó a ser una obsesión del Ejército y la historiografía argentinos (RAMOS, 2012, p. 333).

Ainda que esta obsessão do exército argentino, receio sobre o Estado brasileiro faça algum sentido, ao analisar o processo histórico regional, chega-se a conclusão que esse parece ter sido, entre outros menores, o maior impeditivo de os vizinhos fazerem-se acreditar frente à proposta de unificação nacional pela coroa e, posteriormente, pela república que surge do golpe. Cervo (2008) ilustra alguns pontos do histórico processo de integração regional:

A política de segurança do Brasil, no século XIX, enfrentaria a zona de pressão do Prata em duas frentes de ação: a externa compreendia a geopolítica de defesa das independências regionais sobre a qual firmaria o status de maior potência relativa; a interna, mediante o reforço da ação diplomática, que viria secundado como o recurso à força como tática de última instância, a ser acionada quando a diplomacia falhasse na realização das metas previstas. [...] Para realizar os objetivos de segurança o Estado brasileiro foi levado a estabelecer certo controle sobre o Prata, entre 1851 e 1876. As ações por meio das quais exerceu tal controle foram tanto de ordem diplomática quanto econômica e militar: Compor alianças regionais aproveitando as desavenças políticas locais, utilizar empréstimos públicos e investimentos privados para apoiar governos aliados, fixar regras de comércio e navegação, fomentar o liberalismo com os partidos e governantes

locais, submeter os pequenos Estados por acordos consentidos ou impostos e utilizar a força para dobrar governos, afastar partidos do poder ou eliminar caudilhos que representavam ameaças concretas. Entre a eliminação de Oribe e Rosas do cenário platino em 1851-52 e a desocupação militar do Paraguai pelas tropas brasileiras em 1876 estabeleceu-se uma hegemonia regional brasileira, comprometida pela ascensão da República argentina como potência regional após o triunfo de Mitre nos anos 1860 (CERVO, 2008, p. 124).

Assim que pensar a extensão da bacia do Rio da Prata e a imensa fertilidade de suas terras, explica, em boa medida, a importância estratégica desses dois países dentro do sistema das relações internacionais. A Bacia da Prata constitui uma região contínua e relativamente homogênea, que atravessa fronteiras e integra partes importantes dos territórios argentino, uruguaio, paraguaio, boliviano, e do território brasileiro, banhado pelo Rio Paraná, e pelos seus afluentes. Essa região de enorme potencial econômico foi transformada num só quadro geopolítico, pelas guerras de independência, e pelas guerras platinas, que se sucederam até a segunda metade do século XIX, alcançando ponto maior com a Guerra do Paraguai, que marca o início da histórica competição entre Argentina e o Brasil, pelo controle soberano da região. Um período em que a Argentina se transformou no que a historiografia oficial chama de primeiro grande milagre econômico da América do Sul, entre 1870 e 1940; e em que o Brasil se transformou, dentro do mesmo princípio, no segundo grande milagre econômico regional, aproximadamente entre 1937 e 1980 (RAMOS, 2012; BANDEIRA, 2010; CERVO, 2008). Momento em que os países se voltam para a Europa e se afastam das relações com a América Latina. No caso argentino, Ramos salienta a origem de suas elites para tal feito.

La Argentina era la más europea de las regiones latinoamericanas. En sus actuales fronteras, el litoral exportador y en particular la Ciudad de Buenos Aires, despertaba siempre el asombro irónico de los visitantes del Viejo Mundo. [...] Entre las pequeñas soberanías heredadas de la “balcanización”, la Argentina gozaba de una renta diferencial que hacía de sus pampas las más lucrativas praderas del mundo. La tradicional indiferencia de la oligarquía porteña por América Latina se convirtió en una norma de oro de su diplomacia (RAMOS, 2012, p.346).

Segundo os autores referenciados, o ápice do sucesso econômico argentino ocorreu logo depois da Guerra do Paraguai, quebra econômica e colapso político brasileiro, e da unificação definitiva do Estado na década de 1860. Obedeceu a uma estratégia geopolítica claramente expansiva e de disputa pela hegemonia da região com o Brasil. Essa estratégia orientou, desde o início, as guerras argentinas de conquista territorial do oeste e do sul, assim como seu desenvolvimento econômico e sua aliança quase incondicional com a Inglaterra que estimulava e ganhava com esses embates e desconfianças recíprocas na região. “*Debían*

sonreír los ingleses ante nuestro ignorante candor, pues ellos conocían mucho mejor el Brasil que los argentinos, y a la Argentina mejor que los brasileños, para ser enteramente justos”.

(RAMOS, 2012, p, 333). Neste sentido é que Moniz Bandeira afirma que:

A Argentina, entretanto, fortaleceu-se, econômica e politicamente, durante o conflito com o Paraguai, apesar das lutas civis, que a convulsionaram, naquele período, e que a afligiram ainda por muito tempo. Como as batalhas se travavam na mesopotâmia do Rio da Prata, sem afetar-lhe as atividades de comércio e de produção, ela se convertera na principal fonte de suprimentos dos exércitos aliados. [...] Os gastos com o esforço de guerra, que levaram o Brasil a uma prolongada crise financeira, alimentaram os negócios e aqueceram a economia da Argentina. A derrota do Paraguai, por outro lado, permitiu que a burguesia mercantil-financeira de Buenos Aires e os grandes estancieiros, com o apoio de algumas forças sociais do interior, como os produtores do açúcar do norte e os vinhateiros de San Juan e Mendoza, continuassem o trabalho de centralização e consolidação do Estado nacional, sufocando as ameaças de secessão, conquanto seu propósito de restabelecer os antigos limites do vice-reino do Rio da Prata fracassasse (BANDEIRA, 2010, p. 52).

Em sua Belle Époque 1880 a 1930 (BEIRED 1996), a economia argentina cresceu a uma taxa média anual de cerca de 6%, e no início do século XX havia se transformado no país mais rico do continente sul-americano, e na sexta maior economia do mundo, com uma renda *per capita* quatro vezes maior que a dos brasileiros. Nesse momento, a Argentina teve todas as condições para se transformar na potência hegemônica da América do Sul, e numa importante potência econômica mundial. Essa opulência argentina motivou a imigração europeia para a região, imigrantes pobres de países pobres europeus atravessaram o atlântico com incentivo governamental vislumbrando a possibilidade de ascensão social no “Novo Mundo” do sul do continente americano. Vieram fazer a vida nesse lado da América, inflando a população geral e transformando a fisionomia de Buenos Aires.

A fisionomia do país mudou drasticamente a partir da década de 1880, em função do crescimento econômico propiciado pelo modelo agroexportador. Ele se consolidou e atingiu seu máximo esplendor, tornando a Argentina um dos maiores celeiros de alimentos do mundo. As cidades projetaram-se como centros financeiros, de comércio e de manufatura. Elas se modernizaram ganhando novos traçados, parques, edifícios e hábitos acordes com o gosto francês. Em Buenos Aires, novos serviços urbanos passaram a integrar o cotidiano: metrô, trens, bondes, telefones, cinemas, teatros, cafés e restaurantes (BEIRED, 1996, p. 43).

A possibilidade de se transformar na potência hegemônica do sul não se consolidou, após o período de depressão da economia estadunidense, com sequelas na América Latina e Europa. Porém, conforme Bandeira (2010), Pigna (2007), Lanata (2003) e Beired (1996), entre 1880 e 1930 estão os anos base de consolidação da nação argentina e de sua estrutura

social contemporânea, por isso a importância dessa marcação histórico temporal aqui abordada. Deste modo que a ascensão constitui-se de forma perigosamente dependente do capital externo. Em 1929, com a grande depressão, o país começou a ver sua estrutura ser devastada pela quebra do sistema financeiro ocidental. Os radicais no poder, comandados pelo presidente Irigoyen não fizeram as transformações internas necessárias para a estabilização econômica e social, o país passava nesse período pela ascensão do movimento operário organizado, e estava politicamente convulsionado. Em situação social próxima a que vivia o Brasil, em setembro de 1930 a República Velha caiu sob um golpe de Estado militar.

Nesse período pós 1930 a Argentina entrou num longo processo de divisão social, e crise política crônica, ao não conseguir se unir em torno de uma nova estratégia adequada ao contexto geopolítico e econômico criado pelo fim da II Grande Guerra, pelo declínio da Inglaterra e pela nova supremacia mundial dos Estados Unidos.

Vale dizer que, os impactos da Grande Depressão dos anos 1930, o processo de industrialização e as políticas econômicas adotadas no período 1930 e 1945 são questões amplamente discutidas na literatura histórica e econômica do Brasil e da Argentina. Resultado da grande depressão estadunidense foi que para alguns países periféricos, que apresentavam significativo grau de desenvolvimento capitalista, abriram-se novas possibilidades de desenvolvimento. Nesse contexto, definiram-se, com distintas temporalidades e a partir de determinada correlação de forças políticas e de bases sociais de sustentação do Estado, diferentes projetos visando à industrialização e a autonomia nacional, como por exemplo, os projetos de Lázaro Cárdenas Del Río, México, de Getúlio Vargas, Brasil, e, um pouco mais tarde, de Juan Domingo Perón, Argentina.

Algo como se relacionado com essa sequência ou consequência direta dessa desaceleração argentina, o Brasil viveu o seu próprio “momento sublime” entre 1930 e 1980, de desenvolvimento acelerado e sob uma severa ditadura civil-militar, orientado por uma estratégia de resposta e superação do desafio argentino, e consolidação nacional, através de uma política de modernização e rearmamento das Forças Armadas e de desenvolvimento e industrialização da economia brasileira. Essas ideias só foram implementadas de forma sistemática e consistente a partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o fim da chamada Primeira República e, quando a economia brasileira passava por um processo de crescimento a uma taxa média anual de 7%, ultrapassando a Argentina e transformando-se na principal economia da América do Sul.

Fato é que no período brasileiro próximo ao Argentino, final do século XIX, desde o golpe civil-militar que destituiu o império e funda a república oligárquica até a chegada de

Vargas ao poder, observa-se que o país republicano vivia sob um imenso poder do exército, mas que até 1930 a história brasileira se desenvolve dentro do quadro de uma política dominada por grupos influentes nos vários Estados que formavam o partido Republicano. A percepção é que o Brasil republicano era um país dominado mais pelo café que pelos militares, esses uma espécie de fiadores da burguesia cafeeira.

Essa situação, legado da monarquia deposta, ficou estabilizada e sendo dirigida por políticos da região sudeste, São Paulo e Minas Gerais, até 1930, quando Washington Luiz, de São Paulo, tenta impor como seu sucessor o paulista Júlio Prestes. Isso levou os atores sociais dos estados periféricos do norte e do sul a utilizarem o descontentamento causado nos políticos de Minas Gerais pelo retorno do monopólio da presidência aos do Estado de São Paulo, com o objetivo de romper a continuidade da hegemonia do Brasil central. Assim que a Aliança Liberal apresenta como candidato Getúlio Vargas, ex-governador do Rio Grande do Sul. Porém, nas eleições daquele ano Prestes saiu vitorioso, os derrotados reagiram com um movimento insurgente, e, após quinze dias de escassa resistência, as forças militares convidaram o presidente que saía a abandonar o país e instalaram Getúlio Vargas no poder, na condição de presidente provisório.

Essa solução provisória não deveria significar o fim da república oligárquica brasileira. No entanto, se chegou a essa quebra de poder e da conciliação de interesses, deve-se ao fato de que Vargas parece ter compreendido que a nova situação abria diferentes perspectivas de ação política, e inicialmente com o apoio da imprensa, como ver-se-a no próximo capítulo, deixou sua digital na vida pública nacional.

O ano de 1930 derrubou mais de uma situação política na América Latina. Para o Brasil, o quadro favorável foi alterado com o suicídio de Vargas o golpe civil-militar de 1964 e pelas mudanças geopolíticas das décadas de 1960/70, quando o governo foi obrigado a redefinir sua estratégia de inserção internacional e sua própria política de desenvolvimento econômico (SANTOS 2017; BANDEIRA, 2010; CERVO, 2008). Foi nesse processo que o governo militar do general Geisel propôs a transformação do Brasil numa potência intermediária, e num capitalismo de Estado. Mas esse projeto dos militares brasileiros foi atropelado, mais uma vez, pelas relações políticas internacionais, pela política econômica dos Estados Unidos e pela oposição de uma parte das elites que haviam apoiado o regime militar (CERVO; BUENO, 2011).

Nesta narrativa histórica, para brevemente contextualizar a situação de proximidade e distância entre os dois países, o importante é entender que os momentos sublimes da Argentina e do Brasil, nos séculos XIX e XX, foram orientados por duas estratégias opostas

de competição econômica e militar, e pela hegemonia regional. Distante política e socialmente, essas estratégias foram formuladas internamente, mas acabaram sendo estimuladas e instrumentalizadas pela Inglaterra e pelos EUA, como forma de equilibrar as forças e neutralizar o poder expansivo dos dois gigantes regionais.

Neste processo histórico de avanços e retrocessos no plano interno e externo dos dois países investigados, de relações parciais em determinados momentos e outras distâncias criadas pela desconfiança e receio das experiências entre iguais, que consolidou-se o chamado Estado moderno, aplicou-se leis e os dois países de posicionaram articuladamente do mesmo lado para o mundo exterior, para fora das querelas regionais, em boa parte do século XX. Do apoio de Perón a candidatura democrática de Vargas em 1950 (BANDEIRA, 2010, p. 250), às ditaduras alinhadas nos anos 1970 até a pilhagem neoliberal consentida e conectada entre Menem e FHC nos anos 1990 ao início do século XXI, à chegada de Néstor Kirchner e Lula ao governo, têm-se anos de histórias de desconfiadas relações movidas pela lida com os interesses hegemônicos da vez.

Assim que o cenário de terra arrasada herdado por Kirchner ao chegar a presidência não era tão distinto do naufrágio neoliberal brasileiro recebido por Lula de Fernando Henrique Cardoso. Santos (2002) ao analisar o momento de crise vivido pelo Brasil, afirma que a coalizão de forças políticas que sustentou o governo FHC durante seus oito anos de governo entrou definitivamente em crise, e a origem dessa situação de descenso brasileiro seria o esgotamento da política econômica neoliberal, exitosa e sedutora em seu início, mas que proporcionou ao país entrar numa das mais graves crises de sua história. Ele aduz que “*esta fue la historia de las experiencias neoliberales de los años 90. Salinas duró seis años de esplendor, hasta la crisis de 94. Menem alcanzó a ser reelecto una vez, pero no lo logro en una segunda oportunidad, hasta que su país entró en la dramática crisis actual*” (SANTOS, 2002, p.11).

Desse ponto de vista, o novo projeto do Brasil e da Argentina nos governos dos Kirchner, Lula e Dilma, a construção de uma zona compartilhada de co-prosperidade e de um bloco de poder sul-americano é, de fato, uma revolução não midiaticizada na história regional e de grande influência para os governantes progressistas e vizinhos. De grande importância também a atuação no período de Hugo Chávez para a integração regional. Crê-se, porém, que se trata de uma estratégia que só poderá ter sucesso no longo prazo, ainda que com os golpes e transformações políticas atuais, não é possível considerar finda essas relações apontadas, essa nova estratégia de atuação enfrenta uma oposição externa e interna, ferrenha e permanente

dos EUA e dos partidários locais da mundialização cosmopolita de mercado. Como prevê o historiador argentino Norberto Galasso:

Todo indica que estamos frente a la opción de profundizar el camino recorrido en la última década, resolviendo las asignaturas pendientes, o de regresar a la experiencia del neoliberalismo vivida en los noventa. Las fuerzas en pugna ofrecen ese panorama. La derecha expresada por la Sociedad Rural y sus aliados, por los grandes empresarios atados al capital extranjero, los grandes abogados y jueces del régimen, los banqueros, financistas y especuladores y las corporaciones mediáticas, todos ellos cobijados por la potencia imperial, aspiran a volver al pasado. Sus expresiones políticas son Mauricio Macri y Sergio Massa, acompañados por los resabios del viejo conservadorismo liberal y de la dictadura genocida del 76/83. A estos sectores del privilegio los acompañan las clases medias-medias y clases medias-altas, urbanas y rurales, enemigas acérrimas de los trabajadores (GALASSO, 2015, p. 367).

Baseado nas relações históricas da América Latina com os países centrais do capitalismo mundial, é possível afirmar que todo e qualquer sucesso dessa nova aliança, e dessa nova política do Brasil e da Argentina, será sempre considerado como um alerta vermelho para os interesses dos EUA e de sua rede colonizada de apoios dentro do continente, defensora da submissão estratégica, mental e econômica da América do Sul à sua política internacional. O desmonte dela será sempre o objetivo maior.

Desde as experiências até aqui apresentadas, é necessário reforçar que as estratégias multidimensionais de hegemonia continental estadunidense tiveram o êxito de difundir a ideia do necessário desmonte das forças de defesa locais, conforme aponta Novion (2011), e se colocarem como polícia e “protetores” regionais, caso da Amazônia brasileira, da Amazônia azul e das reservas naturais da patagônia; construíram o discurso de que a existência dos exércitos nacionais e de um Estado forte eram a causa dos autoritarismos locais e do nacionalismo arcaico; que as tensões interestatais poderiam ser dissolvidas com a redução de despesas militares que tanto promoviam a desconfiança entre nações amigas.

A ação hegemônica estadunidense na região se entrelaça com suas estratégias ideológicas e econômicas. Assim que o controle dos meios de comunicação, em especial o do novo modelo de cinema⁴⁷ (Multiplex) e da televisão (MARTEL, 2012), tem permitido uma

⁴⁷ O sociólogo francês ao investigar o avanço da cultura mainstream estadunidense em cantos tão distintos como o Oriente Médio e o Brasil, afirma que o sucesso dos cinemas Multiplex, dentro de shoppings com salas que exibem o mesmo filme em horário variado, dando prioridade aos blockbusters estadunidenses e em menor número produções locais, é porque o modelo comercial de compras, o shopping Center se transformou no centro da cidade em algumas metrópoles e passou a ocupar o lugar das antigas avenidas que misturavam serviço e lazer, oferecendo segurança para as famílias e uma venda casada da magia do cinema e de alimentação para que se assista aos filmes exibidos. Com o apoio de Hollywood e da indústria alimentícia e de

influência sem tamanho na constituição dos hábitos de consumo e de valores sociais individualistas, de consumo exacerbado, predatório e apolítico. Deste construto manejado através dos aparelhos de formação ideológica que se reforçam a visão coletiva dos objetivos de vida em sociedade, o apoio acrítico às políticas econômicas receitadas pela Escola de Chicago e sua doutrina do choque (KLEIN, 2007), que a autora aponta ser aplicada sempre que os países periféricos passam por uma situação de choque social e estão mais vulneráveis, os países ficam impactados por causa de guerras, ataques terroristas, golpes de Estado e desastres naturais, e, em seguida, são submetidos a novos choques políticos e econômicos, por meio de desregulações, privatizações e cortes dos programas sociais, conforme a agenda doutrinária neoliberal, ações que por sua vez reforçam o processo de desnacionalização e geram desculpas milimetricamente construídas para a atitude de subserviência aos objetivos hegemônicos estadunidenses e à estratégia econômica imputada pelo FMI.

2.3.1 Ascensões e quedas

La sociedad argentina há vivido los últimos 33 años acosada por las vicisitudes del cotidiano sobrevivir, con escasso margen para darse un tiempo para la reflexión sobre los Orígenes y las causas remotas de sus males cotidianos. El proceso de exclusión social y política al que viene siendo sometida la mayoría de la población argentina desde 1976 provoca efectos muy negativos que obstaculizan decididamente la conformación de una identidad ciudadanía consciente de sus derechos, con marcos legales y referenciales claros que avalen sus demandas y hagan posibles sus deseos de realización personal y social (PIGNA, [2005]2011, p. 9).

Nos anos anteriores a chegada de Néstor Kirchner a presidência argentina, o país passou por transformações profundas em seu modelo de Estado e desenvolvimento econômico. Seguiu-se, desde Carlos Menem, uma filosofia de redução do papel do Estado na gestão econômica, nas relações trabalhistas e no sistema previdenciário, reformas de cunho neoliberal. O objetivo era responder ao suposto esgotamento da capacidade de financiamento do Estado às questões demandadas pela conjuntura econômica mundial. No entanto, a força política que pôs em prática tais transformações foi justamente o peronismo, neste caso, à direita e multinacionalista, distante da filosofia peronista tradicional historicamente defensor de ideias opostas, nacionalistas. Era esse país desmontado e fragmentado que recebia Néstor Kirchner, também peronista à esquerda, o que não se concretizava como uma exclusividade argentina. Para O'Donnel:

refrigerantes estadunidense, principalmente de marcas como Mac-Donald's e Coca-Cola, esse modelo foi imposto para significativa parcela dos países dependentes do sistema mundo (MARTEL, 2012, p. 43).

Menem fue uno más de los presidentes latinoamericanos como Collor de Melo en Brasil, Fujimori en Perú, Sánchez de Losada en Bolívia, Salinas de Gortari en México, y varios más que aceptaron el catecismo neoliberal, exacerbado por el desplome del mundo comunista, con las conocidas y lamentables consecuencias de desocupación, endeudamiento, crisis políticas y económicas (O'DONNELL, 2015, p. 323).

Um país abalado política, social e economicamente com a histórica crise de 2001 provocada pelos anos neoliberais e de Estado mínimo foi o que encontrou e possibilitou Néstor Kirchner assumir a Presidência argentina no ano de 2003. Aquela conturbada realidade que ao seguir as cartilhas de mando das organizações internacionais dirigidas pelos EUA (SANTOS, 2017), colocou o país numa posição de subserviência frente aos parceiros comerciais do Norte, afugentou investimentos internacionais oportunistas, os tais capitais flutuantes, e aniquilou a dignidade de seu povo.

Ilustrativas dessa histórica dependência e neo-colonialidade local, e dos meios de comunicação como porta-vozes da hegemonia, são as diretrizes recebidas por Néstor Kirchner e imediatamente rechaçadas por ele antes de sua posse através de um diretor do jornal *La Nación*, José Claudio Escribano, que o avisava quem eram os verdadeiros donos do país, quem de fato tinha o poder, e que ele não se enganasse quanto a isso, caso contrário, se quisesse mexer nas estruturas nacionais seu governo não duraria mais que um ano, registra Galasso (2015):

Los hechos habrían ocurrido de este modo, según lo relata Verbitsky: “El 5 de mayo, entre las 9 y 30 y las 11 de la mañana, durante un desayuno en la casa del jefe de campaña de Kirchner, Escribano le transmitió a Néstor un virtual ultimatum proveniente del Council of Américas, al cual describió como una organización filantrópica interesada en América Latina, de donde recogió la impresión de que cualquiera fuera el candidato electo en la segunda vuelta, no duraría más de un año. Esse mismo día, La Nación informaba en su portada: “Kirchner ya se mueve como se fuera presidente. Visitará a Lula y a Lagos; termina un plan de gobierno”. Escribano dijo que consideraba necesario imponer a Kirchner de lo que cerimoniosamente llamó “los postulados básicos” de La Nación porque seremos inflexibles en su defensa (GALASSO, 2015, p. 40)

Oriundo da província de Santa Cruz, na Patagônia, seu ex-governador, o político chegou à Capital Federal com bandeiras emergenciais de reconstrução nacional. Uma nova Argentina e com governos vizinhos também renovados e fortalecidos, pouco afeitos aos acordos com os países centrais do sistema nasceriam dali. Um forte impulso para a unidade regional que se consolidou com a aproximação de Lula e Chávez e na ação articulada contra a ALCA no ano de 2005 além de várias outras parcerias posteriores entre Argentina e Venezuela, caso da criação da TeleSur.

Assim que o aliado ex-deputado e historiador Jorge Rivas traz seu testemunho:

En 2003, cuando Néstor Kirchner asumió la presidencia en nuestro país, Chávez estuvo aquí. Había algo que se anunciaba en una foto que circuló mucho entonces, en la que entrelazaban sus manos él, Kirchner y Lula da Silva. Algo más de dos años después estuvo en la Cumbre de Mar del Plata, donde codo a codo con Kirchner frenó el mayor proyecto imperialista de los últimos años. Su discurso contenía una frase que solo él era capaz de pronunciar ante una muchedumbre: “Cada uno de nosotros trajo una pala, una pala de enterrador, porque aquí en Mar del Plata está la tumba del Alca. Vamos a decirlo: Alca, Alca, al carajo!” (RIVAS, 2015, p. 173).

Desta desconfiança inicial dentro e fora do país que inicialmente no mandato de Néstor a antiga política externa dependentista, no sentido estrito do termo, ficou num segundo plano. Eleito com pouco mais de 20% dos votos, a maioria da população local não sabia pronunciar seu nome. À distância, ao consultarmos fontes bibliográficas (GALASSO, 2015; RIVAS, 2015; O'DONNELL, 2014; PIGNA, 2011; BANDEIRA, 2010) e percepções construídas em Buenos Aires, observamos que a política externa argentina teve alguns pilares sob seu comando: a relação próxima e turbulenta com os vizinhos Uruguai e Brasil, a soberania das Ilhas Malvinas como questão nacional anti-imperialista, as querelas contra o Irã, cujas autoridades estariam envolvidas no atentado de 1994 em Buenos Aires e a incerteza de relacionamento com a então emergente China.

Néstor Kirchner, ainda que tenha emergido pela crise causada pelos consentidos ajustes sugeridos pelas Organizações Internacionais e das fugas de capitais que quebrou o país, mesmo com os aliados próximos, Lula (Brasil) e Tabaré Vasquez (Uruguai) o presidente argentino tinha firmes propósitos. É como registra a história ouvida em Buenos Aires que dá conta que durante um protesto de moradores da cidade fronteiriça de Gualeguaychu, província de Entre Rios, erguendo cartazes contra o Uruguai, qual não foi a surpresa a da aparição do presidente apoiando o bloqueio de uma das principais estradas federais que liga os dois países pela ponte general San Martín. Ocorre que o então presidente uruguaio tinha autorizado a construção de uma fábrica às margens do rio que divide (deveria unir) os dois países. Causa da irritação política de Kirchner com Vázquez é que os países tinham um acordo conjunto sobre o rio Uruguai, e que com a construção da fábrica chamada Botnia de papel e celulose, o acordo teria sido desrespeitado por Tabaré.

Somente após o substituto de Tabaré Vázquez, Pepe Mujica, ter dado sua anuência para que Kirchner assumisse a cadeira da UNASUL foi que o ambiente de tensão e discórdia teria sido dissipado entre os governantes dos países univitelinos historicamente ligados. Importante deste breve relato sobre os líderes argentinos do período é que Néstor, após ter

saído da presidência e conduzido Cristina a vitória, sua esposa, sempre se postava ao lado dela em seus pronunciamentos e agenda política mais conturbada. Comunicacionalmente, através das imagens, tinha-se ali um recado dado de união, fidelidade e tutelamento da primeira gestão de Cristina Kirchner. Certamente esta leitura é passível de críticas, porém, alguns pontos dão a ideia deste enfoque.

Abordar os anos de governo do casal argentino percebe-se que os dois estão imbricados. Seja o jornaleiro localizado na esquina da *calle Piedras* com Avenida Belgrano na região de San Telmo, por onde desenvolveu-se pesquisas locais para essa tese, sejam os entrevistados diretos ou ocasionais, indistintamente todos associaram os governos, ainda que o segundo mandato de Cristina ou a sua luta contra o monopólio midiático estar ligado à sua independência política de Néstor, à sua digital política e capacidade de enfrentamentos de modo distinto do marido. Observadores locais como Galasso (2015, p. 53) compreendem o Kircherismo como o projeto político de restauração de um capitalismo nacional progressista para a Argentina.

Nas ruas, os críticos costumam dizer que “os kirchners destruíram o país” e os aliados de que “os Kirchners se concentraram para dentro e buscaram melhorar as condições sociais”. Observe-se que estas percepções para além dos livros, construídas *in loco*, foram tiradas durante a primeira estadia na Argentina no segundo semestre do último ano de governo Cristina Kirchner (2015) onde, posteriormente, novembro daquele ano ela, por muito pouco, não fez seu substituto o ex-governador do estado de Buenos Aires, Daniel Scioli⁴⁸, e no segundo momento da passagem pelo país já durante o governo Macri, em 2016.

Em correlação com o momento vivido pelo Brasil de Lula e Dilma, Argentina viu renascer as políticas de inclusão social, aumento do consumo e redução da pobreza, cá como lá o discurso de inclusão deu a tônica da gestão. Brasil e Argentina entraram no século XXI afogados em profunda crise política, econômica e social dos últimos anos. Um pouco mais de uma década mais tarde os países, cada um com suas particularidades, mostravam-se diferentes após haver retomado o crescimento econômico e entrado em forte processo de desendividamento, participando da integração da América Latina e da retomada do conceito de Pátria Grande, fortalecendo suas soberanias.

⁴⁸ No primeiro turno da eleição presidencial, ocorrido em 25/10/2015, Scioli derrotou Mauricio Macri por 37 % a 34 % de Macri. Porém, no segundo turno, com a coalização de centro direita, a força da mídia em guerra com Cristina e principalmente a incapacidade de união dos partidos de esquerda, que impediu a vitória no primeiro turno, tendo seus votos fracionados com diversos candidatos, Macri derrotou Scioli com 51,3 % dos votos a 48,6 % obtidos por Scioli.

Numa época marcada por significativos e incalculáveis desenvolvimentos tecnológicos a teoria da dependência (PREBISCH, 1962; SANTOS, 2002; MARINI, [1973] 2008) segue sendo um ponto fundamental para a compreensão histórica aqui trazida. Sua denúncia e esclarecimento foi um significativo instrumento dos pensadores pioneiros na contemporaneidade em analisar a região de forma inovadora e contribuindo para a sua real independência, e, deve ser ainda hoje base de auscultação dos problemas regionais oriundos das demandas mundiais. É necessário que levar a sério a batalha cultural travada pela afirmação das raízes híbridas e nacionalidades mestiças.

Desta monta apresentada é que faz-se urgente a luta contra a colonização das mentes, do imaginário e cultura proposta pelos países hegemônicos e disseminada por seus aliados locais. É necessário denunciar a histórica dominação imposta pelos “poderosos” de fora e coadunada por seus correlatos locais. Hoje a dominação e dependência não é somente entre Estados, a luta é contra as hegemonias nacionais ou empresariais plurinacionais, grupos econômicos, midiáticos que contam com a cumplicidade das elites políticas e empresariais locais que ao final são recompensadas pela ascensão social, acesso aos meios de poder internacionais, bem estar material, e ainda são possuidoras do prestígio necessário, construído midiaticamente, para continuar disseminando ideologias convenientes e necessárias para a manutenção dos sacros princípios do capitalismo neoliberal e da contínua manutenção das Maiorias Minorizadas em seu lugar social na base da pirâmide.

2.4 CONTRA HEGEMONIA E GUERRA DE POSIÇÕES

O que foi apresentado no construto trazido acima é a percepção de que na América Latina, na relação Brasil e Argentina existe algo como uma luta por posições de um grupo social que por pressão ou ideologia que mais coaduna com os interesses populares momentâneos, e com o apoio da elite interessada em angariar o poder, faz-se poder antes mesmo de ocupar o cargo que, em tese, proporcionaria esta distinção, e ao ocupá-lo é levado a governar para aqueles grupos de pressão que secundaram sua ascensão ao poder.

Ao analisar-se a história dos países abordados com mais profundidade, ver-se-a que a luta pela hegemonia e disputa pelo poder inicia-se dentro dos próprios partidos e coligações de sustentação de determinado candidato, isso se pôde ver mais claramente no Partido Justicialista (PJ), de Néstor Kirchner quando do lançamento de sua candidatura a presidente sob a tutela de Eduardo Duhalde, como se estando na presidência viesse a ser um títere do então líder peronista, ou, no caso do Brasil, a indicação de Dilma Rousseff por Lula em seu

auge de popularidade, sem que essa fosse submetida às prévias do Partido dos Trabalhadores, e ainda numa relação hierarquizada desde a presidência para governos e prefeituras, como torna clara a narrativa deste processo pelo ex-prefeito paulistano e ex-ministro dos governos petistas, Fernando Haddad⁴⁹.

Assim que pensar a hegemonia local, suas ligações com a hegemonia estadunidense e os atores capazes de operar uma alternativa contra-hegemônica é compreender os signos e valores centrais para as sociedades analisadas e constituídas sob alta carga de transferência de valores externos em nome da modernização social. Talvez, assim, seja possível compreender o alto nível de entrega desses países para o capital estrangeiro sem que tivessem por aqui revoltas e tentativas violentas de conversões das entregas desde a primeira hora do pilhamento moderno.

De acordos comandados sob a chancela de políticas neoliberais, viu-se parte significativa do capital dos países investigados serem transferidos para o exterior com a anuência dos grandes conglomerados comunicacionais especializados em construir um enredo amansador dos sentimentos populares. Diz Raymond Willians que esta possibilidade de domínio e espoliação dos subalternizados está na constituição efetiva de significados e valores centrais dominantes “que não é meramente abstrato, mas organizado e vivido. É por isso que a hegemonia não deve ser entendida no nível da mera opinião ou manipulação. Ela é um corpo completo de práticas e expectativas” (WILLIANS, 2005, p. 2017).

Assim que, coadunando com Moraes, (2016, p. 135) as políticas públicas de comunicação são fundamentais para a democracia num momento de aceleração tecnológica, mercantilização, também das ideias, culturas mundializadas e economias globalizadas, é estratégico o papel dos sistemas de comunicação para a soberania nacional, e, além disso, para a consolidação ou a reversão de consensos anteriores, o fortalecimento da diversidade cultural nacional, a cooperação internacional e a integração regional. Exemplo dessa busca pela integração está na criação da Telesur e da TV Brasil.

A história dos dois países e da região está marcada desde sua invasão por inúmeros conflitos sociais, de diversas ordens e, muitas vezes por quebra de pactos entre as classes sociais. Tanto discute-se sobre o valor da democracia, porém, uma democracia só poderá ser assim considerada se na esfera pública os diversos atores e interesses puderem se manifestar.

⁴⁹ Disponível em: < <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/> > Acesso em 21 de Junho de 2017.

Aí está o valor e a possibilidade contra hegemônica de uma comunicação pública plural, independente e emancipatória.

2.4.1 Comunicação e emancipação

A consolidação na letra da lei dos artigos que tratam da Comunicação na Constituição de 1988 não encerra a desgastante batalha pelo direito humano à comunicação brasileira. Ao contrário, as transformações políticas do tempo presente indicam que os fundamentos dos direitos humanos não se sustentam exatamente nos códigos e nas leis, mas sim como produto de uma constante luta social e sua eficácia está associado diretamente com a capacidade de mobilização dos atores sociais interessados. Embora garantidos na prática, substratos de conquistas populares durante a Constituição de 1988, os pontos constitucionais que versam sobre o tema da comunicação muitas vezes, são burlados e distorcidos em sua aplicação, de modo que os paradigmas sistematicamente violados são os que fazem relação à diversidade, pluralidade e desconcentração para a emancipação.

Como contextualiza Geraldine et al (2016), o tema de direitos humanos é um tema ainda em disputa por múltiplos atores que reivindicam para si o direcionamento hegemônico do debate. Em se tratando da associação com a comunicação e a informação não é diferente. Existe uma luta cristalina das empresas de radiodifusão na defesa da “liberdade de expressão”, quando, na verdade, estão subjetivamente reivindicando o direito à propriedade privada dos veículos de comunicação e o direito a comercialização desregulada da informação esteticamente tratada como a um produto a ser consumido. No meio desse debate enviesado, em que parte significativa do empresariado consegue fazer prevalecer a sua visão, justamente porque detém a propriedade dos meios, o que é silenciado é que a concentração da mídia e o seu poder constituído para legalizar e normalizar a liberdade de empresa, em contraponto à liberdade de imprensa, acaba por limitar a liberdade de expressão e impedem a concretização dos ideais de cidadania previstos na constituição brasileira. Para além das disputas discursivas e decodificações sobre direitos humanos, em se tratando dos direitos humanos à comunicação e à informação, há mais outro agravante: a dificuldade de se pautar o tema para formulação de políticas públicas.

Ilustrativa a entrevista⁵⁰ da presidente Dilma Rousseff abordando o tema em seu mandato e a consequência deste para o país:

⁵⁰ Dilma Rousseff em entrevista a Marcos Piccin e Valter Pomar, do jornal Esquerda Petista em 13/02/2017. Após vários contatos com sua assessora pessoal para uma possível entrevista para essa tese, e-mails e contatos feitos com pessoas de sua interlocução direta, a presidente resolveu não conceder a entrevista.

Agora pegando o lado mais político, a relação do seu governo e também do governo Lula com os meios de comunicação, tendo em vista isso que você disse acerca da postura do grande empresariado: poderia ter sido diferente? Você acha que poderia ter sido diferente em relação à questão da comunicação de massa?

Eu acho que sim e mais do que isso... No início de tudo, estou me referindo a 2003, todos os grupos estavam em crise. Endividáramos até a alma. É muito difícil, no início, você ter uma visão que você tem hoje. Teria sido possível uma maior democratização dos meios de comunicação. Nós não podemos nunca deixar que se faça uma confusão entre duas coisas. Os meios de comunicação de massa enquanto negócio são iguais a qualquer negócio de qualquer empresa e, portanto, é inadmissível que eles sejam monopólios ou oligopólios. Isso é contra a democracia. Não é só contra a economia popular, mas é contra a democracia. Então, são esses os dois motivos e isso é eminentemente uma relação econômica. Primeiro de tudo, você não pode deixar que tenha junto jornal, televisão, rádio e revista e qualquer outro, tudo junto no mesmo conglomerado. E esta é uma questão de regulação econômica. Tem que impedir, como você impede no CADE. Mesmo no Brasil, você impede pouco. No mundo, se impedia mais. Hoje, também, está se impedindo pouco. Está lá o Trump querendo revogar algumas das regulações. Então, o que é que tinha que ser feito naquele tempo? Ao invés de você ajudar um grupo, o que tinha que fazer era viabilizar as formas mais democráticas possíveis. Mas a gente não sabia disso direito. Ninguém ali tinha essa proposta. Ninguém... Falar depois é fácil. Mas ali é que estavam as condições materiais para fazer. Por que tinha condições materiais para fazer? Porque tinha crise.

Segundo lugar, tinha que ter tido uma Lei de Meios. Eu não acredito na tese de que nós somos republicanos demais. É impossível não ser republicano, se não você passa a ter uma defesa meio malandrinha de algumas coisas. Mas ser republicano não significa não impedir que haja o controle econômico da mídia no Brasil. Porque o controle da mídia é econômico. O que a mídia faz? Ela exhibe e arma contra nós a imprensa livre e democrática como fundamento da democracia. Perfeito. Agora, o fundamento da democracia não é igual a monopólio nem oligopólio. Nós defendemos a liberdade de imprensa. Não quero controle de conteúdo nenhum. Eu não quero o controle econômico do conteúdo. Nem o controle monopolista nem o oligopolista do conteúdo. Nós não soubemos colocar bem essa discussão. E fomos ingênuos em relação aos meios. Eles não têm nem princípios democráticos, nem republicanos. Com eles não dá para fazer “senta que o leão é manso”. O leão não é manso. Come sua mão, sua perna e sua alma. No final do período Lula, não tinha mais força política suficiente para regular a mídia. Muito menos na presidência da Câmara o Eduardo Cunha. Como é que foi que o Eduardo Cunha se elegeu? Ah! Foi só com o Congresso? Não! O Eduardo Cunha foi lá na Globo e negociou com a Globo: “Ela [Dilma] está dizendo, na eleição, que vai fazer a regulação da mídia. Eu não vou! Ela não passa aqui!” Ele contava em prosa e verso. Eu não acho que ali a gente tivesse mais força para fazer. Talvez, no finalzinho do Lula. Talvez. Acho que o Franklin não conseguiria. Agora, não tenho dúvida de que esta é uma questão crucial no Brasil. Ou democratiza isso ou vai ser muito difícil. Porque duas forças aqui no Brasil, hoje, são contra a mudança e a favor de medidas regressivas. Duas

grandes forças. Uma são os meios de comunicação. Os meios de comunicação são antidemocráticos!(ROUSSEFF, 2017).

Esta perspectiva trazida pela presidente, equivaleria apontar para o desconhecimento de se fazer valer os artigos constitucionais e da possibilidade emancipadora da comunicação pública, ao mesmo tempo que aponta para o desconhecimento das pautas dos movimentos sociais organizados na luta pela democratização da comunicação e da informação. Movimentos estes, sólidos partícipes das campanhas eleitorais que os conduziram a vitória.

A situação trazida coaduna com Alvarez e Novion (2016, p.325) quando apontam para a indústria da comunicação na América Latina e seus equipamentos de mídia como principais artífices históricos dos golpes vividos na região, renovando-se no tempo presente e tendo importante papel nos golpes de Estado do século XXI na América Latina, a partir da crise hondurenha de 2009.

Os autores contribuem para as reflexões sobre os limites da democracia no continente e procuram mostrar que a mídia oligopolizada atua como um dos alicerces da nova metodologia de golpe, utilizando uma narrativa que busca revestir o golpe com um verniz democrático e recuperar a hegemonia neoliberal levemente abalada com a ascensão de governos progressistas na região, o enfoque do trabalho está no golpe de Estado em Honduras no ano de 2009 que atingiu ao presidente Manuel Zelaya e contou com o forte aparato midiático em sua legitimação.

Guardadas as devidas particularidades e correlação de forças internas de cada país, vimos este método se repetir no Paraguai (2013), quando um “rito sumário” no Congresso Nacional destituiu o presidente Fernando Lugo, e mais recentemente no Brasil, onde as consequências do golpe parlamentar-jurídico-midiático desdobram-se com várias similaridades ao caso hondurenho. Ao final, Manoel Zelaya, Dilma Rousseff, Fernando Lugo e os demais mandatários são as vítimas-símbolos, mas o golpe é de fato contra os aparatos estatais que deixam de operar em função do bem-estar da maioria – mesmo com as contradições amplamente conhecidas dos governos progressistas –, passando a atender as necessidades de uma minoria usurpadora, que não está disposta abrir mão dos mínimos benefícios que o modelo neoliberal típico tem a oferecer para seus negócios. (ALVAREZ e NOVION, 2016, p.325)

Desta monta, percebe-se que o complexo cenário do direito à comunicação e à informação torna-se ainda mais complexo e desafiador com o advento da internet. Ainda que o mundo digital traga em si o potencial de mais cidadania e emancipação individual, principalmente, a realidade é que sem as devidas cautelas, pode-se resultar numa sociedade mais desigual, e com o seu enorme potencial de aquisição de conhecimento concentrado nas mãos de poucos, como apontam Castro (2016) e Martel (2015). No Brasil cerca de 40% dos

lares não possuem computador ou acesso à internet, sendo excluídos ou tendo acesso restrito à rede mundial de computadores. O que isso implica para o direito humano à comunicação e à informação? Implica em novos desafios e novas bandeiras de luta. A tecnologia digital também trouxe consequências para a radiodifusão, na medida em que agravou a concentração midiática pela chamada convergência. Hoje é impossível falar de radiodifusão sem falar de telecomunicação. Existe uma grande necessidade de atualização e adequação das leis para que deem conta de regular as novas demandas e atores em disputa pelo espaço de produção de sentido na sociedade.

Existe uma luta em voga dos novos sujeitos coletivos de direito que defendem o direito humano à comunicação e à informação, geralmente encampada por membros da Maioria Minorizada, contra a indústria produtora dos discursos que tentam desqualificar o debate. A luta dos excluídos, silenciados, invisibilizados e desacreditados, que querem ter voz e exercer o direito de comunicar e produzir suas narrativas de mundo, para além do que cabe numa tabela comercial, como ilustra Sousa (2013) a partir da realidade dos nordestinos brasileiros.

Sousa (2013) propõe um estudo que analisa o processo de construção, manutenção e disseminação de dominantes culturais em sociedades nacionais heterogêneas, em perspectiva comparada, defendendo a cultura nacional, no Brasil e na Argentina, é uma simplificação feita a partir de núcleos culturais do Rio de Janeiro e Buenos Aires, transformados em dominantes culturais. Isso seria possível graças a uma série de mecanismos de reprodução da representação cultural dos dois países, mecanismos estes tão variados quanto o sistema educacional, as próprias políticas culturais dos governos e a ação dos meios de comunicação, em especial a televisão aberta.

Seu trabalho aponta que não existe cultura nacional, mas cultura nacionalizada e que o papel da televisão no processo de manutenção, disseminação e reprodução de dominantes culturais é complementar ao de outros aparatos sociais e institucionais impõe como signo hegemônico social.

Assim que, ao analisar o construto apresentado, e associar o papel do Estado ao longo do desenvolvimento das tecnologias da comunicação, observa-se que esse foi essencial para o desenvolvimento do telégrafo, do rádio, da televisão, do cinema, constituindo-se num marco moderno das políticas de comunicação e os objetivos de desenvolvimento nacionais, à medida que as indústrias da área foram se consolidando e angariando poder com suas tecnologias desenvolvidas com incentivo e financiamento estatal, tornou-se urgente a configuração de direitos, ordenamento das regulamentações e restrições. Em que pese valorizar ainda mais o

equipamento público a serviço do público, diferenciando-o da concessão a empresas privadas para o uso de grupos político-comerciais.

Não obstante, por isso mesmo, desde o que viu-se no início desse capítulo, a história da região e de seus países associada ao discurso emitido pelos interlocutores postados entre os subalternos e os hegemônicos, para que de fato a democracia possa se materializar na região, e os órgãos de mídia possam cumprir um papel minimamente público e emancipador em meio às pressões postas pela concorrência e o universo privado, são necessárias tanto ações efetivas que a responsabilizem e, sobretudo mantenham nas mãos do Estado o controle de seu poder, quanto uma reflexão mais atenta sobre o caminho político tomado no momento de avanço das sociedades midiáticas e seus representantes, interlocutora dos processos políticos-partidários, porta vozes frequentes e consagrados dos interesses hegemônicos na região.

Neste processo, não deve-se pensar a técnica e suas benesses separadas dos interesses políticos que as possibilitam, financiam, sustentam e o direito humano a comunicação, negado ou esquecido nesta luta entre consumo e cidadania. A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, impõe relações, modela o entorno, administra as relações com o entorno, como afirmou Milton Santos (1998, p. 20). Santos ainda abstrai sobre a responsabilidade da comunicação técnica em criar-nos o medo e a fantasia como fonte de controle social, e a necessidade de se controlar a emissão de informações interessadas e interesseiras para o domínio hegemônico das massas humanas.

A mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento. [...] O terrorismo da linguagem leva a contraverdades mediáticas. [...] Se antes a natureza podia criar o medo, hoje é o medo que cria uma natureza mediática e falsa. O que, em nosso tempo, seja talvez o traço mais dramático é o papel que passaram a obter, na vida quotidiana, o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida (SANTOS, 1998, p. 22).

Analisar e problematizar a região a partir da comunicação pública e da política que a invisibiliza, nos mais distintos países parece-nos fazer entrar num roteiro de filme de Spike Lee, ou seja, um esforço gigantesco para prover críticas construtivas, contrariar a indústria hegemônica, ser colocado de escanteio, ainda assim atingir a audiência interessada e ficar insatisfeito, pois a mesma audiência te assiste, problematiza a produção e não dá sequência as propostas trazidas, ou não compreendem os planos e fotografias inovadores trazidos a cada

película. Parece-nos uma análise de nossa América latina, tendo como pano de fundo Brasil e Argentina em sua história contemporânea.

Assim como a unidade problemática da região, suas divisões históricas, a realidade de extrema variedade, política e cultural das tantas Américas dentro de Argentina e Brasil, são significativos para a compreensão do papel jogado pela televisão pública desses países. Traçar brevemente a história contemporânea dessas nações, trazer alguns pontos significativos para a compreensão do processo estudado como tentado aqui é escolher o retrato a ser pintado e deixar de fora outras tantas nuances e possibilidades de abordagens do mesmo tema. É recordar que a história é ciência daquilo que muda daquilo que não está totalmente no passado, mas que possibilitou a compreensão do presente vivido. Dentro dessa perspectiva é que sistematizou-se uma realidade recente, algo como uma história do tempo presente, ainda presente imediato e com consequências cuja riqueza não pretende-se trair e nem limitar o olhar.

Pensar a televisão pública e sua possibilidade contra hegemônica e chamar criticamente os governantes progressistas e seus aliados à reflexão desse processo, é buscar incluir no imaginário social produzido principalmente pela televisão, ainda o principal veículo de comunicação de massa, milhões de cidadãos não brancos, homens, mulheres, jovens e idosos, formadores dessas nações investigadas e alijados de uma dignidade de imagem a altura de sua contribuição às formações nacionais.

CAPÍTULO 03

3.1 DIALÉTICA COMUNICACIONAL NA REGIÃO E O PODER DA TELEVISÃO

3. 1.2 Raízes do nacional na TV.

É possível perceber o poder da televisão no Brasil em vários momentos decisivos da vida política nacional. Como instrumento de produção de ficções da realidade, os canais televisivos endossam posturas políticas, chancelam ações de grupos de pressão e fazem de sua atuação um quarto poder. A ausência de uma televisão pública forte e comprometida com a emancipação cidadã coloca no colo dos empresários nacionais todo o material necessário para participar do jogo político brasileiro, influenciando decisivamente no pêndulo da balança, ilustração dessa afirmação é o recorte trazido no filme “O que é isso companheiro?” Que reproduz subjetivamente esse processo aqui tratado.

Baseado em livro homônimo de Fernando Gabeira, “O que é isso companheiro?” é um exemplo de filme brasileiro que dialoga com a formação da indústria televisiva no Brasil. Do ano de 1997 dirigido por Bruno Barreto. Passado no Rio de Janeiro, o filme é ambientado nos duros anos da ditadura civil- militar brasileira (1964-1985) e proporciona a imersão em uma ousada ação empreendida por grupos de oposição daquela época. Nele vislumbra-se o que foi o ar nefasto dos porões que fizeram desaparecer muitos opositores do regime e a violência brutal com que os torturadores do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e da Operação Bandeirantes (OBAN), obtinham suas confissões, contando com o silêncio da grande mídia brasileira, conforme relato de um executivo de televisão da época:

É uma estupidez, de qualquer forma, negar que a Globo teve a sua imagem confundida com a ditadura. Mesmo sem querer, na medida em que ela apurava o seu padrão de qualidade, em que o pior deixava de ser o melhor na programação, em que o mau gosto, o mundo cane e a apelação tornavam-se dispensáveis, tudo isso coincidia com a euforia do “milagre brasileiro”. O padrão de qualidade, o fortalecimento de uma imagem de modernidade e tecnologia, acabou cooptando, mesmo sem querer, a imagem do “Brasil Grande”, que tanto interessava aos governos da ditadura (CLARK, 1991, p. 252).

O que é isso companheiro? Interage com a realidade da televisão em sua fase inicial, mostra o processo de apoio da mídia ao regime ditatorial e o silenciamento de seus opositores, é justamente esse silenciamento que leva o grupo de companheiros a pensar uma ação que os colocasse em cartaz. Atentos ao fato de que a censura imposta ao país pelos governantes civis e militares não permite que eles estabeleçam meios de comunicação com o grande público, o qual buscam acessar para criarem comoção, novos aliados para sua causa, o apoio da opinião pública ou ainda a mobilização da massa. É assim que Marcão, interpretado pelo ator Luís Fernando Guimarães, Maria (Fernanda Torres), Fernando (Pedro Cardoso), Clara (Cláudia Abreu) e seus companheiros decidem partir para uma atitude radical, que, dando certo, proporcionaria enorme repercussão – o sequestro do embaixador dos Estados Unidos.

Subjetivamente, percebe-se no filme as relações dos grupos de mídia com a máquina ditatorial, mídia essa constituída nos anos anteriores à ditadura civil-militar caracterizada no filme e beneficiada pela proximidade com os poderosos homens no poder e a barganha feita frente a esses. No Brasil, exemplares são as histórias dos oligarcas Assis Chateaubriand e de Roberto Marinho, dois homens de comunicação, de épocas próximas, e de *modos operandi* muito semelhantes, que acumularam uma incalculável fortuna através da concentração de várias plataformas comunicacionais, verticalizando e controlando o acesso a informação. Essa perspectiva política da comunicação televisiva inicialmente e transmídia atual foi consagrada ao longo da formação da indústria na região se ancorando nos benefícios dos contatos políticos como analisa Manuel Castells:

É por isso que o poder político e a ordem social são baseados na eficiência do controle exercido por atores dominantes sobre o processo de comunicação, seja ele a pregação a partir de um púlpito, a linha editorial de um jornal ou a programação da televisão. Quanto maiores e mais verticais as organizações de comunicação forem, mais o envio de mensagem será concentrado, e mais o receptor da mensagem será individualizado e controlado. Esse era claramente, e ainda é, o mundo da comunicação de massa. Isso não significa que os receptores da mensagem eram/são uma audiência passiva. Na verdade, eles processam mensagens com suas próprias categorias e percepções, e eles não necessariamente chegam às conclusões que os emissores da mensagem pretendiam. Entretanto, o único material ideativo (sejam imagens, sons, texto) em que eles podem trabalhar numa escala societal, é o material processado pela mídia de massa sob o controle de seus proprietários e de burocratas (CASTELLS, 2015, p. 32).

É dentro desse poder naturalizado da Ditadura da Mídia (BORGES, 2009) que buscase fazer a luta pela reconfiguração midiática e por uma democratização dos meios, impedindo que a mesma continue sendo um partido do capital. “Os donos da mídia detêm hoje um poder

descomunal, sem precedentes na história. Passou-se o tempo das ilusões sobre esse setor, que no passado chegou a ser batizado de o quarto poder pelo papel desempenhado na fiscalização dos poderes executivo, legislativo e judiciário” (IDEM, 2009, p.15).

Esse processo pelo controle do capital midiático remete a Foucault (2016, p. 19) para quem as relações de poder não estão necessariamente no nível do direito quiçá da violência, muito menos tem base contratual ou repressiva. Suas análises mostram que a dominação capitalista não conseguiria ser mantida se fosse pautada apenas na repressão, é preciso ter o poder de instituir o regime da “verdade”. “O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (IDEM, 2016, p.54). No Brasil, como na Argentina esta produção de verdade está controlada historicamente por homens que barganham espaço de poder junto aos chefes do executivo nacional de sua época e que fizeram desse modo de agir uma referência para a ação política dos meios na contemporaneidade.

Nos últimos sessenta e sete anos, desde que o magnata Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello criou a primeira emissora de televisão da América Latina, a TV Tupi de São Paulo, como braço audiovisual do grupo empresarial Diários Associados, que compreendia um oligopólio comunicacional de cadeias de rádio, jornais impressos, revistas e agência de informações, algo inédito na América Latina, profundas transformações foram presenciadas na produção televisiva em nível nacional e internacional.

Se naquele momento, como narra Morais (1994), o Brasil ganhava as páginas dos principais noticiários internacionais pelo ineditismo da iniciativa na região, “pois naquele ano só três canais de televisão funcionavam no mundo: um na Inglaterra, um na França e um nos Estados Unidos” (IDEM, p. 498), pouca coisa, ou quase nada mudou na forma dos empresários lidarem com o poder da comunicação para se assenhorar do imaginário popular, construir suas representações políticas e fazê-las lideranças de massa e, ou, no dia seguinte relegá-las ao ostracismo da falta de visibilidade e credibilidade. Todos os interesses, construções e desconstruções ascensão e queda de personalidades sempre visando angariar fundos para a sustentação do empreendimento: Lúcido é o testemunho de Walter Clark:

No caso da TV Tupi, as multinacionais faziam uma política de boa vizinhança com o Chateaubriand. Em parte, porque ele era aquele sujeito difícil, que não vacilava em denunciar as falcatruas ou meter em encrencas todo mundo que atrapalhasse o seu caminho. Era famoso e temido por isso. Mas, de outro lado, ele também era visto como um homem do sistema, um empreendedor empenhado em desenvolver a televisão, o que interessava, obviamente, aos anunciantes. Era um defensor tão apaixonado do capital

estrangeiro que, ao inaugurar uma impressora Hoe de O Jornal, batizou-a de Nelson Rockefeller. Isso tudo carregava para a Tupi o grosso das verbas de televisão (CLARK, 1991, p. 64).

Com a iniciativa inaugurada em 18 de setembro de 1950, o que vimos é a sofisticação dos modos e diretrizes na relação com o poder iniciado por “Chatô”, com a eleição democrática de Getúlio Vargas a partir de grande apoio de suas empresas, visando o investimento a ser liberado para a criação da TV Tupi e, outras demandas que seriam facilitadas devido à dependência de Vargas ao instrumento que o permitia se comunicar e criar boa imagem popular. Ilustrativa é a aposta de retorno feita entre os jornalistas Samuel Wainer e Chateaubriand, àquele momento seu patrão, em relação à volta de Getúlio ao poder com o apoio do grupo comunicacional, momento que “Chatô” ainda duvidava do poder de reconfiguração de imagens dos meios midiáticos e, assim, da ascensão de um Getúlio Vargas renovado imageticamente no pós-Estado Novo. Neste sentido:

[...] as urnas provaram que a razão estava com Samuel Wainer, e não com Chateaubriand. Getúlio foi eleito presidente com larga margem de votos e retribuiu à altura o apoio que recebera do repórter dos Associados: sua primeira entrevista ao ser eleito foi dada com exclusividade a Samuel Wainer. Ele receberia o melhor tratamento que uma reportagem poderia merecer nas empresas de Chateaubriand: dias depois Getúlio seria capa, mais uma vez, capa de O cruzeiro (IDEM. 1994 p. 515).

Outras construções e relações misturando o público e o privado nasceria daí, porém, interessa, nesse momento, fazer um breve traçado da histórica relação da mídia com o poder e apontar os processos que desse ângulo de análise proporcionaram a batalha da comunicação na contemporaneidade. Para compreender e adentrar mais profundamente nesse capítulo ao objeto investigado, necessário apresentar a dimensão do problema e a relevância brasileira junto a indústria televisiva, que representa uma das únicas e, certamente, ainda a mais significativa plataforma de informação e de entretenimento da maior parte da população local.

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2015) que verificou os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira, encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a televisão segue sendo o meio predominante. Nela, 95% dos entrevistados afirmam assistir alguma programação televisiva, sendo que 73% têm por hábito assistir diariamente. Os brasileiros passam em média quatro horas e trinta e um minutos por dia expostos ao televisor, de 2ª a 6ª-feira, e quatro horas e quatorze minutos nos finais de semana. O tempo gasto assistindo à televisão sofre influência do gênero, da idade e da escolaridade. De 2ª a 6ª-feira, as mulheres (4h48) passam mais horas em frente à TV do que os homens (4h12). Neste caso, os homens brasileiros de 16 a 25 anos (4h19) assistem cerca de

uma hora a menos de televisão por dia da semana do que os mais velhos, acima dos 65 anos (5h16). O televisor fica mais tempo ligado na casa das pessoas com até a 4ª série (4h47) do que no lar das pessoas com ensino superior (3h59).

O poder da plataforma televisiva e sua programação estão explícitos na pesquisa quando se identifica a relação do telespectador com o meio. As pessoas assistem à televisão, principalmente, para se informar (79%), como diversão e entretenimento (67%), para passar o tempo livre (32%) e por causa de um programa específico (19%). Não obstante, não é baixo o percentual de entrevistados que declaram ter esse meio de comunicação como uma companhia (11%) (BRASIL, 2015, p.15).

É nesse sentido que se sobressai, como aponta Moraes (2013, p. 20), as principais características do sistema midiático. Esse abusa da sua capacidade de explorar, fixar sentidos e ideologias e, interfere na formação da opinião pública e em linha predominantes do imaginário social e, *“demonstra desembaraço na apropriação de diferentes léxicos para tentar colocar dentro de si todos os léxicos, a serviço das conveniências particulares”*.

Desse modo que trazer relatos, cotejar bibliografia especializada e, não obstante fazer aqui um espaço de reflexão sobre o desenvolvimento e ostracismo da TV pública nesse período é importante para adentrar as causas e efeitos das ações e conflitos no campo televisivo. Ainda que o consumo da produção televisiva seja hegemônico em relação ao consumo de outras mídias, ainda tem-se um preconceito grande sobre os seus produtos, sempre sobre grande suspeição do telespectador mais crítico. Neste sentido, ainda que seja grande o relacionamento com essa mídia, academicamente, muito pouco se escreve e pesquisa sobre televisão no Brasil. Ramonet (2013) aponta:

Outra dificuldade enfrentada pelos cidadãos com respeito à credibilidade dos meios de comunicação é que eles são cada vez menos independentes. Independentemente de quê? Por definição, independentes do poder político, mas, sobretudo, do poder econômico. Nestes últimos anos, os meios de comunicação entraram em crise e tiveram problemas em termos de benefícios e rentabilidade. Então, foram se vendendo, foram se integrando a grupos maiores e, por meio de fusões, adquiriram a configuração atual. Apareceram grupos midiáticos gigantes, como a News Corporation, o maior conglomerado midiático do mundo, pertencente a Rupert Murdoch (RAMONET, 2013, p. 61).

Essa suspeição gera indisposição para compreender o fenômeno, seja fruto da forma de condução e manipulação a ela associada, escândalos, corrupções e golpes consagrados desde a televisão comercial, ao mesmo tempo em que o providencial silenciamento e inviabilização financeira da TV pública impedem sua ascensão e maior circulação entre o público consumidor. Retornando a Moraes (1994), esclarecedora é a passagem sobre a compra

da TV Cultura de São Paulo, fundada pelo industrial Cândido Fontoura e aquela época parte do Grupo Diários Associados que buscavam liquidez financeira. Sobre a venda desse canal que estava no pacote de outras emissoras e jornais a serem vendidos ele diz que:

Neste caso houve uma particularidade. O comprador era o governo estadual (que a transformou em estação cultural e educativa), e os diretores dos Associados conseguiram enfiar no contrato de venda uma cláusula marota: para evitar que um novo concorrente viesse a disputar o minguado mercado publicitário, exigiram que, nas mãos do estado, o canal 2 jamais exibisse anúncios (IDEM, IBIDEM, p. 677).

Essa “particularidade”, como chama Morais sobre cláusula imposta ao Estado paulista para adquirir a TV Cultura, foi incorporada a regulação do que chama-se hoje de TV pública, educativa, universitária ou comunitária. Incorporou-se a lei de rádio difusão pública a regulação onde o estado não pode afetar o mercado.

A cláusula impetrada pelo magnata Chatô, como era chamado, o proprietário do oligopólio midiático que com seu capital se expandia e concentrava nas mesmas mãos todas as etapas e consequências rentáveis dos processos tecnoprodutivos que ajudava a fomentar, tinha vistas a garantir o maior domínio possível sobre a cadeia de fabricação, processamento, comercialização e distribuição dos produtos e serviços.

Entra-se assim na era da moderna comunicação concentrada e mercantilizada, com as empresas objetivando a sedução de um número cada vez maior de pessoas, “os meios de comunicação dispersaram sua identidade política, pois seu objetivo não é mais um grupo definido política ou ideologicamente. Eles pretendem seduzir o conjunto dos cidadãos, desvirtuando ou ampliando sua linha editorial” (RAMONET, 2013, p. 54). Porém, foi com a ascensão de Roberto Marinho, com suporte do escandaloso acordo com o grupo estadunidense *Time-Life* que esse modelo de concentração se profissionalizou e expandiu no Brasil.

Nascida a partir do controle inicial do grupo estadunidense, como atesta o relato de seu principal executivo dos anos iniciais, Walter Clark, a Globo viria, anos depois ser o referencial do considerado padrão de qualidade da TV brasileira, inclusive sendo referência na TV Brasil, a quem deveria ser seu ponto contrário e fora da curva dos padrões comerciais hegemônicos⁵¹.

A TV Globo estava no ar desde 26 de abril de 1965. Era a emissora mais moderna e bem equipada do Rio, embora pequena em comparação com as

⁵¹ Exemplo dessa afirmação é que o principal jornal da emissora pública, nos anos iniciais da TV Brasil, O Repórter Brasil, só era fechado quando os editores imediatos e sua chefia assistiam a cabeça (chamadas) do Jornal Nacional e se certificavam que o jornal público estava próximo ao oferecido pela TV Globo. Outro ponto importante, é que na redação da TV pública as televisões espalhadas pelo espaço ficavam 24 horas sintonizadas na TV Globo ou na Globo News.

concorrentes. Tinha um prédio especialmente construído para abrigá-la e um conjunto de câmeras e aparelhos de videoteipe que tinham de novos. Mas os seus primeiros meses de operação não foram felizes. Ela gastou muito dinheiro e não faturou nada. Mudou várias vezes a direção comercial [...] A Globo não tinha um grande problema de programação, a minha especialidade, embora também não pudesse alardear aos quatro ventos que possuía as melhores atrações da TV brasileira nem que elas estavam arranjadas da melhor forma possível, nos horários adequados. O Montoro, entretanto, insistiu com a Globo que só aceitaria o convite se eu fosse junto. Assim, eles acabaram atirando no que viram para acertar no que não viram, porque eu me dispus a conversar. Tivemos o primeiro contato com a Globo através do Joe Wallach, assessor do Roberto Marinho. O Joe era um americano de origem judia, baixinho, simpático e bem humorado, que tinha chegado ao Brasil como parte do acordo da Globo com o grupo Time-Life. Era o representante do Time-Life no negócio, o elo de ligação com Marinho. (CLARK, 1991, p. 158-159).

Dessa relação de sociedade com empresários estrangeiros, denunciada por seu principal concorrente, Assis Chateaubriand (MORAIS, 1994, p. 667), tempos depois, seria aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as verdadeiras relações de Roberto Marinho e os interesses do capital internacional no Brasil, porém, essa já no governo civil-militar apoiado pela empresa carioca, pouco de sólido pôde ser apurado sobre o caso. Fica o registro de seu ex-diretor executivo:

A participação do Time-Life no desenvolvimento da TV Globo é um desses mitos persistentes que contribuem talvez para o brilharco de algumas carreiras políticas, mas que seguramente não explicam como e por que a Globo chegou aonde chegou. O testemunho que posso dar sobre isso hoje, tantos anos depois de afastado de lá e já sem nenhum compromisso com as pessoas que ficaram, é de que o Time-Life ajudou, mas não teve a mais remota responsabilidade, direta ou indireta, no que foi construído ali. A TV Globo, gostem ou não seus inimigos, é resultado do talento e do esforço de seus profissionais. Venceu a custo de muito trabalho, muita reflexão, muita vontade de fazer televisão de melhor qualidade, competente, moderna. [...] A associação com a Globo só foi formalmente desfeita em 1969. Foi o fim de uma série de equívocos, que começou junto com o próprio negócio. Roberto Marinho só se tornou sócio do Time-Life por indicação de Carlos Lacerda, que era amigo de Andrew Hiskell, chairman do grupo Time, desde que, durante uma crise política, ele se refugiou em sua casa, nos Estados Unidos. Foi Lacerda, então, que chamou a atenção dos americanos para aquele jornalista, amigo do capital estrangeiro, e que o avalizou como um bom sócio no Brasil. Depois desse gesto gentil, entretanto, os dois brigaram irreversivelmente. Roberto faltou a Lacerda no apoio que ele esperava para as eleições de 1965 e a amizade dos dois acabou (CLARK, 1991, p.167-168).

Fato é que os meios de informação e comunicação apresentam-se na contemporaneidade cada vez mais sofisticados. O acesso ao conhecimento foi ampliado com o surgimento da internet e de todo o impacto promovido pela revolução tecno-científica

informacional do final do século XX, e a possibilidade ainda mínima para a maioria da população global de navegar mundo afora, ou mesmo, trazê-lo, virtualmente, para o lar. A alteração do processo da chamada comunicação de massa é fruto dessas mudanças que proporcionaram o avanço da técnica. No Brasil é crescente o número de usuários que se utilizam de outras plataformas digitais para assistir a conteúdos anteriormente privilegiados pela exclusiva emissão televisiva, e, também, cresce o número de usuários de outras plataformas como o celular que conectado a internet utilizam-nas para assistir de novo modo a velha televisão. Conforme atesta a pesquisa da SECOM (2015):

Praticamente a metade dos brasileiros, 48%, usa internet. O percentual de pessoas que a utilizam todos os dias cresceu de 26% na PBM 2014 para 37% na PBM 2015. O hábito de uso da internet também é mais intenso do que o obtido anteriormente. Os usuários das novas mídias ficam conectados, em média, 4h59 por dia durante a semana e 4h24 nos finais de semana – na PBM 2014, os números eram 3h39 e 3h43 –, valores superiores aos obtidos pela televisão. O uso de aparelhos celulares como forma de acesso à internet já compete com o uso por meio de computadores ou notebooks, 66% e 71%, respectivamente. O uso de redes sociais influencia esse resultado. Entre os internautas, 92% estão conectados por meio de redes sociais, sendo as mais utilizadas o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o Youtube (17%) (BRASIL, 2015, p. 7).

Dentro do jogo do capital, na busca por formação de consumidores, objetivo da televisão comercial e, emancipação cidadã, a princípio, proposta associada a televisão pública, a televisão que acessamos majoritariamente, o modelo comercial predominante no Brasil e Argentina, utiliza essas novas tecnologias de mídias convergentes para viabilizar o aproveitamento de um mesmo produto em diferentes plataformas com distintos meios de transmissão, circulação, distribuição e consumo, fazendo sobressair a mais-valia na economia digital. Conforme elucidativa contribuição de Moraes para o tema:

Agrupam-se os mais diversos atores econômicos, atraídos pela oportunidade de alavancar seus negócios, aí incluídos fabricantes, anunciantes, patrocinadores, fornecedores, administradores de marcas, gestores corporativos, criadores de campanhas publicitárias, operadores financeiros, etc (MORAES, 2013, p. 22).

Esses, com o avanço da técnica e o maçante estímulo ao consumo imediatista e não refletido de suas mercadorias, e aqui informação também é mercadoria, fazem com que nessa nova era as informações se sobreponham de tal forma que o público não consiga acompanhar sequencialmente e refletir sobre o que de novo foi apresentado e, quando uma informação, tragédia ou novidade se apresenta e desperta o estímulo à reflexão, outra informação é sobreposta e provoca o desvio de atenção da anterior. Nas palavras de Ramonet (2013, p. 57)

diante da mercantilização da informação e do imediatismo da comunicação, o que fazemos hoje é “cavalgar sobre a atualidade sem a possibilidade de domesticá-la, de ter maestria nessa realidade”. Assim se apresenta a nova televisão para o público consumidor e não cidadão, empastelada de possibilidades e oportunidades direcionadas mercantilmente para que possibilite pouca margem de manobra e subversão. Ainda assim aberta para a desconstrução de grupos contra hegemônicos e que utilizem suas ferramentas para a defloração da emancipação cidadã. Como já concebia Clarck em sua época:

A nova televisão é uma donzela se oferecendo aos mancebos que tenham a ousadia de seduzi-la. Eles terão que conquistar mais informação, mais notícia. Terão que estreitar cada vez mais os vínculos com os telespectadores, atendendo a seus mínimos desejos. Terão que olhar perto e olhar longe, para o quintal e para o horizonte. Terão que romper com a rotina e os vícios de programação que entendiam a televisão hoje (CLARK, 1991, p. 417).

Sobre essa nova televisão de que falou Walter Clark saudosamente em 1991, é a de que se trata aqui nesse construto crítico. Tem-se a impressão que existe uma grande distância da prática para a teoria, é demasiado grande a distância quando se trata de profissionais e comandantes da TV pública, não somente seus diretores, mas os políticos que no governo assinam a autorização para gastos, contratação e inovação. Desconhecem o poder da comunicação? Ou por conhecê-lo preferem conciliar a sublevar contra a hegemonia estabelecida?

De toda forma, compreende-se que a luz do olhar do tempo presente o que Clark apontava como uma televisão que olhasse para perto e longe, para o quintal e para o horizonte, rompendo com a rotina dos vícios de programação, é o que pode ser enquadrada no perfil da TV Digital Interativa, TVDi (CASTRO, 2013), cujo processo no Brasil foi financiado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, gestado dentro da Empresa Brasil de Comunicação, EBC, e, sua implementação ampla e possivelmente reconfiguradora do padrão televisivo brasileiro e empoderador da nascente TV pública brasileira, caracterizada pela TV Brasil, seria o golpe final no arcaico processo patrimonialista, semelhante a uma política de castas, alijante identitário e social que ainda formam o perfil da televisão brasileira, e que permitem aos concessionários não cumprirem leis e determinações em seus canais emissores, conforme os três momentos da construção hegemônica dessa mídia aqui apresentados. Borges é direto:

A constituição de 1988, por exemplo, proíbe a formação dos monopólios, exige a produção de conteúdos regionais, obriga que as emissoras tenham finalidades educativas, culturais e artísticas e determina que elas expressem a diversidade de pensamento na sociedade. Como nunca foram

regulamentados, estes princípios progressistas viraram letra morta. O atual processo de outorga e de renovação das concessões, com prazo de 15 anos para as TVs e de dez anos para as rádios, é uma verdadeira caixa-preta. A sociedade não exerce qualquer controle sobre este público. O Congresso Nacional, que a partir da Constituição de 1988 virou co-responsável pelas concessões e renovações, não cumpre seu papel, submentendo-se à pressão e chantagem dos barões da mídia (BORGES, 2009, p. 97)

O que está em disputa neste processo interstício entre organizações da sociedade civil, Estado e oligarcas da comunicação é o poder. O domínio por aquele processo que define valores e institucionalizações sociais que formam a sociedade. Esta, definida pelas relações de poder que a compõe.

3.1.3 Crônica de uma fuga

Traçar a trajetória de lutas e desconstruções políticas contra o poder dos oligarcas da televisão parece como uma crônica de fuga de um Norte político global aprisionador para um Sul representado, idealizado certamente, como a um escape das ditaduras civis-militares que tanto aterrorizaram nossas populações e foram fortes contribuintes para o enfraquecimento da TV pública e fortalecimento dos conglomerados empresariais midiáticos que aqui se apresentam.

Assim que, televisão comercial e seus objetivos políticos é bem representada como a um signo da colonialidade do poder, o histórico modo de fazer e regular a televisão, no Brasil e na Argentina, parece uma extensão dessa relação de verdade, poder e opressão eurocêntrica a serviço de uma classe e raça. Lembra-nos Foucault (2016) quando explicita as estruturas de poder e como elas são exercidas abaixo, ao lado e fora do aparelho de Estado. E discorre imputando efeito causal às relações de poder e saber na sociedade moderna com o objetivo de construir verdades onde o interesse essencial é a subjugação do homem através das práticas políticas e econômicas da sociedade capitalista.

O cenário para os que estão do lado da trincheira popular democratizante é como o do thriller político que narra a história real do único caso de fuga de presos do regime repressor na Argentina. Dirigido por Israel Adrian Caetano, com uma linguagem de ação universal, tratando com seriedade os fatos narrados, *Crônica de uma fuga*, filme de 2005, reflete bem a relação de poder e estratégias em busca de liberdade e da luta contra a opressão.

A televisão comercial, nessa relação é vista como aquela partícipe do poder, na concepção foucaultiana e de Manuel Castells, onde ao exercê-lo em nome de grupos políticos disputando o imaginário social, desenvolve habilmente o processo de negação da realidade,

incomoda e direciona a massa para um espectro distante de sua história imediata. Assim, entende-se o processo experienciado no Brasil e na Argentina durante os governos progressistas e com os atos posteriores de negação das conquistas, como uma medição de forças entre os grupos empresariais monopolísticos e os representantes dos interesses emancipatórios da Maioria Minorizada, desde a concepção de que:

O poder é a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator (es) social(is) de formas que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder. O poder é exercido por meio de coerção (ou a possibilidade de coerção) e/ou pela construção de significado com base em discursos por meio dos quais os atores sociais orientam suas ações. As relações de poder são marcadas pela dominação, que é o poder entranhado nas instituições da sociedade. A capacidade relacional do poder está condicionada, mas não determinada, pela capacidade estrutural de dominação. Instituições podem se envolver em relações de poder que dependem da dominação exercida sobre seus sujeitos (CASTELLS, 2015, p. 57).

Compreende-se o histórico conflito de interesses políticos que levou ao avanço da comunicação pública na Argentina e a criação da *Televisión Digital Abierta*, TDA, uma plataforma pública de TV que usa tecnologia digital para transmitir em alta qualidade de imagem e som. Os sinais da TDA chegam a todo o país através de dois diferentes sistemas de transmissão. Via satélite cobre todo o território nacional, incluindo a Península Antártica, e de modo terrestre, por meio das Estações Digitais de Transmissão (EDT) situadas nas principais áreas urbanas do país, mais de 80% da população. Uma boa visão sobre esta nova tecnologia e suas possibilidades, nos foi apresentada pelo jornalista argentino Luiz Lazzaro, ativista pela democratização da comunicação e autor de livros e artigos sobre o tema. Numa tarde de inverno em Buenos Aires, no ano de 2015, ele concedeu entrevista para a tese e traçou o seguinte panorama daquele momento, fim do governo Cristina Kirchner e de duras investidas dos grupos midiáticos comerciais em favor do então candidato, hoje presidente, Mauricio Macri:

LuisLazzaro: Me parece que es un recurso tecnológico sumamente positivo, con una gran potencialidad. En el caso de la Argentina es un instrumento valioso para transformar el modelo hegemónico de acceso a la televisión que es el modelo de televisión por cable y por satélite. La televisión por cable y por satélite, es decir la televisión de pago domina hoy el 80% de los accesos a la televisión en la Argentina, y por lo tanto no es un elemento democratizador necesariamente porque requiere un recurso económico. En ese sentido, la Televisión Digital puede ser una herramienta para hacer accesible contenidos televisivos, hoy solamente con una penetración de uso creo que está en el orden del 10 o 15% de la población. Y no ha logrado todavía el despegue, a pesar de que ha tenido un fuerte impulso del Estado su despliegue, no ha tenido todavía condiciones de competencia real con los sistemas de televisión por cable o por satélite en cuanto a contenidos, en

cuanto a diversidad de contenidos, etcétera. Sí tiene un sistema de cobertura poblacional muy fuerte, casi del 90% de la población, o sea que no hay una relación entre su cobertura poblacional y su uso como recurso de comunicación. No tiene desarrollado, a mi juicio por falta de políticas públicas más activas, un esquema de difusión de su capacidad, y mucho menos de sus posibilidades en términos de la actividad. Puede ser un elemento democratizador de la comunicación, puede ser un recurso tecnológico de acceso a la cultura, pero requiere todavía de un conjunto de políticas; primero, que difundan sus posibilidades; luego, que capaciten en cómo utilizar (hoy es común que el mercado de electrodomésticos ofrezca y venda muchos productos que tienen sintonizador de Televisión Digital incorporado, pero la gente no lo sabe, es decir, sigue buscando la conexión de cable, o la conexión de internet, o la bajada satelital, es decir, no sabe que tiene esa posibilidad en su aparato, que con una antena podría recibir señal). Entonces, si uno piensa en posibilidades de combinación tecnológica, por ejemplo, de televisión abierta e internet, porque el principio de interactividad en Televisión Digital por lo menos requiere de una conexión a internet todavía. Así que digo, para contestar a tu pregunta, me parece que es una herramienta muy valiosa, con un gran potencial que todavía no ha sido desarrollada en un 100%, que tiene una tensión fuerte con el mercado (el mercado no tiene interés en que se desarrolle esta tecnología), y que en el caso de la Argentina tiene recursos muy valiosos de contenidos (que también tiene que ver son el marco jurídico de la comunicación en el país), por ejemplo contenidos deportivos de alta calidad, los principales eventos deportivos están disponibles hoy por Televisión Digital Abierta en HD, con buena definición. Eso tampoco tiene todavía una adecuada difusión, no está promocionado. (2015. Entrevista para o autor).

A mudança de papel do Estado frente ao sistema de mídias, principalmente em relação às mídias gerenciadas pelo próprio governo, provocou significativas mudanças na Argentina que em 2009 durante gestão de Cristina Kirchner promulgou a Lei 26.522, *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*, conhecida como *Ley de Medios*, e a partir desta lei com o impulso popular oferecido a estas transformações, adotou o modelo Nipo-brasileiro de TV Digital, o Ginga, que possibilitou a criação da TDA. Assim que vê-se o aparecimento de canais, gerenciados pelo Estado, como *Encuentro*, *Paka Paka* e outros canais universitários e comunitários. Conforme a figura abaixo, que reflete a linha de propaganda governamental na divulgação didática da instalação, uso e vantagens da TVDi, o governo investiu fortemente em comunicação na divulgação das benesses do novo sistema e de como sintonizá-lo.



Figura 2. Governo ensina a sintonizar a TDA.

A televisão argentina está intimamente relacionada com a história do veículo no Brasil, também privada, nascida um ano depois do lançamento da novidade por aqui, os argentinos teriam a oportunidade de começar a assistir a caixa de som e imagens em 17 de outubro de 1951 (BULLA, 2009, p. 117), como aqui, foi apenas em fins dos anos 1960 que adquiriu sua estética e característica atual, deixa de ser uma tecnologia experimental, ganha as características e a base conceitual de hoje. Nos anos sessenta, com a ampliação da oferta de canais televisivos e o incentivo mercadológico para o aumento das vendas de aparelhos que a indústria se desenvolveu.

Ainda que nesse período o Canal 07, estatal, já estivesse há muito sendo transmitido, mas sem uma programação atraente e de conteúdo uniformizado, somente com a criação dos canais privados pode-se dizer que teve início uma programação e desenvolvimento contínuo da indústria televisiva que conhecemos hoje.

Como um processo que perpassou toda a América Latina, desde que o investidor e homem do petróleo Nelson Rockefeller fez seu giro colonial pela região nos anos 1950, com amplo apoio governamental, utilizando a rádio difusão como principal atrativo para a cooperação tecnológica na região entre investidores estadunidenses e receptores locais, também na Argentina o dólar estadunidense seria o principal motor da modernidade e motivador das pressões externas junto aos nacionalistas, moderados ou não, no poder.

Assim que, o avanço dos canais privados locais, dando início ao processo de monopolização dos meios, foi dificultado pela dúvida sobre as concessões, indecisões sobre o caráter flutuante e colonizador do capital aportado e, na responsabilidade associada ao Estado na permissão daquele processo de mundialização cultural que representou a imposição da

cultura jovem associada ao avanço da indústria cultural nos conturbados anos 1960 que, na América Latina, pode-se afirmar começa em 01 de janeiro de 1959 com a revolução cubana e tudo que ela significou para a emergência de uma contra cultura crítica e contestadora. Tudo isso foi dificultador da entrada no ar dos novos canais estadunidenses, cujas testas de ferro eram empresários e supostos investidores locais. Como atesta Bulla:

La salida al aire de los nuevos canales privados no resultó nada fácil. Si bien el gobierno de Aramburu había outorgado las licencias en 1958, hasta 1960 el tiempo transcurrió entre los tíbios intentos de revisión del gobierno de Arturo Frondizi (1958-1962) y la búsqueda de capitales por parte de quienes habían ganado la licitación. Este último resultó clave, dado que no se encontraron inversores argentinos dispuestos a completar la suma necesaria para poner los canales en funcionamiento. Por otra parte, la ley de radiodifusión prohibía la participación del capital extranjero en televisión y radio. Para subsanar este inconveniente se crearon productoras de contenidos para los canales de televisión, que quedaron en manos de inversores extranjeros. Estos inversores no fueron otros que las três grandes cadenas de televisión norte-americanas, la NBC, la CBS y la ABC. En los papeles, las productoras se limitaban a proveer programas a los canales, pero en realidad eran las verdaderas dueñas de todos los activos de los canales (BULLA, 2009, p. 122).

Deste domínio indireto do espectro argentino pelo capital e interesses estadunidenses, com o domínio direto das produtoras e indireto dos canais, as cadeias estadunidenses lograram êxito na integração vertical de produção de conteúdos e distribuição, o que era proibido nos Estados Unidos da América, mas ludibriado em Argentina. Ainda que, com receio de após o lançamento local da televisão Juan Domingos Perón se apoderasse do novo veículo politicamente, sua oposição, a chamada Revolução Libertadora, emitiu o Decreto lei nº 15.460/57 com intento de evitar a criação de algum monopólio dos meios.

Morone e Charras (2009, p.145), destacam, neste sentido, que leis nacionalistas do controle do sistema televisivo eram comuns por toda a América Latina da época, e ainda hoje, porém, também eram comuns estes acordos entre produtoras estadunidenses, representantes dos grandes canais estadunidenses, empresas locais em busca de transferência de renda, técnicas e tecnologia, o que os governos locais costumavam fechar os olhos para a artimanha, veja o caso Globo *Time-Life*, citado acima, empresa estadunidense que também atuava na Argentina nos mesmos moldes que no Brasil.

Dichas empresas, a los efectos legales, eran compañías independientes no afectadas por la legislación existente en materia de radiodifusión. Sin embargo, en los hechos, licencitara y productora conformaban una sola estructura empresarial y su importancia era inmensa, en la medida que las productoras capitalinas concentraban la mitad de la facturación publicitaria del país y la casi totalidad de la producción de contenidos (IDEM, IBIDEM, 2009, p. 145).

Gustavo Bulla aponta que a alta concentração populacional nas áreas urbanas do país e a intenção do governo de Arturo Frondisi em articular a comunicação nacional, fez com que os anos 1960 tivessem inaugurações frenéticas de novos canais televisivos. Porém, com o golpe militar, outros horizontes se mostraram para o mercado televisivo local.

A partir del golpe de Estado de la también autodenominada “Revolución Argentina”, el ritmo de lanzamiento de nuevos canales de gestión privada se frenó. En los siete años sucesivos se inauguraron nueve canales de televisión, de los cuales tan sólo uno fue concesionado al sector privado y los otros ocho quedaron em manos del Estado. En 1966 existían 26 canales de TV en el país, de los cuales 22 eran de gestión privada y 4 de gestión estatal. Al final de aquella ditadura militar, en 1973, el mapa televisivo del país estaba compuesto por un total de 35 canales de aire, 38 estaciones repetidoras y 35 canales de circuito cerrado. De los 35 canales de aire, 23 estaban gestionados por el sector privado y 12 por distintas instancias estatales (2 nacionales, 7 de gobiernos provinciales, 2 universitarios y 1 municipal) (BULLA, 2009, p. 126).

Depois de buscar exercer um ferrenho controle político dos canais nesse período, o país que vivia uma forte crise social e política, onde a proscricção do peronismo e a tentativa de ganhar o apoio da classe trabalhadora à ditadura vigente, não vergou realidade, o único modo de exercício de controle social encontrado pelos militares da vez foi através da censura e da manipulação da comunicação audiovisual.

3.2.3 O Czar argentino. Homens e nomes da televisão local

De tempos em tempos aparecem nomes argentinos representativos. Não seria diferente na história de consolidação, poder e transformações sociais proporcionadas pela incipiente indústria da televisão. Mais do que o grande número de turistas que invadem os dois países em tempos de bonança cá ou lá, ou para além da sedução do africano *Bombo leguero*⁵² que une os Pampas brasileiros ao argentino, e vice versa, com seu som ritmado inconfundível e de origem afro-pampeira. Argentinos e brasileiros se completam, para além de suas histórias. Personagens, políticos, empresários e artistas contribuem para essa identificação frente aos olhos do contrário.

Ainda que de grande relação com a indústria da comunicação brasileira, Moraes (1994) discorre sobre a relação da imprensa escrita e seus serviços comerciais trocados, o Grupo

52

Disponível

em:

<http://www.balletindance.com.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=730&Itemid=796> Acesso em 06 de Abril de 2017.

Disponível

em:

<https://www.youtube.com/watch?v=B5a8MHMyR3E&index=3&list=PL4VD3YKS1acC8Gy8Eggr1rvW42iZV9tcl> Acesso em 06 de Abril de 2017.

diários Associados, de Chatô rodava sua revista O cruzeiro nas oficinas do jornal *La Nación*, em Buenos Aires, e a revista era distribuída em português no país vizinho, assim como a distribuição do *La Nación* avançava pela região sul brasileira. Tal era a relação de proximidade que foi a revista que deu o furo jornalístico mais importante da história local, a revelação que a mãe dos pobres, como era conhecida Evita Perón, primeira dama do país estava com câncer, escândalo nacional à época e promotora, a notícia, desentendimento de cunho diplomático entre os dois países. *La madre*, viria a falecer dois meses após a descoberta (MORAIS, 1994, p. 532).

Ainda que o regime argentino não tivesse possibilitado a ascensão de um oligarca da comunicação com o poder de Assis Chateaubriand, possibilitou o surgimento de homens que com oportunismo e articulação política emergiram e criaram fortunas no período de abertura nacional para a novidade da televisão.

Alejandro Romay foi o primeiro empresário argentino a ter em mãos uma concessão e direitos integrais sobre um canal de televisão local. Ex-radialista da província de Tucumán e depois em rádios da capital Buenos Aires, Alejandro foi denominado por amigos ou inimigos, conforme Bulla (2009) com o pseudônimo *El Zar*, O Czar da televisão argentina. Em 1965 comprou ações da *Compañía Argentina de Televisión* (CADETE), licenciaria do canal 09. (BULLA, 2009, p. 129). Depois desse primeiro investimento, ainda adquiriu teatros e criou revistas de expressão. Com a transferência de concessões de empresários locais e a saída da estadunidense NBC do negócio com o antigo concessionário, Romay deu sequência ao seu negócio televisivo retransmitindo enlatados comprados da antiga parceira NBC.

Outros empresários foram beneficiados com as transferências do direito de concessão de canais televisivos e, com o fim da participação direta das empresas estadunidenses no processo de engodo governamental, assim ficando esses primeiros parceiros sem condições de dar sequência ao negócio da comunicação televisiva, abrindo espaço para outros que aportassem:

En 1970, el grupo liderado por Héctor Ricardo García y propietario de Editorial Sarmiento, Radio Colonia y Discos Microphon adquirió la mayoría de las acciones de Difusora Contemporánea AS (DICON), asumiendo el control de la adjudicatária de la licencia de Canal 11 y su productora subsidiaria Telerama. Así el canal capitalino se desvinculaba de la cadena norteamericana ABC, con la que había estado asociado desde sus Orígenes. De la misma forma, en 1971, Goar Mestre, asociado con el grupo Vigil, propietarios de Editorial Atlántida, le compraria a la cadena norteamericana CBS y a Time-Life su parte de las acciones de Proartel, la productora del Canal 13 de Buenos Aires. Tras estas últimas compras, el capital extranjero representado por las grandes cadenas norte-americanas

se retiraba de la industria televisiva argentina (MORONE y CHARRAS, 2009, p. 140).

Porém, olhando com os dados atuais, pode-se dizer que foi Perón ao retornar do exílio o grande transformador do negócio de televisão local e, que foi retomado pelos peronistas dos governos Kirchner a responsabilidade de continuar o projeto traçado com sindicatos de trabalhadores, debates populares e empresariado que o apoiava. Absorto no desenho televisivo conhecido em seu exílio europeu, cujas televisões hegemônicas eram controladas pelo Estado, Perón volta decidido a aplicar o modelo, porém, como apontam seus historiadores, de forma incerta sobre o desenho político e gestor a ser utilizado.

Mesclaría argumentos estatistas y privatistas generando cierta confusión entre sus interlocutores. Por momentos, alababa el servicio europeo y resaltaba que la televisión debía servir a los intereses de la comunidad, pero a los pocos minutos destacaba la importancia de los programas de entretenimientos y relativizaba la importancia de que el Estado posea los medios masivos de comunicación (IDEM, IBIDEM, 2009, p. 144).

Das idas e vindas do direito argentino em regular num momento e liberalizar em outro o acesso às concessões de canais televisivos, Perón pode ter iniciado o desenho de que este deveria atender aos mais diferentes núcleos da população nacional. Do comercial ao público a televisão deveria também ser educativa e cultural, não monopolizada e com capital predominantemente nacional, diversificada em sua essência, como suas referências trazidas da Europa, um meio complementar a educação popular.

Das empresas estadunidenses que iniciaram o processo local, com os câmbios acontecidos, nenhuma ficou com direito a concessão, porém capitalizaram-se de dólares ao venderem seus equipamentos profissionais ao incipiente mercado, seus programas enlatados que ainda hoje fazem a cabeça de milhares de latino americanos e o sucesso de um imaginário construído onde impera o mito do bem estar da sociedade de consumo vendido pela publicidade instalada. Desde este momento seminal, assim como o Brasil, Argentina tem uma sociedade do espetáculo à Debord ([1967] 2003).

Entrevistados para esta pesquisa, e demais estudiosos do tema concordam que neste século XXI um dos passos mais importantes para a desconstrução da hegemonia midiática na região, seja da televisão ou das agências de notícias, a mais ousada teria sido a criação da TeleSur e a reação de Hugo Chavez ao golpe sofrido em 2002, que gerou o documentário⁵³ do cineasta Oliver Stone, A revolução não será televisionada, desta iniciativa e suas irradiações

⁵³ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=MTui69j4XvQ>> Acesso em: 29/Agosto/2017.

pelo continente é que será verificado no próximo item, e se busca entender suas influências nos empreendimentos de Brasil e Argentina.

3.2 - A VENEZUELA DE HUGO CHAVEZ E O PONTAPÉ INICIAL

A partir dos fundamentos iniciais dos meios televisivos trazidos acima, com a compreensão da formação estrutural da indústria na região, suas associações externas e conflitos internos representados na constituição conflituosa entre Estado e iniciativa privada pelo controle do meio e acesso ao poder gerado, acredita-se que as reconfigurações vistas em Brasil e Argentina estão umbilicalmente ligadas a iniciativa bolivarianista na Venezuela. Desta forma, pretende-se, brevemente a partir do Brasil, compreender as transformações, inovações e alternativas políticas para os países do Caribe e da América Latina levados a cabo, neste recorte temporal, desde a criação da Televisão do Sul, *TeleSur*, no ano de 2005, pioneiro empreendimento público com iniciativa de matriz venezuelana que o jornalista Carlos Arcila Calderón, define bem sua missão: “*El objetivo ya fue puesto en escena, un canal de televisión que nos remite constantemente a nuestras raíces latinoamericanas y que tiene como su fin último comunicar para integrar*” (2005, p. 44).

E o então ministro venezuelano das comunicações Andrés Izarra⁵⁴, na inauguração da Televisão do Sul, assim definiu sua missão estratégica:

Telesur se trata de que nos acerquemos, comprendiéndonos que somos pueblos con múltiples identidades, pero con un solo destino, con un solo camino para ser libres que es la unión, a pesar de la larga historia de la televisión mundial, han pasado casi 80 años desde la primera transmisión a nivel mundial de televisión y 53 años de la primera transmisión en Venezuela, hoy por primera vez, 222 años desde el nacimiento del mayor impulsor de la unidad latinoamericana, el gran Bolívar, podemos decir que nuestra América dispone de un gran instrumento comunicacional y cultural de largo alcance, para lograr aquello que Bolívar decía en su Carta de Jamaica el 6 de septiembre de 1815: “Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo, una sola nación, con un sólo vínculo que ligue sus partes entre sí y con todo, ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión debería por consiguiente tener un solo gobierno que considerase los diferentes estados que hayan de formarse” por eso Telesur como una herramienta para unir los estados que conformamos esta región (IZARRA, 2017).

Destas construções multiestatais, da proposta chavista de uma televisão do Sul, que é possível identificar influências desde a iniciativa informacional bolivariana na criação e/ou reconfiguração de televisões públicas da Argentina e do Brasil. Para analisar os dois países,

⁵⁴ Disponível em: Trecho do discurso do ministro Andrés Izarra, disponível em <http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/3272-lanzamiento-de-telesur> Acesso em 28 de Abril de 2017.

julga-se necessário explorar, ainda que com brevidade, a influência da iniciativa chavista para a região. Pois, como aponta Consuegra, a iniciativa de criação do empreendimento comunicacional:

Sucedee a partir del ascenso al poder, por vías democráticas, de gobiernos y movimientos de izquierda en los últimos 15 años, lo cual modifica la geopolítica del subcontinente. Las nuevas administraciones han realizado cambios significativos, que van desde reformas políticas, referéndums constitucionales a proyectos nacionalistas y de integración regional (2015, p. 172).

O ministro venezuelano é quem melhor define e esclarece os objetivos políticos do empreendimento, permite fazer-se a associação com os demais projetos comunicacionais na região e o momento fértil que foi aquela da iniciativa bolivariana ao criar a Telesur como uma ferramenta geopolítica regional.

Pero además de ser una herramienta a favor de la unión latinoamericana, con su alumbramiento Telesur coloca un adoquín en la construcción de un nuevo orden comunicacional e informativo internacional, en este contexto en el que estamos naciendo dentro de una avanzada, global, privatizadora, neoliberal que amenaza con devorarse al mundo, con aniquilar nuestras culturas, nuestras civilizaciones, Telesur irrumpe en un espacio casi totalmente dominado por las oligarquías de nuestros países y sus socios del norte, allí han actuado estos grupos con... casi sin contestación alguna durante más de 50 años, desarrollando un trabajo de colonialismo ideológico o de imperialismo cultural y esa es una de las vías claras de dominación del imperio a través de la cultura, dominación a través de la comunicación y es desde ese campo, desde el campo cultural, desde el campo ideológico donde se ejercen controles de las mentes, de los gustos, de las inclinaciones, de las preferencias y desde donde fácilmente pueden lanzarse controles hacia la economía, la política, el aparato militar, la soberanía de las naciones y por eso Telesur se propone descender al alma de nuestros pueblos y revelarla, hacerla evidente, disparar nuestra identidad para elevar en nuestros pueblos la conciencia de quiénes somos, con su propuesta integradora, alternativa, fresca, joven, creativa, latinoamericana y desde sus pueblos: Mulatos, negros, indios, blancos, mestizos, plurales, democráticos de nuestra gente y para la gente, al servicio de su liberación y su grandeza y no para su dominación y (...) lanza Telesur, lanzamos Telesur con una clara proyección de irrumpir en este orden internacional, comunicacional y presentar una visión, una voz que hasta este momento había estado callada (IZARRA, 2005).⁵⁵

Izarra parece tratar da região como a uma terra em transe, considerando a América Latina e o Caribe terras em transe. Uma terra com diversas línguas, em constante transformação, com um sem número de possibilidades de traduções, quente e fria, amistosa e bárbara. Um espaço de maioria latina, mas não somente feita por latinos originários

⁵⁵Disponível em: <http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/3272-lanzamiento-de-telesur> Acesso em 28 de Abril de 2017.

linguísticos, também por anglófonos, francófonos, falantes de dialetos de troncos Bantus, Gêges, Yorubás, Mandingas, Guaranis e uma diversidade de povos e etnias que formam o que chamamos de América Latina e Caribe, uma terra em transe.

Desde um complexo cenário humanístico e identitário, é que pensar a comunicação e a informação na região deveria ser estratégico para governos e organizações civis em suas ações sociais. Assim como desenvolver propostas para a comunicação emancipadora, democrática e inclusiva da Maioria Minorizada. Uma comunicação que dê menos valor aos czares, proprietários brancos, em sua maioria, controladores do capital político comunicacional e desenvolvedores de empresas e conteúdos que não representam a diversidade de cores, saberes e tradições de suas populações locais.

Sobre isso, quem melhor descreve é Consuegra:

El proceso constitutivo de Telesur, en el marco más amplio del proyecto geopolítico de los gobiernos progresistas de la región, no puede concebirse sin el escenario de la Revolución Bolivariana en Venezuela y la figura de su líder Hugo Chávez Frías. En abril de 2002 el presidente vivenció un golpe de Estado, organizado desde el sistema de medios privados de ese país con apoyo de otras cadenas internacionales. Luego del 2002, el gobierno bolivariano se percató de su inexistente estrategia comunicacional y comienza a articularla sobre la base de los éxitos que durante el golpe de Estado llevaron a la vuelta al poder de Chávez: planear y ejecutar la estrategia, hacer de cualquier medio y mensaje propaganda política y fomentar organizaciones populares que actuaran como redes de comunicación. La propuesta de crear una televisora multinacional responde no solo a circunstancias directas del mandato de Chávez y los impulsos del proyecto transfronterizo del Socialismo del Siglo XXI, sino que además recupera elementos de la herencia comunicativa progresista y transformadora en la región (CONSUEGRA, 2015, p. 173).

É com essa perspectiva que busca-se um olhar compreensivo com o intuito de traçar o tipo ideal, perfil, de Hugo Chávez, líder político considerado, junto com significativo número de entrevistados para a tese, um dos principais impulsores do avanço da proposta de nova política comunicacional que se consagra na criação da *TeleSur*, entre outras políticas de cooperação internacional do governo bolivariano, e se expande na criação da TV Digital Aberta, TDA, e da Empresa Brasil de Comunicação, EBC, onde está alocada a TV Brasil, entre outras reconfigurações de canais públicos na região. Essa percepção está ancorada nos discursos pronunciados pelo líder sobre o papel da televisão e nos depoimentos de profissionais e pesquisadores, dentro e fora da Venezuela, corroborando a expectativa de Chávez (2002; 2005; 2006; 2008)⁵⁶ com a possibilidade de criar uma alternativa

⁵⁶ Neste link estão todos os discursos de Hugo Chávez, divididos por temas e datas. Disponível em: <<http://www.todo Chavez.gob.ve/todo Chavez/>> Acesso em: 28 de Abril de 2017.

comunicacional que cumprisse o papel de emitir informações e dados a partir do Sul, não associada com os interesses das grandes agências de capital estadunidense ou europeu. Assim, como vimos acompanhando ao longo do texto, percebe-se na construção do empreendimento comunicacional chavista de maior vulto exterior à Venezuela essa necessidade de alavancar e promover os debates regionais para a emancipação política local. Como afirma seu ex-diretor:

Telesur se trata de impulsar debates y encontrar respuesta sobre las razones de nuestra enorme deuda externa, cada día más pesada, más injusta, más criminal, se trata de que conozcamos las razones de la pobreza y de la miseria en nuestros países, revelado por nosotros mismos, reflexionado por nosotros mismos, transmitido a través de nuestros periodistas y con nuestros propios recursos, explicado desde nuestros propios espacios, se trata como lo muestran los promocionales de Telesur que han estado al aire en este último mes, de que cuando le preguntamos a cualquier transeúnte de Guayaquil o de La Paz sepa claramente de qué país fue el presidente Belaúnde Terry tanto como saben quién es Bill Clinton, siguiendo el legado que millones de hombres hemos labrado durante más de dos siglos en pro de la integración latinoamericana y que hoy gracias al liderazgo de presidentes como Chávez, Kirchner, Tabaré, Fidel, Lula, vive un renovado ímpetu que se expresa en iniciativas integracionistas comunicacionales, como esta de Telesur, pero también energética como la de Petrosur o Petroamérica o Petroandina. Nunca antes este territorio ha tenido mejores condiciones, ni ha dispuesto de mejores instrumentos técnicos, políticos, culturales, al servicio de la unidad entre nuestros pueblos, el camino más confiable hacia la integración, hacia la coexistencia pacífica y la cooperación creativa entre nuestros pueblos, debe estar por reconocer, por recuperar lo que está en la raíces de todas nuestras culturas, en lo radical, como dice el presidente Chávez parafraseando a José Martí (IZARRA, 2005).

Cabe ressaltar que apesar da matriz venezuelana, seu corpo diretivo é formado por profissionais representativos e indicados majoritariamente pelos países associados ao empreendimento. Assim que, *TeleSur* estréia no dia 24 de julho de 2005 com a participação inicial de Venezuela (51%), Argentina (20%), Cuba (19%) e Uruguai (10%); em seguida, a eles incorporados Bolívia, Nicarágua e Equador no ano 2007. A direção do canal está, inicialmente, a cargo de um conselho composto por Andrés Izarra (Venezuela), Beto Almeida (Brasil), Ana de Skalom (Argentina), Jorge Enrique Botero (Colômbia), Ovidio Cabrera (Cuba) e Aram Aharonian seu primeiro diretor geral (Garmendia e Navarro, 2009). Exceto o Brasil, cujo Beto Almeida, nome profissional de Carlos Alberto de Almeida, um dos idealizadores da proposta, foi convidado diretamente pelo presidente Hugo Chávez, conforme relato na entrevista em 23/03/2017. Questionado sobre como teria surgido o convite do Comandante bolivariano, ele diz:

Essa relação foi engraçada, ele veio fazer uma palestra aqui na Universidade Católica de Brasília em 2 de setembro de 2000. Era uma palestra interessantíssima, ele trouxe a orquestra juvenil bolivariana que tocou no teatro nacional. Eu pautei a TV Senado, ela aceitou e eu fui e gravei a

palestra. Era temática importante da integração latino americana, acho que eles não sabiam ainda quem era o Chávez em 2000. Eu gravei na íntegra e levei a ele um projeto, em nome do Sindicato dos Jornalistas, para uma integração latino-americana na área de comunicação, onde tinha o eixo TV e rádio. Apresentei a ele essa proposta, saí correndo atrás dele no estacionamento, que eu gravei a palestra e depois ele saiu - tinha aquele negócio de segurança - ele entrou no carro e eu saí correndo atrás dele com o papel na mão “presidente!” E ele olhou, riu, que é uma figura... uma pessoa... encantadora... “Quem é esse louco que está correndo aí atrás?”, parou o carro, desceu, “Eu tenho uma proposta!”, “Qué me dise? Ele perguntou..” Eu li para ele “em síntese é isso aqui ó”, “que buena propuesta, yo te voy a llamar”, quatro anos depois ele me telefonou, no meu telefone celular... se eu tivesse mudado o telefone celular... nunca mudei, só tive um número. Ele me liga e pergunta se eu posso encontrar com ele no Rio de Janeiro que ele iria pra uma reunião do Mercosul... eu falei “claro”, aí fui pro rio, sexta-feira eu trabalho... era sexta-feira no final da tarde... fui pra lá e aí ele me convidou... olha, aquela ideia ... porque antes desse convite ele já tinha falado numa entrevista que estava ele e o comandante Fidel, por satélite, e eles me convidaram a participar, então tinha conexões com Argentina, México, Cuba, Venezuela, Estados Unidos, Brasil e Equador, e o Fidel e o Chávez dando essa entrevista por satélite né... e aí tocava por sorteio para você fazer as perguntas... e caiu pra mim fazer a pergunta pro Chávez, então quando eu começo a fazer a pergunta, eu sou como o samba de uma nota só, igual o João Batista pregando a “comunicação, comunicação, comunicação” e depois “a comunicação, comunicação, comunicação”, e aí eu começo a falar, “o presidente, a integração latino-americana é indispensável, mas ela não pode ser só comercial. “Pera pera, tu eres aquel muchacho que me buscastes em Brasília. Mira Fidel, este muchacho sólo habla de esto”, ele disse. “Ele me procurou em Brasília etc.” e aí o Fidel escutando né... o Chávez era uma coisa surpreendente né, e improvisado e cativante, uma simpatia transbordante. E o Chávez ainda brinca, “mira, beto, tuya propuesta vá a salir. Tive um probleminha, viste que me deram un golpe, probleminha...” e o Chávez e o Fidel riam... foi cômico, e a CIA gravou tudo... Aí quando ele veio, me chamou e eu fui. No Rio ele falou “ó, queria que você aceitasse participar da diretiva”, e eu disse “claro”. Foi assim que surgiu, e o Chávez disse “Eu quero botar no ar no dia 25 de julho, data de natalício de Bolívar” e dia 25 nasceu. Eu e Patrícia fizemos a primeira ancoragem da primeira gravação (ALMEIDA, 2017. Entrevista para o autor)⁵⁷.

Ainda que com esta história pitoresca que o levou a direção da *TeleSur*, e os registros consultados junto a emissora que o colocam em local de destaque, Almeida não conseguiu inserir o Brasil no *pool* de sócios fundadores do empreendimento, ficando ele como fundador brasileiro, e com participação unilateral. Neste sentido que construiu um projeto de cooperação da multiestatal com a estatal brasileira Rádiorbras, onde, conforme informa, a *TeleSur* se propunha a oferecer conteúdo gratuito para o Brasil e, transmitir para a América Latina os conteúdos produzidos pela Rádiorbras, antes da criação da EBC, porém, apesar do

⁵⁷ Resposta sem cortes, na íntegra.

contrato assinado, a ação não logrou êxito. Segundo o entrevistado, o presidente da estatal brasileira, o jornalista Eugênio Bucci, não via com bons olhos a parceria:

Eles não utilizavam a programação da TeleSur, eles preferiram comprar da Associated Press e agências internacionais... Enquanto nós oferecemos gratuitamente, então o problema era político, limitação, preconceito mesmo. O governo Lula não tinha chegado totalmente na radiobrás... Por exemplo, o Eugênio Bucci fez campanha contra a Voz do Brasil sendo presidente da Rádiorbras e nós defendemos a Voz do Brasil como a primeira experiência de regulamentação informativa da história da imprensa brasileira (ALMEIDA, 2017. Entrevista para o autor).

Em relação a crítica feita ao jornalista Eugênio Bucci, sobre seu posicionamento relativo a TV pública, o fim da Voz do Brasil e seu desacordo com a política de comunicação pública levada a cabo pela Rádiorbras, o mesmo faz o relato do processo de debates e reconfigurações sobre a questão durante seu mandato de presidente a frente da empresa. Em livros publicados após sua gestão e, na análise da rádio e TVs públicas no governo Lula e Dilma, Bucci se dedica a construir críticas e propostas não adotadas em seu mandato, porém, justificadas como uma espécie de cerceamento dos que o convidaram para tal cargo. Justifica ainda que a queda do governo Dilma Rousseff, foi menos por uma suposta orquestração jurídico midiática e, principalmente pela incapacidade da governante de compreender os meandros da comunicação e do poder dela imanente (BUCCI, 2016; 2015; 2008).

Assim que, em entrevista⁵⁸ para essa pesquisa, em 13/03/2017, em sua residência, o ex-chefe de gabinete do presidente Luis Inácio Lula da Silva, e ex-ministro brasileiro da Secretaria Geral da Presidência da República da presidente Dilma Rousseff, Gilberto Carvalho, analisando a relação de criação da *TeleSur* com a TV Brasil, observa que:

Eu penso que a criação da EBC corresponde de alguma forma, precisamente, a um padrão de visão que o governo brasileiro tinha desenvolvido nesse período em relação às questões das comunicações. O governo Lula não entendia que era o caso de criar um canal de televisão ou fazer uma lei de meios nos padrões feitos pela Cristina e sim apostava na questão pública, na famosa questão do republicanismo, de alguma forma se esquecendo que numa sociedade de classes o ser republicano muitas vezes é favorecer o mais forte. Embora você não queira fazer isso dado o padrão de pressão nessa correlação de forças que a classe dominante tem sobre os dominados, então, sobre o ponto de tensão eu acho que foi a melhor delas, que foi exatamente tentar construir como alternativa à TV comercial parcializada, mercantilizada, consumista, você construir um modelo plural que contemplasse todas as diferenças culturais, econômicas do país, toda uma construção de visão democrática. Acho que ela corresponde muito, digamos, a uma postura própria do governo, que foi assim na comunicação e foi assim também em outras áreas, tentando fazer ter um cuidado, digamos, na questão

⁵⁸ Resposta sem cortes, na íntegra.

do republicanismo, na questão da não partidarização dos meios de comunicação até porque a vigilância sobre nós era enorme. Sobre este ponto de vista a sociedade brasileira é muito madura, eu penso, e não apenas a questão de fiscalização, mas uma postura ética também de não querer usar o Estado numa visão única, na mesma linha que a gente defende o multipartidarismo, a convivência em forma de alianças e tal... nesse sentido me distinguindo um pouco da visão do socialismo bolivariano, como o Chávez desenvolveu com todos os méritos lá na Venezuela. O que nos faltou, a meu juízo isso, é uma opinião que eu sei que é polêmica no Brasil. Mais do que uma reforma de meios, o que nos faltou, aí eu digo como uma grande sociedade civil popular ou de esquerda, vamos chamar assim, é ter tido e estimulados pelo governo a iniciativa de criar meios próprios democráticos, do ponto de vista de jornais, da internet (das mídias sociais) e de rádio e televisão para fortalecer outros meios que não esses dominantes. O que impediria digamos o partido dos trabalhadores, ou PCdoB, ou PDT, etc., estimular empresários ou mais do que empresários, que criassem sociedades entre jornalistas cooperativas etc. que pudessem produzir que pudessem criar meios de comunicação regionais pulverizados por todo o país? E você tinha, no ponto de vista do governo, o poder de dar concessão para essa gente e o poder de estimular financeiramente através de anúncios, normais... anúncios respeitando todas as regras formais que estavam estabelecidas na secretaria de comunicação social... ao invés disso, nós ficamos do tamanho que somos até hoje, em termos da existência de meios. E o governo, mais do que qualquer outro governo, foi hipergeneroso em dar recursos imensos para as grandes tevês e revistas dominantes, de certa forma fortalecendo aqueles que vieram a nos tirar, a nos matar, digamos assim.... (CARVALHO, 2017, entrevista para o autor).

Com essa ilustrativa posição do ex-homem forte de dois presidentes da república, coadunando com Chávez sobre a necessidade de se cambiar a comunicação na região, que faz-se aqui uma espécie de diagnóstico sócio histórico da história do presente, não para descobrir verdades ocultas, mas para tornar legível o momento que nos inserimos.

O nascimento da *TeleSur* em 25 de julho de 2005, carregada de signos, data com grande simbolismo político e cultural para o continente, onde se comemora o nascimento do líder *criollo* independentista Simón Bolívar (1783-1830). Seu propósito era a inversão da lógica do sistema público na América Latina, onde diversos países capitulavam e aproximavam seu sistema público de televisão do modelo comercial (MARINGONI, 2009; NOGUEIRA, 2009; AHORONIAN, 2015). Este grupo originário, a partir da Venezuela propunha o inverso, fazer com que a forte presença estatal desse o tom do sistema no meio de uma polarizada conjuntura política. Assim, que, transmitindo seu sinal para Brasil, Venezuela, Argentina, Equador, Uruguai, Bolívia e Cuba, o canal, em seu lançamento contava inicialmente com correspondentes em Brasília, Buenos Aires, Havana, Cidade do México, La Paz, Bogotá, Montevidéu e Nova York. Com programação 24 horas e transmissão on line, via

satélite e cabo, tem sinal aberto para a reprodução das emissoras parceiras e comunitárias interessadas em sua programação.

Outro fator importante advindo do empreendimento foi o incentivo ao debate sobre a regulamentação dos meios, a elaboração e promulgação na república bolivariana da Lei de Reponsabilidade Social em Rádio e Televisão⁵⁹, cujo objetivo é democratizar o acesso à comunicação, produção e representação midiática, com responsabilização dos emissores sobre o que emitem. Como analisa Nogueira:

Nota-se claramente a tentativa de afirmação da TeleSur como uma alternativa comunicacional da região, submetida às pressões de grandes grupos hegemônicos de comunicação. Nesse sentido, a exploração do assunto pela imprensa, assim como de outros temas, não é realizada com base nos ideais de objetividade e imparcialidade tão preciosos a uma representação social e profissional compartilhada. Antes, a intenção na abordagem dos diversos conteúdos na rede parece passar pela possibilidade de construção de um lugar de veiculação de discursos geralmente excluídos, no sistema internacional hierarquizado, que seja simétrico aos espaços de poder ocupados pelas grandes cadeias de comunicação e de agentes que delas se utilizam para fazerem valer seus discursos (NOGUEIRA, 2009, p. 11).

Essa iniciativa de desconstrução dos discursos hegemônicos tem antecedentes locais no período recente, propostas de comunicação alternativa, associações de trabalhadores e camponeses que assediavam o governo recém-empossado para uma mudança da política de comunicação local. Essa começou a se concretizar com a chegada do governo revolucionário, o movimento social representado por meios alternativos e comunitários experimentou grande impulso, o que resultou na proliferação de centenas de canais de televisões comunitárias, apoio a imprensa local, rádios comunitárias e outras manifestações nascidas das entranhas do povo. Conforme jornais e depoimentos disponíveis na rede mundial de computadores, nenhum bairro, vila ou aldeia venezuelana, deixou de testemunhar o nascimento de um meio para facilitar a comunicação entre os seus habitantes com o objetivo de enfrentar seus próprios problemas, realidades, esperanças e sonhos.

Na construção do prometido poder popular muitas foram as transformações da época e registradas na Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999 em seus artigos. 2, 57, 58 e 62. Através desses artigos defende e dá um estatuto constitucional à liberdade de expressão, a liberdade de informação, a responsabilidade social da mídia e da responsabilidade dos jornalistas com os cidadãos. A mesma carta magna, em seu artigo 2

⁵⁹ Texto da lei na íntegra- Disponível em: < <http://www.conatel.gob.ve/files/leyrs06022014.pdf> > Acesso em: 03 de Janeiro de 2017.

diz⁶⁰: "A Venezuela tem como um valor superior a responsabilidade social e a preeminência dos direitos humanos", e no artigo 57, "Todos os cidadãos tem o direito de expressar livremente seus pensamentos, ideias ou opiniões e fazer uso de todos os meios de comunicação e divulgação". Artigo 58 afirma: "Todos têm o direito de receber informações precisas, bem como a correção quando diretamente afetados por informações imprecisas inexatas ou agravantes. Crianças e adolescentes têm direito a receber informação adequada para o seu desenvolvimento integral". Na seção dos direitos políticos, afirma: Artigo 62. Todos os cidadãos têm o direito de participar livremente nos assuntos públicos, diretamente ou por meio de seus representantes eleitos. A participação das pessoas na formação, execução e controle da gestão pública é o meio necessário para alcançar o protagonismo que garante seu completo desenvolvimento, tanto individual como coletivo. É obrigação do Estado e dever da sociedade facilitar a geração das condições mais favoráveis à sua prática. (VENEZUELA, 1999)⁶¹.

Todas essas transformações informacionais no período Chávez reverberaram pela região que vivia um período denominado como de governos progressistas de esquerda, que, no período, de alguma forma, buscaram transformar os meios para promover maior acesso, reduzir a exclusão comunicacional e diminuir ou equilibrar, caso do Brasil, o poder dos monopólios. Porém, para avançarmos é necessário compreender o contexto aos quais estas reconfigurações políticas estavam inseridas.

3.2.1 De quintal estadunidense a revolução bolivariana

Ao contrário do que escrevem os autores associados aos interesses hegemônicos, onde a história é desenvolvida do Norte para o Norte, fazendo dos habitantes do Sul o outro encoberto, como afirma Dussel (1993), ou, reforçando a eurocêntrica afirmação de que aqui estão "povos sem história" (WOLF, 2005), para esta parte do planeta a Guerra Fria não teve fim com a queda do muro de Berlim. Por aqui os sistemas de repressão estatais, sistemas de informação e contrainformação e as subserviências dos que chegaram ao poder continuaram muito além da queda do famoso muro. E, pode-se afirmar que é desse conflito social que na Venezuela Hugo Chávez⁶² é alçado ao poder trazendo consigo a proposta de um novo modelo

⁶⁰ Tradução minha.

⁶¹ Disponível em < http://unefm.edu.ve/web/motor_constitucion/constitucion.pdf > Acesso em: 08 de Abril de 2017.

⁶² Aqui estamos tratando especificamente de Hugo Chavez e seu empreendimento comunicacional que reverbera pela região, mas poderíamos, acertadamente, dizer que desse mesmo processo tem-se a ascensão

de revolução (Revolução Bolivariana), mesmo quando esse conceito no ponto de vista do liberalismo ocidental já estava em xeque:

[...] Quando ele chegou ao palácio Miraflores, em janeiro de 1999, revolução era um conceito tido como obsoleto. A queda do muro de Berlim, em 1989, a derrota eleitoral dos sandinistas na Nicarágua, em 1990, o desmanche da União Soviética, em 1991, e a supremacia do modelo neoliberal em quase todo o mundo, acuaram as forças que pregavam mudanças na ordem social. [...] Quando Chaves no poder, trouxe à baila um conceito fora de moda, o neoliberalismo passava por maus momentos. As quebras sucessivas das economias mexicana (1994), tailandesa (1997), russa (1998) e brasileira (1999) evidenciaram a inconsistência do livre-mercado como regulador sistêmico (MARINGONI, 2009, p. 20- 22).

Chávez como criador do Socialismo do Século XXI, que é chamado dessa maneira não apenas para se situar na linha histórica, mas porque de certa forma se diferencia das experiências anteriores pelo incentivo radical à democracia participativa (ARVELAIZ, 2011, p. 30), só se assemelhando à breve experiência chilena dos *Cordones industriales*⁶³ (BORGES, 2011), parece ser extrato da luta vista no período frio entre o capitalismo estadunidense e o socialismo real soviético, levando às últimas consequências as determinações da Conferência de Bandung de 1955 (SANTOS, 2017, p. 90) que com proposta anticolonialista propôs o alinhamento dos países periféricos do sistema capitalista. Estes sistemas em duelo na época de formação educacional e militar do autodeclarado comandante da revolução bolivariana, junto com a metáfora propagada pela mídia ocidental da “Cortina de Ferro”, parece decisivo para as transformações vividas pela República Bolivariana da Venezuela durante seu período no poder, o golpe de estado vivido em 2002⁶⁴, impetrado com apoio dos EUA e revertido com a ação popular de massa e a criação da alternativa comunicacional para as Américas.

de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder no Brasil, José Mujica no Uruguai, Nestor e Cristina Kirchner na Argentina, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai, entre outros políticos associados as esquerdas na região.

Para conhecer mais a Hugo Chavez, recomendo o documentário de Oliver Stone, “Meu amigo Hugo Chavez, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MfBJN4rWJ2Y>> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2017.

⁶³ Em sua tese a pesquisadora Elisa de Campos Borges apresenta a experiência dos *Cordones Industriales*, iniciativa do movimento operário chileno em apoio ao governo socialista de Salvador Alende. Em 1972, com acirramento político entre direita e esquerda, o Sindicato Patronal realiza uma greve que paralisa toda economia chilena, causando sérios problemas de abastecimento. A resposta a esta greve generalizada partiu inicialmente do movimento social, em especial dos trabalhadores das indústrias. Eles se organizaram e formaram os Cordones Industriales, que passam a reunir diversos operários com intuito de manter a produção e acabam criando novas formas de organização social e de produção.

⁶⁴ Conferir documentário “A revolução não será televisionada”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MTui69j4XvQ>> Acesso em: em 02 de Fevereiro de 2017.

País fundado com base no escravismo, exploração dos recursos naturais e com povo historicamente alienado das riquezas produzidas na terra, Venezuela tem uma história de opressão, dependência e subserviência aos interesses estadunidenses, principalmente ao longo do Breve Século XX⁶⁵, como pontua Hobsbawm (1995), da exploração petrolífera pelos Rockefeller, com colônias de burocratas estadunidenses protegidas por militares ianques às redes de rádio e televisão beneficiadas pelo capital e tecnologia estadunidense por se associarem e representarem os interesses da Aliança para o Progresso na região. Esta nova Venezuela de Chávez causaria o soar do alerta vermelho,

[...] no minuto em que o Estado tomou posição contra os latifúndios, a exploração da miséria e as elites que se penduraram em cargos públicos na PDVSA (companhia petrolífera da Venezuela) para enriquecer ilimitadamente, sem se preocupar em desenvolver uma economia nacional sustentável. A favor, portanto, do país e de sua população, sem privilégios individuais (ARVELAIZ, 2011, p. 30).

Com a literatura especializada a disposição é possível concluir que o descontentamento de Chávez e seu grupo político, com a exploração de seu povo é a representação do acúmulo da insatisfação popular, cujo início no tempo presente remete há duas décadas antes de seu nascimento, com a produção industrial de petróleo, início da formação da classe operária venezuelana e a alta corrupção do governo militar do general Juan Vicente Gómez⁶⁶ (1908-1935) exploração da pauperizada mão de obra local e a sociedade dividida em castas⁶⁷ que se, não tinha início ali, reforçava-se com a descoberta e

⁶⁵ O historiador nascido no Egito Eric Hobsbawm chama de o breve Séc. XX os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS (1995, p.15), porém, abstrai que este período é vivido sob-resquício do longo Séc. XIX, e que não se finaliza na virada do milênio para o XXI. Diz ele: “Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX”. (p.15). No Brasil, Da Costa coaduna com Hobsbawm ao afirmar que “para entender as revoluções no século XX, é preciso coloca-las no contexto dos movimentos revolucionários que se desencadearam a partir da segunda metade do século XVIII, resultando na destruição final do Antigo Sistema Colonial e do Antigo Regime” (2009 p.ii).

⁶⁶ Gomez assumiu a cadeira presidencial por um golpe palaciano. Apesar de garantir, em seu manifesto de posse de 20 de dezembro de 1908, que viria “a desempenhar o poder executivo nacional em virtude do título legal que invisto, sem ser impelido por nenhuma ambição pessoal”, este general transformou a Venezuela em um feudo privado. Seu primeiro ato foi pedir a “proteção” militar norte-americana para estabilizar o governo. A contrapartida foi abrir o país ao capital estrangeiro (MARINGONI, 2009, p. 44).

⁶⁷ Sobre uma segunda viagem de Nelson Rockefeller a Venezuela para inspecionar as instalações da *Creole Petroleum*, braço da *Standard Oil of New York* Nelson pretendia registrar as condições de vida dos executivos, engenheiros americanos e dos trabalhadores no país, Tota (2014, p. 66) ilustra: “Prestou muita atenção na situação dos operários e peões nativos. Ficou muito impressionado com o que viu. Na verdade, ficou mais preocupado do que impressionado. As relações de trabalho indicavam fontes de tensão e davam claros indícios de possíveis distúrbios. Numa cidade que visitou, conversou com a esposa de um alto executivo americano que morava na Venezuela havia mais de doze anos e que tinha vivido no México outros oito. Ela não falava

extração industrial do ouro negro, conforme observa o historiador crítico da família Rockefeller na América Latina, Antonio Pedro Tota:

O jovem milionário ficou perplexo, ele mesmo arranhava um espanhol básico [...]. Ficou ainda mais perturbado, e preocupado, quando examinou as condições de trabalho da Creole Petroleum Corporation. As instalações eram separadas do resto do mundo por altas cercas de arame farpado. Parecia um campo de concentração às avessas: os “prisioneiros” ficavam do lado de fora, morando em favelas sem nenhuma infraestrutura, sem escolas, hospitais, esgoto, água encanada. Do lado de dentro moravam os executivos americanos, em ótimas casas, com proteção contra os insetos, água encanada, esgoto e energia elétrica gerada pela própria companhia; ficavam também as modernas instalações necessárias à prospecção e industrialização do petróleo. Para não falar da alimentação, importada dos Estados Unidos. Nos banheiros da companhia, lia-se o aviso “toalete unicamente para americanos”, escrito em espanhol (TOTA, 2014, p. 66).

Esses extratos da história aqui trazidos servem, supõe-se, para ilustrar o desenvolvimento humano venezuelano atrelado aos interesses externos que deram norte a sua política e refletiram no bem estar social ao longo do Século XX e, que serviram de signos opressores e hegemônicos para o jovem oficial Hugo Chávez que em meados dos anos 1970 já demonstrava o propósito de uma política com base em sua interpretação revista da história e luta de Simón Bolívar⁶⁸.

Neste mesmo período em que Chávez inicia sua vida político-militar, o pioneiro explorador do ouro negro em terras venezuelanas, Nelson Rockefeller chega à vice-presidência estadunidense e, atuante, traça planos para uma nova ordem mundial que afetaria significativamente o Caribe e a América Latina, conforme Ahronian:

Desde que en 1974-75, Nelson Rockefeller (vice del presidente Gerald Ford) puso en marcha la Trilateral – quizá el primer gobierno mundial en la sombra -, el sistema comenzó a impulsar el fin de las ideologías, imponer la ideología de centro, las tesis de modernización, las llamadas etapas del crecimiento económico, todo lo que en definitiva significa menor participación popular en la política, primacía de lo individual sobre lo colectivo, sustitución del Estado por el mercado y determinados actores sociales, y preponderancia del técnico sobre el político. Se imponía el criterio del cliente, del consumidor, sobre el del ciudadano, y como resultado se vio la crisis de la política democrática y la recuperación de la tesis aristotélica de exceso de democracia, según la cual esta degenera en gobierno del populacho y genera ingobernabilidad (2015, p. 151)

espanhol. Bastante intrigado, Nelson perguntou por que, ao que ela respondeu, de forma bastante ingênua, que não via nenhuma necessidade, pois não tinha com quem falar a língua”.

⁶⁸ Ainda que, “a cultura de independência na América Latina não ocorreu conforme os pensamentos de Simón Bolívar. No que tange à cultura, a América Hispânica independente ignorou, em larga medida, a herança índia e negra, considerando-as algo “bárbaro” (SCHURSTER, 2013, p. 18).

A história dessa Venezuela caribenha, negra e mestiça, não está desassociada do processo por que passou as nações latino americanas desde o Texas e a chegada dos primeiros pioneiros, o que marcou o início do avanço estadunidense sobre a região.

Muy rápidamente el dinámico capitalismo yanqui y sus “pioneiros” volvieron su mirada hacia el Sur. Cuando aún no se había constituido la Nación norteamericana, ya había comenzado en Texas, territorio de México, la ocupación de “colonos”, manipulados por especuladores en tierras que prepararon el camino a la anexión posterior. En 1856, el filibustero William Walker invadió Nicaragua con 55 forajidos, respaldado por el Gobierno de Washington. Su efímero gobierno instauró de inmediato el régimen de la esclavitud. Desde entonces, la región de Centroamérica y el Caribe fue dominada directa o indirectamente por Estados Unidos. Fue su terra nostra y su mare nostrum (RAMOS, 2012, p. 395).

Reintegrar a América Latina e Caribe através de uma comunicação alternativa à que tem sido historicamente forçada a consumir suas populações, reconstruir os laços de irmandade rompidos com as interferências externas e imposições do capital, refazer a linha imaginária de igualdade e fraternidade que unem os falantes das línguas latinas locais e, partindo desta utopia necessária, de imaginário reconstruído e reprogramado, proporcionar políticas de fortalecimento das soberanias e independências frente ao Estado predador, com o objetivo de conquistar uma utópica emancipação dentro de um mundo perversamente globalizado, talvez tenha sido essa a perspectiva de Chávez e seus aliados regionais na criação da Televisão do Sul (CONSUEGRA, 2015; PALMA, 2015; PUSTILNIK, 2015; ZWEIG, 2015; GARMENDIA E NAVARRO, 2009; CALDERÓN, 2005).

Porém, fica a questão: Como conciliar essas novas políticas estratégicas com as práticas consolidadas da comunicação comercial, concentrada e hegemônica predominante na região há mais de meio século? Daí chega-se ao próximo ponto da tese, o debate sobre mídia, concentração de seus processos e o papel da televisão pública.

3.2.2 Mídia, concentração e televisão pública

Chama-se concentração ao processo pelo qual em uma determinada atividade econômica, um número cada vez menor de capitalistas controla um volume cada vez maior de meios de produção e força de trabalho, aumentando o tamanho de suas empresas, produzindo maior quantidade de mercadorias e aumentando seus lucros. A concentração não existe sozinha, está associada à centralização econômica, que permite a uns poucos expandir sua presença para várias atividades a partir da imposição do capital controlado e resignado (compras de empresas, fusões, associações, controle de preços, etc.), assim forma-se o

monopólio sobre os meios de produção com que conta a sociedade. Esse poder político do volátil capital financeiro no país é consolidado no momento que este consegue arrancar do governo da vez, refém do mercado, a outorga para a criação de uma empresa de comunicação e com ela, extorquem, criam fantasias e conduzem a macro-política governamental através da manipulação midiática da massa. Como define Federico Vasquez⁶⁹, entrevistado para a pesquisa, faz do toma lá da cá um armazém de secos e molhados dos interesses políticos:

É uma caderneta de armazém, o amigo fala ó “eu quero uma outorga” e aí o armazém marca a outorga para ele e depois vê um dia como paga. É a expressão pura do colonialismo, se você pegar esse momento que estamos vivendo, que começa a estourar no período de 2012, em 2013 começa a brotar um pouco mais esse escancaramento do provincianismo que nós somos... isso tudo tá ali no Sérgio Buarque, não precisa ir longe... Nós mesmos nos desqualificamos, então a relação com a comunicação é um pouco isso, a gente não percebe a sociedade e muitos profissionais e pensadores a função estratégica da comunicação, então as outorgas são tratadas pelo capital e já não é mais nacional, estrategicamente, e nós no governo nos iludimos em conseguir pegar alguma migalha do que cai, então, nesse período foi muito triste, frustrante, desalentador, que a outorga da globo não tenha sido discutida. Foi automático, ou seja, é concessão, é política de inclusão. Eu quero ser aceito pelo patrão, as outorgas são tratadas desse jeito. Se você pegar a TV hoje em dia é horrível, nas tevês abertas que chega a população, as igrejas estão mandando, se vendem em canais, a Band aluga uma faixa extensa e não acontece nada com ela... é contra a lei, está na constituição, não pode fazer sublocação de espectro, os caras fazem a fortuna... é muito dinheiro... é tratada como a caderneta do dono do armazém (VASQUEZ, 2017. Entrevista para o autor).

Essa chamada concessão automática e privilegiada de que trata Vasquez é analisada por Gilberto Carvalho ao apontar a estagnação e falta de ação prática dos governos republicanos brasileiros ao lidarem com os barões da mídia e seus interesses políticos. Crítica também a inércia do governo a que pertenceu ao lidar com propostas que poderiam significar a evolução política e a verdadeira liberalização dos meios de comunicação, ao negar outorgas ou fazer valer a carta magna, possibilitar a participação plural de grupos os mais variados possíveis representantes dos interesses cruciais para o bem-estar do cidadão brasileiro, independente de classe, raça ou condição financeira. Questionado sobre sua visão relativa ao sistema brasileiro de concessões de outorgas para funcionamento de rádios e TVs, respondeu:

Eu penso que vamos ter que fazer no país, para viver uma democracia verdadeira, uma mudança, mais que uma reforma, uma revolução na questão de toda a mídia e de todos os meios de comunicação. A legislação brasileira contém imprecisões e mais que isso, contém deformações que privilegiam o

⁶⁹ Federico Daniel Vasquez Fernandes é ativista e pesquisador da comunicação como instrumento de emancipação e promotora da democracia. Entrevistado em 21/03/2017.

uso econômico. Os meios não estabelecem nenhuma limitação aos oligopólios, nem ao próprio monopólio... muito restrita do ponto de vista de acesso democrático ao poder dos meios de proposta e dos meios de comunicação. Mas, sobretudo, acho que a deformação mais grave é que a concessão dos meios de comunicação, ao ficar ao livre arbítrio, sem maiores exigências num jogo entre poder legislativo e poder executivo (com muita força no poder executivo), acaba sendo usado, como tem sido histórico no Brasil, como moeda de troca para o equilíbrio político/ para a obtenção de apoio político. Isso é famoso no Brasil desde 84, 85, sobretudo, no governo Sarney quando fez uma imensa distribuição de rádios e sinais de televisão para obter no congresso a posse da prorrogação do mandato de cinco anos e isso aconteceu mesmo durante o governo do Fernando Henrique e depois no governo do Lula, infelizmente, não foi diferente. O nosso ministério de comunicações seguiu, basicamente, essa mesma lógica de tal maneira que, embora proibido legalmente, é impressionante o número de parlamentares que são detentores disfarçados através de entrepostos, de pessoas colocadas para essa função, são detentores dos meios de comunicação, sobretudo o rádio e televisão. Lamento, sobretudo, que o nosso governo não foi capaz de produzir uma alteração nesse processo. Se não que acentuou ainda mais essa lógica nefasta para democratização dos meios de comunicação (CARVALHO, 2017. Entrevista para o autor).

Deste modo que, diante das questões postas pela mundialização cultural, globalização econômica, integração comercial, livre mercado, o fomento a diversidade de vozes e a preservação das identidades, pluralismo e diversidade cultural se converteram no desafio central dos países que se querem verdadeiramente “livres” e soberanos. A concentração está correlata a homogeneização cultural e mental. Nos anos 1970 Dorfman e Mattelart, entre outros estudiosos da comunicação, já apontavam para este processo de pasteurização mental e supressão das identidades culturais nacionais pelos conteúdos difundidos pelas mídias hegemônicas através da obra “Para ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo”. Se não vejamos:

Seria falso afirmar que Walt Disney é um mero comerciante. Não se trata de negar a industrialização maciça de seus produtos: películas, relógios, guarda-chuvas, discos, sabonetes, cadeiras de balanço, gravatas, lâmpadas, etc. Inundam o mercado. Histórias em quadrinhos em 5 mil jornais diários, traduções em mais de trinta idiomas, lidos em cem países. [...] Além da cotização na Bolsa, suas criações e símbolos se transformaram numa reserva inquestionável do acervo cultural do homem contemporâneo: os personagens têm sido incorporados em cada lugar, colados nas paredes, acolhidos em plásticos e almofadas e, por sua vez, têm retribuído convidando os seres humanos a pertencer à grande família universal Disney, além das fronteiras e das ideologias, aquém dos ódios e das diferenças e dos dialetos. Omitem-se com este passaporte as nacionalidades, e os personagens passam a constituir ponte supranacional⁷⁰ por meio da qual se comunicam os seres humanos. E entre tanto entusiasmo e doçura, escondem-nos sua marca de fábrica registrada (DORFMAN e MATTELART, 2010 p. 13,14).

⁷⁰ Grifo meu.

Para a expansão de novas ideias universais e conceitos para a “família”, como o de Disney, era necessário o avanço das inovações tecnológicas. Na Venezuela a rádio difusão tem início junto com o “desenvolvimento” proporcionado pelas primeiras explorações de petróleo pelos Rockfeller, como aponta à jornalista venezuelana Maria Eugenia Mosquera (2010), as primeiras transmissões de rádio começam em maio de 1926, durante a ditadura do general Juan Vicente Gómez. Vinte anos depois, iniciam os testes para as transmissões televisivas. No entanto, a televisão não logrou êxito até a estreia definitiva da plataforma televisiva no país, que aconteceu em 22 de novembro de 1952, no meio de outro regime militar, desta vez o país era conduzido por Marco Pérez Jiménez.

A televisão na Venezuela, ao contrario da rádio, teve impulso estatal, assim como na maioria dos países da região. Porém, de imediato, como visto em subcapítulos anteriores, surgiram novas cadeias de televisão privada e, logo, se converteram em dominantes.

Durante la década de 1940, la radio se estableció como la principal fuente de entretenimiento en el país, y a partir de la primera mitad de los años setenta fue la televisión la que se consolidó como el medio de comunicación de mayor impacto en la sociedad venezolana, con una penetración, en la actualidad, cercana al 100%. (MOSQUÉRA, 2010, p. 286).

Na América Latina a rádio difusão pública como alternativa a informação concentrada era um assunto que até poucos anos não estava na agenda política do dia. O impulso é dado com o enxame de projetos e participações estrangeiras que se precipitam na região durante os anos do neoliberalismo e com a ruptura do modelo televisivo proporcionado por Hugo Chávez em 2005 ao criar a *TeleSur*. Percebe-se neste ato uma retomada da responsabilidade do Estado para com a comunicação pública, como aponta Loreti.

[...] Es necesario discutir el rol del Estado, como regulador, árbitro, emisor o educador para garantizar no sólo un discurso de derechos, sino prácticas efectivas que satisfagan sus deberes de prestación. Ello, y no otra cosa, es lo que revela el debate sobre el principio de subsidiariedad del estado en la comunicación social. Si se pretende la existencia de pluralismo, las objeciones a la existencia de medios públicos o la instalación de repetidoras en ciudades que sólo tienen una señal de televisión abierta es la defensa de la existencia de monopolios u oligopolios, los cuales, en dichos de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, en la propiedad y control de los medios de comunicación deben estar sujetos a leyes antimonopólicas por cuanto conspiran contra la democracia al restringir la pluralidad y diversidad que asegura el pleno ejercicio del derecho a la información de los ciudadanos (LORETI, 2009, p. 09).

Ainda que com os esforços empreendidos, ainda hoje, o mapa⁷¹ das mídias latinoamericanas é franco resultado do processo de concentração da propriedade, mas, também, de acréscimos de poder aos grandes grupos regionais como Globo⁷², Abril, Televisa, Azteca, Clarin, Cisneros, Mercurio, Prisa, Telefónica, Repretel, entre outros, sustentados em instáveis⁷³ marcos regulatórios, e graças ao apoio e cumplicidade de diferentes governos que priorizaram a acumulação mercantil e de poder político, antes que da diversidade e do pluralismo. Aponta o jornalista uruguaio e diretor da *TeleSur*, Aram Aharonian (2015).

No Brasil, especificamente, ainda que com governos de esquerda, com a opção pelo neodesenvolvimentismo colhendo frutos do boom econômico, com ministérios voltados para a ação social e políticas de inclusão, incentivos direcionados a pluralidade comunicacional, caso da Primeira Conferência Nacional de Comunicação⁷⁴, os governos Lula e Dilma não romperam com a lógica de apoiar financeiramente o mercado da informação em troca de um suposto apoio político. Com a destituição⁷⁵ da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff⁷⁶, o seu vice, partícipe confesso⁷⁷ do que convencionou-se chamar de golpe

⁷¹ Disponível em: <<http://www.gessicahellmann.com/relatorio-traca-mapa-da-midia-brasil-america-latina/>> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2017.

Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/o-mapa-da-midia-no-brasil-e-na-america-latina-parte-1/69531/> Acesso em: 02 de março de 2017

⁷² Em relação ao governo brasileiro e o modelo de repasse de verbas publicitárias para a mídia, a revista Carta Capital ao longo dos últimos quatro anos traz denúncias quanto a priorização do grupo O Globo. Seja pelo governo Lula ou pelo governo Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/emissoras-de-tv-receberam-mais-de-r-10-8-bilhoes-publicidade-federal-7609.html>>. <<http://www.cartacapital.com.br/politica/globo-concentra-verba-publicitaria-federal> <http://www.cartacapital.com.br/revista/924/o-golpe-sera-televisado>> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2017.

⁷³ Caso argentino é exemplar, assim que assumiu o poder o presidente Macri, que substituiu a Cristina Kirchner cumpriu o acordado em campanha com os grupos comerciais de comunicação do país, alterar a lei de meios que impedia a monopolização e permitia que associações comunitárias solicitassem concessões. Disponível em: <<http://agencia.farco.org.ar/noticias/macri-hizo-cambios-por-decreto-en-la-ley-de-medios-y-hoy-habra-movilizaciones/>> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2017.

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/documentos/conferencia-nacional-de-comunicacao/>> neste link estão todos os documentos produzidos durante a conferência assim como, pronunciamentos feitos durante sua realização de membros da sociedade civil e de autoridades presentes. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2017

⁷⁵ Em minha opinião o sociólogo Jessé Souza é quem melhor tem traçado uma análise crítica do momento e dos porquês do golpe, que teria origem no segundo governo Lula e na ascensão de uma Maioria historicamente Minorizada. “O segundo governo Lula, sob as condições favoráveis do boom das commodities, representa um dos maiores esforços da política brasileira no sentido da inclusão social da maioria da população secularmente esquecida. Ainda que as condições econômicas tenham sido favoráveis, sem vontade política nada disso teria acontecido. Programas de transferência de renda e aumento expressivo e real do salário mínimo, aliados a uma maior facilidade de crédito, dinamizaram a economia de baixo para cima. Nesse contexto, as políticas de acesso à educação para todos foram, antes de tudo, o ponto que me parece mais importante. O aumento expressivo de universidades públicas e de escolas técnicas federais possibilitou um ancoramento institucional fundamental para a ampliação do acesso das classes populares ao capital cultural”(2016, p. 52).

⁷⁶ Se tomarmos o Jornal Nacional, da Rede Globo, uma espécie de porta-voz da reação conservadora extraparlamentar que se forma nas ruas do país e que só se conclui com o impeachment da presidenta eleita, podemos acompanhar passo a passo esse processo. O que se chamou mais tarde jornadas de junho começou

parlamentar, jurídico-midiático, por isso mesmo, aumentou a injeção de dinheiro público nas mídias privadas e reduziu o investimento nas mídias públicas⁷⁸.

Membros do governo destituído e do governo anterior de Luis Inácio Lula da Silva, reconhecem que essa falta de investimento na comunicação alternativa e a tentativa de conciliação com os “donos do poder” foi seminal para a ocorrência da destituição e avanço das forças reacionárias, representantes nacionais dos interesses estrangeiros na região:

Nós tivemos ao longo dos nossos governos inúmeros movimentos, inúmeras tentativas da sociedade civil em se organizar. Se organizaram e pressionaram o governo. A construção da conferência de comunicação que foi um marco muito importante, com muita polêmica, talvez tenha sido o marco mais avançado, a construção da EBC. O governo Lula foi um dos governos que mais fechou rádios comunitárias em seu primeiro mandato, foi uma aliança muito ruim entre o ministério da justiça, a Anatel e a associação brasileira de rádio difusão, depois, durante o segundo governo Lula, aí tem o mérito do ex-ministro Franklin Martins que desenvolveu um trabalho de construção de uma reforma das regras, das leis da mídia, quando nós tínhamos em tese uma correlação de forças bastante favorável para poder realizar essa medida. Infelizmente o governo lula demorou para fazer o envio do projeto para a câmara e naturalmente quando a Dilma assumiu ela teve uma atitude contrária a esse projeto, mandou congelar. É evidente que isso corresponde a uma imensa pressão que os meios de comunicação (os grandes) fizeram sobre o governo. É difícil dizer isso, mas tanto o governo Lula quanto o Dilma, confiaram mais na capacidade de relação com os donos dos meios de comunicação do que propriamente na necessidade de mudança dessa regra. Como o país estava vivendo um momento exitoso de prosperidade e estava tendo paz nessa relação de classe, porque todos estavam ganhando e o andar de cima estava ganhando muito mais, foi possível conter os movimentos mais radicais de oposição ao governo dentro dos meios de comunicação. Mas assim que a crise começou esse mal-estar foi se instalando por perda dessa prosperidade, ficou claro a radicalização do processo, o desrespeito e o ataque frontal de tal maneira que os donos dos meios de comunicação passaram a ser um dos principais atores do golpe que teve a presidenta Dilma. Então esse equívoco é imperdoável e de gravíssimas consequências para nós de não termos implementado isso e termos de alguma forma

como manifestação de alguns milhares de jovens contra o aumento das passagens de ônibus em diversas capitais brasileiras, com epicentro em São Paulo. No dia 10 de junho de 2013, aconteceu a primeira referência do Jornal Nacional às manifestações. Como toda referência inicial, ela foi negativa, enfatizando o tumulto, o prejuízo ao trânsito e o incomodo à população. [...] A cobertura do Jornal Nacional no dia 19 de junho passou por uma transformação decisiva. A federalização dos protestos, com o objetivo de atingir a figura da presidenta, começou a ganhar corpo com a criação de palavras de ordem pelo próprio jornal, que passava agora a promover e incentivar as manifestações como explosão democrática do povo brasileiro. Pela primeira vez o Jornal Nacional mostrou queda da popularidade da presidenta Dilma: de 79% de contentamento com o governo em março de 2013, sua maior aprovação histórica, para 71% em junho. Apesar de a queda inicial ter sido apenas moderada, percebia-se claramente que os protestos podiam ser canalizados para atingir a presidenta. O Jornal nacional cerrou fileiras contra a presidenta e seu governo. Os temas que se tornariam clássicos mais tarde se constituíram aqui. (SOUZA, 2016, p.89/91).

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2017/04/16/golpe-ao-vivo-temer-confessa-que-dilma-caiu-porque-nao-cedeu-a-chantagem-de-cunha/>>Vualizado em 02 de Março de 2017

⁷⁸ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/aplause-temer-quer-reduzir-ebc-e-fechar-a-milionaria-tv-brasil-a-tv-traco/>> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2017.

aceitado essa pressão da forma que ela se deu. (CARVALHO, 2017. Entrevista para o autor).

De acordo com o que apontou Gilberto Carvalho e os percalços enfrentados pelos trabalhadores da televisão pública brasileira no período, a ilustração abaixo dá a devida dimensão do processo e sustenta a versão crítica de injeção de dinheiro público “bolsa mídia” para os principais meios de comunicação brasileiros.

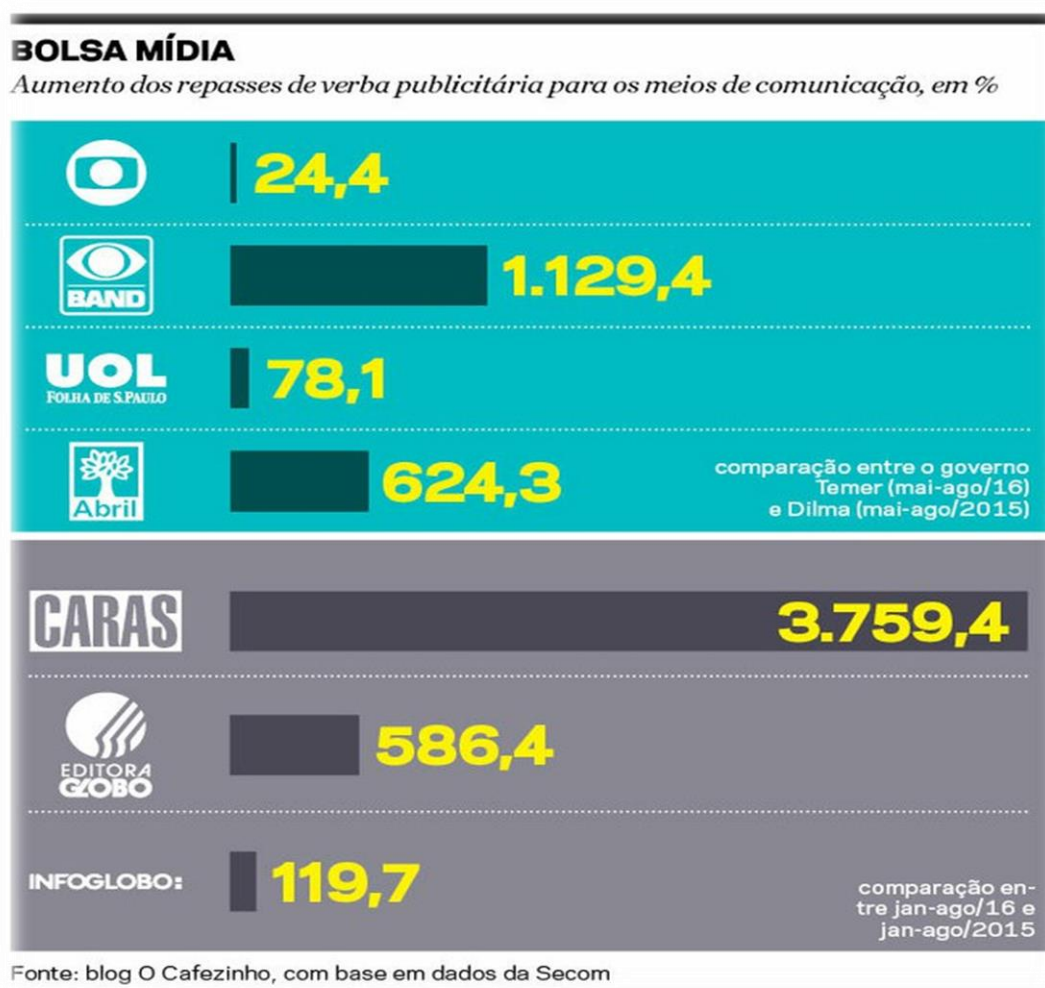


Figura 2. Aumento do investimento público na comunicação privada na gestão Temer.

Chávez, de certo modo, se antecipou ao que estava por vir, tentou arquitetar uma contraposição política também na área comunicacional ao grupo com a supremacia econômica que mais dia menos dia atuaria para desconstruir as conquistas da Revolução Bolivariana. É o que vemos acontecer com seu sucessor, Nicolás Maduro, no poder e as constantes manipulações do preço do petróleo e dos embargos comerciais porque passa a Venezuela, a partir da “Guerra Internacional do Terror Midiático” (AHARONIAN, 2015).

Dá-se a percepção de que ao Brasil faltou este olhar à frente, ou não foi bem compreendida pelos mandatários de esquerda os sinais vindos dos vizinhos, mas, que, conciliadores com o capital, acreditaram na possibilidade de unidade na diversidade dentro da perversidade da globalização imposta aos do Sul. Entrevistados como Nelson Breve, Eduardo Castro, Gilberto Carvalho, Federico Vasquez e André Barbosa coadunam dessa percepção de incompreensão do poder da comunicação dos governantes analisados e de subjetiva conciliação tentada por esses. Observe-se, por exemplo, alguns extratos dessa afirmação: “Quando a TV pública nasce as pessoas se esquecem de que esse é um governo popular que ia lutar por uma TV pública que pudesse dar voz às pessoas e que a gente poderia ter outras políticas acopladas a ela para se empoderar” (André Barbosa, 2017). Eduardo Castro, ex-assessor especial da Presidência da República e ex- diretor geral da EBC concorda com esta perspectiva:

O confronto nunca existiu por falta de interesse do governo brasileiro, mas agora eu não sei se essa falta de interesse não foi medrosa ou confortável demais, porque eu acho que empurrando um pouco, e esse pouco seria o suficiente para fazer muito, o país teria ganho muito mais, as emissoras não teriam perdido tanto e a gente poderia falar em conciliação de interesses, ainda que esses interesses fossem muito mais bem representados. (Entrevista para o autor).

Ainda como ilustração dos debates no momento de pressão social para que os governos brasileiros avançassem na radicalização democrática em favor da pluralidade de vozes comunicacionais, trancreve-se na íntegra a experiência compartilhada por Beto Almeida sobre o processo:

A conciliação entre os interesses populares, da massa, com interesses do capital, é um caminho para a estabilidade política, ou em alguns momentos é preciso acirrar, contrariar para avançar, como garantia dos direitos da Maioria Minorizada?

Eu só acho que há avanço na história por meio dos conflitos. O conflito é a essência da natureza da crítica que é primeiro de observação e depois de ação. Nós perdemos uma grande oportunidade há 13 anos de ter estruturado um campo comunicativo público estatal que inclui as TVs universitárias, comunitárias, o jornalismo sindical, fazendo uma revolução até na indústria nacional dos equipamentos, porque se você dar essa capilaridade às TVs comunitárias, às TVs da cidadania espriada a TV digital, a indústria de equipamento iria contratar mais, vender mais, gerando mais tecnologia, mais emprego, e nós íamos fluir muito mais na cultura, no debate, dando oportunidade e estimulando o aparecimento de novos artistas, [novos atores sociais]. Nossa crise não é de talento, nossa crise é de produção.

Se tivesse acontecido uma verdadeira caminhada para a democratização da comunicação, tanto no governo Lula quanto no governo Dilma. Teríamos sofrido o golpe?

É uma hipótese a ser considerada, porque ninguém pode garantir taxativamente que sim nem que não. Mas eu aposto o seguinte; a minha

avaliação é o exemplo da Venezuela... lá não é a comunicação que salva, é a unidade cívico militar, mas com o arcabouço da comunicação, então o povo foi educado politicamente para resistir, até quando você não sabe. Mas está resistindo. Então você tinha aqui uma série de conquistas que se deixou que fossem surrupiadas sem resistência. E nós tínhamos um exemplo histórico de resistência e defesa da democracia que foi a campanha da legalidade do Brizola em 1961. Ele começou com uma rádio na cadeia da legalidade e logo depois, 3, 4 dias depois, tinha 110 rádios. Nós propusemos a Dilma e Lula, antes do golpe, formar uma rede de resistência e defesa da legalidade, porque nós temos 6 TVs educativas na mão dos governos progressistas, 6 rádios educativas também, por satélite. Nós temos 104 TVs comunitárias nas maiores cidades do Brasil, temos uma infinidade de rádios comunitárias no Brasil e tem 127 TVs e rádios universitárias que convocando o movimento estudantil você faz um duplo poder. Eu acho que isso intimidaria os golpistas, porque eles não teriam capacidade de conter o nosso discurso.

Qual foi a reação da Dilma e Lula com essa proposta?

Lula ainda se interessou, fui eu que discuti com ele. Ele revelou que poderia haver uma dificuldade porque os governadores têm dificuldade... a maior dessas televisões é a de Minas Gerais, a TV de minas é captada pelo Brasil e América Latina, ela está num satélite forte. Eu falei: Presidente, eu não conheço os governadores... só de Piauí, mas eu não tenho a autoridade que o senhor tem. Mas já com a Dilma... Nós propusemos a ela formar um jornal... O divórcio da comunicação pode ser fatal em alguns momentos. (Entrevista para o autor).

Esses depoimentos e a observação do processo mostram que os políticos citados, em sua estada no comando do executivo, não perceberam que no século XXI, desde 2005, a conjunção de diversos processos políticos, socioculturais e tecnológicos alterou consideravelmente o *status quo* na América Latina. Como em vários países, as mídias públicas renasceram como que disputando espaço com os grandes grupos privados, ainda que, em muitas ocasiões, exibindo um discurso similar, eurocêntrico, de viés hegemônico tal qual o privado⁷⁹.

Existe um debate iniciado, catapultado por Chávez que perpassa toda a América Latina e Caribe, e que tem nele a resistência característica dos grandes grupos privados, a demonização das lideranças políticas que os incentiva como forma de promoção da democratização da comunicação e que tem como alvo a revisão das condições sob as quais operam os conglomerados de forma monopolizada, conseguindo lucros astronômicos e a perpetuação de seu poder.

A entrada definitiva ou dúbia dos Estados neste papel de operador do direito à comunicação ocorre em um contexto marcado pela convergência tecnológica, o surgimento da TV digital e interativa, esta que cria novos sinais com possibilidade de competir com os

⁷⁹ Ver: Imagem e Discurso: uma análise do programa Nova África da TV Brasil. SANTOS (2014)

canais comerciais, desde que os Estados revertam à histórica relação de privilégio de concessões mantidas com as empresas e seus capos, que decidem quem vive ou morre politicamente, e, outros atores possam ter acesso as licenças e adentrem o campo de jogo comunicacional. Existe aí, subjetivamente um bruto e histórico jogo identitário na consolidação de grupos de poder hegemônicos e desconectados das maiorias negras e indígenas.

3.2.3. *Pelo malo*. A lição que fica

O jogo identitário proporcionado pela televisão assistida, pelo cantor que se torna sua referência estética ou pelo ex-jogador de futebol que agora cuida de um quiosque nas imediações do conjunto habitacional em que vive, é a realidade do menino Júnior, personagem protagonista do filme. Afrodescendente de cabelo crespo, Júnior resolve que alisará o cabelo para se tornar cantor igual ao seu ídolo da capa do disco. A expressão *Pelo malo*, de cunho racista na Venezuela é o que dá título ao filme da diretora Mariana Rondón.

Nesse processo, Júnior é acusado de flertar com a homossexualidade, é associado, subjetivamente, com o perfil dos venezuelanos e suas relações com o cabelo, desde os estereótipos que estão no ambiente: bom aluno com o cabelo curto, cantando o hino composto no pátio da escola; o militar soldado, um dos destinos que tradicionalmente são atribuídos aos afrodescendentes na Venezuela, junto com boxeadores, costumeiramente carecas e a possibilidade da cabeça raspada para imitar Hugo Chávez, quando o falecido Presidente o fez para amenizar a aparência dos efeitos da quimioterapia que recebeu contra o câncer.

Passado na Venezuela o filme é notável por seu tratamento da questão da identidade. *Pelo malo*, é mais do que um filme sobre diversidade identitária é a expressão de uma rejeição de qualquer tentativa de impor ao povo alguma maneira de ser. Contra essa tentativa de imposição é que Junior se rebela, finge ser o que lhe permite explorar uma identidade com a possibilidade de sair do jogo.

Algo parecido é o que testemunha-se na reconfiguração ou criação das televisões públicas na América Latina, caso da *TeleSur*, uma tentativa de revisão da identidade televisiva na região, que, tão carimbada por intervenções externas de cunho doutrinador e impositor de modos e costumes estranhos aos locais.

Aqui, o ecossistema comunicacional baseado nas mídias públicas é marcado por ser heterogêneo. Ao lançar o olhar para os modelos existentes e buscar um exemplo a ser seguido, confirma-se a tamanha variedade das mídias públicas, com modelos distintos e seu relativo

sucesso. Canais que cobrem todos os espectros nacionais, bem estruturados economicamente, potentes e com significativas audiências, convivem com pequenas emissoras escanteadas, quase marginalizadas e com significativo déficit financeiro como aponta Becerra (2015;2017) que discorre mais detalhadamente sobre o processo e significado político.

Com uma história de pouco mais de meio século a televisão tem gerado uma grande controvérsia sobre sua missão, se é que é possível apontar uma missão para um objeto inanimado fruto do desenvolvimento tecnológico, o debate que não começou aqui e tão pouco aqui se encerra é sobre sua existência, normas e função social de seu conteúdo emitido.

Chávez com a ajuda de assessores e militantes além-fronteira, traçou estratégia para adentrar esse universo, antes, porém, consolidou uma carta magna constitucional onde referendava a importância da comunicação para a garantia dos direitos humanos. Ele mesmo que após a promulgação da constituição bolivariana de 1999, sofreu um golpe de Estado com apoio dos empresários da mídia locais, reorientou sua política para a consolidação dos direitos conquistados, a crítica e politização das percepções populares sobre as conquistas de massa e, cercou-se de vizinhos que compreendendo seu papel e ativismo, orientaram políticas de comunicação com alguma semelhança a vista na República Bolivariana da Venezuela. Ainda que em determinado momento tem-se a impressão de uma comunicação de guerrilha, como citado por nosso entrevistado Eduardo Castro, parece ter sido esse o caminho para que o país resistisse as pressões internacionais chegadas, sobretudo através das agências e canais midiáticos foraneos.

O poder sempre esteve associado à comunicação, a melhorar a comunicação, a desenvolver melhores narrativas de convencimento e dominação, quiçá, comunicar para transformar. Ainda que com o advento da internet, podemos afirmar que a televisão é o veículo mais influente da comunicação de massa no tempo presente, prova disso é a pesquisa da Secom, vista acima, confirmando que quase 90% da população afirma que se informa principalmente através do noticiário televisivo. Mesmo que campanhas sejam feitas para que aumente a aderência à digital comunicação móvel, a televisão ainda é a vedete da comunicação de massa.

Chávez ao articular a criação da Televisão do Sul, Brasil e Argentina ao reconfigurarem suas redes públicas e, de alguma forma, sendo parceiros comerciais ou na troca de conteúdos, aderirem ao projeto iniciado com o comandante da revolução bolivariana, buscaram uma alternativa, muito tímida no caso brasileiro, contra-hegemônica ao padrão dominante em seus países, porém, o poder não se negocia, o poder se conquista, e esse diálogo com o mercado através do produto televisivo ou de executivos seus indicados para

postos públicos, conforme crítica de Beto Almeida ao caso Eugênio Bucci, ainda não teve um fim, apesar dos reverses. Sobre a criação da Telesur e a dificuldade de relação com a direção da emissora pública da época, criticando Eugênio Bucci, Beto Almeida afirmou:

O Brasil não se tornou sócio da *TeleSur*. O que fizemos para superar essa limitação foi firmar um convênio com a Rádiorbras, já era o Eugênio Bucci [presidente], o convênio nos dava possibilidade de cooperação com a Radiobrás na área de imagem, recursos humanos, operacional, mas eles não utilizavam a programação da *TeleSur*, eles preferiram comprar da *Associated Press* e agências internacionais enquanto nós [*TeleSur*]oferecíamos gratuitamente, então o problema era político, limitação, preconceito mesmo. O governo Lula não tinha chegado totalmente na Rádiorbras... Por exemplo, o Eugênio Bucci fez campanha contra a Voz do Brasil sendo presidente da Rádiorbras e nós defendemos a Voz do Brasil como a primeira experiência de regulamentação informativa da história da imprensa brasileira. (Entrevista para o autor).

Este é um jogo que ainda está sendo jogado, e não se iniciou há pouco, é um jogo secular de poder pelo domínio do imaginário e controle das mentalidades. É o jogo das forças econômicas de um lado, tentando apropriar-se de seus conteúdos, controlar as mídias, criando e também censurando conteúdos e usando a máquina financeira para em nome da liberdade de expressão advogar para o mercado, determinar políticas, empoderar e golpear governos. De outro lado, as forças produtivas, as Maiorias Minorizadas, buscam através de governos com perfis progressistas uma oportunidade de interferir publicamente, comunicando possibilidades de políticas mais humanistas, inclusivas e emancipadoras. Propondo agendas políticas como a que adotou Chávez e seus companheiros naquele momento, assim como Cristina Kirchner na Argentina. É um jogo pelo direito conquistado de comunicar a sua verdade no sentido de Foucault:

Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade (FOUCAULT, 2016, p. 54).

Considera-se que os retrocessos políticos, a recuada dos avanços progressistas no campo social perpassa a comunicação e desta monta estamos num estado de transe coletivo. O conflito está instalado, a ação política está dada e a história é quem conduz. Entrevistados questionados sobre o processo consideram que:

Para poder fazer esse enfrentamento e ganhar, não simplesmente dar tiro no peito, eu advogo que a gente pense, sobretudo, nessa questão da comunicação, que a gente tenha um projeto muito claro de acumulação de forças e que a gente possa de fato fazer uma virada, até porque uma das razões da nossa derrota também está ligada ao fato de ao não ocupar os

meios de comunicação... deixa eu explicar, não é encapar e acabar com a liberdade - pra mim, a palavra é: radicalizar a liberdade de imprensa e dar a voz a todos os setores da sociedade, ao não realizarmos essa operação fundamental, nós abrimos mão, no fundo, da grande disputa política e ideológica no meio da massa, porque só faz disputa ideológica com a massa se você tem como falar com essa massa. Nós conversamos com essa massa do ponto de vista de conceber e a permitir a essa massa acesso a bens e a consumo e a direitos que nunca tinham sido conquistados, mas nós não interpretamos nem fizemos releitura com a massa do significado histórico de projeto (CARVALHO, 2017. Entrevista para o autor).

Eduardo Castro (2017) pondera sobre o papel da Televisão pública, traz sua visão sobre o processo de desconstruções dos avanços conquistados e alerta para a questão da radicalidade:

Olhando aí pelo meu lado, de profissional no setor há quase 25 anos, acho que é muito pouco tempo [para uma mudança concreta e evitar os retrocessos advindos do golpe], porque se a gente tivesse trabalhado na ruptura, muito provavelmente o que aconteceu na argentina iria acontecer também no Brasil [fala da derrota de Cristina Kirchner em fazer seu substituto]. Existiria o risco Venezuela, que era uma imprensa/comunicação de combate, eu tenho amigos que fizeram a comunicação da campanha do presidente Chávez, a última, eles voltaram de lá assustadíssimos. Temos que evitar a Venezuelização da comunicação, porque na Venezuela hoje (já há alguns anos) você não tem a possibilidade de ligar a televisão, rádio ou jornal, "sabendo" o que de fato aconteceu. Não tem. Você tem uma versão feita por um lado e outra feita por outro. Tanto que no começo se falava em a TV pública ser um contraponto à TV comercial.... eu que tenho um preparo acadêmico muito menor pra isso, eu dizia assim, "não quero ser o contraponto, quero ser o ponto. Porque se eu for o contraponto, eu posso ser interpretado como uma mentira com sinal de menos, sinal contrário, aí eu não me consolido. A partir do momento que cai o governo que apoia esse projeto, cai a iniciativa também. A Helena Chagas [ex-diretora de jornalismo da EBC e ex-secretária de Comunicação de Dilma Rousseff] falava muito "medir com a régua", tem que medir com a régua e dar centímetros iguais, é óbvio que isso era interpretado pelo lado que estava faminto por comunicação, como ceder para o outro lado. A matemática não é você ter o seu canal e eles terem o deles, a matemática para a comunicação pública ser eficiente, é ela ser livre. Eu acho que se a gente (Brasil) tivesse feito um investimento maior nessa largada, talvez a gente tivesse ganho um espaço, mas não a credibilidade. A gente vai lembrar que foi um governo e meio, levando em conta que seriam dois mandatos... esse tempo, 8 anos, até menos, levou um ano para a roda girar e mesmo assim girou em falso mais um, então 6 anos é muito pouco [Fala do governo Dilma]. A comunicação está colocada aí há 70 anos, esses grupos hegemônicos estão lá há 60 anos... foi uma boa tentativa. Esse último ano e meio foi muito amargo quando eu me lembro do período, que eu saí chutado da TV, saí ainda no governo PT, eu nunca fui do PT, não participei nem do movimento estudantil, sou um profissional conquistado realmente pela ideia, fui pago para fazer o que eu fiz. Minha militância se deu profissionalmente, eu fui militante pago da causa. Dei o melhor de mim, não só pelo que eu acreditava, mas também porque eu tinha tempo e tranquilidade para trabalhar com aquilo o tempo todo. Então eu tive esses últimos dois anos de muita amargura, porque nesse

momento não sobrou nada. Aquilo acabou, como processo continua, mas como iniciativa de comunicação pública acabou no âmbito e com a chance. Isso me entristece muito. (Entrevista para o autor).

Enfim, a saída do transe não é para já, como colhido nos dados para a tese, nas entrevistas realizadas, tem-se a impressão de que há muito que ser reconfigurado para que a entidade povo tenha o controle dos meios públicos em suas mãos, seja dono de seu destino e consiga suas necessidades comunicadas e realizadas.

Como visto na greve geral do dia 28 de maio de 2017⁸⁰ contra as reformas da previdência e trabalhista proposta por Michel Temer, os canais televisivos agendam um discurso⁸¹ favorável⁸² ao establishment quando lhes são interessantes e as reformas no Brasil e na Argentina, como verificado pelas notícias sobre a greve dos profissionais de educação no país vizinho, são reformas de interesse do grande capital, os quais coadunam e estão inseridos os empresários que possuem as concessões dos canais televisivos. Neste pacote midiático, violência contra trabalhadores, estudantes, professores ou indígenas e camponeses são vistas como ação contra aqueles que tentam impedir a modernização do Estado e de seus marcos regulatórios, jamais como uma barbárie contra seres humanos na refrega contra a perda de direitos e contra políticas reformistas não debatidas a exaustão com a sociedade.

⁸⁰ Le Mond (França) Disponível em: < http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2017/04/29/bresil-une-greve-generale-historique-mais-d-une-ampleur-moindre-qu-escomptee_5119793_3222.html > Acessado em: 29 de Abril de 2017.

New York Times (EUA) Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/04/28/world/americas/brazil-general-strike.html?rref=collection%2Ftimestopic%2FBrazil&action=click&contentCollection=world®ion=stream&module=stream_unit&version=latest&contentPlacement=1&pgtype=collection&r=1> Acesso em: 02 de Março de 2017.

⁸¹ TV Bandeirantes promove discurso sobre os prejuízos da greve para quem quiser trabalhar e não foca nas causas e motivos da greve. Disponível em: < <http://noticias.band.uol.com.br/bandcidade/rs/video/2017/04/26/16201747/greve-geral-entenda-as-motivacoes-e-consequencias.html>> Acesso em: 02 de Maio de 2017

Globo e editora Abril fazem parceria na divulgação de notícias sobre o “caos” “provocado” pelos grevistas. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/ao-vivo-a-greve-geral-e-os-protestos-pelo-brasil-nesta-sexta/>> Acesso em: 02 de Maio de 2017.

⁸² Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/temer-mandou-a-imprensa-obedeceu-cobertura-nao-fala-ou-foca-na-greve>> Acesso em: 02 de Maio de 2017.

CAPÍTULO 04

4.1 BRASIL E ARGENTINA: O CASO DA TELEVISÃO PÚBLICA COMO ASPIRAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA NA AMÉRICA LATINA

O objetivo deste capítulo é focar na compreensão de como as transformações no campo da comunicação pública televisiva conduzida pelos governos progressistas da Argentina e do Brasil contribuíram para a proposta de uma comunicação contra hegemônica na Região. Após abordagem no capítulo anterior sobre o marco inicial que foi a criação da *TeleSur*, o significado daquele empreendimento para os governos aliados e a população atendida, propõe-se aqui compreender as estratégias de reconfiguração das políticas comunicacionais por meio da *Ley de Medios* da criação da TDA na Argentina e da Lei que criou a EBC no Brasil, já desconfigurada no período de governo de Michel Temer⁸³. A percepção preliminar aponta que apesar das transformações geradas por este breve ciclo progressista na região, o espaço público midiático segue submetido a uma lógica comercial de funcionamento e traz como denominador comum o apelo ao consumo de suas mídias sem fazer com isso contraponto ao sistema de mídias hegemônicas.

Considera-se que apesar das transformações geradas por este breve ciclo progressista na região, o espaço público midiático segue tutelado por uma lógica comercial de funcionamento e traz como denominador comum o apelo ao consumo de suas mídias sem fazer com isso contrapeso ao sistema de mídias hegemônicas. Aqui tem-se fome de informação plural e democrática. Tem-se fome de verdades e de alimentar-se com o colorido da diversidade ideológica e informativa.

Parece estar-se preso naquele pequeno quarto da antiga favela do Canindé, de onde e, onde todos são Carolinas de Jesus escrevendo o diário de lutas pela sobrevivência e reversão do jogo ditatorial da comunicação imposto. Como ela, sentem-se, os deste lado do hemisfério, desamparados e com pouca esperança de mudança ao ver o quadro da luta contra-hegemônica, anticolonialistas, e as autocríticas dos representantes. São, somos Carolinas tontas, com fome de nos vermos representados, de termos um meio público forte, que tire o ar de nossos estômagos. “A tontura do álcool nos impede de cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago” (JESUS, 1960, p. 45).

⁸³ Disponível em: <<http://www.intervezes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29692>> Acesso em: 11 de Abril de 2017.

Na tentativa de criar um meio que fosse contra a hegemonia das mídias comerciais tradicionais, muitos dos governantes envolvidos no processo foram acusados da tentativa de controle da opinião pública. É certo que para os que tomam decisões, as mídias têm enorme capacidade de influência social, política e econômica, e os poderes políticos, também por isso, sofrem forte tentação de controle sobre elas. Principalmente quando se configuram como seus principais patrocinadores.

Porém, a grande importância dos meios de comunicação no moderno espaço público político gera uma preocupação especial na garantia da pluralidade e independência dos sistemas midiáticos como condição essencial para o desenvolvimento democrático.

O processo está em aberto, as mudanças significativas e possivelmente contra hegemônicas, emancipatórias, ainda não foram consolidadas. Diante das mídias guiadas pela lógica do lucro empresarial e pelas leis de mercado, frente às mídias estatais, que muitas vezes são utilizadas apenas como braço propagandista do governo, o papel das mídias públicas deveria ser o de informar, educar, entreter e incentivar uma visão crítica do mundo, associando-se aos interesses gerais da sociedade de forma plural e inclusiva, emancipatória, que promova o livre pensar e emancipe as mentes, capaz de trilhar um futuro condizente com o anseio das Maiorias Minorizadas, deveriam constituir um dos principais pilares aglutinadores dessa população invisível que se quer cidadã plena e atuante em suas sociedades. Essa televisão pública reconfigurada, como se quis e acreditou nesse período estudado deveria ser partícipe das transformações ocorridas e exibidoras da revolução educacional, social e mental que se ensaiou durável e verdadeiro no período. Porém, como apresentado ao longo dessa narrativa trazida em capítulos distintos e conectados, nos moldes postos, “A revolução não será televisionada”.

O leitor que acompanha a construção desse olhar crítico e comparativo sobre as relações sociais mediadas na América Latina, ainda que focado em Brasil e Argentina, terá percebido que esse estudo comparado trata, subjetivamente, das relações sociais proporcionadas pelo capitalismo moderno. Esses avanços paralisantes⁸⁴ são como uma particularidade desse capitalismo legado às Maiorias Minorizadas, sempre cercadas e tendo seu avanço e emancipação cerceados pelos jogos e interesses monopolistas dos grandes padrões. Aqui é possível perceber que esses empresários estão umbilicalmente conectados em seus interesses e ganancias, onde a empresa midiática exerce um forte fator de coerção social

⁸⁴ Expressão ouvida de Carlos Alberto Medeiros em palestra sobre raça e sociedade no Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RFYQ6axQSho>> Acesso em: 30 de Junho de 2017

seja junto a massa, seja na lida com os governantes que dependem da imagem para serem consagrados em seus postos.

Se antigamente na luta pelas terras da América, África e Ásia, a posse de grandes colônias era a única forma de garantirem o êxito do monopólio contra todas as contingências de luta contra o adversário colonial e contrastar as resistências anticoloniais, nesta modernidade mundo (ORTIZ, 2006) o acúmulo de empresas comunicacionais sob o controle de um mesmo grupo, o constrangimento intelectual de quem se opõe a concordar com o saber acrítico de alguns departamentos de estudos da comunicação alinhados ao capital, e a pressão junto aos políticos que vislumbram uma comunicação plural e emancipatória é a orquestração definitiva do capital se reinventando para dominar, reconfigurar e continuar.

Viu-se desde uma abordagem crítica e anticolonial apresentada como uma alavanca para pensar uma televisão crítica, diversificada e inclusiva às teorias que proporcionam um pensar emancipado, que as hegemonias multidimensionais constituem-se resultado da reconfiguração do imperialismo capitalista. Talvez esse imperialismo seja a face monopolista do capitalismo avançando sobre a região, se impondo sobre os governantes desde a segunda guerra europeia, controlando o destino de países, articulando golpes de Estado com a mídia dependente e entreguista local e impedindo o avanço de projetos emancipatórios de governos que mais combativos uns, mais conciliadores outros, tentaram uma alternativa comunicacional ao ofertado pelo livre mercado na região sob tutela estadunidense. Com este condicionamento hegemônico é que se consolidou a fragmentação da ordem mundial, dos valores de vidas e comunidades tradicionais e do espaço público que se dá o nome de *Global governance* (ORTIZ, 2006, p. 106).

Sob o governo global que via seus meios de comunicação, regem nosso tempo, direitos, e perspectivas cidadãs, as desigualdades, as hierarquias e as relações de poder são naturalizadas em nome do funcionamento do sistema. “Encontramo-nos assim na antípoda de qualquer ideal cosmopolita, no qual a herança desigual do passado é passivamente incorporada pelo pensamento” (IDEM, IBIDEM). É desta antípoda, da percepção que estamos no contrário do caminho desejado, que os líderes políticos analisados nesta pesquisa propuseram uma nova onda para a televisão pública e, que sujeitos partícipes desta nova onda avaliaram para essa pesquisa o momento vivido, retrocessos e avanços que poderiam ter sido conquistados.

Desta forma, passou-se a um relato analítico das doze entrevistas consideradas para esta tese, que, além do que já foi incluído como citação anteriormente, contribuíram para a constituição analítica e do imaginário temporal desta pesquisa.

Guardadas as devidas diferenças, Brasil e Argentina estão sob um campo de influência externa estadunidense desde fins do século XIX. Desde quando a Inglaterra deixa de ser o império dominante, e este se trasnlada para o EUA, o que com todas as insurreições, negações, e conflitos políticos, ainda continua sendo a potência dominante e determinante local. Isso se reflete na sensação que perpassa todos os entrevistados que dizem em *castellano* ou português que “poderíamos termos feito mais” e situações, pressões e outras coisas mais impediu que avançassem, que fizessem o que poderia ser feito.

Sejam nas palavras de Jésica Tritten ou de Gilberto Carvalho, respectivamente assessores mais próximos dos presidentes Cristina e Lula, investigados em suas épocas. Seja na do ex-Assessor Especial da Presidência da República brasileira, André Barbosa, no governo Lula e parte do primeiro mandato Dilma, todos têm um sentimento de possibilidades e desejos não confirmados, porém, o impedimento, o muro que inviabilizou tal avanço não está nítido, exprimem apenas suposições para o não combate final em nome da matéria.

De 2008 a 2010 Gilberto Carvalho foi chefe do gabinete do governo do ex-presidente Lula, com status de ministro, porém, de 2003 até 2010, chefiou o gabinete pessoal. No governo Dilma foi ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, estando quatorze anos ininterruptos na linha de frente do poder, o que o coloca como o mais longo colaborador do período progressista brasileiro.

Frustrado com os avanços paralisantes dos governos que ajudou a montar, Gilberto Cravalho crê na necessidade de uma reconfiguração legislativa para as relações com a mídia. Sem isso, está convicto que não alcançaremos uma democracia verdadeira:

Acho que a deformação mais grave é que a concessão dos meios de comunicação, ao ficar ao livre arbítrio, sem maiores exigências num jogo entre poder legislativo e poder executivo, acaba sendo usado, como tem sido histórico no Brasil, como moeda de troca para o equilíbrio político, para a obtenção de apoio político. (2017. Entrevista para o autor).

Gilberto Carvalho coaduna com a mesma percepção que seu colega André Barbosa alimenta sobre Dilma Rousseff e sua desconfiança sobre o real poder dos meios de comunicação e a necessidade de regulá-los. Ao mesmo tempo em que André narra a árdua luta para o convencimento da ministra Dilma da importância da TV Digital e Interativa, no investimento na tecnologia Ginga e as desconfianças e desinteresse no tema por parte da então ministra, isso se solidificou durante sua presidência e a execução da parceria com o Japão para a concretização da tecnologia nipo-brasileira e/ou a implementação em fase de teste do projeto Brasil 4D, foi como a um parto de fórceps com o médico desinteressado na sofrência da mãe.

Esta relação de escanteamento do projeto de televisão pública nutre alguma relação com o primeiro mandato de Lula. Apesar da criação da EBC no segundo mandato, Gilberto Carvalho recorda⁸⁵ da perseguição do presidente às rádios comunitárias em seu primeiro governo e a luta acontecida para no final do segundo mandato, o ministro Franklin Martins conseguir encaminhar para o congresso o projeto de lei que mexia no sistema de concessões de canais televisivos e regulação midiática. Porém, "infelizmente o governo Lula demorou em fazer o envio do projeto para a Câmara e, naturalmente, quando a Dilma assumiu ela teve uma atitude contrária a esse projeto, mandou congelar". Na visão do ex-ministro, isso corresponde a uma imensa pressão que os meios de comunicação fizeram sobre o governo.

Nelson Breve Dias, jornalista e ex-presidente da Empresa Brasil de Comunicação, anteriormente, ex-assessor especial da Presidência da República, é outro que percebe o desinteresse no combate ao monopólio midiático e fortalecimento da televisão pública brasileira. Crê na necessidade de uma regulação construída por leis que permitam a participação social e fortaleça o ambiente democrático inexistente nos dias atuais.

Nelson Breve Dias, assim como fez Carvalho, recorda que as concessões televisivas desde os governos militares têm sido usadas como moedas de troca para a busca de apoio de aliados de fora do Partido dos Trabalhadores e da esquerda progressista, exemplo disso é o pedido de concessão da TVT, TV dos Trabalhadores, feito durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que ficou congelado em quase todos os dois governos Lula, só sendo concedido⁸⁶ ao final do seu segundo mandato. "Portanto, o que eu entendo é que o modelo está desvirtuado. Se o proselitismo é vedado, por que está permitida a venda dos canais para as igrejas"? (2017. Entrevista para o autor).

Entende-se que os entrevistados, brasileiros e argentinos buscam compreender uma espécie de mudança acontecida sob os governos trabalhistas e justicialistas que da plataforma eleitoral para o governo de fato, tiveram que fazer mudanças de rumo e negociar com o capital e seus gerentes que batiam à porta. Parece que vimos acontecer conversões pessoais para criar um consenso ideológico impossível entre governo e sociedade mediada. Um jogo de forças e contradições subjacentes se estabeleceu e talvez nunca tivesse deixado de permear a realidade de quem ocupa a cadeira presidencial. O aparato bélico da comunicação hegemônica, ao perceber as transformações em curso, foi utilizado para manter sob controle

⁸⁵ Esta matéria da Folha de São Paulo de 29 de janeiro de 2003 ilustra bem o início deste cerco. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2901200313.htm> > acesso em: 25/Agosto/2017.

⁸⁶ Disponível em: < <http://www.contrafcut.org.br/noticias/lula-assina-decreto-que-concede-canais-de-radio-e-televisao-aos-trabalhadores-b155> > Acesso em: 29/Agosto/2017.

antidemocrático das condições políticas, raciais e socioeconômicas estabelecidas historicamente. No todo, são características de uma nova época histórica, e não de acontecimentos efêmeros de uma nova conjuntura, como define Mészáros (2012.p. 15).

Argentinos e brasileiros acreditam que as transformações na região tiveram grande impulso com a postura vista na Venezuela de Hugo Chávez, o golpe sofrido com articulação dos empresários de mídia locais e que sua luta em favor da comunicação pública foi de grande influência para países como Argentina, Bolívia, Equador e Uruguai. Excetuando o Brasil, cuja visão dos presidentes da vez não viam urgência nas transformações internas, como pontua Nelson Breve e Eduardo Castro. Castro fala ainda do risco de “venezuelização da comunicação”. Sobre essa política de democratização da comunicação, regulação e transformações objetivas no processo que, inclusive, poderiam levar a uma menor participação dos meios comerciais no apoio ao golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, eles dizem:

Breve- Acho que houve alguma vontade, em alguns momentos mais, outros menos, dependendo da conjuntura, mas nunca nada levado muito a sério com o medo de fazer o enfrentamento com os grandes grupos de comunicação à medida que isso poderia se voltar contra os governos e travar outras áreas que estavam tendo avanços no sentido progressista e que, portanto, essa seria uma área considerada [de menor importância] vamos ver isso mais tarde, depois que a gente tiver resolvido algumas coisas mais importantes a gente vê essa questão, mas não é prioridade... o que na minha visão é um grande equívoco de estratégia política. (Nelson Breve, 2017. Entrevista para o autor).

Castro- Eu acho que não daria tempo para evitar. Olhando aí pelo meu lado também de profissional no setor há quase 25 anos, eu acho que é muito pouco tempo, porque se a gente tivesse trabalhado na ruptura, muito provavelmente o que aconteceu a Argentina ia acontecer também no Brasil. O risco Venezuela, que era uma imprensa/comunicação de combate, eu tenho amigos que fizeram a comunicação da campanha do presidente Chávez, à última, eles voltaram de lá assustadíssimos. Temos que evitar a Venezuelização da comunicação, porque na Venezuela hoje (já há alguns anos) você não tem a possibilidade de ligar a televisão, rádio ou jornal, ”sabendo” o que de fato aconteceu. Não tem. Você tem uma versão feita por um lado e outra feita por outro. Tanto que no começo se falava em a TV pública ser um contraponto à TV comercial... eu que tenho um preparo acadêmico muito menor pra isso, eu dizia assim, “não quero ser o contraponto, quero ser o ponto. Porque se eu for o contraponto, eu posso ser interpretado como uma mentira com sinal de menos, sinal contrário, aí eu não me consolido. A partir do momento que cai o governo que apoia esse projeto, cai a iniciativa também.”. A Helena Chagas falava muito “medir com a régua”, tem que medir com a régua e dar centímetros iguais. É óbvio que isso era interpretado pelo lado que estava faminto por comunicação, como ceder para o outro lado. A matemática não é você ter o seu canal e eles terem o deles, a matemática para a comunicação pública ser eficiente, é ela ser livre. Eu acho que se a gente (Brasil) tivesse feito um investimento maior

nessa largada, talvez a gente tivesse ganhado um espaço, mas não a credibilidade. A gente vai lembrar que foi um governo e meio, levando em conta que seriam dois mandatos... esse tempo, oito anos, até menos, levou um ano para a roda girar e mesmo assim girou em falso mais um então seis anos é muito pouco. A comunicação está colocada aí há 70 anos, esses grupos hegemônicos estão lá há 60 anos... foi uma boa tentativa. Esse último ano e meio foi muito amargo quando eu me lembro do período, que eu saí chutado da TV, saí ainda no governo PT, eu nunca fui do PT, não participei nem do movimento estudantil, sou um profissional conquistado realmente pela ideia, fui pago para fazer o que eu fiz. Minha militância se deu profissionalmente, eu fui militante pago da causa. Dei o melhor de mim, não só pelo que eu acreditava, mas também porque eu tinha tempo e tranquilidade para trabalhar com aquilo o tempo todo. Então eu tive esses últimos dois anos de muita amargura, porque nesse momento não sobrou nada. Eu falei sério, depois dessa mudança de lei era melhor mudar o nome da agência, o nome televisão e da empresa, para não iludir as pessoas de que aquilo ainda existe. Aquilo acabou, como processo continua, mas, como iniciativa de comunicação pública acabou no âmbito e com a chance. Isso me entristece muito. (Eduardo Castro, 2017. Entrevista para o autor).

Desde o achado da pesquisa, percebe-se que o tema de fundo dos avanços e retrocessos que impediram o televisionamento da revolução social e cultural vivida nesse período investigado e que, deu base para muitas transformações pessoais de membros das Maiorias Minorizadas, é o que pesquisadores chamam de economia política da comunicação, essa que começa a se desenvolver mais objetivamente na Europa dos anos 1960, naquele momento debatendo o desequilíbrio dos fluxos de informação e produtos culturais entre os países, e que a partir de 1975, se encaminha para a reflexão da influência sobre as indústrias culturais, “no momento que as políticas governamentais de democratização cultural e a ideia de serviço e monopólios públicos são confrontadas com a lógica comercial num mercado em vias de internacionalização” (MATTELART, 2003, p. 113).

Subjetivamente, acadêmicos e políticos atuantes na área comunicacional buscam compreender a complexidade dessas diversas indústrias culturais para melhor atuação dentro desse processo de valorização das atividades culturais pelo capital, o que também significa impedir, ou reduzir a participação e investimentos na máquina pública para que essa não se consolide como um ator privilegiado, o que é esperado por essa massa desamparada por que despossuída de capital.

Essa percepção construída ao longo das entrevistas, vivências e pesquisa bibliográfica sobre o tema, encontra substância em outros analistas do período, caso de Dantas (2013) que identifica o atraso ou avanço no desenvolvimento dos países do Sul como associados aos interesses e mediações sociais dos oligopólios comunicacionais. Coaduna que a Venezuela é o grande impulsionador dessas mudanças recentes na comunicação da região. “Em casos como

o Equador e da Bolívia, implica dotar importantes comunidades indígenas, pela primeira vez, em suas histórias, de meios de comunicação nas suas próprias línguas”, (p.144).

Becerra (2015, p. 144) também concorda com a liderança da Venezuela de Hugo Chávez na questão e sua influência nos demais processos regionais, porém considera que a idéia de chamar os meios oligopolizados de “hegemônicos” é restritivo para a compreensão das grandes diferenças que exibem os sistemas de meios na região, e um termo redutor para a realidade possível para as respostas dos governos e dos demais grupos sociais na condução do sistema. Aduz que a ideologia dos governos da vez não pode ser compreendida como a variável principal para os estudos das transformações recentes na área das políticas de comunicação, isso por que, as transformações das leis e regulações nos países latinoamericanos não estão enclausurados apenas nos países com governos de esquerda. México e Colombia também promoveram projetos regulatórios e demarcaram o terreno estatal, para além dos interesses da esquerda. O autor argentino, de certa forma dialoga com a visão de Gilberto Carvalho e Nelson Breve sobre o tema.

Carvalho- Na verdade, não é como se fosse uma influência, é mais uma resposta ao stablishment que sempre resistiu muito por influência da política norte americana a um pensamento mais progressista, mais alinhado com os interesses da classe trabalhadora e menos com a classe empresarial, então... na medida em que governos mais identificados com os interesses do trabalhador chegam ao poder e encontram nos meios de comunicação uma barreira na implementação do programa que foi vitorioso nas urnas. O que se desenhava no processo latino americano é você ter um modelo que a esquerda chega ao poder para implementar um programa e os meios de comunicação da direita oligopolizados barram esse projeto fazendo com que a população fique descontente com esse governo e, portanto, derrubem esse governo nas eleições seguintes. Aos poucos, cada um com suas características, foram resolvendo esse problema, fazendo chegar melhor à população. É importante você ter a comunicação pública como uma referência para as pessoas, mostrando que é uma coisa equilibrada, pra dar uma linha de equilíbrio. O que aconteceu no Brasil foi ligeiramente diferente dos outros países pelo modo de fazer, mas em todas elas foi dar uma resposta ao modelo que se constituiu em toda América latina de reproduzir o modelo americano privado de comunicações, no entanto, sem os mecanismos de freios e contrapesos que eles têm em regulação econômica nos Estados Unidos. (Gilberto Carvalho, 2017. Entrevista para o autor).

O que foi possível acompanhar nesses últimos anos na região é um embate sobre o método a ser utilizado nas transformações comunicacionais dos países que se dispuseram a mudar suas relações com os grandes agentes capitalistas e, se colocar mais soberano frente ao EUA. Porém, é fraco o equilíbrio entre governantes e governados, eleitores dos governantes, na hora da ação e sobre a melhor forma de agir, isso leva a uma fragilidade da ação política que geram ações e propostas caducas, não permanentes. Exemplo dessa afirmação é que após

ser eleita para o segundo mandato com mais de 50% dos votos válidos, com grande distância de seu concorrente mais próximo e, após uma grande batalha política e judicial com o maior grupo comunicacional do país o Clarín, devido, também, a uma série de retrocessos e não avanços, também, na política comunicacional, como a não redução do sistema de canais pagos e a estagnação na implantação dos canais digitais no interior do país, Cristina Kirchner não conseguiu eleger, por muito pouco o seu substituto, sendo sucedida pelo representante dos interesses do capital oligopolizado, Mauricio Macrí, que, ainda que sob uma grande impopularidade tem revertido decretos e leis democratizantes e com viés emancipatório, também, na área comunicacional. Crítica essa trazida por Luis Lazzaro no segundo semestre de 2015 para a pesquisa, onde a possibilidade de não fazer seu sucessor nas eleições seguintes já era palpável.

Lazzaro- La televisión por cable y por satélite, es decir la televisión de pago domina hoy el 80% de los accesos a la televisión en la Argentina, y por lo tanto no es un elemento democratizador necesariamente porque requiere un recurso económico. En ese sentido, la Televisión Digital puede ser una herramienta para hacer accesible contenidos televisivos, hoy solamente con una penetración de uso creo que está en el orden del 10 o 15% de la población. Y no ha logrado todavía el despegue, a pesar de que ha tenido un fuerte impulso del Estado su despliegue, no ha tenido todavía condiciones de competencia real con los sistemas de televisión por cable o por satélite en cuanto a contenidos, en cuanto a diversidad de contenidos, etcétera. Sí tiene un sistema de cobertura poblacional muy fuerte, casi del 90% de la población, o sea que no hay una relación entre su cobertura poblacional y su uso como recurso de comunicación. No tiene desarrollado, a mi juicio por falta de políticas públicas más activas, un esquema de difusión de su capacidad, y mucho menos de sus posibilidades en términos de la actividad. Puede ser un elemento democratizador de la comunicación, puede ser un recurso tecnológico de acceso a la cultura, pero requiere todavía de un conjunto de políticas; primero, que difundan sus posibilidades; luego, que capaciten en cómo utilizar (hoy es común que el mercado de electrodomésticos ofrezca y venda muchos productos que tienen sintonizador de Televisión Digital incorporado, pero la gente no lo sabe, es decir, sigue buscando la conexión de cable, o la conexión de internet, o la bajada satelital, es decir, no sabe que tiene esa posibilidad en su aparato, que con una antena podría recibir señal). Entonces, si uno piensa en posibilidades de combinación tecnológica, por ejemplo, de televisión abierta e internet, porque el principio de interactividad en Televisión Digital por lo menos requiere de una conexión a internet todavía. Así que digo, para contestar a tu pregunta, me parece que es una herramienta muy valiosa, con un gran potencial que todavía no ha sido desarrollada en un 100%, que tiene una tensión fuerte con el mercado (el mercado no tiene interés en que se desarrolle esta tecnología), y que en el caso de la Argentina tiene recursos muy valiosos de contenidos (que también tiene que ver son el marco jurídico de la comunicación en el país), por ejemplo contenidos deportivos de alta calidad, los principales eventos deportivos están disponibles hoy por Televisión Digital Abierta en HD, con buena definición. Eso tampoco tiene todavía una adecuada difusión, no está promocionado. (2015. Entrevista para o autor).

O que Lazzaro e, anteriormente Beto Almeida colocam como dificuldades que levam ao desperdício de oportunidades tanto políticas como emancipatórias para essa Maioria Minorizada vitimizada pelo restrito acesso a pluralidade de vozes comunicacionais, é o que André Barbosa, Eduardo Castro e Nelson Breve relataram sobre a insuportável e extenuante luta para o convencimento dos gestores sobre a importância de se desenvolver o middleware Ginga, com tecnologia compartilhada Brasil-Japão, as desconfianças em relação ao projeto e as travas para a execução de seu produto final que era o Brasil 4D, e ainda a incompreensão de uma política de comunicação estratégica que ultrapassasse a visão do marketing. Sobre a dificuldade em implementar um projeto desenvolvido durante o governo Lula e Dilma, a fala de Nelson Breve define:

Perdeu força porque não se acreditava nisso, o país e suas políticas públicas refletem muito a cabeça do governante do momento, e a cabeça da presidenta é uma cabeça de economista que pensa no país enquanto formação econômica a partir da base da sua energia, que a energia é a base de todo o esforço de desenvolvimento do país. É uma cabeça muito específica nessa área e as outras questões se tornam periféricas para ela. (2017. Entrevista para o autor).

Percebe-se assim que, o que os governantes investigados não compreendem, seja no Brasil ou Argentina, é que a comunicação estratégica, o avanço da televisão pública está para além do marketing político ou da luta fratricida como de torcidas de futebol contra o outro, relembra-nos à McLuhan (2007) alertando que a complexa rede de comunicação moderna afeta profundamente a visão e experiência de mundo do ser humano, a concepção sobre o outro e de si mesmo. Esta comunicação seria uma espécie de extensão do corpo e de nossa própria inteligência. Daí que não agir para que o sistema público produza e se rearticule a partir de novas tecnologias possíveis, seria como uma desinteligência em relação às possibilidades comunicacionais, uma visão reduzida, disciplinar, num mundo que se coloca vasto e interdisciplinar.

O filósofo percebe esta dificuldade de compreensão dessa extensão quando diz: “A existência de uma fronteira ou muro, atrás do qual existe outra espécie de sociedade, é uma forma semelhante de desafio para as mais diversas culturas. A simples existência, lado a lado, de duas formas de organização, é suficiente para gerar tensão em alto grau” (IDEM, IBIDEM, p.90). Diz ele da organização social tradicional e da organização social proporcionada pela mediação dos meios, a da virtualidade, da incerteza das possibilidades e avanços desde o processo tecnológico em rápido desenvolvimento e interação com o humano: “O que estou querendo dizer é que os meios, como extensões de nossos sentidos, estabelecem novos índices

relacionais, não apenas entre os nossos sentidos particulares, como também entre si, na medida em que se inter-relacionam” (MCLUHAN, 2007, p.72).

4.2 Brasil Digital com Desenvolvimento, Diversidade e Democracia. Brasil 4D

Gerar para a Maioria Minorizada, a possibilidade de acessar informações e serviços públicos a partir do controle remoto, este foi o propósito inicial do Projeto Brasil 4D nascido com o desenvolvimento do Ginga, que, por meio de um equipamento acoplado aos televisores, permite que beneficiários do Bolsa Família façam, em sua própria casa, consultas sobre vagas de emprego, capacitação profissional, serviços públicos nas áreas de saúde, educação, segurança e transporte, além de serviços bancários, cursos técnicos e de educação financeira.

O 4D do projeto aludem a sua proposta política e missão⁸⁷: Digital - universalização da televisão digital e de suas potencialidades, de acordo com o decreto nº 5.820/2006, que estabeleceu as regras para implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre. A televisão digital permite o acesso da população, em canal aberto e gratuito, não apenas ao conteúdo das emissoras, mas também à internet (músicas, jogos, programas de software, jornais e filmes) e a seus múltiplos usos, de forma interativa, com a oferta de múltiplos canais; Desenvolvimento com novas tecnologias de informação, promovendo a pesquisa, que gera mudança de realidade e impulsiona a sociedade do conhecimento; Diversidade, uma vez que, com a televisão digital em todo o país, será possível ver e estimular a diversidade brasileira, com seus diferentes sotaques e culturas; Democracia, com a participação maior dos cidadãos nos conteúdos e serviços oferecidos pelo poder público, por meio da interatividade da TV Digital.

Conforme Castro e Barbosa Filho (2016), o projeto piloto Brasil 4D foi iniciado em dezembro de 2012, através de um Canal de Serviços exibido pela TV Câmara de João Pessoa, exclusivamente para as 100 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em três comunidades de baixa renda da capital paraibana, foram transmitidos vídeos interativos produzidos pela TV da UFPB, UCB, UFSC e Banco do Brasil. A empresa de telefonia OI foi a responsável pela instalação da tecnologia 3G – que permitiu o canal de retorno.

Importante destaque nesse projeto foi que os celulares foram importantes aliados para o êxito do projeto-piloto de João Pessoa. As funções da interatividade na TV Digital foram

⁸⁷ Fonte: disponível em: < <http://www.ebc.com.br/brasil-4d/2014/02/o-que-e-o-projeto-brasil-4d> > Acessado em: 28/agost/2017.

mais associadas às funções do celular (elemento familiar de todos os pesquisados), já que o computador só, excepcionalmente, é utilizado pelos adultos.

As aplicações, que permitiram aos telespectadores interagirem com a programação do Canal de Serviços, foram desenvolvidas usando os perfis B+ e C do Ginga, o middleware do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre, que na ocasião não estavam completamente desenvolvidos. Posterior a esse teste em João Pessoa, a cidade de Samambaia no Distrito Federal recebeu uma nova fase de testes do projeto. Sob a coordenação da EBC levou a cerca de 100 famílias locais, benefícios econômicos e sociais por meio de ferramentas para acesso a serviços públicos e de apoio à pessoa e à família. Em João Pessoa, onde o projeto-piloto já foi encerrado, o uso desse equipamento também proporcionou vantagens desse tipo para as famílias que testaram o equipamento. A constatação está documentada no relatório “Brasil 4D – Estudo de Impacto Sócio Econômico sobre a TV digital Pública Interativa”, publicado em 2013 pelo Banco Mundial.

Conforme dados colhidos em Castro e Barbosa Filho (2016) e na participação de André Barbosa Filho, então coordenador do Projeto Brasil 4D em comissão no Senado Federal para debater a migração da TV Digital⁸⁸, esse relatório identificou uma economia de R\$ 12 por mês com transporte e lanches, principalmente para aqueles que buscam empregos. Parece pouco, mas é muito, se considerarmos que o salário médio das famílias atendidas pelo Bolsa Família, público que recebeu os primeiros equipamentos nessa fase de testes, era de R\$ 173. A conclusão trazida pelos autores do relatório foi pescurada após um mês de uso do equipamento na capital paraibana. Esse relatório do Banco Mundial embasou um estudo feito pela Universidade Estadual de Campinas⁸⁹ (UNICAMP), que fez projeções e chegou à conclusão de que, caso o Projeto Brasil 4D fosse estendido a 10 milhões de famílias, ele representaria, em dez anos, uma economia de R\$ 7 bilhões. O que como vimos não aconteceu.

O não avanço desse projeto associado à televisão pública no Brasil, e o seu sucesso em países parceiros que a partir da cooperação técnica levaram o Ginga para seus projetos de Televisão Digital e concluíram esses processos de migração com interatividade, tem muita relação com o que se compreende por comunicação, seu papel e as possibilidades interativas desta. O professor Balaguer e seu assistente Alvarez quando questionados sobre o uso do

⁸⁸Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/foto/2015-06/o-coordenador-do-projeto-brasil-4d-na-ebc-andre-barbosa-na-comissao>> Acesso em: 03 de Julho de 2017

⁸⁹Disponível em: <http://www.gingadf.com.br/blogGinga/livro/Brasil_4D.pdf> Acesso em: 03 de Julho de 2017

Ginga na Argentina e as possibilidades de inclusão social desta tecnologia, deram as seguintes respostas:

Alejandro Alvarez- Seguro, creo que sí, que viene aplicada a proyectos por ejemplo de educación, o proyectos fuertemente relacionados a lo social, se pueden hacer algunos aportes en el uso de la Televisión Digital interactiva.

Federico Balaguer- Sí, yo creo que está en el uso. O sea, una tecnología puede ser inclusiva cuando se le da un uso que vaya a la inclusión. Lo que es importante identificar es cuáles son los aspectos de inclusión que hace falta trabajar. Acá en Argentina es muy importante mejorar la información que tiene la gente en general sobre vacunas, o aspectos de prevención de enfermedades. Nosotros en el LIFIA⁹⁰ hemos hecho algunos prototipos, algunas pruebas en donde pensamos: bueno, si tuviésemos que hacer una campaña contra el dengue, ¿cómo sería una aplicación interactiva que ayude a pensar sobre maneras de luchar contra el dengue? ¿Es posible? Y bueno, sí, tenemos, si van a La Plata la van a poder ver. Entonces, ¿puede ser inclusiva? Sí, puede ser inclusiva. Bueno, la experiencia de João Pessoa muestra que puede ser inclusiva y puede ser inclusiva en muchos aspectos y tener un efecto dominó positivo. La gente se entera dónde hay trabajo, los ayudan a presentarse a los trabajos, no tienen que ir a moverse a la ciudad, gastar dinero para ir a buscar el trabajo, o sea, puede ser inclusivo. Hay que trabajar. Ahora, lo que digo es: la tecnología por sí no es inclusiva, nada es inclusivo. El uso de la tecnología puede ser inclusivo, y eso es lo que hace difícil. Bueno, hay que trabajar, hay que aprender cómo se usa la tecnología y cómo aplicarlo de la manera que uno quiera. (2015. Entrevista para o autor).

O que trata os entrevistados é que a tecnologia por sí só não promoverá a inclusão, o ser humano capacitado e com olhar crítico é que deverá promover o uso dessa tecnologia para a inclusão. Porém, como postula Becerra (2015) a luta na região é contra os monopólios, os avanços e retrocessos nessa área estão intimamente ligados aos interesses das empresas privadas locais e seus grupos de pressão. Esses inclusive, contra a participação pública ampliada na produção de alternativas emancipatórias ao capital, caso do Brasil 4D, criam programas e aplicações supostamente inclusivas que contam em seu desenvolvimento com o capital estatal, criando uma duplicidade de interesses do gestor público levado a liberar o investimento sob pressão dos grupos econômicos associados às empresas de comunicação e tecnologia. Sobre os grupos regionais e sua pressão sobre o Estado, ele diz:

Los grupos concentrados en la región han tenido un desempeño relacionado con los valores nacionales, es decir que conforman una suerte de marca identificada con la modernidad (tardía) de los países, dado que durante décadas contribuyeron a troquelar la cotidianidad de sus noticias y entretenimientos. Esa constitución ligada al espacio público nacional es cada vez más inestable debido al flamante cuestionamiento social y político que acusa el sector. Pero difícilmente los grandes grupos latinoamericanos

⁹⁰ LIFIA: Laboratorio de Investigación y Formación en Informática Avanzada.

podieron haber alcanzado la extensión y el predominio que hoy tienen en sus diferentes países sin la aquiescência de sucessivos gobiernos, el apoyo econômico del Estado y la fragilidad de una regulación que lejos de promover la diversidad, estimuló la uniformidade de actores y perspectivas en los mercados de medios (BECERRA, 2015, p. 147).

Esta narrativa crítica trazida, também por Becerra coaduna com o relato de André Barbosa Filho, um dos principais articuladores do processo, quanto as relações e dificuldades de se implementar algo que o próprio Estado havia contribuído com capital para o seu desenvolvimento, as nuances políticas, o jogo de poder e, os acordos promotores de poder pessoal e possibilitadores de capital eleitoral para os embates, certamente travaram o avanço dessa e de outras possibilidades emancipatórias no Brasil, especificamente. Sobre a iniciativa de criação de uma rede pública de televisão no Brasil, nascida com tecnologia avançada e inclusiva de uma parcela social sem acesso à pluralidade de vozes, Barbosa Filho ilustra parte dos bastidores da empreitada:

André Barbosa- Nós conversamos principalmente com o ministro Celso Amorim nas reuniões que a ministra Dilma organizava na Casa Civil no qual o Ministério das Relações Exteriores era parte e a ideia que nasceu da gente poder criar um sistema latinoamericano [de TV Digital] nasce nessas reuniões, eu fui um grande incentivador disso, porque as pessoas não acreditavam naquele fórum que ainda não tinha sido criado, mas que já estava ali o grupo gestor e já depois mais tarde se tornaria o Fórum da TV Digital, que as pessoas não acreditavam porque não tinha como importar o televisor, já vinha com sistema americano, vinha com sistema japonês que não era o nosso que não tinha o Ginga, como que era colocar o Ginga? O Ginga era um sistema jaboticaba, então colocava todos os empecilhos para que isso não acontecesse, mas nós convencemos aos trancos e barrancos a ministra Dilma e o presidente Lula para dar dinheiro pra gente... a gente convenceu os governos a fazer reuniões de disseminação do que era o nosso projeto e isso é muito importante porque nós entendemos a televisão brasileira baseada na interatividade que era um diferencial que dava uma emoção no nosso discurso e dava uma recepção emocionada pelo lado dos latinos americanos, nossos vizinhos, exatamente pelo fato que nós estamos trazendo uma coisa diferenciada do sistema europeu, do sistema americano (não existia ainda o chinês) e o coreano que era uma evolução do americano em razão de que você usava a TV aberta e não a internet para atingir esse público que não tinha banda larga e com isso favorecia a possibilidade desse público participar aos poucos, se houvesse evolução desse formato e de outros formatos, para que ele pudesse cada vez mais aumentar a sua participação através de um meio que ele tinha em casa com quase mais de 90% dos lares com televisão. Você sabe que os números de televisores no mundo é de 78% dos lares no mundo tem televisão, e você só não tem 100% porque 1 bilhão de pessoas dos 7 bilhões não têm energia elétrica. Um bilhão de pessoas, 1/7 de pessoas no mundo não tem energia elétrica... não tô falado em banheiro, em água encanada... nada disso, estou falando em energia elétrica, os números são apavorantes. Dois bilhões de pessoas no mundo passam fome todo dia. Por isso você entende o discurso do Presidente Lula das três refeições por dia, que só quem passou fome sabe a importância disso. É muito sério esse aspecto quando você entende disso de

maneira planetária, pra você ver como o ser humano é ganancioso. Voltando ao nosso tema: Não pensamos de maneira organizada. Foi criado primeiro em 2005 tem que se lembrar, o ministro Celso Amorim em razão dos primeiros esforços que estavam sendo feitos pelo grupo gestor da TV Digital que queria ser mais tarde... criado pelo decreto 4901/2003 que gerava aquilo que a gente chama de Sistema Brasileiro de Televisão Digital, através de um grupo gestor, de um grupo da sociedade civil e de um grupo técnico gerado pelo governo. Nós montamos dentro desse grupo de discussão no governo uma possibilidade de conversar sobre essas coisas, e eu fui autorizado a ir.. em algumas reuniões a ministra Dilma foi... à Argentina, ao Chile, ao Uruguai... nós fomos ao Peru, a Venezuela, ao Equador, ao Paraguai, Uruguai, Costa Rica, Guatemala, viajamos toda a América Latina com discursos, com vídeos provando, japoneses emprestaram pra gente vídeos técnicos pra mostrar a capacidade de deslocamento da imagem em movimento, para mostrar as qualidades do sistema... pra mostrar pra eles que tecnicamente era a melhor e que nós tínhamos um grande diferencial que era a interatividade e mostramos a possibilidade... e os caras compraram a ideia, o primeiro a comprar a ideia foi o Peru, depois o Chile, depois a Argentina. Eu mostrava “aqui ó, na América Latina inteira”, os caras ficaram admirados. Isso foi fundamental, a operação técnica que foi feita com a América Latina na qual o governo Lula é acusado de ter virado as costas para os problemas brasileiros para dar dinheiro a América Latina, o que é uma burrice, porque o Brasil é o maior interessado em em ter contatos e investimentos na América Latina porque eles são consumidores em todos os produtos brasileiros. Depois foi Paraguai, depois Equador, Venezuela, depois a primeira da América Central foi a Costa Rica, Honduras, Guatemala, El Salvador e Nicarágua. Só faltou Panamá e Colômbia que são europeus. Chegou na África, quando nós começamos a ter vitórias na América Latina, eu conversei, já muito próximo do Itamaraty... nós fomos à África, primeiro fui à Moçambique, depois África do Sul, depois Angola, mas isso foi atividade com as embaixadas... mas nós pegamos uma carona em 2010 a uma visita que o presidente Lula fez à sete países da África (diga-se de passagem que o presidente Lula mandou cartas para a Michele, Kirchner, presidente Chávez...). (2017. Entrevista para o autor).

Ainda que com todo esse investimento e construção de uma tecnologia que aumentaria o *Softpower* brasileiro na região e sua penetração nas relações com os demais países do Sul, caso dos países do continente africano, o processo não caminhou, esbarrou em disputas e interesses diretos ligados às empresas privadas, que tiraram a prioridade do Sistema Brasileiro de TV Digital, e realocaram essa prioridade para a ampliação do sistema de televisão por cabo, paga e gerenciado pelos grandes grupos midiáticos nacionais. Algo muito similar ao acontecido na Argentina e relatado por Luis Lazzaro. Vejamos o relato final de Barbosa Filho sobre o tema:

André Barbosa- Esse é o assunto mais delicado da nossa conversa, mas vou abrir o jogo. Quando em 2009, já com a TV Brasil criada, com a TV já começando a crescer no Brasil, a TV Digital já sendo implementada de maneira individual pelas emissoras, não havia ainda o projeto como há hoje como migração do apagão, estava se fazendo a simbiose entre a TV analógica e a TV digital. Cidades como São Paulo, RJ, BH, Porto Alegre,

Recife, enfim... naquele momento a Dilma disse pra mim: “vamos fazer banda larga. A TV Digital pra casa civil não é mais assunto prioritário porque ela está andando”, mas eu falei “posso acompanhar?” ela disse “pode, mas por sua conta e risco, mas não me venha trazer decisões para casa civil porque ela não toma mais, quem cuida é o Ministério das Comunicações agora”. Eu senti nisso um primeiro sentido de falta de perspectiva dentro do governo da importância da TV Digital como um projeto estratégico. Eu senti pessoalmente isso. E aí ela me colocou como suplente da Erenice Guerra que era Secretária Geral, isso foi no finalzinho de 2009, 2010 em março ela se descompatibiliza e a Erenice vai a ministra, e ela achando que eu era suplente, a Erenice imediatamente me tirou, porque todo mundo caiu, envolvido numa sacanagem violenta que não cabe aqui discutir... e eu fui o único que fiquei, eu e a menina representante da Casa Civil no Itamaraty. Isso corroborou com a minha ideia de que (eu já tinha essa impressão) havia dois grupos do governo: um grupo da TV Digital, que passava a não ter força política mais, e o outro da Banda Larga, que a ministra Dilma tava sendo feita a cabeça dela de que esse era o caminho agora, que a TV Digital iria acabar. (2017. Entrevista para o autor).

E de fato, nos moldes como inicialmente planejado, com participação popular, como instrumento de aproximação das Maiorias Minorizadas, e de emancipação, acabaram-se não só o projeto de TV Digital Interativa, como também a TV Brasil foi reduzida, junto com a EBC, a um órgão governamental, dependente e cujas ações e proposições tem que ter anuência direta do gabinete presidencial, seu Conselho Curador dissolvido e seus funcionários denunciando a ingerência, perseguição e abusos por parte do governo de Michel Temer, que, com todas as brechas políticas e de participação cidadã, numa possibilidade de construção de uma democracia plural e popular, ocupou o espaço deixado pela Presidente Dilma Rousseff, percebeu seu baixo apoio popular e incapacidade de articulação parlamentar e deu o golpe parlamentar, jurídico-midiático, não apenas nela que ocupava a cadeira, legitimamente eleita, mas em todos os cidadãos que participaram, contribuíram e acreditavam no avanço das forças populares, contribuíram para a revolução não televisionada e desfrutaram dos anos de bonança e inclusão social e racial vivenciados principalmente no período de governo Lula.

Como aponta Mattelart (2003, p. 119), se a América Latina aparece na vanguarda no gênero de estudos críticos da comunicação, “é porque ali se desencadeiam processos de transformação que abalam as velhas concepções de agitação e propaganda e porque, nessa região do mundo, o desenvolvimento da mídia é então bem mais importante do que em outras regiões do Terceiro Mundo”. Porém, o não rompimento dos governantes à esquerda, ditos progressistas, com os dogmas capitalistas, com as demandas dos agentes do capital que aprisionam saberes e inovações, reduzem as possibilidades de Estados verdadeiramente soberanos e, enquadram os agentes públicos do executivo e do legislativo dentro de suas régulas, de nada adiantará a produção de saberes anticoloniais, descolonizadores e

emancipatórios, à medida que os agentes políticos que a princípio deveriam coadunar e trabalhar para a implementação desse conhecimento, não rompem com as demandas hegemônicas impostas.

Recente pesquisa⁹¹ do Instituto Datafolha leva a esta constatação, a pesquisa aponta para o crescimento no Brasil do apoio da população a ideias identificadas com a esquerda do espectro político. Esse fato sobrepujou o avanço de algumas posições típicas da direita. O resultado foi uma leve movimentação do perfil ideológico do brasileiro para a esquerda, retomando a situação de equilíbrio entre os dois pólos, subiu, por exemplo, de 58% para 77% a parcela que acredita que a pobreza está relacionada à falta de oportunidades iguais para todos. Já a que crê que a pobreza é fruto da preguiça para trabalhar caiu de 37% para 21%. Porém, como utilizar essas percepções populares e construções acadêmicas junto a representantes engessados no modo de fazer política e compromissados unicamente com o lucro pessoal nos acordos e desacordos prioritários com os patrões, no caso aqui investigado, com os coronéis midiáticos? Certamente essa questão dará base para avanços e construções acadêmicas interdisciplinares futuras.

⁹¹Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1897913-cresce-apoio-a-ideias-proximas-a-esquerda-aponta-datafolha.shtml>> Acesso em: 03 de Julho de 2017

PERCEPÇÕES NÃO CONCLUSIVAS

Inicia-se esta conclusão com três observações importantes que traduzem muito do que foi visto até o momento. Produziu-se aqui um grande esforço para não deixar nada de fora desta construção acadêmica, desde uma construção transdisciplinar, como citado na introdução, desde experiências pessoais e profissionais até a compreensão objetiva e subjetiva das leituras que permitiram aprofundar o objeto proposto para esta tese, as nuances relacionadas a ele, os atores envolvidos e seu maior ou menor grau de comprometimento com o tema, ainda que calor da produção sempre escape algum elemento importante.

Buscou-se construir esta pesquisa com a tríade de pontos que caracterizam os Estudos Latino-Americanos, a pesquisa comparativa e a abordagem com viés semiótico da percepção. O objetivo aqui foi servir-se destas propostas pedagógicas para entender o objeto, ampliar as possibilidades de compreensão em torno dele, apontando problemas e amplificando suas complexidades.

Segundo ponto, é que historicamente negros e indígenas são encobridos e silenciados pelo mito da modernidade. Avaliar a possibilidade emancipatória dos objetos investigados e o papel de seus gestores é desencobrir a perspectiva ideológica relacionada a esses subalternizados e encobertos, alimentar o olhar crítico para suas ações emancipatórias e posturas políticas frente ao Estado e seus governantes.

Terceiro ponto, propositalmente, deixou-se transparecer ao longo do texto em pontos específicos o conturbado momento político em que foi realizada a escrita com citações e contribuições das entrevistas colhidas. Descortinar os caminhos e políticas que produziram a Televisão pública que ora acessamos, apontar contribuições que fortaleçam o pacto social a qual a plataforma está inserida foi um dos propósitos do tecido acima.

Ainda que produzida em situação de profundas transformações políticas na região investigada e sob o véu do golpe parlamentar, jurídico-midiático vivido no Brasil, esta tese é resultado de um processo iniciado no mestrado em comunicação, é uma espécie de continuação aprofundada daquela pesquisa. Porém, fazer esse processo de continuidade, passar tantos anos debruçado sobre um tema específico, ainda que com variações, somente será possível se isso envolver paixão e comprometimento o que de fato são sensações verdadeiras. Ainda que o trabalho de estruturação e pesquisa desta investigação tenha tomado tempo, consumido energias e proporcionado experiências de vida e conhecimento sobre o continente americano, esse foi sim um processo revigorante da capacidade de contribuição para a mudança da realidade social e racial a que a região está inserida.

Difícil pensar a comunicação dissociada da produção de sentidos, da capacidade do emissor de expandir a informação, produzir algo plural e diversificado que não fique acessível a apenas um tipo de público. A comunicação áudio-visual, principalmente, é altamente produtora de signos e determina significado ou significação para a audiência. Impossível perceber a comunicação desarticulada das decisões tomadas no dia a dia, nas escolhas do que vestir, nos signos que determinam o que achar do outro e na escolha que se faz de um canal de televisão e outro não. Comunicação é emissão e decodificação do emitido. O tempo todo estamos expostos aos ditames dessa ditadura invisível que antecipa e impõe o gosto e o comportamento.

A emissão de informações por uma plataforma pública ou privada determina por si só o texto a ser recebido pelos receptores. Esse texto é um conjunto composto pelos fundamentos do signo, das posições que ele carrega do objeto que representa e dos demais signos que complementam o seu sentido, que possibilitam sua interpretação.

Desta forma que se buscou na TV pública o objeto da investigação. Associado aos movimentos sociais de periferia e de negros, da Maioria Minorizada, aferiu-se o possível papel anticolonial e emancipador dessa televisão e de como ela era gerida, desenvolvida. Assim que a tese veio carregada de influência de poetas, negros, periféricos e das transformações acontecidas nas periferias do Brasil e de Argentina no período temporal investigado. Deste prisma que analisar os governos progressistas possibilitou perscrutar os avanços em relação ao tema e as estagnações causadas por convicções e verdades nascidas de uma influência da indústria cultural sedutora e dominante.

Desenvolveu-se essa pesquisa utilizando ferramentas que não coadunassem com o epistemicídio e a hegemonia cultural, estes que são parte da trajetória comum associada à modernidade ocidental e, muito reproduzido pelos do Sul global. Trabalhou-se com uma abordagem teórico-metodológica que proporcionou base para a análise das ações do objeto desde um prisma que pessoas de grupos e instituições diferentes fossem tratados como iguais a partir da diferença que os inferioriza, e que tivessem o direito de serem diferentes quando a igualdade os descaracterizasse.

Assim que ao longo do texto fez-se um esforço para que as histórias comparadas partissem de lugares e momentos parelhos e que as igualdades e/ou proximidades fossem expostas e as diferenças pudessem ser amenizadas. Logo, o uso do conceito Maiorias Minorizadas se enquadra nesse esforço de tratar negros e indígenas no Brasil e Argentina de forma equilibrada, não homogênea, mas que linguisticamente remetesse a situação de populações subalternizadas pelo *stabliment*. Maioria Minorizada, de certa forma trata as

populações subalternizadas no espectro global de forma localizada. Assim como os movimentos sociais que se unificam em luta contra a hegemonia, guardando suas diferenças, o termo Maioria Minorizada não pretende igualar, homogeneizar, mas aproximar sujeitos em posição de subalternidade e colonizados, em sua luta anticolonialidade e por emancipação.

Quando das hegemonias e contra hegemonias para a emancipação, buscou-se olhar para a dialética comunicacional local e aprofundar a compreensão de como se constituiu o avanço do imaginário que reforça a superioridade das potências hegemônicas citadas como balizador do fazer televisão na região cai-se numa espécie atualizada de crítica do mito da modernidade. Porém, emancipar-se é compreender que de cá se pode construir saberes e desenvolver experiências ímpares para cá, desde nossas transformações unívocas, não negando a contribuição e o diálogo com o vizinho do Norte, desde que essa troca de experiências políticas e cooperação não implique na dependência e subserviência cega.

Discutir a multidimensionalidade hegemônica é estar preparado para uma compreensão crítica do véu do moderno desenvolvimento, onde os avanços tecnológicos paralisantes são promovidos como para “o bem de todos” e progresso da humanidade. Neste momento, ao fazer uma análise crítica do comportamento hegemônico dos EUA e de suas imposições via construção de imaginários, onde a televisão, o audiovisual, e as novas tecnologias são o meio, buscou-se negar a imposição do Outro para os desta região, rechaçar a ilustração de bárbaros e imaturos, não civilizados.

Apontou-se que a ideia de modernização tardia é a forma encontrada de renovação da colonialidade, subserviência aos interesses do capital e redução das soberanias dos países do Sul global. Esse processo de transformações rápidas relacionadas ao avanço tecnológico dos novos meios de comunicação, aceleração do tempo, e de reconfiguração do espaço-tempo está geralmente associado à globalização, reordenamento social ao qual os fenômenos aceleradamente se difundem pelo globo, permite a reconquista de povos emancipados, a reordenação de suas realidades subjugadas aos interesses do capital sem amarras e o renascer de “novos bárbaros” não conectados, não associados aos destinos comuns dos subjugados pelo Novo Mundo tecnológico-mediado.

Assim que adentrou-se no debate sobre o papel dos governantes progressistas e da facilitação de uma comunicação pública anticolonialista, não coadunante com as orientações das agências de informação e comunicação oligopolizadas, produzindo material diversificado, inclusivo e revelador da pluralidade cultural, racial e de saberes tradicionais da região em análise. Apontou-se para os grupos políticos e movimentos sociais em busca de uma globalização compatível com os que estão desse lado de cá, como diria o geógrafo.

Classes e grupos que nas últimas décadas têm articulado uma política emancipadora transnacional, mas que não tem controle algum sobre a compressão tempo-espaço, do avanço e utilização das tecnologias desenvolvidas por empresas com subvenção estatal direcionada para o controle e aumento do monopólio e restrita às possibilidades contra hegemônicas emancipatórias dessa grande massa do Sul alijada dos processos sociais vivenciados nessa mundialização cultural e globalização econômica.

Constatou-se que existe uma grande batalha na América Latina no terreno das comunicações. Porém, verifica-se também que as disputas superam o meio comunicacional e tem raízes fundamentais na organização democrática no continente. Essas lutas e transformações que ultrapassam os meios comunicacionais acontecem historicamente na esfera da política pública.

Luta-se por hegemonia e poder em sociedades que há pouco encontravam-se submetidas a ditaduras civis-militares. O debate entorno da elaboração de novas regras para as concessões públicas é o ponto sensível de desagregação social nos países investigados. Por parte das empresas de mídia a argumentação é que por trabalharem com a difusão de ideias, e informações com valores e abordagens subjetivas, estariam diante de sérias ameaças de censura e cerceamento à liberdade de expressão.

Sob uma série de pressões externas e internas dos grupos associados ao neoliberalismo internacional e das pressões sofridas desde Getúlio Vargas pela não regulação dos meios, conclui-se que, no caso brasileiro, a não revisão dos critérios de concessões de outorgas às emissoras, processo influenciado pelo poder econômico dos barões da mídia sob a égide da globalização e de suas relações de assédio ao Estado através dos governantes da vez é algo usurpador do real poder imputado pelo povo ao representante do executivo nacional e principal trava para o avanço da televisão pública.

Historicamente concedidas sem um critério objetivo definido, essas concessões vêm desde 1922, com o início das transmissões radiofônicas e 1950, ano de início das transmissões televisivas, sendo submetidas a critérios econômicos na determinação de sua distribuição. A influência do dinheiro faz com que sejam beneficiados os mesmos grupos empresariais e reforçam o caráter de propriedade cruzada e da concentração do setor.

Outro fator importante é a forma de distribuição da publicidade governamental, regulada para ofertar suporte ao veículo com maior índice de audiência no setor. Audiência auferida por um Instituto privado, o IBOPE. Principal fonte de recursos a alimentar os grupos de mídia hegemônicos, a publicidade governamental garante investimentos e a renovação

tecnológica para um setor estratégico na vida nacional, cujos lucros dos grupos beneficiados reforçam a relação de espoliação praticada pelos oligopólios midiáticos.

O receio do enfrentamento a esses feudos nacionais dão um caráter vazio ou de letra morta à carta magna brasileira, onde desde 1988 proíbe a formação dos monopólios e exige a produção de conteúdos diversificados regional e culturalmente e obriga que as emissoras tenham finalidades educativas, culturais e artísticas, determinando ainda que elas expressem a diversidade de pensamento da sociedade. Algo que definitivamente não é parte da realidade dos veículos televisivos brasileiros e, que, por outro lado, é fator de empobrecimento da televisão pública nacional, quando os governantes da vez se esforçam para depositar na emissora de perfil comercial um caráter público-privado.

Como relatado por entrevistados e confirmado bibliograficamente, só após o forte bombardeio dos empresários da mídia na eleição de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva cedeu a necessidade de investimento público na televisão, aceitou a proposta de se criar uma ampla rede pública nacional de TV e Rádio. Deste modo que sob pressão e com a necessidade de possibilitar novos ares ao espectro comunicacional brasileiro nasceu a Empresa Brasil de Comunicação, coadunando com outras iniciativas de países vizinhos como já visto aqui. Porém, também foi sob o manto de um governo progressista que ela começou a perder força e protagonismo. Com a chegada ao poder de Dilma Rousseff a governante se reaproximou dos barões da mídia, aumentou suas verbas e acreditou na fidelidade dos novos aliados. De outro lado, arroxou as verbas destinadas a emissora pública e travou propostas técnicas que previam o crescimento do protagonismo da EBC.

Pode-se afirmar que essa atuação no apagamento da comunicação pública, reforço financeiro às empresas comerciais do setor, silenciamento das críticas de aliados e negação de propostas emancipatórias e progressistas para o setor, foi um decisivo passo para a consolidação do golpe sofrido no ano de 2016.

No caso argentino, essa revisão das concessões e a regulação do setor foi o estopim para a chamada “batalha das batalhas” e motivo do maior bombardeio público sofrido por Cristina Kirchner durante o exercício de seus dois mandatos. Fato é que com a ascensão ao poder na América Latina de governantes com propostas distintas ao neoliberalismo ortodoxo, caso de Nestor Kirchner na Argentina (2003), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2005), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Mauricio Funes em El Salvador (2009) e Ollanta Humala no Peru (2011), para além dos investigados e já citados na tese, buscou-se uma política de fortalecimento da estrutura do

Estado, onde essas administrações tiveram a iniciativa de promover um grande debate sobre a atualização da legislação nas áreas da comunicação.

A matriz principal dos debates sobre os meios de comunicação é a compreensão de que a democratização de várias esferas sociais nos âmbitos político, econômico e cultural só se completará por meio da democratização das comunicações. Assim que, com os dados colhidos tem-se a impressão de que Argentina nunca se recuperou da ditadura dos anos 1970 e da grande crise social e de representação provocada principalmente pelo neoliberalismo radical de Carlos Menem. Desta forma, percebe-se que há uma necessidade de justificar a representação no executivo, governa-se para alguns, quiçá para a Maioria Minorizada no caso de Cristina Kirchner, e culpam-se os demais pela situação vivenciada. O radicalismo, que dá nome a um partido histórico local, é visível e palpável no país vizinho. A busca pela hegemonia através da força e dos aparelhos que fazem a força do Estado parece ter sido a saída encontrada por Cristina para se opor a força econômica e da construção de imaginários dos barões da mídia locais porta vozes do capital internacional regulador dos projetos estatais.

De modo geral viu-se significativas transformações na política comunicacional proposta pelo governo de Cristina Kirchner, o aumento da pluralidade de atores participando do sistema de mídias, a regulamentação da atividade das empresas de comunicação, a proibição de propriedades cruzadas e um significativo investimento estatal na empresa de televisão pública local, fazendo com que essa chegasse aos mais longevos e desabilitados espaços nacionais, algo ímpar na história local. O incentivo a grupos de origens e culturas diversas na construção da programação e na atuação ativa dentro da emissora pública tinha como fim o direito humano a comunicação, afirmação da diversidade nacional e integração dos diversos povos que construíram aquela nação.

De outra parte, com um olhar externo de quem não participa do cotidiano nacional, auferiu-se que a forma de tratamento dado a aplicação das leis, a reação às notícias criadas pelos empresários da mídia local prejudicados com o fim da histórica concentração e a ação da mídia internacional através de suas agências, criando uma imagem de caos e calamidade no país, prejudicou a imagem da governante, e parece ter sido um dos fatores contributivos para que não fizesse seu sucessor, além das consequências econômicas e sociais relacionadas as diversas transformações levadas a curso naquele período.

De formas distintas, Dilma negando o projeto de caráter emancipacionista que a elegeu e Cristina combativamente na linha de tiro da batalha comunicacional, esqueceram-se dos signos que emitiam para sua audiência de cidadãos eleitores e consumidores da mídia televisiva. Desconsideraram que é ao receptor que o emissor, suas intenções e estratégias se

dirigem. O rompimento do projeto no caso brasileiro, ou da busca por unidade nacional, incluindo a classe média, no caso argentino, prejudicou o encontro entre emissor e receptor caracterizado na figura das governantes. Perderam-se na produção de sentido positivo de suas propostas originais.

O não avanço dos projetos das Televisões públicas reconfiguradas, com propósitos progressistas e contrastantes com as emissoras comerciais globalizadas, culturalmente pasteurizadas, tem completa relação com o globalismo localizado. Políticos e políticas sociais associadas às tecnologias desenvolvidas nos centros hegemônicos têm que relacionar suas propostas e acepções às práticas e imposições transnacionais a partir de suas condições locais, sendo, por essa via, desestruturadas de sua originalidade e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos hegemônicos.

Dentro dessa perspectiva da mundialização cultural e da globalização financeira que dá margem para a existência dos globalismos localizados que se consolidou o avanço predador da máquina sobre reservas naturais, espaços de vivência de povos tradicionais, reservas de águas subterrâneas e depredação dos sistemas de comunicação e de plataformas que contribuiriam para a soberania nacional e unificação de uma Maioria Minorizada identificada com seu espaço e manutenção dele.

Destarte, conclui-se que o desmonte da Televisão pública, a paralização do desenvolvimento de projetos tecnológicos como o Ginga e o projeto Brasil 4D, assim como os cenários hegemônicos identitários de representação construídos por seus profissionais, estão mais objetivamente ligados à pressão sofrida pelos governantes e gestores suscetíveis à máquina de guerra ideológica externa, e a necessidade pessoal de manter-se no poder e buscar o equilíbrio das balanças para uma gestão conciliadora do que simplesmente, como poderia-se apontar, um menosprezo ou desinteresse pela coisa pública, pelo avanço de tecnologias emancipadoras.

Têm-se nos países investigados, ainda que com suas devidas diferenças, governantes com projeto de poder para longo prazo, não revolucionários, conciliadores e promotores, ainda que críticos, dos interesses do capital hegemônico. Políticos e gestores que vivenciam uma realidade regional de grande desigualdade, problema crucial na América Latina.

Com a longa trajetória de dependência, impossibilitados de caminharem para uma alternativa nacional independente de progresso e desenvolvimento mesmo quando os indicadores marcam índices positivos e crescentes de renda *per capita*, gestores de uma sociedade onde a desigualdade social e racial só aumenta e se expressa na má distribuição de

renda, na iniquidade e na exclusão, se colocam reféns dos interesses externos, agenda pautada pela mídia local e seus comentaristas porta-vozes do capital.

Num cenário como este é ímpar a análise da liberalização e concentração econômica dos meios de comunicação sobre a liberdade de expressão cidadã, e o obstáculo que esses processos representam para o desenvolvimento das comunicações públicas.

Na estrutura contemporânea da ecologia do sistema comunicacional, a indústria constituiu consórcios que privilegiam o lucro em detrimento do serviço e, consolidou uma grande padronização de formatos e estéticas brancas pasteurizante na produção de conteúdos de entretenimento e informação, reproduzidos em sua forma pelas mídias públicas.

Ainda que em vários países da América Latina esse império das comunicações tenha sido questionado no período de análise da pesquisa por governos progressistas e democráticos como nos países investigados nessa tese, essa mesma indústria da comunicação hegemônica, branca e colonialista com seu mega aparato de produção de conteúdos, imagens e verdades não pigmentadas desqualificam quem os questiona, criminalizam governos legítimos, promovem golpes buscando dar continuidade a uma interpretação dos fatos históricos e sociais que só servem como legitimadores de seus próprios interesses.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. 1989. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense.
- AHORONIAN, Aram. *La internacional del terror mediático*. – 1º ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2015.
- AMORIM, Alexandre. **O quarto poder: uma outra história**. 1º ed.- São Paulo: - Hedra, 2015.
- AMORIM, Carlos. **CV- PCC: a irmandade do crime**. – 10º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010.
- ARAÚJO, Valéria Maria. **Telejornalismo na TV pública brasileira**. Uma análise do Repórter Brasil. In: GOMES, Itania Maria Mota. (Org.). Gêneros Televisivos e Modos de Endereçamento no Telejornalismo. 1 ed. Salvador: Edufba, 2011, v. , p. 197-222.
- ARAÚJO, Joel Zito (organização). **O negro na TV pública**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2010.
- ARGENTINA. *Leyes*. **La ley de la comunicación democrática 26.522**.- 1º ed.- Bernal: Universidad Nacional de Quilmes; Defensoria del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual, 2013.
- ARVELAIZ, Maximilién. **Venezuela sob uma cortina de fumaça**. IN: Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 4- Número 42. São Paulo: Fevereiro, 2011.
- ALVAREZ. Sílvia. NOVION, Jacques. **Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras**. . IN: Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FACUnB, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMISSORAS PÚBLICAS, EDUCATIVAS E CULTURAIS – ABEPEC. 2013. Disponível em: <<http://www.abepec.com.br>>. Acesso em: 20/07/2016.
- AZEMAROU, Justin Piquemal. **Racismo a la Argentina**. Tesis de doctorado para la Universidad de Toulouse (Francia), edicion del autor, 1973.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco**. O negro no imaginário da elites do Século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Thales de. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- BAIROS, Luiza. **Orfeu e o poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil**, Revista Afro-Ásia Nº17, 1996. Link – Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20863/13463>> . Acesso em 10 de Março de 2017.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A segunda guerra fria.** Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos.** Conflitos e integração na América do Sul.(Da tríplice aliança ao Mercosul). 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

_____. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos** (de Collor a Lula, 1990-2004). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata:** Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à guerra da tríplice Aliança. – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Revan: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BALLESTRIN, Luciana. **Para transcender a colonialidade.** IHU on line. Edição 431. 04 Novembro de 2013. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5258&secao=431> Acesso em 28 de Março de 2017.

BARBERO, Jesus-Martín. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009 [1987].

BARRETO, Juliano. **Mussum forévis:** samba, mé e Trapalhões. São Paulo: LeYa, 2014.

BARROS, José d'assunção. **História comparada.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 4ª ed. Trad. Michel Larud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECERRA, Martín. *Medios en guerra: balance, crítica y desguace de las políticas de comunicación, 2003-2016. Editado por Guillermo Mastrini; Martín Becerra. – 1ª edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017.*

_____. *De la concentración a la convergência: política de medios em Argentina y América Latina. 1ªed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2015.*

BENETTI, Marcia. **Interdiscurso.** IN: Dicionário da comunicação. Org. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2009.

BENJAMIN, Walter. “**A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**”. IN: A ideia do cinema. Trad. José Lino Grünnewald. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996 [1955]

BERGER, Christina. **A pesquisa em comunicação na América Latina.** IN: Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Org. Antonio Hohlfeldt, Luiz C. Martino, Vera Veiga França. 12ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina.** São Paulo: - Editora Ática, 1996.

BELVEDERE, Carlos. CAGGIANO, Sergio. CASARAVILLA, Diego. COURTIS, Corina, HALPERN, Gerardo. LENTON, Diana. PACECCA, María Inés. **Racismo y discurso: una**

semblanza de la situación argentina. IN: Racismo y Discurso en la América Latina. Teun A. Van Dijk (Coordenador). Barcelona: - Editorial Gedisa, 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes Subalternos e decolonialidade.** Os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política.** Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino. Trad: Carmen C, Varriale etc al. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13º ed. 2008.

BOLANÕ, Cesar. **Economía política, comunicación y movimientos Sociales.** IN: *Comunicación, educación e movimientos Sociales en América Latina.* Org. César Bolaño, Sonia Meire de Jesus e Verlane Aragão Santos.- Brasília: Casa das Musas, 2009.

BONATTI, Andrés. VALDEZ, Javier. **Una guerra infame: la verdadera historia de la conquista del desierto. 1º Ed.** – Ciudad autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2015.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia.** São Paulo: Anita Garibaldi/ Associação Vermelho, 2009.

BORGES, Elisa. **Con la unidad popular ahora somos gobierno!** Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende. Tese de doutorado. –Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2011.

BORGES, Rosane da Silva. **Mídia, racismos e representações do outro.** IN: *Mídia e racismo / Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges (orgs.). - Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012.*

_____. **Ficção e realidade:** as tramas discursivas dos programas de TV. (Tese). PPG. ECA.USP, São Paulo, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015 :** hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2015.

_____. **Decreto-Lei nº 236, de 28 fevereiro de 1967.** Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm Acesso em 11 de Abril de 2017.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos:** Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **O Estado de Narciso:** A comunicação pública a serviço da vaidade particular. 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito a informação no primeiro governo Lula.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

BUENO, Eduardo. **O genocídio de ontem e hoje** (Apresentação). IN: LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **1474-1566. O paraíso destruído:** A sangrenta história da conquista da América espanhola. Tradução de Heraldo Barbury. – Porto Alegre: L&PM, 2011.

BULLA, Gustavo. **Televisión argentina em los 60: la consolidación de un negocio de largo alcance.** IN: *Mucho ruido pocas leyes: economía y políticas de comunicación en la Argentina*

1920-2007. *Coordinado por: Guillermo Mastrini. – 2º edición ampliada. – Buenos Aires: La crujía, 2009.*

BURKE, Peter. **O que é história cultural.** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2º edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CABRERA, Lydia. **Iemanjá & Oxum: Iniciações, Ialorixás e Olorixás.** Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

CALDERÓN, Carlos Arcila. ¿ **Qué es Telesur?**. *Revista latinoamericana de comunicación Chasqui, diciembre, número 092. Centro internacional de estudios superiores de comunicación para a América Latina. Quito, Ecuador, 2005.*

CARMO, Marcia. **Néstor Kirchner (1950-2010) e seu labirinto.** IN: Política Externa. Vol. 19 Nº 3. Dez/Jan/Fev 2010-2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Trad. Heloisa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANCLINI, Arnaldo. **El fueguino: la cautivante historia de Jeremy Button.** – 1º ed. Buenos Aires, 2009.

CANO, Gilberto Loaiza. **La formación de la cultura política de la exclusión en América Latina durante el siglo XIX.** IN: *Cultura, Política y Modernidad.* Org. ARANGO, Luz Gabriela. RESTREPO, Gabriel. JARAMILLO, Jaime Eduardo. Universidad Nacional de Colombia.- Facultad de Ciencias Humanas.- Centro de Estudios Sociales, 1998.

CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055>> , 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **O negro na TV pública – Desconstruindo narrativas colonizadas.** IN: ARAÚJO, Joel Zito (organização). **O negro na TV pública.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2010.

_____. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASANOVA, Pablo González. **El colonialismo interno. En publicación: Sociología de la explotación. Pablo González Casanova.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação.** Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne; revisão de tradução de Isabela Machado de Oliveira Fraga. – 1º edição. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, Cosette. **Mídias Digitais e participação social no contexto Latino Americano e Caribenho**. IN: Seminário México, América Central e Caribe em debate. Universidade de Brasília: 04 a 08 de Julho de 2016.

_____. FILHO, André Barbosa. Proyecto Brasil 4D. Interactividad en Televisión Pública. Rev. Cienc. Soc. vol.29 no.38 Montevideo jul. 2016

CECEÑA, Ana Esther. **La Dominación de Espectro completo**. In: Novion, Jacques; Oliver Costilla, Lucio; AYALA, Mario. Dossiê Especial: Pensamento e Teoria nos Estudos Latino-americanos. Brasil: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas (CEPPAC-UnB). Vol.8, N. 2, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/issue/view/1015/showToc>> Acesso em 24 de Março de 2017.

_____. **Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CESAIRE, Aime. **Discurso sobre el colonialismo**. Prefácio de Mario de Andrade. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

CHAVES, Kelson Gérison Oliveira. **Os trabalhos de amor e outras mandingas: a experiência mágico-religiosa em terreiros de Umbanda**. Fortaleza: Premium, 2011.

CLARK, Walter. **O campeão de audiência**. Uma autobiografia. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas Perspectivas para a Antropologia Jurídica na América Latina: o Direito e o Pensamento Decolonial**. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2012. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99625/VD-Novas-Perspectivas-FINAL-02-08-2012.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em 28 de Março de 2017.

CONSUEGRA, Arley Enrique Morrell. **Telesur: la anomalía de las pantallas en América Latina**. IN: *Comunicación e Integración Latinoamericana. Una perspectiva desde el Sur. Congreso Internacional "Comunicación y Integración Latino Americana y desde e para el Sur"*. CIESPAL, Quito, Ecuador, 2015.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e Formas**. 4.ed. -- São Paulo : Expressão Popular, 2011.

_____. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DA COSTA, Emília Viotti. **Apresentação da coleção**, IN: MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. – São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DANTAS, Marcos. **Comunicações, desenvolvimento, democracia**. Desafios brasileiros no cenário da mundialização mediática. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DORFMAN, Ariel. MATTELART, Armand. **Para ler o pato Donald**: comunicação de massa e colonialismo. Trad. Álvaro de Moya. São Paulo: Paz e Terra, 6º ed. 2010.

DE MELO, José Marques. **Prefácio**. IN: *Sociedade do conhecimento: aportes latino-americanos*. Organização de José Marques de Melo; et al. São Bernardo do Campo: UMESP: Cátedra Unesco para o Desenvolvimento Regional, 2005.

DOS SANTOS, Ivair Augusto Alves. **O movimento negro e o Estado (1983-1987)**: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo. Dissertação. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidade e interculturalidade**: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

_____. **1492, O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANON, Frantz. **Sociologia de una revolucion**. – 1º ed. – Gualeguaychú: tolemia, 2012.

_____. **Pele Negra – Mascaras Brancas**. Bahia: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Prefácio de Jean Paul Sartre. Trad. José laurenio de Melo. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERES JR., João. “**A consolidação dos *Latin American Studies* sob o imperativo da modernização**”; “Introdução ao Estudo de *Latin America*: A literatura de livros-texto. IN: *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERRER, Aldo. **La economía argentina en el siglo XXI: Globalización, desarrollo y densidade nacional**. – 1º Ed. – Ciudad Autonoma de Buenos Aires: *Capital intelectual*, 2015.

FELIZ, Mariano [et al.]. **Desarmando el modelo: desarrollo, conflict y cambio tras una década de neodesarrollismo**. 1º edición. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: *El Colectivo*, 2016.

FLAUSINA, Ana Luiza Pinheiro. **O corpo negro caído no chão**: o Sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Dissertação. Universidade de Brasília. Faculdade de direito, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 4º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FRANCESCHI, Humberto M. **Samba de sambar do Estácio**. De 1928 a 1931. 1º reimpressão, São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

GALASSO, Norberto. ***Kirchnerismo 2003-2015: el proyecto que transformo la Argentina***. 1º ed. 1ºreimp. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colihue, 2015.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 1º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARMENDIA Daniel. NAVARRO, Manuel. ***Comunicación y contrahegemonía: El caso Telesur. Tesis de Grado. Facultad de Periodismo y Comunicación Social, Universidad Nacional de la Plata, 2009.*** <http://perio.unlp.edu.ar/tesis/e-tesis/?q=node/518> Visualizado em 10/04/2017

GAZTAMBIDE-GÉIGEL, Antonio. ***Tan lejos de Dios... Las relaciones del Caribe con Estados Unidos. 2º edición revisada y ampliada. España, Puerto Rico, Santiago de Cuba: Ediciones Callejón. Editorial Oriente. 2014.***

GERALDES, Elen Cristina et al. **O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido**. IN: Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FACUnB, 2016.

GOMES, Flávio. DOMINGUES, Petronio (org.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro edições, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Antologia. Tradução e correção: Carlos Diegues. Revisão linguística: Carlos G. Figueiras. Galícia: Estaleiro Editora, 2011.

_____. 1978 a. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1978 b. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1978 c. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUARESCHI, Pedrinho A. BIZ, Oswaldo. **Mídia e Democracia**.- Porto Alegre, P.G/O.B, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Prefácio**. IN: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007**. 3º edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 9ª edição, Rio de Janeiro: DP& A, 2004.

_____. **A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade**. IN: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (organização). Tradução de Adelaine La Guardia Resende... [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALE, Charles, *Engaging Contradictions – Theory, politics and Methods of Activist Scholarship*, Berkeley, University of California Press, 2008.

HANCHARD, Michael. **Resposta a Luiza Bairros**. Revista Afro-Ásia Nº 18, 1996. Link-
<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1454>
Visualizado em 10/03/2017

HIRST, Monica. **Brasil- Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve Século XX: 1914-1991**; tradução: marcos Santarrita; Revisão técnica: Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORNE, Gerald. **O sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos**. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. **Método semiótico**. IN: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. Organização de Jorge Duarte e Antonio Barros. 2º edição. – 6º reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012.

IGREJA, Rebecca Forattini Altino Machado Lemos. **Estado, diferença cultural e Políticas multiculturalistas: uma comparação entre Brasil e México**. Tese. CEPPAC, UNB, 2005
IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2017**. Brasil, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Edição Popular, 1960.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Trad. Susana Alexandria. – 2º Ed. – São Paulo: Aleph, 2009.

KLEIN, Naomi. *The shock doctrine: The rise os disaster capitalism*. New York: Picador, 2007.

KLEIN, Herbert S. III VISON, Ben. **A escravidão africana na América Latina e Caribe**. Trad. Laura Teixeira Motta. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **1474-1566. O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América espanhola**. Tradução de Heraldo Barbury. – Porto Alegre: L&PM, 2011.

LANATA, Jorge. *Argentinos. Tomo 2:- Siglo XX: desde Yrigoyen hasta la caída de De la Rúa. Buenos Aires:- Ediciones B*, 2003.

LAZZARO, Luís. *Geopolítica de la palabra: reflexiones sobre comunicación, identidad y autonomía*. 1º Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2015.
_____. *La batalla de la comunicación: De los tanques mediáticos a la ciudadanía de la información*. – 1º Ed. – Buenos Aires: Colihue, 2010.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **“Prefácio”**. IN: Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. – São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009.

LEITE FILHO, FC. **Quem tem medo de Hugo Chavez?:** América Latina: integração pra valer. – São Paulo: Aquariana, 2012.

LIMA, Vivaldo da Costa. **A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia:** um estudo de relações intragrúps. – 2º Ed.- Salvador: Corrupio,2003.

LIMA, Venicio A. de. **Cultura do silêncio e democracia no Brasil:** ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015).- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. SERROY, Jean. **A tela global:** mídias culturais e cinema na era hipermoderna. Trad. Paulo neves. – Porto Alegre: Sulina, 2009.

LOCASTRE, Aline Vanessa. (tese). **Seduções impressas:** a veiculação do paradigma estadunidense no Brasil em tempo de segunda guerra mundial. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

LOZANO, Mario. **Un Compromiso Sostenido. IN: ARGENTINA. Leyes. La ley de la comunicación democrática 26.522.- 1º ed.- Bernal: Universidad Nacional de Quilmes; Defensoria del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual,** 2013.

LUHNING, Angela Elisabeth; MATA, Silvanilton Encarnação da. **Casa de Oxumarê:** os cânticos que encantaram Pierre Verger. – Salvador: Vento Leste, 2010.

MAHONEY, James et al. **Comparative historical analysis in the social sciences.** New York, Cambridge University Press, 2003. Cap. 9-11.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana.** – São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **En torno a Dialéctica de la dependencia (post-scriptum) EN: América Latina, dependencia y globalización . Buenos Aires y Bogotá: CLACSO, Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales. Siglo del Hombre Editores,**2008. Fecha

MARTEL, Frédéric. **Smart:** o que você não sabe sobre a internet. Tradução Clóvis Marques. 1º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Mainstream:** a guerra global das mídias e das culturas. Trad. Clóvis Marques.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação.** Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Trad. Marta Lança. 1º ed. Lisboa, Antígona editores, 2014.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

MEIRELES, Renato. ATHAÍDE, Celso. **Um país chamado favela:** a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. – São Paulo: Editora Gente, 2014.

MORLINO, Leonardo. *Introducción a la Investigación comparada*. Madri: Alianza Editorial, 2010

MIGNOLO, Walter. **Retos decoloniales, hoy**. Los desafíos decoloniales de nuestros días : pensar en colectivo / Walter Mignolo ... [et.al.] ; compilado por María Eugenia Borsani y Pablo Quintero. - 1a ed. - Neuquén : EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MIGUEZ, Eduardo José. *Población y sociedad argentina, 1880/1930*. Madri: Penguin Random house grupo editorial, 2014.

MORAES, Denis. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. 1º edição. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

MORAES, Denis. RAMONET, Ignácio. SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e Contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MORAES, Denis. **Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial**. IN: Mídia, Poder e Contrapoder. Da concentração monopólica à democratização da informação. Org. Dênis de Moraes, Ignácio Ramonet, Pascual Serrano. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORONE, Rodolfo. CHARRAS, Diego de. *El servicio público que no fue. La televisión en el tercer gobierno peronista*. IN: *Mucho ruido pocas leyes: economía y políticas de comunicación en la Argentina 1920-2007*. Coordinado por: Guillermo Mastrini. – 2º edición ampliada. – Buenos Aires: La crujía, 2009.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **Candomblé: religião do corpo e da alma: tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras**. – Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

MOURA, Clóvis. **As atrocidades da burguesia**. Sexto artigo da série sobre a Comuna de Paris publicado pelo Jornal OPÇÃO, Caderno OPÇÃO cultural. Goiânia, 2 a 8 de maio de 1999.

_____. **Dialética radical do Brasil negro**. – 2º edição. – São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

_____. **História do negro brasileiro**. – 2º edição. – São Paulo. Editora Ática, 1992.

_____. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas Ltda. 1978

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. In: O Brasil na mira do pan-africanismo. – 2º edição. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. Trad. Sérgio Tellaroli.- São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. A “**identidade latino-americana**” e a **integração regional**: o projeto da rede de comunicação Telesur. *Revista Carta Internacional*, Março, 2009.

NOVION, Martin León Jacques Ibañez de. COSTILLA, Lúcio Oliver. AYALA, Mario. **Pensamento, Teoria e Estudos Latino-Americanos**. Revista e de estudos e pesquisas sobre as Américas. Volume 8 N°02, 2014.

NOVION, Martin León Jacques Ibañez de. *Las Últimas Fronteras del Sistema Capitalista: Hegemonía, Integración Económica y Seguridad en las Américas. La Amazonía y el futuro en cuestión*. (Tesis). Universidad Nacional Autónoma de México. Facultad de Filosofía y Letras. Posgrado en Estudios Latinoamericanos. México, DF, 2009.

O'DONNELL, Pacho. *Breve historia argentina: de la Conquista a los Kirchner. 1º edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2014.*

OTONDO, Teresa Montero. **Experiência – TV Cultura: a diferença que importa**. In: ORTIZ, Renato. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
_____. **Mundialização e Cultura**. São Paulo.- Editora Brasiliense, 1994.

PAIVA, Angela Randolpho (org.). **Ação afirmativa em questão**: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. 1º edição. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PALMA, Dante Augusto. **La construcción del quinto poder em la Argentina**. IN: *Comunicación e Integración Latinoamericana. Una perspectiva desde el Sur. Congreso Internacional “Comunicación y Integración Latino Americana y desde e para el Sur”*. CIESPAL, Quito, Ecuador, 2015.

PIGNA, Felipe Isidro. *Los mitos de la historia argentina1. Edición definitiva corregida y aumentada. 6º ed. Buenos Aires: Planeta, 2011.*

PARKER, Dick. *¿Representa Chávez una alternativa al neoliberalismo?* *Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales*, vol. 9, n° 3 (mayo-agosto), pp. 83-110, 2003.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**.- Ilustrações de Pedro Rafael. – São Paulo: Companhia das letras, 2001.

PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. in CEPAL, *Boletín económico de América Latina*, vol. VII, n° 1, Santiago do Chile, 1962.

PEREIRA, Amauri Mendes. (Org) **O poder Negro**. Texto de Stockely Carmichael. Nandyala Editora. Belo Horizonte. 2016.

_____. **“Um raio em céu azul”**. Reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, no 3, 2003, pp. 463-482.

PINHO, Osmundo de Araújo. FIGUEIREDO, Ângela. **Idéias Fora do Lugar e o Lugar do Negro nas Ciências Sociais Brasileiras**. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n° 1, 2002, pp. 189-210

PULIDO, Laura, “*FAQs – Frequently (un) asked questions about being a scholar activist*”, in Hale, Charles, *Engaging Contradictions – Theory, politics and Methods of Activist Scholarship*, Berkeley, University of California Press, 2008

PUCCIA, Enrique H. *Breve historia del carnaval porteño. Cuadernos de Buenos Aires XLVI. Buenos Aires, 1974.*

PUSTILNIK, Marina. *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual Argentina. Una miradas de procesos participativos, comunitarios y populares. IN: Comunicación e Integración Latinoamericana. Una perspectiva desde el Sur. Congreso Internacional “Comunicación y Integración Latino Americana y desde e para el Sur”.* CIESPAL, Quito, Ecuador, 2015.

QUIJANO, Aníbal. “**Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

RAGIN, Charles. **The Comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies.** Berkeley, UC, 1989.

RAMONET, Ignacio. **Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?** IN: *Mídia, Poder e Contrapoder. Da concentração monopólica à democratização da informação.* Org. Dênis de Moraes, Ignácio Ramonet, Pascual Serrano. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación Latinoamericana. 1º ed. – Buenos Aires: Continente, 2012.*

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica.** 3º edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

RAMOS, Murilo César. **Universidade, Comunicação e Democracia.** IN: *SOCICOM debate: democratização da comunicação / Maria Berenice Machado, Ruy Sardinha Lopes (Organização) - São Paulo : Socicom, 2014.*

RESTREPO, Eduardo. **Antropología y estudios culturales: disputas y confluências desde la periferia.** – 1º Ed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

REIS, João José. **SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** – São Paulo: Companhia das letras, 1989.

REY, Gérman. **O cenário móvel da televisão pública: alguns elementos do contexto.** In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. SACRAMENTO, Igor. ROXO, Marco. **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje.** São Paulo: - Contexto, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RICHARD, Nelly. “*Globalización académica, estudios culturales y crítica latinoamericana*.” En: *Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas*. Daniel Mato. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. pp. 455-470. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/Richard.rtf> Acesso em: 24 de Janeiro de 2015.

RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

RÍOS, Alicia (2002) “**Los Estudios Culturales y el estudio de la cultura en América Latina**”. En: Daniel Mato (coord.): *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela. pg: 247-254. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cultura/cultura.html> Acesso em: 24 de Janeiro de 2015.

RIVAS, Jorge. **El rumbo: izquierda en el proyecto nacional y popular**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2015.

ROUQUIÉ, Alain. **O extremo ocidente: introdução à América Latina**. Trad. Mary Leite de Barros.- São Paulo: EDUSP, 1991.

ROMERO, Lui Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Trad. Edmundo Barreiros.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

ROUSSEFF, Dilma Ivana. Entrevista. IN: Entrevista exclusiva: Dilma Rousseff sem censura, ou quase. Reportagem de **Marcos Piccin e Valter Pomar**. Revista Esquerda Petista Página 13. 12 de junho de 2017.

SADER, Emir. **Gramsci: poder, política e partido**. Organização: Emir Sader; Tradução Eliana Aguiar. – 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Hegemonia e Contra-hegemonia**. In: **Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI**. Org. Ana Esther Ceceña. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente**. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTAELLA, Lucia. **Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTANA, Henrique. SALLES, Iuri. **Por que os negros não apresentam programas de televisão**. São Paulo: Vaidapé, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias del Sur**. *Utopia y Praxis Latinoamericana*. Año 16. Nº 54. (Julio-September, 2011). Pp. 17-39.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, B.S, MENEZES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. 2 ed. Coimbra: CES, 2010.

_____. *Descolonizar el saber, reinventar o poder. Uruguay: Extensión Universidad de la república; Ediciones Trilce, 2010(b).*

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nãgô e a morte:** Pàde, Àsèsè e o culto Égun na Bahia; Trad. Universidade Federal da Bahia. Petrópolis, Vozes, 1986.

SANTOS, Hamilton. **Imagem e discurso: uma análise do programa Nova África da TV Brasil.** Dissertação. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2014.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos. **A cooperação Sul – Sul (CSS) para a reorientação dos imaginários e práticas do desenvolvimento:** os caminhos da cooperação entre Guiné Bissau e Brasil. (tese). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UNB, 2017.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização:** Do Pensamento Único A Consciência Universal. Editora: Record, São Paulo, 17º Edição, 2004.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo.** Globalização e Meio técnico- científico informacional. 4º edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1998.

_____. **As cidadanias mutiladas.** IN: O preconceito. Org. Julio Lerner. São Paulo: - Imprensa Oficial, 1996/1997.

SANTOS, Richard. **O pensamento complexo e o desafio da interdisciplinaridade.** O caso das Maiorias Minorizadas. Revista Juventude, BR, São Paulo: Dezembro, 2016.

SANTOS, Theotônio Dos. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico.** Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em: 30 Nov 2016.

_____. *La crisis brasileña. EN: Argentina. Fin del sueño. Caracas: Nueva Sociedad: N° 179; May-Jun, 2002.*

SCHURSTER, Karl. **O bicentenário das independências sul-americanas:** um estudo comparativo. IN: Instituições sul-americanas no tempo presente: caminhos da integração. Org. Igor Lapsky, Karl Schurster, Francisco Silva. – 1ºed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira.- 1º Ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEGRERA, Francisco lopez. **“Abrir, ‘impensar’ e redimensionar as Ciências Sociais na América Latina e Caribe. É possível uma Ciência Social não eurocêntrica em nossa região?** In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Septiembre 2005, pp.203-226.

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/LopezSegrera.rtf>

SHUSTERMAN, Richard. **Estética rap: violência e a arte de ficar na real**. IN: Hip Hop e a filosofia. Org. Derrick Darby e Tommie Shelby. Trad. Martha Malvezzi Leal. – São Paulo: Madras, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. IN: Gramsci : a vitalidade de um pensamento / Alberto Aggio (Org.) ; apresentação Leandro Konder. – São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998.

SMELSER J. Neil. **Comparative Methods in the Social Science**. Princeton, N.J.: Prentice Hall, 1976.

_____. **Alexis de Tocqueville as comparative analyst**. In: VALLIER, Ivan (ed.). *Comparative Methods in Sociology: essays on trends and applications*. Los Angeles: University of California Press, 1973

SODRÉ, Muniz. PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**.- Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil**. 3º Ed. – São Paulo: Cortez Editora, 1994 [1984].

_____. **A Comunicação do grotesco**. Um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. 11º ed. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1988.

_____. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. 2º Ed. Livraria Francisco Alves Editora, 1988 [1983].

SPEED, Shannon, “**Forged in Dialogue: toward a critically engaged activist research**”, in Hale, Charles, *Engaging Contradictions – Theory, politics and Methods of Activist Scholarship*, Berkeley, University of California Press, 2008

STONE, Oliver. KUZNICK, Peter. **A história não contada dos Estados Unidos**. Trad. Carlos Zslak. – São Paulo: Faro editorial, 2015.

SOUSA, LI-CHANG SHUEN CRISTINA SILVA. **Mídia e cultura nacionalizada: processos de homogeneização cultural e a televisão brasileira e argentina**. Tese. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, CEPPAC, UNB, 2013.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. – Rio de Janeiro: Leya, 2016.

_____. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. – São Paulo: Leya, 2015.

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

TOTA, Antonio Pedro. **O amigo americano: Nelson Rockfeller e o Brasil**. 1ºed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **O Imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da segunda guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Trad. Wagner de Oliveira. 13 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNESCO. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

VARGAS, João H. Costa. “**Desidentificação**”: a lógica de exclusão antinegra do Brasil. IN: Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Organização de Osmundo Pinho, João H. Costa Vargas. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

VARGAS LLOSA, Mario. **A civilização do espetáculo**: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Trad. Ivone Benedetti. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VALENTE, Jonas. **TV pública no Brasil**: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VAN DIJK, Teun A. *Racismo y discurso en América Latina: una Introducción*. IN: *Racismo y Discurso en la América Latina*. Teun A. Van Dijk (Coordenador). Barcelona: - Editorial Gedisa, 2007.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo, - Companhia das Letras, 1994.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009. Disponível em < <http://www.flacsoandes.edu.ec/interculturalidad/wp-content/uploads/2012/01/Interculturalidad-estado-y-sociedad.pdf> > Visualizado em 28/03/2017.

WALLESTEIN, Immanuel (coordinador). *Abrir las ciencias sociales*. Comisión Gulbenkián. Siglo XXI editors: México, Buenos Aires, Madrid, 2006.

WERNECK, Jurema. **TV pública e re (a) apresentação negra**: breve comentário. IN: ARAÚJO, Joel Zito (organização). **O negro na TV pública**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Base e superestrutura na teoria marxista**. Tradução maria Ribeiro Manfrini. Revisão Maria Elisa Cevasco. REVISTA USP, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005.

WOLF, Eric. **A Europa e os povos sem história**. Tradução; Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Trad. Karina Jannini.- 6º ed. – São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2012.

ZWEIG, Noah Samuel. *Telesur como un Estado-nación: reflexiones sobre el imperialismo mediático*. IN: *Comunicación e Integración Latinoamericana. Una perspectiva desde el Sur. Congreso Internacional "Comunicación y Integración Latino Americana y desde e para el Sur"*. CIESPAL, Quito, Ecuador, 2015.

